Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2008

Ana Luísa Santos Freire Mouro

A Unificação Alemã na Imprensa Periódica Portuguesa de Referência

Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2008

Ana Luísa Santos Freire Mouro

A Unificação Alemã na Imprensa Periódica Portuguesa de Referência

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Alemães, realizada sob a orientação científica da Dr.ª Ana Maria Pinhão Ramalheira, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutora Maria Teresa Beata Cortez Mesquita
Professora Associada da Universidade de Aveiro

Doutora Ana Maria Martins Pinhão Ramalheira
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientadora)

Doutor Mário Mesquita
Professor Adjunto da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa

agradecimentos

Cumpre-me expressar a minhas primeiras palavras de agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Maria Ramalheira, pela exemplar orientação científica, que sempre fez acompanhar de um incansável apoio moral, compreensão e amizade. Estou-lhe muito grata pelas construtivas apreciações críticas e sugestões que resultaram de inúmeras sessões de trabalho que juntas realizámos, bem como pela disponibilidade para a sempre pronta e cuidada leitura dos capítulos deste estudo. Devo ainda expressar-lhe o meu reconhecimento pela preciosa sugestão do tema que tanto prazer me deu explanar.

Cabe-me ainda expressar a minha gratidão aos meus colegas de trabalho e à Direcção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, que inúmeras vezes manifestaram o seu apoio e interesse sobre o percurso desta investigação.

Agradeço igualmente às redacções e receptores dos periódicos em estudo pela forma simpática como me disponibilizaram dados e indicações biográficas necessárias, bem como as palavras de incentivo e de interesse com que alguns me honraram.

São também credores da minha gratidão os meus pais, pelo seu inestimável apoio e por sempre acreditarem em mim, os meus sogros, pela grande amizade que sempre demonstraram, a Inês, a Isabel, o Carlos e o Hélder.

O Pedro, meu marido, tem direito a um especial agradecimento, não só pela troca de impressões, comentários e ajuda que prestou na edição do presente trabalho, mas sobretudo pela sua compreensão, paciência, cumplicidade, ternura e palavras de alento.

palavras-chave

Unificação Alemã, imprensa portuguesa de referência, recepção literária, *Cultural Studies*, Imagologia Comparada, *Medienkulturwissenschaft*.

resumo

O presente trabalho, desenvolvido no contexto do continuado interesse, dentro e fora das fronteiras alemãs, em estudos sobre a união dos dois Estados Alemães em 1990, procura pôr em evidência as principais tendências que nortearam a recepção da Unificação alemã na imprensa periódica portuguesa de referência. Este estudo, que partiu da consulta, selecção e posterior análise crítica de mais de uma centena de notícias, artigos de opinião, crónicas, reportagens, entrevistas e editoriais, publicados nos semanários *Expresso* e *O Independente,* e no diário *Público*, entre Julho e Dezembro de 1990, debruça-se essencialmente sobre o tratamento de que o tema da Unificação Alemã foi alvo nos referidos jornais. O presente estudo apresenta-se dividido em quatro partes: a contextualização histórica, com especial incidência sobre os principais acontecimentos que marcaram a actualidade alemã em 1990; a caracterização do perfil dos periódicos que são objecto de estudo; a análise dos textos coligidos, que constitui a parte fundamental deste trabalho; e, por fim, a apresentação das considerações finais. Sendo este um estudo de recepção, que visa sublinhar o diálogo intercultural patente na forma como Portugal e os portugueses olharam a Unificação alemã, revelou-se fundamental a leitura das reflexões desenvolvidas, no âmbito da Estética da Recepção, por Hans Robert Jauss e, no âmbito da Imagologia Comparada, por Daniel-Henri Pageaux. Dado que este trabalho não se circunscreve apenas ao domínio da Literatura, tornou-se necessária a sua contextualização no âmbito da *Medienkulturwissenschaft*.

keywords

German Unification, quality Portuguese press, literary reception, *Cultural Studies*, Comparative Imagology, *Medienkulturwissenschaft*.

abstract

The present work, developed on the scope of the continuous interest, in and outside the German borders, on the research into the union of the two German States in 1990, envisages highlighting the main tendencies that guided the reception of the German Unification in the quality Portuguese periodical press. This thesis, which was based on the survey, selection and critical analysis of more than a hundred news reporting, opinion articles, chronicles, reportages, interviews and editorials, published in the weekly *Expresso* and *O Independente*, and in the daily *Público*, between July and December 1990, focuses on the way the theme of the German Unification was dealt with in the mentioned newspapers. The presented study is divided in four parts: the historical contextualization through the special look at the main events that marked the German reality in 1990; the characterization of the selected broadsheets' profile; the analysis of the collected texts, which is the main part of this thesis; and, lastly, the presentation of the conclusions. As this is a reception study, which emphasizes the intercultural dialogue shown in the way Portugal and the Portuguese people looked at the German Unification, the reading of the theories developed by Hans Robert Jauss in the Reader-Response Criticism field and by Daniel-Henri Pageaux in the Comparative Imagology field was essential. Since this work does not limit itself to the field of Literature, it was necessary its contextualisation in the scope of the *Medienkulturwissenschaft*.

Índice Geral

Esclarecimento **15**

Cronologia de 1990 ..... **17**

Introdução **33**

1. Perfil dos periódicos em estudo **59**

1.1. O Independente 59

1.2. O Expresso 68

1.3. O Público 71

2. A derrocada do Socialismo real e o apelo a uma «terceira via» **75**

2.1. A imagem de uma Alemanha xenófoba. 91

3. RFA e RDA: os contrastes na hora da união. **95**

3.1. A RDA a «milhas» da prosperidade e do bem-estar que se respira a ocidente. 95

3.2. A ilusão e a realidade – a «poluição catastrófica» do meio ambiente e a degradação do património arquitectónico na RDA 102

3.3. RDA: um paraíso para os investidores capitalistas 107

3.4. Aborto, sexo e Unificação. 108

3.5. A Unificação alemã: um passo atrás na emancipação feminina. 118

4. *Die deutsche Einigung*: a união entre dois Estados irmãos ou simples anexação de «uma pechincha chamada RDA»? **123**

5. A falência do «Eldorado» **135**

6. «Deutschland, einig Vaterland» – um olhar sobre a excelência de uma nova nação. **141**

6.1. A literatura alemã: expressão de diferentes discursos ideológicos 141

6.2. A Sétima Arte alemã: plêiade em extinção 145

6.3. A vocação musical dos alemães. 148

6.4. O património arquitectónico da Berlim unificada. 150

6.5. A excelência da ciência e tecnologia alemãs. 151

7. O novo gigante desportivo: a forte complementaridade entre os campeões mundiais da RFA e os «campeões de laboratório» da RDA **159**

8. A Alemanha unificada.....167
8.1. Os receios generalizados em torno do gigante alemão e a necessidade da Unificação sob o «chapéu» da Europa. 167
8.2. Portugal e a Unificação alemã. 182
Considerações finais 185
Bibliografia.....193
A. Obras historiográficas e de consulta 193
B. Obras de ficção literária 202
C. Artigos em publicações periódicas portuguesas 203
1. O Independente.....203
2. Expresso 204
3. Público 205
4. Diário de Notícias.....208
D. Internet.....209
1. Textos da internet citados 209
2. Portais consultados na internet 209
Índice de Figuras 213

Esclarecimento

No que diz respeito a citação dos artigos, reportagens, entrevistas e editoriais aqui estudados, é seguido o modelo autor, data. É, deste modo, apresentado em primeiro lugar o nome do autor, seguido do acrónimo referente ao respectivo periódico entre parênteses rectos: [Ind] para *O Independente*, [Exp] para o *Expresso*, [Púb] para o *Público*, [PúbM] para a revista *Público Magazine* e [DN] para o *Diário de Notícias*. Seguem-se a data e a página.

Cronologia de 1990[1]

Janeiro

A sete de Janeiro de 1990, cerca de dez mil cidadãos alemães, oriundos da República Democrática Alemã (RDA) e da República Federal Alemã (RFA), reúnem-se para formarem uma cadeia humana, que, atravessando a fronteira entre os dois Estados, simboliza a união do povo alemão. A oito de Janeiro, realiza-se na cidade leste-alemã de Leipzig a primeira *Montagsdemonstration* [Manifestação de Segunda-feira] desse ano, na qual foram lançadas fortes críticas à *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands – Partei des demokratischen Sozialismus* (SED-PDS),[2] bem como a Hans Modrow, então Primeiro Ministro da RDA. Registe-se, a título de curiosidade, que estas manifestações populares tinham já tido início a 4 de Setembro de 1989 em Leipzig, ficando marcadas pelas palavras de ordem «Keine Gewalt!» [Nenhuma violência!] e «Wir sind das Volk!» [Nós somos o povo!]. Nas *Montagsdemonstrationen*, o povo leste-alemão dava voz ao seu anseio pelo fim do regime da SED e por uma nova ordem política mais democrática. Era, assim, sublinhado o carácter pacífico e popular da *Herbstrevolution* [Revolução de Outono] que se desencadeava. É interessante constatar que, após a queda do Muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, o lema «Wir sind *das* Volk!» [Nós somos o povo!], rapidamente se transformou em «Wir sind *ein* Volk!» [Nós somos um povo!]. Perante o «Eldorado» que surgia do outro lado do muro, a

---

[1] A presente cronologia resultou da leitura das obras *Von der Spaltung zur Einheit – 1945-1990: Eine Deutsche Chronik in Texten und Bildern*, editada pela Presse- und Informationsamt der Bundesregierung em 1992, *Deutschland Chronik 1945-1995* de Hans Georg Lehmann (1995), *Questions on German History*, publicada pelo Parlamento Alemão em 1998, *Bilderchronik der Wende – Erlebnisse aus der Zeit des Umbruchs 1989/90*, dada à estampa por Hannes Bahrmann e Christoph Links em 1999 e *Deutsche Geschichte seit 1945 – Chronik und Bilder*, também publicada em 1999, por Wolfgang Benz.

[2] Em Abril de 1946 surge a *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (SED), através da união dos Partidos *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD) e *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD). A *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (SED) foi Partido único do sistema político da RDA. A 16 de Dezembro de 1989, como resposta aos acontecimentos revolucionários, que, desenrolados no Outono desse mesmo ano, apelavam a uma reforma política, a SED esforça-se por demonstrar a sua rotura com a ideologia estalinista, alterando a sua denominação para *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands – Partei des demokratischen Sozialismus* (SED-PDS). A partir de 4 de Fevereiro de 1990, o Partido opta apenas pela designação *Partei des demokratischen Sozialismus* (PDS). Neste processo de reestruturação, são afastados antigos dirigentes da SED como Egon Krenz, Kurt Hager, Joachim Herrmann, Heinz Keβler, Erich Mückenberg, Günter Schabowski, Gerhard Schürer. Refira-se, a título de curiosidade, que em 2005, o nome do partido foi mais uma vez alterado, sendo actualmente reconhecido como *Die Linkspartei* (cf. Benz, 1999: 11, 127, 129; Lehmann, 1995: 34, 35, 382).

maioria dos cidadãos da RDA abandonava o desejo de reformar o seu Estado, defendendo a unidade entre os dois Estados alemães. Na verdade, os primeiros clamores em favor da Unificação fizeram-se ouvir a 19 de Novembro de 1989 (cf. Zelikow, 2001: 153). Forte era a convicção de que este seria um caminho rápido para alcançar a prosperidade que marcava o nível de vida dos seus vizinhos irmãos (cf. Schulze, 1996: 259-261). O lema «Wir sind *ein* Volk!» ganhava, na verdade, uma dupla dimensão. Para além de sublinhar o desejo de unidade entre as duas Alemanhas, procurava igualmente eliminar a conotação negativa de «Wir sind *das* Volk!», que parecia remeter ao Nacional-Socialismo, um período da História alemã que acabara em vergonha e instalara o medo no seio da Europa. Os alemães estavam conscientes de que urgia desconstruir a imagem da Alemanha belicista.

A 16 de Janeiro, reagindo à crescente mobilização dos cidadãos leste-alemães, que atravessavam a fronteira em busca do já referido «Eldorado» alemão ocidental, o Governo Federal sublinha a urgência do desenvolvimento económico da Alemanha de Leste, como medida essencial para a prevenção da desertificação da República Democrática Alemã. No dia 23 deste mesmo mês, no encontro da Comissão Económica, presidida pelo Ministro da Economia da República Federal, Helmut Haussman, e pelo Ministro da Economia Externa da RDA, Gerhard Beil, a RFA propunha-se oferecer um crédito de 6 mil biliões de marcos alemães para promover as pequenas e médias empresas na RDA. Esta medida procurava igualmente combater o elevado número de desempregados que nesta data atingia já os oitenta e cinco mil. Cinco dias depois, Hans Modrow discursa perante a *Volkskammer*, assumindo claramente a situação precária em que se encontravam o Governo, a sociedade e economia da RDA. Com o acordo dos participantes no *Runder Tisch*,[3] Modrow antecipa a data de realização das eleições para a *Volkskammer*, de 6 de Maio para 18 de Março.

Fevereiro

A 1 de Fevereiro, Hans Modrow (SED-PDS) apresenta o seu conceito de «Deutschland, einig Vaterland» [Alemanha, pátria unida], anunciando um plano de carácter faseado, que

[3] O conceito *Runder Tisch* foi utilizado no contexto da Unificação alemã, desde a Queda do Muro até à realização das eleições de 18 de Março de 1990, para designar as conversações ocorridas a nível legislativo e executivo, no âmbito da passagem do regime da SED para um Estado mais democrático.

acreditava ser fundamental para a Unificação de ambos os Estados alemães. Segundo o representante da SED, havia que ser constituída uma Confederação com órgãos comuns,[4] para os quais seriam transferidos os direitos de soberania. Modrow destaca igualmente a importância da defesa dos interesses e direitos das quatro potências vencedoras da Segunda Grande Guerra e de todos os Estados alemães, bem como da neutralidade militar da RDA e da RFA no caminho para uma Confederação. Lothar de Maizière, Hans-Wilhelm Ebeling e Wolfgang Schnur, então respectivamente dirigentes dos partidos alemães orientais *Christliche Demokratische Union* (CDU), *Deutsche Soziale Union* (DSU) e *Demokratischer Aufbruch* (DA), constituíram, a 5 de Fevereiro de 1990, na presença do Chanceler-Federal Helmut Kohl (CDU), a *Allianz für Deutschland*, que se apresentaria nas eleições de 18 de Março de 1990. Os objectivos principais desta aliança eram a reconstrução da RDA, a união do povo alemão e ainda a união monetária e económica da Alemanha.

Na República Democrática Alemã, é abolida a censura e defendida a liberdade de expressão e dos *media*. Assim, o *Allgemeiner Deutscher Nachrichtendienst* (ADN), única agência noticiosa na Alemanha de Leste e que, até então, mantivera o monopólio da televisão, da rádio e da imprensa, deixa de estar vinculada à estratégia política da SED. A 26 de Fevereiro de 1990, surge na RDA a primeira publicação alemã ocidental, através do jornal *taz*, que lança uma edição neste Estado. Note-se que, a partir de 5 de Março, os *media* alemães ocidentais inundam o mercado da RDA, merecendo a forte adesão dos cidadãos da Alemanha oriental, que os consideravam mais atractivos e credíveis.

A 7 de Fevereiro surge em Berlim Leste a *Bündnis 90* [Coligação 90], uma união entre os movimentos *Neues Forum* (NF), *Demokratie Jetzt* (DJ) e *Initiative Frieden und Menschenrechte* (IFM), que defendia a aproximação dos dois Estados de forma faseada e cuidadosa.

A discussão em torno da Questão Alemã ganha um lugar de destaque na política internacional. No dia 10 deste mês, Kohl é recebido em Moscovo por Gorbatschow, que assegura que o povo alemão teria autonomia no processo de Unificação, ainda que a União Soviética se mostrasse reticente no que tocava a aliança militar da Alemanha unificada com a

[4] O partido de Hans Modrow adoptou a fórmula defendida por Günter Grass que assentava na ideia de uma nação «cultural». Vd. *infra* Introdução.

NATO. Já George Herbert Walker Bush, então Presidente dos EUA, expressa, por ocasião da visita de Helmut Kohl entre 24 e 25 de Fevereiro, o seu total apoio à unidade alemã, defendendo simultaneamente a necessidade de a Alemanha se tornar membro da NATO. A 25 de Fevereiro, Gorbatschow afirma que a união dos dois Estados alemães deveria ser inserida num sistema de segurança europeia. No âmbito do contexto político internacional, vale a pena referir ainda que, a 13 de Fevereiro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois Estados alemães – Hans-Dietrich Genscher (República Federal Alemã) e Markus Meckel (República Democrática Alemã) – se reúnem, na cidade de Ottawa, no Canadá, com os seus homólogos das quatro potências mundiais – James Addison Baker (Estados Unidos da América), Eduard Schewardnadse (União Soviética), Douglas Hurd (Grã-Bretanha) e Roland Dumas (França). Os seis Ministros reconheceram a necessidade de discutir questões que a Unificação levantava no âmbito dos negócios estrangeiros e da segurança dos países vizinhos da Alemanha. Nos meses que se seguiram, realizaram-se quatro conferências que ficaram conhecidas pela designação 2+4 [*Zwei-plus-Vier-Verhandlungen*]. A primeira teve lugar em Bona, a 5 de Maio, a segunda em Berlim, a 22 de Junho, seguida de outra a 17 de Julho na cidade de Paris e, por último, a quarta, a 12 de Setembro em Moscovo.[5]

Março

A 5 de Março realiza-se o 15º encontro do *Runder Tisch*, no qual é votada a *Sozialcharta*, uma lei que, após a união económica e monetária alemã, asseguraria a união social de ambos os Estados. O direito ao trabalho, habitação e educação, a democratização e humanização da vida laboral, a educação para todos, a protecção da saúde, a igualdade entre homem e mulher, a definição do período para a interrupção voluntária da gravidez, a assistência financeira do Estado para as crianças, a fixação controlada dos preços das rendas, a assistência social para os idosos e integração de deficientes eram pedra angular deste documento. Esta *Sozialcharta*, que seria tida em conta nas negociações entre a RFA e RDA, é aprovada pela *Volkskammer* a 7 de Março de 1990. A 12 de Março realiza-se a última *Montagsdemonstration*.

[5] Vd. *infra* meses de Maio, Junho, Julho e Setembro.

O dia 18 de Março ganha especial significado, pois, pela primeira vez em quarenta anos na história da RDA, ocorrem as primeiras eleições livres para a *Volkskammer*. A grande vitória cabe à *Allianz für Deutschland*, constituída, como supramencionado, pela CDU (40,82%), DSU (6,31%) e DA (0,92%). A *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD) reúne 21,88% dos votos, a PDS 16,40% e os liberais (BFD) 5,28%. A *Bündnis 90* obtém apenas 2,91%. Os resultados das eleições espelham a vontade da grande maioria dos eleitores que ansiavam por uma rápida união entre os dois Estados alemães.

	Anzahl	%	Sitze
Wahlberechtigte	12 426 443		
Wähler	11 604 418	93,38	
Gültige Stimmen	11 541 155	99,45	
CDU	4 710 598	40,82	163
SPD	2 525 534	21,88	88
PDS	1 892 381	16,40	66
DSU	727 730	6,31	25
BFD	608 935	5,28	21
Bündnis 90	336 074	2,91	12
DBD	251 226	2,18	9
GRÜNE – UFV	226 932	1,97	8
DA	106 146	0,92	4
NDPD	44 292	0,38	2
DFD	38 192	0,33	1
AVL	20 342	0,18	1
AJL	14 616	0,13	—
Christliche Liga	10 691	0,09	—
KPD	8 819	0,08	—
Sonstige	—	—	—

Fig. 1 - Resultados das eleições[6] para a *Volkskammer* realizadas a 18 de Março de 1990 (*apud* Lehmann, 1995: 390).

[6] Os acrónimos supracitados referem-se aos seguintes partidos: *Christliche Demokratische Union* (CDU), *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD), *Partei des demokratischen Sozialismus* (PDS), *Deutsche Soziale Union* (DSU), *Bund Freier Demokraten* (BFD), *Demokratische Bauernpartei Deutschlands* (DBD), *Unabhängiger Frauenverband* (UFV), *Demokratischer Aufbruch* (DA), *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (NDPD), *Demokratischer Frauenbund Deutschlands* (DFD), *Aktionsbündnis Vereinigte Linke* (AVL), *Alternative Jugendliste* (AJL), *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD).

Abril

A 24 de Abril, o Chanceler Federal Helmut Kohl e o Primeiro Ministro da RDA De Maizière definem a data de 1 de Julho de 1990 para dar início ao processo de união económica, monetária e social.

Fig. 2 - Manifestação realizada a 5 de Abril de 1990 em Berlim Leste, contra a troca do Marco da RDA pelo *Deutsche Mark* numa proporção de 2:1 (Lehmann, 1995: 395. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).[7]

Maio

O dia 5 de Maio ficou marcado pela realização da primeira Conferência 2+4 [*Zwei-plus-Vier-Verhandlungen*]. Nesta participam os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois Estados alemães e das Quatro Potências.[8] Todos os participantes sublinham o direito do povo alemão a uma concretização rápida do processo de Unificação.

A 18 deste mesmo mês, os Ministros das Finanças Theo Waigel (RFA) e Walter Romberg (RDA) assinam, na presença de Helmut Kohl e de De Maizière, o Tratado da União Monetária, Económica e Social entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã. Kohl define este momento como o nascimento de uma nova Alemanha, livre e unida.

---

[7] A jornalista Lurdes Ferreira esclarece esta questão no jornal *Público*, num artigo intitulado «Falta de liquidez assusta»: «A conversão de marco por marco tem limites (até quatro mil para os adultos, dois mil para as crianças e seis mil para os reformados). A partir daí, a conversão é de dois por um.» (Ferreira [Púb], 01.07.1990: 8).
[8] Vd. *supra* mês de Fevereiro.

Fig. 3 - Primeira Conferência 2+4, realizada em Bona. Da esquerda para a direita: Markus Meckel (RDA), Hans-Dietrich Genscher (RFA), Eduard Schewardnadse (União Soviética), James A. Baker (EUA), Roland Dumas (França) e Douglas Hurd (Grã-Bretanha) (Lehmann, 1995: 427. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).

Fig. 4 - Subscrição do Tratado da União Monetária, Económica e Social, por Theo Waigel, à direita, e Walter Romberg, à esquerda (Lehmann, 1995: 400. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).

Junho

A 12 de Junho de 1990, reúnem-se, pela primeira vez em quarenta e dois anos, o Conselho Municipal de Berlim Leste com o Senado de Berlim Ocidental. Quatro dias mais tarde, os cidadãos alemães orientais manifestam-se contra a possibilidade de o parágrafo 218 do código penal da República Federal Alemã, referente à lei do aborto, ser adoptado na República Democrática Alemã. Note-se que esta era uma questão fracturante, uma vez que as mulheres alemãs orientais não queriam perder o direito ao aborto livre.[9]

No dia 21 de Junho, os dois Estados alemães reconhecem a inviolabilidade da fronteira polaca. Um dia mais tarde, realiza-se na cidade de Berlim Leste o segundo encontro das conversações 2+4. Neste foi acordado que a unidade alemã deveria ser acompanhada pelo restabelecimento da soberania alemã.[10]

Julho

O tratado assinado a 18 de Maio entra em vigor a 1 de Julho com a União Monetária e Económica dos dois Estados. A moeda da República Federal Alemã (*Deutsche Mark*) é introduzida na República Democrática Alemã, sob responsabilidade da *Deutsche Bank*. Como base da união económica, é introduzida a economia de mercado, assente na propriedade privada, na competitividade laboral, na definição autónoma dos preços e no livre acesso ao trabalho, bens essenciais e serviços. No âmbito da união das duas Alemanhas, é destacada a importância e indispensabilidade da adopção pela RDA, que apresentava graves elevados níveis de poluição, da lei ambiental em vigor na República Federal Alemã.

A 6 de Julho, têm início na cidade de Berlim as conversações entre os dois Estados alemães, com vista à definição de um segundo tratado que conduziria à sua união política.

---

[9] Vd. *infra* ponto 3.4.

[10] Sublinhe-se o facto de o restabelecimento da soberania alemã vir acompanhado de medidas que acautelavam a inviolabilidade das fronteiras dos países vizinhos. Vd. *infra* ponto. 8.1.

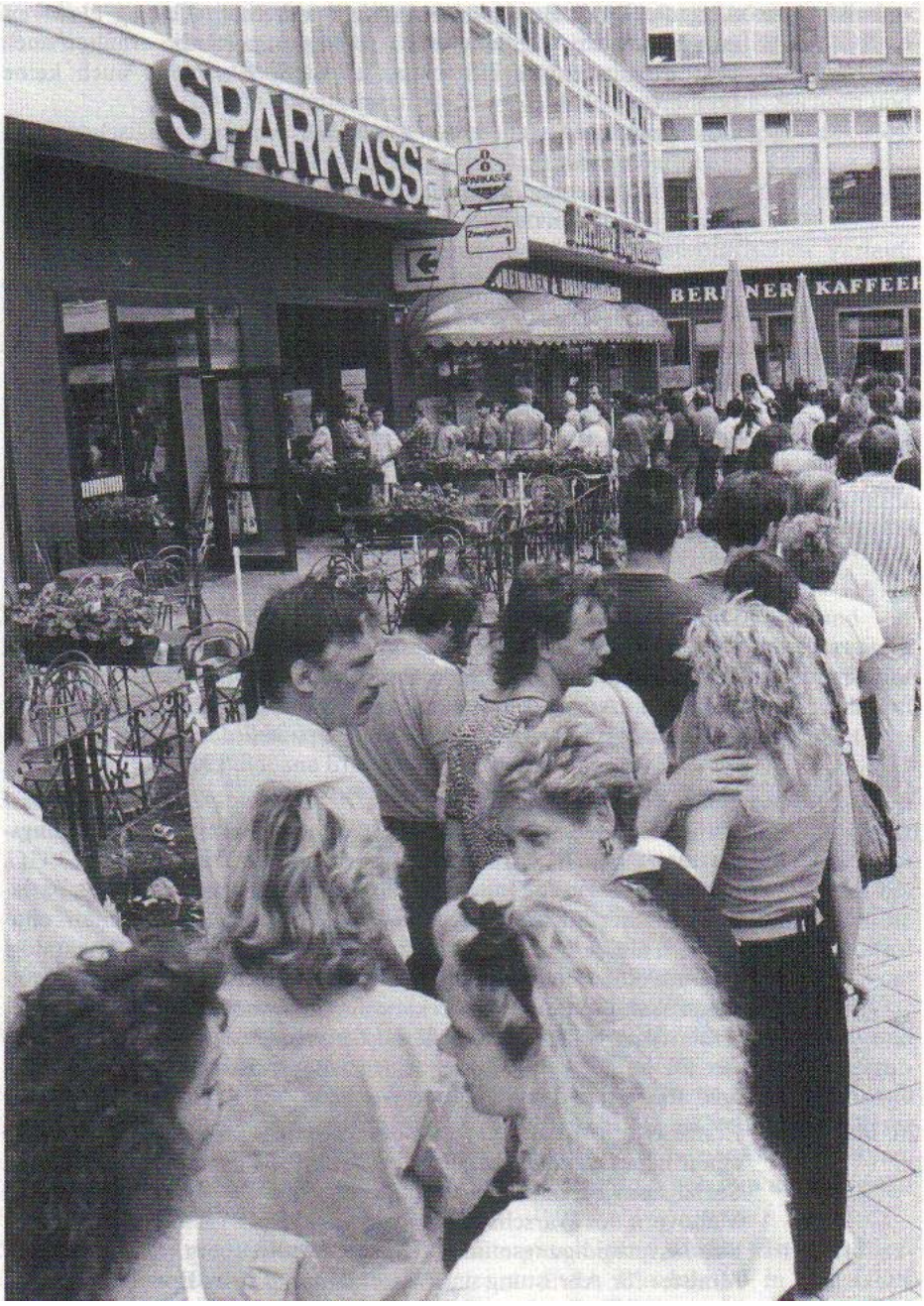


Fig. 5 - Troca do Marco da RDA, pela *Deutsche Mark*, a 1 de Julho de 1990 (Lehmann, 1995: 405. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).

Fig. 6 – Espenhaim, uma estação de carvão. Um dos legados do regime da SED foi a poluição ambiental em grande escala (Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 117. Sem indicação de fotógrafo).

Entre os dias 15 e 16, Helmut Kohl reúne-se, mais uma vez, com o Presidente Gorbatschow, que reafirma que a União Soviética concederia total soberania à Alemanha na escolha e construção do seu futuro. A 17 de Julho, tem lugar na cidade de Paris o terceiro encontro das conversações *2+4*, em que foram discutidas três questões essenciais: a demarcação definitiva da fronteira *Oder-Neiße* pela *Volkskammer* e pelo *Bundestag* a 21 de Junho, a conferência da NATO realizada na cidade de Londres entre os dias 5 e 6 de Julho, e ainda o acordo que havia resultado das conversações mantidas entre Helmut Kohl e Gorbatschow entre 15 e 16 de Julho. Ainda no dia 17, Helmut Kohl dá a conhecer, numa conferência de imprensa realizada na cidade de Bona, os principais resultados destas conversações, sublinhando que a Alemanha unificada compreenderia o território da República Federal Alemã, da ex-RDA e de toda a cidade de Berlim. Kohl acrescenta que após a Unificação, as forças aliadas perderiam os seus direitos sobre a Alemanha, bem como sobre a cidade de Berlim. Ficou também acordado que a Alemanha, soberana após a sua união, teria o direito de decidir livre e independentemente acerca da sua ligação e aliança com a NATO.

Kohl refere ainda que a Alemanha assinaria com a União Soviética um tratado que regulamentaria a retirada do Exército Vermelho da RDA até 1994. Durante este período de transição, não seria permitida a expansão das estruturas da NATO no território da antiga RDA. As unidades do Exército Federal poderiam, contudo, aí estabelecer-se após a Unificação e as tropas aliadas ocidentais permaneceriam em Berlim durante a presença das tropas da União Soviética na ex-RDA. Após a sua retirada, seria permitida a fixação das tropas da NATO. Não obstante, sublinhava-se que não seria aceitável a presença de tropas estrangeiras ou armas nucleares. Na verdade, Alemanha unificada teria que assegurar a renúncia à produção, posse ou mesmo entrada de armas nucleares. As forças armadas da nova Alemanha seriam também reduzidas.

Fig. 7 – Helmut Kohl (esquerda) e Michael Gorbatschow (direita) em Stawropol, a 16 de Julho de 1990 (Lehmann, 1995: 429. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).

Agosto

A 23 de Agosto, a *Volkskammer* fixa a data de 3 de Outubro para a união dos dois Estados alemães. É ainda marcada a data de 2 de Dezembro para a realização das primeiras eleições para a Alemanha unificada.

Fig. 8 – A *Volkskammer* define a data de 3 de Outubro de 1990 para a entrada da RDA na RFA (Lehmann, 1995: 410. Sem indicação de fotógrafo [Deutsche Presse-Agentur]).

Wolfgang Schäuble, Ministro da Administração Interna da RFA, e Günther Krause, Secretário de Estado da RDA, assinam, a 31 de Agosto de 1990, o Tratado da Unificação da Alemanha. Os Estados Brandenburg, Mecklenburg-Vorpommern, Sachsen, Sachsen-Anhalt e Thüringen passam, assim, a pertencer à RFA. No seu discurso, Schäuble sublinha o significado da Unificação alemã no contexto europeu: «Mit der Überwindung der Teilung Deutschlands wird auch die Teilung Europas beendet» [Com a superação da divisão da Alemanha termina também a divisão da Europa] (*apud* Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 209). O preâmbulo deste Tratado revelava, por parte dos dois Estados alemães, a defesa de um Estado democrático, no qual reinasse a paz e a liberdade. Era igualmente clara a intenção de o povo alemão contribuir para a unidade e a paz da Europa. A inviolabilidade das fronteiras e a integridade territorial de todos os Estados da Europa surgia como condição essencial para a paz e confiança. Berlim volta a ser a capital da Alemanha.

Setembro

No dia 12 de Setembro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da RFA (Hans-Dietrich Genscher), da RDA (Markus Meckel), dos EUA (James Baker), da União Soviética (Eduard Schewardnadse), da Grã-Bretanha (Douglas Richard Hurd) e da França (Roland Dumas) assinam o documento que havia resultado das conversações dos encontros 2+4 [*Zwei-plus-Vier-Verhandlungen*] e no qual se definiam os direitos e responsabilidades das quatro potências face à Alemanha, bem como o direito do povo alemão à independência. Era igualmente mencionada a garantia de que esta nova nação não faria qualquer reivindicação territorial e de que limitaria a produção de armamento.

Helmut Kohl salienta a importância da Unificação alemã na História mundial: «Dies ist die erste Einigung eines Landes in der modernen Geschichte, die ohne Krieg, ohne Leid und ohne Auseinandersetzungen erfolgt, die neue Verbitterungen schaffen» [Esta é a primeira união de um país na História moderna, que se realiza sem guerra, sem dor e sem conflitos, que criem novas tensões] (*apud* Lehmann, 1995: 432).

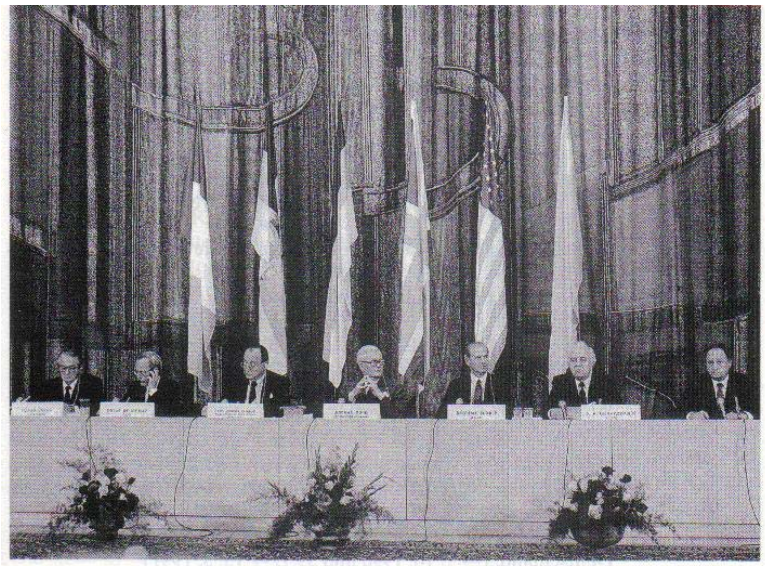


Fig. 9 – Conferência concedida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, a 12 de Setembro de 1990, no Hotel Oktjabrskaja em Moscovo, após a conclusão das conversações 2+4 (Lehmann, 1995: 410. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).

A 26 de Setembro, Hans-Dietrich Genscher, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, agradece na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o apoio e compreensão da

comunidade internacional. Genscher sublinha o papel da nova Alemanha: «Deutschland kennt und anerkennt seine Verantwortung für eine bessere Zukunft Europas. Wir wollen nicht ein deutsches Europa, wir wollen ein europäisches Deutschland» [A Alemanha conhece e reconhece a sua responsabilidade para um melhor futuro da Europa. Não queremos uma Europa alemã, queremos uma Alemanha europeia.] (*apud* Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 210).

Outubro

Após quarenta e cinco anos de divisão (1945-1990), e de acordo com o artigo 23 da Lei de Bases, a Alemanha torna-se una. À meia-noite do dia 2 de Outubro é içada a bandeira da República Federal da Alemanha. O momento é celebrado com o dobrar dos sinos, o hino e fogo de artifício. No dia 3 de Outubro, destaca-se a mensagem de Kohl para todos os governos: «Mit dem heutigen Tag ist das deutsche Volk in Frieden und Freiheit wieder vereint… Unser Land will mit seiner wiedergewonnen nationalen Einheit dem Frieden in der Welt dienen in die Einigung Europas voranbringen» [Com o dia de hoje, o povo alemão está novamente unido em paz e em liberdade… O nosso país deseja, com a sua reconquistada unidade nacional, contribuir para a paz no mundo, promovendo a unidade da Europa] (*apud* Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 211). As Quatro Potências felicitam a nova Alemanha. George Herbert Walker Bush afirma que este dia tinha um grande significado para todo o mundo. Michail Gorbatschow valoriza o facto de a Unificação ter ocorrido de forma pacífica, sem provocar profundas mudanças democráticas nos países vizinhos. Para François Miterrand, a Unificação alemã era a grande hora da unidade nacional e Margaret Thatcher afirma acreditar que a Alemanha unificada desempenharia um importante papel na Europa (cf. Lehmann, 1995: 433).

Fig. 10 – Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Helmut Kohl, George Herbert Walker Bush, Margaret Thatcher, Lothar de Maizière, François Miterrand e Michail Gorbatschow (PALMA [Exp], 22.09.1990: B10).

O eco dos *media* a nível internacional revelou igualmente, na sua maioria, um olhar positivo sobre a Unificação. Surgem vozes críticas e alarmadas em Israel, onde é lembrado o extermínio dos judeus e onde a Unificação alemã desperta uma mistura de sentimentos.

Fig. 11 – Celebrações em frente ao *Reichstag* para marcar a adesão da República Democrática à República Federal (German Bundestag [Hrsg.], 1998: 433. Sem indicação de fotógrafo [Ullstein Bilderdienst]).

A 4 de Outubro, o Parlamento Federal constitui-se como Parlamento comum na cidade de Berlim. Dos 663 deputados, 144 vinham da *Volkskammer* da RDA.

Novembro

O primeiro Conselho Federal comum constitui-se a 9 de Novembro, dia em que se celebrava um ano sobre a queda do Muro de Berlim. Neste Conselho estavam representados os dezasseis Estados alemães, entre os quais se encontravam os cinco novos Estados da ex-RDA.

No dia 14 de Novembro, o acordo referente à fronteira alemã-polaca é confirmado.

Dezembro

No dia 2 de Dezembro realizam-se as eleições para o 12º Parlamento Federal, nas quais se obtiveram os seguintes resultados: *Christlich Demokratische Union Deutschlands/Christlich-Soziale Union* (CDU/CSU) 43,8%; *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD) 33,5%; *Freie Demokratische Partei* (FDP) 11%; *Bündnis 90/Grüne* e *Partei des Demokratischen Sozialismus* (PDS) 5%.

Introdução

A Queda do Muro de Berlim, ocorrida a 9 de Novembro de 1989, bem como a posterior união dos dois Estados alemães, a 3 de Outubro de 1990, impõem-se como dois incontornáveis momentos históricos, que mantêm entre si uma óbvia relação de contiguidade. Inesperados pontos de viragem, não só na História recente da Alemanha, mas também da Europa e do mundo ocidental em geral, estes acontecimentos redundaram numa reestruturação da arquitectura política e ideológica do Velho Continente. A nova Alemanha propunha-se contribuir para a garantia dos direitos humanos, da confiança, da liberdade, da compreensão e da estabilidade internacionais.[11] Na verdade, a Unificação alemã foi recebida pelos restantes países europeus como *case-study* para a tão ansiada Unificação europeia. Volvidos quase vinte anos, este processo foi, e continua a ser, um dos acontecimentos históricos mais exaustivamente investigados dentro e fora das fronteiras alemãs. Refira-se, a título de curiosidade, que a abundância de estudos sobre a união dos dois Estados alemães levou à criação, em 1996, de um banco de dados, denominado *Literaturdatenbank zur deutschen Wiedervereinigung* [Banco de Dados de Literatura acerca da Reunificação Alemã],[12] no qual encontramos o registo de obras que tratam este tema, sob o olhar de ciências tão diversas como a História, a Política, a Pedagogia, o Direito, a Economia, a Psicologia ou a Sociologia.

Quando nos debruçamos sobre os inúmeros estudos acerca da História da Alemanha, verificamos haver autores que designam a união entre os dois Estados de «Reunificação» [*Wiedervereinigung*] e outros de «Unificação» [*Vereinigung*, *Einigung* ou *Einheit*]. Se, por um lado, a palavra «Reunificação» sublinhava o ressurgimento de uma Alemanha unida, por outro,

---

[11] Sobre o papel desempenhado pela Alemanha de 1989/1990 no processo de reestruturação do continente europeu, é tecido o seguinte comentário na obra *Von der Spaltung zur Einheit – 1945-1990: Eine Deutsche Chronik in Texten und Bildern*: «Eine Verantwortungsgemeinschaft ist im Aufbau. Sie schafft die Staatsräson des Friedens für Europa. Sie wirbt für Universalität der Menschenrechte, für Vertrauen, Freiheit, Verständigung und Stabilität unter den Völkern.» [Uma sociedade de responsabilidade está em construção. Ela está a criar a base política de paz para a Europa. Ela proclama a universalidade dos direitos do Homem, a confiança, a liberdade, a compreensão e a estabilidade entre os povos.]. Presse- und Informationsamt der Bundesregierung (Hrsg.), 1992: 6.

[12] Cf. Hendrik Berth (2006) «Die Literaturdatenbank zur deutschen Wiedervereinigung» http://www.wiedervereinigung.de/pageID_1869767.html [em 26.06.2007].

parecia inevitavelmente indicar o regresso da antiga nação, que havia antecedido a divisão entre os dois Estados alemães. «Reunificação» não seria, assim, para muitos, a designação mais indicada, uma vez que a nova Alemanha unificada muito diferia, tanto territorial, como politicamente, daquela que tinha existido entre 1871 e 1945, nos chamados 2º *Reich* e 3º *Reich*. Assim, optei por utilizar neste estudo a palavra de «Unificação».

A contextualização histórica da Unificação Alemã merece-nos algumas considerações. Durante quatro décadas, a República Democrática Alemã adoptou, como é sabido, o modelo soviético como quadro ideológico de referência, apresentado como alternativa ao modelo capitalista. No final da última década começava-se, no entanto, a adivinhar o desmantelamento do bloco soviético. A abertura ao mundo ocidental encetada por Michail Gorbatschow, Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, repercutiu-se inevitavelmente na Alemanha de Leste. Prémio Nobel da Paz em 1990, Gorbatschow deu início a um conjunto de práticas políticas, conhecidas por *Perestroika* [reconstrução], *Glasnos*t [abertura, transparência] ou *Demokratizatsia* [democratização], [13] que conduziu não só à democratização da União Soviética, mas também à abertura de novos canais de comunicação entre os blocos comunista

[13] O termo *Perestroika* designava um «olhar em frente», «uma revolução», «uma aceleração decisiva do desenvolvimento socioeconómico e cultural da sociedade soviética que envolv[ia] alterações radicais na via para um Estado qualitativamente novo» (Gorbatchow, 1987: 41, 60). Na sua obra *Perestroika: Novo pensamento para o nosso país e para o mundo*, Gorbatchow explicava que a «primeira questão a levantar-se [tinha sido] a da melhoria da situação económica, deter e inverter as tendências desfavoráveis nessa esfera», o que pressupunha «dar alguma espécie de ordem à economia, apertar a disciplina, elevar o nível de organização e responsabilidade e recuperar nas áreas em que [se encontravam] atrasadas», através da aposta «nas novas tecnologias» (Gorbatchow, 1987: 36). A reorganização da economia e a modernização da indústria foram acompanhadas de «uma modificação na situação moral e psicológica da sociedade», que visava «uma luta intransigente contra a violação dos princípios da justiça socialista», «uma sociedade renovada», na qual «um indivíduo deve saber que a sua contribuição é necessária, que a sua dignidade não será violada, que está a ser tratado com confiança e respeito» (Gorbatchow, 1987: 37-39). O termo *Glasnost* enfatizava a criação de um governo mais transparente e aberto e, consequentemente, mais democrático. Como expunha Gorbatschow , a *Glasnost* era «uma forma real de controlo público sobre as actividades de todos os organismos governamentais, sem excepção, e uma alavanca poderosa na correcção de defeitos» (Gorbatchow, 1987: 87). Verificavam-se, deste modo, esforços que se destinavam «a assegurar a maior abertura possível no trabalho do Governo e das organizações de massas e a possibilitar à população trabalhadora que exprim[isse] sem medo as suas opiniões sobre qualquer aspecto da vida social ou actividade governamental» (Gorbatchow, 1987: 88). Este processo de democratização foi também visível nos meios de comunicação, já que, «pouco a pouco, como se se tratasse de um degelo, os [...] jornais, revistas, rádio e televisão [iam] descobrindo e tratando novos temas», bem como dando «preferência ao diálogo em vez do monólogo», isto é, a «entrevistas, conversas, mesas-redondas e debates sobre as cartas dos leitores» (Gorbatchow, 1987: 89).

e ocidental, bipolarizados política, ideológica e militarmente desde 1945.[14] Peter Zolling, especialista da História da Alemanha contemporânea, explica que, contrariamente ao que se verificava nos restantes países da Europa de Leste, onde o colapso do regime soviético abalava a Esquerda comunista, na República Democrática Alemã, Erich Honecker, então chefe de Estado e do Partido único, a *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (SED), revelava uma atitude defensiva, procurando contrariar aquela tendência e consolidar o seu poder (cf. Zolling, 2005: 330).[15] A RDA não conseguiria contudo manter-se alheada por muito mais tempo das transformações que ocorriam nos países do bloco de Leste. A partir de 2 de Maio de 1989, data em que os soldados húngaros começaram a remover o arame farpado das fronteiras com a Áustria, muitos dos cidadãos da RDA aproveitaram a oportunidade para fugir para o Ocidente através da Hungria. No início de Outubro desse mesmo ano, 24.500 cidadãos da Alemanha oriental tinham já abandonado a sua pátria (*apud* Zolling, 2005: 330). Pesava sobre eles a desilusão face a uma vida, marcada pela precariedade de trabalho e de habitação, bem como pela dificuldade em adquirir bens de consumo variados ou produtos alimentares de qualidade (cf. Vogt, 2003: 920-921).

O conceituado historiador alemão Heinrich August Winkler sublinha que os cidadãos da RDA tinham sido «os verdadeiros perdedores da Segunda Guerra Mundial», não só por terem sido confrontados com inúmeros problemas de ordem económica, mas também porque, contrariamente aos seus vizinhos irmãos que tinham tido uma segunda oportunidade para construírem uma democracia, lhes tinha sido imposta mais uma ditadura, desta feita inspirada no modelo marxista-leninista (cf. Winkler, 1994: 195).[16] O descontentamento instalado na

---

[14] «Begünstigt durch das Reformwerk Gobatschows ebnete sich der Weg zu neuen Kommunikationsstrukturen zwischen den Blöcken.» [Favorecido pelas reformas de Gorbatchev, definiu-se o caminho em direcção às novas estruturas de comunicação entre os blocos.] (Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 9).

[15] A tentativa de Honecker para travar os desenvolvimentos verificados nos países da Europa de Leste foi denominada de «Bunkermentalität» [mentalidade de bunker] (cf. Presse- und Informationsamt der Bundesregierung, 1992: 9).

[16] «Die Deutschen in der DDR waren die eigentlichen Verlierer des Zweiten Weltkrieges. Sie trugen nicht nur materiell, in Gestalt von Reparationen, sehr viel schwer und länger an den Folgen der nationalsozialistischen Diktatur; ihnen wurde von der Sowjetunion auch vorenthalten, was die Westmächte den Westdeutschen frühzeitig gewährten: die Chancen, aus dem Scheitern der Weimarer Republik zu lernen und eine zweite, diesmal funktionstüchtige Demokratie aufzubauen. Den Deutschen in der DDR dagegen wurde eine zweite Diktatur auferlegt: diesmal eine Kommunistische, die sich am sowjetischen Vorbild ausrichtete. Diese ungleiche Verteilung der gesamtdeutschen Geschichtslast war ungerecht, und das empfanden die Deutschen in der DDR um vieles intensiver als ihre glücklicheren Landsleute westlich von Elbe, Werra und Fulda.» [Os alemães na RDA

população alemã oriental conduziu à crescente frequência de manifestações, designadamente das famosas Manifestações de Segunda-feira (*Montagsdemonstrationen*), que se realizavam semanalmente, precisamente à segunda-feira.[17] Apesar destas fortes movimentações populares, Erich Honecker insiste em celebrar, nos dias 6 e 7 de Outubro de 1989, o 40º aniversário da RDA. Estas celebrações ficaram marcadas pela violenta repressão daqueles que se manifestavam contra o regime da SED. Com efeito, muitos manifestantes foram brutalmente atacados e cerca de 547 foram também detidos (*apud* Winkler, 1994: 200-201). Um dos principais convidados da referida celebração do aniversário da RDA foi Michail Gorbatschow, que alertou publicamente Erich Honecker para a necessidade de reformar o regime da SED: «Wer zu spät kommt, den bestraft das Leben.» [A vida castiga, quem chega demasiado tarde.] (*apud* Winkler, 1994: 201). Na *Montagsdemonstration* de 9 de Outubro de 1989, uma das mais decisivas no processo de desagregação da RDA, 70.000 manifestantes entoaram palavras de ordem como «Stasi raus!» [Fora a Stasi!], «Gorbi, Gorbi» [Referência a Michail Gorbatschow], «Wir bleiben hier!» [Nós ficamos aqui!], «Wir sind das Volk!» [Nós somos o povo!][18] e «Keine Gewalt!» [Não à violência!], apelando assim à queda do regime político de Partido único. Perante este clima político cada vez mais instável, Erich Honecker abandona as funções de Presidente do Conselho de Estado a 18 de Outubro de 1989, sendo substituído no cargo por Egon Krenz.

Esta catadupa de acontecimentos culminou com a Queda do Muro de Berlim, que «encerra» definitivamente o período pós-Segunda Guerra Mundial (cf. Winkler, 1994: 204). Um sinal da já tardia tentativa da SED para reformar o regime foi o facto de Hans Modrow, que afirmava partilhar os ideais de Gorbatschow, ter sido nomeado Chefe de Governo da RDA (cf. Winkler, 1994: 204-205). Helmut Kohl, animado pelos *Montagsdemonstrationen* de 20 e

---

foram os verdadeiros perdedores da Segunda Guerra Mundial. Eles sofreram muito mais e durante mais tempo, não só materialmente, à guisa das reparações, com as consequências da ditadura do Nacional-Socialismo; a eles também lhes foi negado pela União Soviética o que as potências do Ocidente desde cedo permitiram aos alemães ocidentais: as oportunidades de aprenderem com a falência da República de Weimar e de construírem uma segunda democracia, desta feita capaz de funcionar. Aos alemães na RDA, pelo contrário, foi imposta uma segunda ditadura: agora uma comunista, que se orientava pelo modelo soviético. Esta divisão desigual do peso da História alemã comum foi injusta e os alemães da RDA sentiram isso de uma forma muito mais intensiva do que os seus afortunados conterrâneos que viviam a ocidente do Elba, do Werra e do Fulda.] (Winkler, 1994: 195).

[17] Registe-se que estas manifestações tiveram início a 4 de Setembro de 1989, terminando a 12 de Março do ano seguinte. Vd. *supra* Cronologia.

[18] Sobre a evolução do slogan inicial «Wir sind das Volk» para «Wir sind ein Volk», vd. *supra* Cronologia.

27 de Novembro, nos quais se levantavam vozes apelando à Unificação da Alemanha, apressa-se a apresentar o famoso Plano dos Dez Pontos (*Zehn-Punkte-Plan*), [19] comentando a inevitabilidade da união dos dois Estados alemães nos seguintes termos:

> Wir sind aber auch bereit, noch einen entscheidenden Schritt weiterzugehen, nämlich konföderative Strukturen zwischen beiden deutschen Staaten in Deutschland zu entwickeln mit dem Ziel, eine Föderation, d.h. eine bundesstaatliche Ordnung in Deutschland zu schaffen. Das setzt aber eine demokratisch legitimierte Regierung in der DDR zwingend voraus… Wie ein wiedervereinigtes Deutschland schließlich aussehen wird, weiß niemand. Dass aber die Einheit kommen wird, wenn die Menschen in Deutschland sie wollen, dessen bin ich sicher. (*Apud* Winkler, 1994: 205). [Nós estamos, contudo, também preparados para dar mais um passo decisivo, nomeadamente para desenvolver na Alemanha estruturas confederativas entre ambos os Estados alemães, com o objectivo de criarmos uma federação, ou seja, uma ordem federal na Alemanha. Isto pressupõe porém urgentemente um governo legítimo e democrático na RDA… Como finalmente se afigurará uma Alemanha reunificada ninguém sabe. Mas que a Unificação virá, se as pessoas na Alemanha a quiserem, disso estou certo.]

Com o Plano dos Dez Pontos, Helmut Kohl demonstra que a RFA estaria disponível para prestar o tão necessário apoio económico ao Estado irmão, desde que este enveredasse por uma política de economia de mercado e aceitasse a Unificação alemã.

Neste contexto sociopolítico, destacou-se um grupo de artistas e intelectuais, entre os quais se encontravam nomes tão sonantes como os dos escritores Christa Wolf, Volker Braun ou Stefan Heym, que defendiam os aspectos positivos do ideal socialista, opondo-se à Unificação, que consideravam ser essencialmente uma anexação pela RFA. Na verdade, no dia 26 de Novembro de 1989, este grupo lança a petição «Für unser Land» [Pela nossa terra], na qual reconhece a falência do regime da SED, defendendo contudo a possibilidade de reformar a República Democrática Alemã (cf. Fehervary, 2003: 495). Nesta petição propunha-se a construção de uma nova RDA, que, como verdadeira alternativa ao modelo capitalista, fosse uma sociedade solidária, defensora da paz e da justiça social, da liberdade individual e de

[19] O Plano dos Dez Pontos [*Zenh-Punkte-Plan*], apresentado ao Parlamento alemão por Helmut Kohl a 28 de Novembro de 1989, propunha a criação de uma Confederação entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã. Este Plano visava a criação de instituições comuns e medidas de cooperação entre ambos os Estados, bem como a democratização e desenvolvimento económico da RDA. Um outro objectivo fundamental era o de inserir a Unificação alemã no processo de união da própria Europa (cf. Zolling, 2005: 339).

residência e ainda da preservação do meio ambiente.[20] Estes intelectuais alertavam igualmente para o facto de a Unificação poder significar uma total liquidação dos valores materiais e morais da RDA.[21] A partir de Janeiro de 1990, as manifestações populares passam, contudo, a ser cunhadas pelo lema «Wir sind ein Volk» [Nós somos um povo].[22] Muitos cidadãos tinham já compreendido que «a RDA [era] um fruto demasiado maduro, que apenas pode[ria] cair da árvore e rebentar» [«Sie (die DDR-Bürger) spüren wie die anderen auch, dass die DDR eine überreife Frucht ist, die nur noch vom Baum fallen und zerplatzen kann»] (Mieder, 2002: 177).

O primeiro semestre de 1990 ficou, com efeito, marcado pelo êxodo de cerca de 200.000 cidadãos da RDA (*apud* Zolling, 2005: 340). As eleições realizadas em Março daquele ano confirmaram o desejo dos cidadãos da Alemanha oriental de acederem a um novo estilo de vida.[23] Como resposta ao forte e imparável fluxo de emigração, bem como ao mote cada vez mais entoado nas manifestações «Kommt die D-Mark, bleiben wir. Kommt sie nicht, gehn wir zu ihr» [Se o marco alemão vier, nós ficamos. Se ele não vier, nós vamos até ele] (*apud* Zolling, 2005: 340), entra em vigor no dia 1 de Julho de 1990 o tratado assinado a 18 de Maio do mesmo ano, que visava a União Monetária, Económica e Social entre os dois Estados alemães. A *DDR-Mark* é, então, sob responsabilidade da *Deutsche Bank*, substituída pela *Deutsche-Mark*, que passou a ser a moeda única na Alemanha ocidental e Alemanha de Leste (cf. Mieder, 2002: 177).

---

[20] Na supramencionada petição lê-se o seguinte comentário: «Entweder können wir auf der Eigenständigkeit der DDR bestehen und versuchen, mit allen unseren Kräften und in Zusammenarbeit mit denjenigen Staaten und Interessengruppen, die dazu bereit sind, in unserem Land eine solidarische Gesellschaft zu entwickeln, in der Frieden und soziale Gerechtigkeit, Freiheit des einzelnen, Freizügigkeit aller und die Bewahrung der Umwelt gewährleistet sind. Oder wir müssen dulden, dass, veranlasst durch starke ökonomische Zwänge und durch unzumutbare Bedingungen, an die einflußreiche Kreise aus Wirtschaft und Politik in der Bundesrepublik ihre Hilfe für die DDR knüpfen, ein Ausverkauf unserer materiellen und moralischen Werte beginnt und über kurz oder lang die Deutsche Demokratische Republik durch die Bundesrepublik vereinnahmt wird.» [Ou podemos insistir na independência da RDA e tentar com todas as nossas forças e em colaboração com aqueles Estados e grupos de interesses, que estão preparados para isso, desenvolver no nosso país uma sociedade solidária, na qual a paz e a justiça social, a liberdade do indivíduo, a liberdade de residência de todos e a preservação do ambiente sejam garantidas. Ou temos que tolerar que, por fortes necessidades económicas e por condições inaceitáveis, às quais círculos de influência da economia e da política na República Federal associam a sua ajuda à RDA, comece uma liquidação dos nossos valores materiais e morais e que, mais cedo ou mais tarde, a República Democrática Alemã seja tomada pela República Federal.] Bezirksleitung Dresden der SED (Hrsg.) (29.11.1989), «Für unser Land», *Sächsiche Zeitung*, nº 281, http://www.ddr89.de/ddr89/texte/land.html [em 11.08.2007].

[21] Cf. *ibid*.

[22] Vd. *supra* Cronologia.

[23] Vd. *supra* Cronologia.

Sobre a questão do futuro da nova Alemanha, ergueram-se na RFA as vozes de Martin Walser, Günter Grass e Günter de Bruyn, três escritores da mesma geração, que defenderam, contudo, diferentes pontos de vista. Em 1989, Martin Walser assinou na *Frankfurter Allgemeine Zeitung* o ensaio intitulado «11. November 1989», no qual considerou a união entre os dois Estados alemães como o momento em que, pela primeira vez, no século XX, a História alemã tinha sido bem sucedida [«Zum ersten Mal in diesem Jahrhundert, dass deutsche Geschichte gut verläuft»] (Walser, 1997: 927). Martin Walser, apelidado de «profeta da unidade nacional» [«Prophet der nationalen Einigung»] pelo ensaísta Michael Braun (cf. Braun, 2002: 101), manifestava-se inequivocamente a favor da Unificação. Já em Setembro de 1986, em entrevista ao jornal alemão *Die Welt*, Walser havia feito a seguinte afirmação: «Ich werde mich nie an diese deutsche Teilung gewöhnen.» [«Nunca me habituarei a esta divisão alemã.»] (*apud* Grub, 2003: 172). No ensaio «Deutsche Sorgen I», publicado em Dezembro de 1989 no *Frankfurter Algemeine Zeitung* com o título «Vom Stand der deutschen Dinge», Walser referiu-se igualmente à separação entre os dois Estados alemães nos seguintes termos:

> Die deutsch-deutsche Grenze war und ist eine verrückte, blödsinnige, künstliche Linie. Die mieseste Grenze der Welt. […] Die sanfte Revolution des DDR-Volks hat der ganzen Welt die Illegitimität dieser Grenze bewiesen. Und trozdem soll sie bleiben? (Walser, 1997: 932). [A fronteira alemã-alemã foi e é uma linha louca, disparatada, artificial. A pior fronteira do mundo. […] A Revolução suave do povo da RDA demonstrou a todo o mundo a ilegitimidade desta fronteira. E será que ainda assim ela deve permanecer?]

Sublinhe-se que Walser foi um dos poucos autores da República Federal Alemã a pronunciar-se contra a divisão dos dois Estados, classificando-a, no texto «Über Deutschland reden. Ein Bericht», que apresentou num discurso em Outubro de 1988, como «o oposto do desenvolvimento» e como sinónimo de «violação, exercício de poder, punição» [«Teilung ist das Gegenteil von Entwicklung. […] Teilung ist Eingriff, Machtausübung, Strafaktion.»] (Walser, 1997: 901).[24] Na verdade, imediatamente após a Queda do Muro, este famoso

[24] Note-se que estas afirmações de Martin Walser surgiram no seu ensaio «Über Deutschland reden. Ein Bericht.», publicado em 1989 na obra *Deutsche Sorgen*, mas já dado a conhecer num discurso que proferiu a 30 de Outubro de 1988 em Munique (cf. Walser, 1997: 901).

escritor demonstrou que a Unificação era condição fundamental para a união da própria Europa: «[…] ein Europäisches Haus mit zwei gegeneinander wirkenden Militärbündnissen ist kein Haus […]» [«uma casa europeia com duas confederações militares activas uma contra a outra não é nenhuma casa (…)»] (Walser, 1997: 933). Walser criticava o receio expresso por muitos de que a Unificação pudesse representar um ponto de partida para o regresso dos erros do passado. Este escritor reprovava sobretudo o facto de muitas das vozes mais apreensivas partirem não só dos países vizinhos europeus, mas também dos próprios cidadãos alemães ocidentais, maioritariamente de intelectuais (cf. Walser, 1997: 901-902). [25] Walser desvalorizava contudo esta apreensão, lembrando que «uma liga alemã perfeitamente integrada na Europa [era], graças à sua complexidade, realmente inofensiva militar e politicamente» [«ein in Europa vollkommen integrierter Deutscher Bund ist dank seiner Verflochtenheit militärisch und politisch doch wirklich harmlos»] (Walser, 1997: 933).

No seu ensaio «Rede vom Verlust. Über den Niedergang der politischen Kultur im geeinten Deutschland» [Discurso acerca da perda. Sobre a decadência da cultura política na Alemanha unificada],[26] publicado em 1992, Günter Grass referia claramente «a infelicidade nacional da estúpida Unificação» [das nationale Unglück der verpfuschten Einheit] (Grass, 1997: 374). Enquanto Walser via a Unificação como a oportunidade de renovação para a Alemanha, Grass classificava-a de «um processo de unidade sem união» [«Prozeβ der Einheit ohne Vereinigung»] (Grass, 1997: 363) e lembrava os efeitos nefastos da sombra ameaçadora de Auschwitz:

---

[25] «Dass Deutschland je harmlos sein könne, wird nicht geglaubt. [...] Also: wenn die Rückfallgefahr ausgeschlossen ist […], dann gibt es nur noch ein Motiv für Fortsetzung der Teilung: das Interesse des Ausland. [...] Und das Ausland tut so, als sei ein nicht mehr geteiltes Deutschland wieder eine Gefahr wie in der ersten Jahrhunderthälfte. […] Es ist das Interesse des Auslandes, unter diesem Vorwand die deutsche Teilung ungemildert zu erhalten. Grotesk ist nur, dass im Inland, vor allem in westlichem Inland, dieser Vorwand inbrünstig nachsprochen wird. Am meisten von Intelektuellen.» [Não se acredita que a Alemanha jamais possa ser inofensiva. […] Por isso: quando o perigo de recaída estiver terminado […], haverá então apenas um motivo para a continuação da divisão: o interesse do estrangeiro. […] E o estrangeiro age como se uma Alemanha que já não está dividida fosse novamente um perigo como na primeira metade do século. […] É do interesse do estrangeiro manter, sob este pretexto, sem meios termos, a divisão alemã. É apenas grotesco que dentro do país, sobretudo na parte ocidental do país, este pretexto seja proferido fervorosamente. Principalmente por intelectuais.] (Walser, 1997: 901-902).

[26] Os títulos dos ensaios de Günter Grass e de Günter de Bruyn aqui citados foram traduzidos, a fim de sublinhar o seu carácter revelador no que tocava a tese neles contida.

> Wer gegenwärtig über Deutschland nachdenkt und Antworten auf die Deutsche Frage sucht, muss Auschwitz mitdenken. Der Ort des Schreckens, als Beispiel genannt für das bleibende Trauma, schließt einen zukünftigen deutschen Einheitsstaat aus. (Grass, 1997: 233)[27]. [Quem presentemente reflectir acerca da Alemanha e procurar respostas para a Questão Alemã, tem que pensar em Auschwitz. O local do medo, tido como exemplo do trauma que permaneceu, exclui um futuro Estado alemão unificado.]

Reafirmando este ponto de vista no ensaio «Ein Schnäppchen namens DDR» [Uma Pechincha Chamada RDA], que publicou no jornal *Die Zeit* a 5 de Outubro de 1990, Grass apelidou a Alemanha unificada de «monstro»: «ein Monstrum will Großmacht sein» [um monstro quer ser grande potência] (Grass, 1997: 298). Grass manifestava-se assim inequivocamente contra a Unificação e a favor de uma Confederação, solução que defendia já desde meados da década de 60 (cf. Grass 1997: 232). O futuro Nobel da Literatura (que só há pouco tempo, na sua autobiografia *Beim Häuten der Zwiebel* [Grass, 2006] [Descascando a cebola] [Grass, 2007], tornou público o seu envolvimento, aos 17 anos de idade, nas Waffen-SS, uma tropa de elite nazi) acreditava ser este o caminho mais adequado para a nova nação, uma vez que permitiria uma «comunhão autónoma» [eigenständige Gemeinsamkeit] entre os dois Estados alemães. O conceito de *Kulturnation* [Nação Cultural], que Grass introduz neste contexto, afastaria as preocupações e receios dos países vizinhos face à Alemanha unificada (cf. Grass, 1997: 232). Na verdade, inspirando-se na tese do filósofo alemão Johann Gottfried Herder, apresentada em 1793 nas suas *Briefe zur Beförderung der Humanität*, Grass defendia, à semelhança de outros intelectuais como Jürgen Habermas, Christoph Hein, Walter Jens ou Friedrich Schorlemmer, uma reforma baseada numa Confederação cultural (cf. Grub, 2003: 164). O conceito *Kulturnation*, introduzido por Grass em 1980, em *Kopfgeburten oder Die Deutschen sterben aus* (Grass, 1999) [Nascimentos de Cabeça ou os Alemães extinguem-se], uma obra que reúne características de livro técnico e de conto, permitia incutir uma nova dimensão à palavra Nação, desvinculando-a do uso que dela havia sido feito pelo regime nacional-socialista. Grass lembrava ainda no seu ensaio «Kurze Rede eines vaterlandslosen Gesellen» [Breve alocução de um companheiro sem Pátria], publicado em Fevereiro de 1990,

[27] Trecho do ensaio «Kurze Rede eines vaterlandslosen Gesellen», publicado em Fevereiro de 1990 (cf. Grass, 1997: 230).

que a formação de uma Confederação se assemelharia ao processo de unidade da Europa, que era também confederativa (cf. Grass, 1997: 232).[28] Finalmente, Grass sublinhava o facto de esta opção política poder vir a tornar-se exemplo para outras nações em conflito, como a Coreia, a Irlanda, Chipre e países de Leste (cf. Grass, 1997: 232). Note-se que o caminho apontado por Grass surgia como uma «terceira via» para a solução nacionalista defendida por Walser, e à supramencionada solução separatista, apontada pelos intelectuais signatários da petição «Für unser Land» (cf. Braun, 2002: 100).

Günter de Bruyn manifestou-se igualmente a favor do conceito *Kulturnation*, projectando, no entanto, uma visão simultaneamente consentânea com as teses de Grass e Walser. Com efeito, como nos deu a conhecer no seu ensaio «So viele Länder, Ströme, Sitten. Gedanken zur deutschen Kulturnation.» [Tantas terras, rios, costumes. Pensamentos acerca da Nação Cultural alemã.] publicado em 1990, de Bruyn, à semelhança de Günter Grass, defendia que a cultura (a língua, as canções, os poemas, os costumes e rituais) era, de facto, o alicerce da construção de qualquer nação (cf. Bruyn, 1994: 21-22). Saliente-se, contudo, que o escritor enfatizava que o conceito de *Kulturnation* não era oposto ao de *Staatsnation* [Nação de Estado], mas sim o seu correctivo crítico no contexto europeu: «[…] die Kulturnation vermag zu bewahren, was die Staatsnation gefährdet: das europäische Gleichgewicht und die regionale Kulturvielfalt.» [(…) a Nação Cultural pode preservar o que a Nação de Estado colocaria em risco: o equilíbrio europeu e a variedade cultural regional.] (*apud* Grub, 2003: 177).[29] De Bruyn, que afirmava não ter nada contra a Unidade estatal do povo alemão, explicava, no entanto, que a cultura era mais importante do que o próprio Estado, uma vez que as relações baseadas naquela eram mais estáveis (cf. Bruyn, 1994: 16, 19). Para além disso, uma *Kulturnation* asseguraria a continuidade da cultura alemã (cf. Bruyn, 1994: 19). O escritor lembrava também a importância de o país unificado manter uma boa relação com os seus

[28] No mesmo ensaio, Günter Grass tece o seguinte comentário: «Eine Konfederation der beiden deutschen Staaten steht dem europäischen Einigungsprozess näher als ein übergewichtiger Einheitsstaat, zumal das geeinte Europa ein konföderiertes sein wird [...]» [Uma confederação de ambos os Estados alemães fica mais próxima do processo de unificação europeia do que um Estado unido preponderante, tanto mais que a Europa unida será confederativa (...).] (Grass, 1997: 232).

[29] Texto original apresentado no ano de 1995, na revista alemã *Universitas. Zeitschrift für interdisziplinäre Wissenschaft*, em «"Kein Deutschland gekannt zeit meines Lebens". Grass, Walser, Enzensberger und die nationale Frage» (cf. Grub, 2003: 177).

vizinhos, transmitindo uma imagem de razão, tolerância e simpatia, não só para dentro, mas também para fora das suas fronteiras (*apud* Grub, 2003: 178).[30] De Bruyn dá assim um passo em frente ao colocar o conceito de unidade cultural, defendido por Grass, no horizonte da Europa.

Qualquer apresentação do aludido debate entre os intelectuais alemães em torno da Questão Alemã ficaria incompleta sem a referência à enorme polémica que foi desencadeada pela publicação da narrativa *Was bleibt* de Christa Wolf. Na opinião de Thomas Anz - professor titular de Literatura Contemporânea Alemã na Philipps-Universität, em Marburg, e director do instituto TransMIT-Zentrum, especializado em difusão literária nos *media* -, Christa Wolf era a representante ideal desta polémica, já que, para além de ter sido a mais conhecida e estimada de todas as escritoras e escritores da RDA, tinha sido também a primeira a publicar uma obra após a Queda do Muro (*apud* Koch, 2001: 37). Assim se compreende que a referida polémica, que ficou conhecida por *Literaturstreit* ou *Intellektuellenstreit*, fosse também designada de *Christa-Wolf-Streit* (cf. Koch, 2001: 11). Tendo ultrapassado o espaço europeu, esta enorme discussão foi, como refere Anz, encetada pela publicação de três artigos de opinião, um assinado a 1 de Junho de 1990 pelo jornalista e crítico literário Ulrich Greiner no jornal *Die Zeit* e outros dois publicados um dia mais tarde pelo também jornalista e ensaísta Frank Schirrmacher na *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (cf. Anz, 1996: 1, 15).[31] Estes artigos criticavam o possível oportunismo da publicação de *Was bleibt*, uma narrativa de contornos claramente autobiográficos, que chegaria às livrarias dias depois, mais precisamente a 5 de Junho de 1990, e que, principalmente através de monólogos interiores, dava a conhecer a angústia de uma escritora da RDA que sabia estar a ser vigiada pela Stasi, a polícia secreta do regime da SED. Acrescia o facto de, na última página da sua narrativa, Christa Wolf indicar

---

[30] «Ich wünsche dem vereinigten Land, daβ es ein guter Nachbar ist und daβ es gute Nachbarn hat, daβ das Bewuβtsein seiner Größe Verantwortungsgefühl, nicht Größenwahn erzeugt und daβ Vernunft und Toleranz und Mitgefühl regieren mögen nach innen und nach auβen hin.» [Eu desejo que o país unificado seja um bom vizinho e que tenha bons vizinhos, que a consciência da sua grande responsabilidade não leve à megalomania e que a razão e a tolerânica e a simpatia dominem para dentro e para fora.] Comentário de Günter de Bruyn em «Was erwarten Sie von Deutschland, was wünschen Sie dem vereinten Land? „Einen König für die Bayern, einen König für die Sachsen!"», uma sondagem lançada pelo jornal *Die Zeit* entre os escritores de língua alemã sobre a nova Alemanha e publicada a 5 de Outubro de 1990 nesse mesmo periódico (cf. Grub, 2003: 178).

[31] O artigo de opinião assinado por Ulrich Greiner intitulava-se «Mangel an Feingefühl» e os dois publicados por Frank Schirrmacher «Dem Druck des härteren, strengeren Lebens standhalten» e «Christa Wolfs Aufsätze, Reden und ihre jüngste Erzählung *Was bleibt*».

que esta havia sido escrita entre Junho e Julho de 1979 e retomada em Novembro de 1989. Greiner e Schirrmacher caracterizaram a publicação de *Was bleibt* em 1990 como «farsa», acrescentando que, se a obra tivesse sido dada à estampa em 1979 é que teria sido um acto de coragem e de oposição ao regime da SED (*apud* Koch, 2001: 19). Este debate foi rapidamente intensificado nos *media*, atingindo, para além de Christa Wolf, escritores como Heiner Müller, Sascha Anderson, Rainer Schedlinski e Monika Maron (cf. Bremer, 2002: 15).

Segundo Thomas Anz, o *Literaturstreit* tratava-se de uma discussão acerca da função e responsabilidade dos escritores que, tendo optado por uma espécie de nova «*innere Emigration*» [«Emigração interior»],[32] tinham permanecido na RDA com o objectivo de lutar pela transformação do regime da SED "por dentro" (cf. Anz, 1996: 2-3). Segundo Lew Kopelow, investigador na área da língua e literatura alemãs, este debate visava denunciar todos os autores da RDA, que, enquanto apoiantes privilegiados do sistema, não foram presos, não fugiram e não foram expatriados (*apud* Anz, 1996: 3). Os debates em torno da Literatura levantavam assim questões acerca da identidade alemã, bem como da relação entre a estética literária e moral dos intelectuais da Alemanha de Leste, entre literatura e empenhamento sociopolítico (cf. Anz, 1996: 10). Os contornos do *Literaturstreit* demonstram que, contrariamente ao que se verificara por altura da Queda do Muro de Berlim, a união dos dois Estados alemães não tinha sido por todos recebida com imediata simpatia e compreensão, quer no quadro nacional alemão, quer no plano internacional. O debate em torno das vantagens e riscos do processo de (Re)unificação da Alemanha, bem como a análise da sociedade alemã no período posterior a este processo fizeram, de facto, correr muita tinta.[33]

---

[32] O conceito «*innere Emigration*», trazido a lume por Frank Thieβ, refere-se à atitude de muitos escritores alemães que, entre 1933 e 1945, apesar de serem contra o Nacional-Socialismo, optaram por permanecer no seu país, numa espécie de exílio intelectual, e não por emigrar (cf. Moritz, 1997: 148). Thomas Anz estabelece um paralelismo entre o debate gerado em 1945 em torno dos escritores da «*innere Emigration*», e o *Literaturstreit*, desencadeado em 1990. Anz sublinha o facto de ambas as polémicas se centrarem no papel literário, político e moral desempenhado pelos escritores no seio de regimes totalitaristas (cf. Anz, 1996: 2-3).

[33] Entre os mais recentes estudos de índole historiográfica publicados no ano de 2006 sobre este tema, podemos destacar *Bevor der Westen war. Ein deutsch-deutscher Geschichtsdialog*, no qual Lothar Steinbach, em jeito de reportagem e com base em inúmeras entrevistas, apresenta a história de vida dos cidadãos da Alemanha de Leste, que, pela primeira vez após a *Wende*, começavam a reflectir sobre o passado da ex-RDA. Este trabalho foi considerado um importante contributo não só para a investigação sobre a História da época, mas também sobre o contexto cultural pós 1989/1990 (Steinbach, 2006). Igualmente significativa é a obra *Bilanz und Perspektiven des deutschen Vereinigungsprozesses*, editada por Lothar Mertens, que consiste numa compilação de textos apresentados na cidade de Berlim, em Março de 2005, no Congresso anual da *Gesellschaft für*

Considerando que o presente trabalho tem por objectivo identificar, analisar e interpretar as tendências e as possíveis motivações políticas nacionais que nortearam a recepção da Unificação alemã na imprensa periódica portuguesa, bem como as imagens da Alemanha que sobrelevaram dos documentos apurados, impõe-se uma breve apresentação da investigação até à data efectuada no âmbito desta temática.

O artigo intitulado «"Um fantasma antigo percorre a Europa"? A Queda do Muro de Berlim e a perspectiva da (Re)unificação Alemã na Imprensa Periódica Portuguesa»,[34] da autoria de Ana Maria Ramalheira, impõe-se como incontornável referência, pelo seu carácter pioneiro em Portugal e pelo facto de ter estado na génese do presente trabalho. Na qualidade de minha orientadora da presente dissertação de Mestrado, Ana Maria Ramalheira teve e gentileza de pôr à minha disposição uma cópia do seu estudo, que já está no prelo desde 2005. Partindo da análise de mais de uma centena de artigos de opinião, reportagens, notícias e cronologias históricas comentadas, publicadas nos semanários *Expresso* e *O Independente* de Novembro a Dezembro de 1989, o referido estudo dá a conhecer as principais tendências que nortearam as primeiras reacções da imprensa periódica portuguesa à Queda do Muro de Berlim. Após a apresentação da linha editorial de cada um destes periódicos, Ana Maria Ramalheira demonstra que a Queda do Muro de Berlim foi alvo de uma análise mais circunstanciada no jornal *Expresso* do que n' *O Independente*, sublinhando igualmente que esta mesma análise apresentava características relativamente distintas. Segundo Ana Maria Ramalheira, os textos coligidos n' *O Independente* denunciavam claramente uma aposta num

---

Deutschlandforschung. Estes textos lançam um olhar sobre questões tão diversas como a herança da Stasi, o potencial de desenvolvimento da Tecnologia e Economia de Berlim, a permanência dos modelos sociais da ex-RDA, a análise do modo como a Literatura alemã de Leste se debruçou sobre a Unificação, a forma como este processo foi recebido no Leste e Sul da Europa e ainda como a *Wende* foi aceite nos cinco novos *Bundesländer* (Mertens, 2006). Ainda em 2006, Günter Heydemann e Eckhard Jesse editam *15 Jahre deutsche Einheit. Deutsch-deutsche Begegnungen, deutsch-deutsche Beziehungen*, uma compilação de textos de vários autores, que comentam criticamente a política externa da nova Alemanha. Questões como a política social da nação e a comparação entre a História dos dois Estados alemães também não são esquecidas (Heydemann/Jesse, 2006). Para além das obras de índole historiográfica, refira-se *Zeitstücke zur deutschen Wiedervereinigung*, obra na qual Dag Kemser demonstrou que o tema da Unificação alemã ocupou também um lugar de destaque nas peças de teatro (Kemser, 2006).

[34] «"Um fantasma antigo percorre a Europa". A Queda do Muro de Berlim e a perspectiva da (Re)unificação Alemã na imprensa periódica portuguesa» in: Actas do 1.º Encontro Internacional da Associação Portuguesa de Estudos Germanísticos / Associação Portuguesa de Professores de Alemão, subordinado ao tema «Deutsch lernen / Deutsch studieren: Berufperspektiven im Europa der 25», Porto, 17-19 de Fevereiro de 2005 (entregue para publicação em 2005).

estilo mais lúdico, na ambiguidade e no humor, enquanto o *Expresso* apresentava um estilo mais informativo e mais sóbrio. Debruçando-se sobre as tendências que marcaram a recepção portuguesa daquele acontecimento, Ana Maria Ramalheira chama a atenção para o facto de os dois semanários analisados serem reflexo do sentimento misto de perplexidade e alegria que então se instalara não só na Alemanha, mas por toda a Europa. Também não é esquecida a tendência para sublinhar a velocidade que marcara os acontecimentos até à Queda do Muro, bem como para comparar a revolução do povo da RDA com a revolução portuguesa de Abril. Após referida a tendência dos jornais portugueses para sublinharem as diferenças entre o lado oriental e ocidental da Alemanha, o enfoque é direccionado para uma outra que realça as reacções dos partidos portugueses à falência do regime comunista. Sobre esta questão, Ana Maria Ramalheira chama a atenção para o facto de a crise que grassava no interior do PCP ter sido explorada até à exaustão n' *O Independente*. O *Expresso* teria, por sua vez, dado especial ênfase ao surgimento de imagens gemanofóbicas. Como explica Ana Maria Ramalheira, os aludidos fantasmas teutónicos surgiram imediatamente após a Queda do Muro de Berlim, que desencadeou uma discussão em torno da união dos dois Estados alemães e de um possível ressurgimento de uma Alemanha ameaçadora, cujo poder económico e militar poderia desestabilizar a paz e equilibro de toda a Europa. Ana Maria Ramalheira lembra ainda o facto de a recepção portuguesa tender a demonstrar que os medos sentidos em Portugal face à Alemanha não se deviam apenas à fobia perante os possíveis perigos que aquela nação poderia representar para todos os países europeus, mas também aos receios em torno dos prejuízos que poderiam advir para Portugal. Como sugere Ana Maria Ramalheira, o receio de que a Alemanha empenhada na sua unificação ignorasse o desenvolvimento dos países mais pobres, como era o caso de Portugal, foi, de facto, uma questão frequentemente explanada na imprensa portuguesa. Finalmente, é sublinhado o facto de *O Independente* ter enfatizado a falta de democraticidade da RDA e de ter desdramatizado os receios que então se faziam sentir face ao «gigante adormecido». A minha orientadora propôs-me que desse continuidade a este tema e que me debruçasse especificamente sobre a recepção da Unificação alemã.

Sobre a reacção da imprensa periódica portuguesa à união das duas Alemanhas, encontrei apenas um único estudo, intitulado *Die deutsche Vereinigung von außen gesehen – Angst, Bedenken und Erwartungen in der ausländischen Presse* e dado à estampa pela politóloga

alemã Ines Lehmann (Lehmann, 1997). Este trabalho de investigação, constituído por quatro volumes, publicados entre 1996 e 2004, foi valorizado na Alemanha pela sua originalidade documental no âmbito da Unificação alemã.[35] Nas 2259 páginas que constituem os quatro volumes, Ines Lehmann dá a conhecer os medos, mas também expectativas que marcaram os inúmeros e controversos debates ocorridos à escala internacional em torno da união dos dois Estados alemães. O *corpus* do seu estudo é constituído pelas opiniões públicas veiculadas nos *media* e não pelos comunicados políticos oficiais, uma vez que Lehmann considera que «os governos não dizem nem fazem em público o que incondicionalmente pensam ou temem, mas sim o que é politicamente oportuno»[36] (cf. Lehmann, 1996: 3). O primeiro volume, publicado em 1996, é dedicado à imprensa dos EUA, Grã-Bretanha e França, os grandes vencedores da Segunda Grande Guerra. A investigadora alemã refere na introdução deste primeiro volume a diferença entre o apoio activo dos Estados Unidos à Unificação alemã e a resistência e hesitação manifestadas pela Grã-Bretanha e pela França (Lehmann, 1996: 3). No segundo volume, dado à estampa um ano mais tarde, são descritas as reacções jornalísticas à Unificação que tiveram lugar na Dinamarca, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Suíça, Itália, Portugal, Espanha e Israel, bem como na imprensa judaica nos EUA, na RFA e na Suíça (cf. Lehmann, 1997). No terceiro volume, publicado em 2001, a autora demonstra a evolução da opinião política da União Soviética, que terá ultrapassado a sua oposição inicial à Unificação devido a promessas de cooperação económica (cf. Lehmann, 2001). O quarto e último volume é dedicado às reacções expressas na imprensa das vizinhas Polónia e Checoslováquia (cf. Lehmann, 2004).

No âmbito do presente trabalho, impõe-se uma especial apreciação às 31 páginas do segundo volume da monumental obra de Lehmann, dedicadas à recepção da Unificação alemã na imprensa periódica portuguesa. Lehmann começa por fazer uma breve contextualização histórico-política de Portugal, referindo o passado colonialista, a revolução de Abril de 1974 e a entrada na União Europeia em 1986. Sublinha ainda que, por altura da Unificação, António Cavaco Silva ocupava o cargo de Primeiro-Ministro, Mário Soares o de Presidente da

[35] Cf. recensão de Martin Jander (2005), «Dokumentation: Die deutsche Vereinigung von aussen gesehen», http://buecher.hagalil.com/lang/lehmann.htm [em 26.06.2007].
[36] Leia-se a citação original: «Regierungen sagen und tun öffentlich nicht unbedingt das, was sie denken oder befürchten, sondern das, was politisch opportun ist.»] (cf. Lehmann, 1996: 3).

República e João de Deus Pinheiro o de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segue-se a parte principal do estudo, que consiste numa apreciação genérica e muito pulverizada, nos periódicos *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Público*, *O Independente*, *O Jornal, O Jornal Ilustrado* e *O Diário*, referente ao período compreendido entre Setembro de 1989 e Outubro de 1990. Digo pulverizada e genérica, uma vez que a análise de Lehmann se resume ao alinhamento de citações traduzidas dos artigos de opinião, notícias e reportagens publicadas nesses mesmos periódicos, acompanhadas de breves notas explicativas quanto ao seu conteúdo. Na verdade, não é feita uma análise crítica do conteúdo dos trechos apresentados, que também não são organizados por temas ou tendências. Curiosamente, ao contrário do que se verifica no final de cada capítulo do primeiro volume desta obra, Lehmann não apresentada quaisquer conclusões sobre a recepção portuguesa (cf. Lehmann, 1997). Registe-se ainda que os trechos seleccionados e citados pela investigadora se encontram em língua alemã. Sabemos, conforme consta da introdução do segundo volume, que a autora teve auxílio no processo de tradução dos textos recolhidos na imprensa dinamarquesa e holandesa, mas nada é referido em relação ao tratamento dos artigos seleccionados nos restantes países, nem sobre quem seriam os seus colaboradores (cf. Lehmann, 1997: 7). Lehmann dá a conhecer os resultados obtidos pelo Eurobarómetro - um inquérito incitado pela Comissão Europeia com o objectivo de auscultar as opiniões públicas dos Estados-membros da União Europeia acerca de diversos temas – que demonstrava que a reacção geral na recepção portuguesa em relação à Unificação tinha sido positiva (cf. Lehmann, 1997: 314). O primeiro periódico a merecer destaque no estudo de Lehmann foi o *Diário de Notícias* (DN), jornal que, segundo a politóloga, havia mantido total discrição em relação aos tumultos registados no processo de Unificação. Lehmann explica este facto, registando que aquele diário, na época ainda não privatizado, tinha que ser lido «como fiel porta-voz» [«als getreues Sprachrohr»] de Cavaco Silva. O *Diário de Notícias* teria, então, na opinião de Lehmann, valorizado fortemente a contribuição da República Federal Alemã para a integração dos Estados Ibéricos na União Europeia e evitado a «inconveniente» [«unangemessen»] crítica à política alemã (cf. Lehmann, 1997: 314).[37] A politóloga assinala

[37] Lehmann faz a seguinte afirmação: «Die Rolle der Bundesrepublik für die Integration der iberischen Staaten in die EG wird hoch geschätzt, und Kritik an der deutschen Politik scheint hier völlig unangemessen.» [O papel da

que, ao lado de uma informação de carácter mais objectivo e pouco sensacionalista no DN, se encontrava uma visão lusitana mais conservadora e porta-voz de interesses geopolíticos, que, seguindo a máxima salazarista «orgulhosamente só», rejeitava a inclusão de Portugal na Europa. Este grupo - que estaria representado nos artigos de opinião de Virgílio de Carvalho (Carvalho [DN], 26.09.1989) e Francisco Lucas Pires (Pires [DN], 21.10.1989) - via na Unificação alemã, bem como no consequente desenvolvimento da Europa de Leste, o perigo de Portugal vir a ocupar apenas uma posição periférica no continente europeu (cf. Lehmann, 1997: 314-315).[38] Lehmann chama igualmente a atenção para aquelas vozes, que, embora não tão resistentes à união das duas Alemanhas, receavam o possível regresso das movimentações neonazis e, principalmente, o ressurgimento da hegemonia política da Alemanha unificada (cf. Lehmann, 1997: 334). Temia-se também pelo lugar que Portugal iria ocupar na nova geografia europeia (cf. Lehmann, 1997: 337).

Entre outros estudos, realizados até ao momento sobre a recepção da Unificação alemã na imprensa periódica não portuguesa merece especial menção o estudo de Julia Schramm *Die deutsche Einigung 1989-1990 aus der Sicht ausgewählter Schweizer Tageszeitung*, que incide sobre a forma como a Unificação alemã foi retratada na imprensa suíça, desde a Queda do Muro de Berlim, passando pelas eleições de 18 de Março do ano seguinte e pela União Monetária de 1 de Julho, até à união política. Para a recolha do seu *corpus*, Schramm recorreu a cinco jornais suíços, nomeadamente a *Neue Zürcher Zeitung* e a *Basler Zeitung*, em língua alemã, o *Tribune de Genève* e o *24 heurs*, em língua francesa, e ainda o *Corriere del Ticino*, em italiano (cf. Schramm, 2000). Salienta o facto de a imprensa suíça olhar com simpatia o

---

República Federal Alemã na integração dos Estados ibéricos na Comunidade Europeia é fortemente valorizado e a crítica à política alemã parecia aqui totalmente inconveniente.] (cf. Lehmann, 1997: 314).

[38] Consideremos o texto original: «Ihre Argumentation ist einem Weltbild verhaftet, das mit der portugiesischen Niederlage in den Kolonialkriegen und der Hinwendung zu "Europa" durch den Beitritt zur EG eigentlich zusammengebrochen war, hier nun aber wiederaufersteht, da die Entwicklung in Osteuropa und eine erneut drohende Peripherisierung Portugals diesen Imperiumsanhängern mit ihrer Kritk an der portugiesichen EG-Integrationspolitik Recht zu geben scheint. Sie möchten zurück zu einem salazaristischen "Orgulhosamente só", einem stolz und allein auf sich selbst gestelltes kolonienreiches Weltreich Portugal.» [A sua argumentação está ligada a uma imagem do mundo, que caiu com a derrota portuguesa nas guerras coloniais e na viragem para a "Europa" através da entrada na Comunidade Europeia, mas agora aqui renascida, pois o desenvolvimento na Europa de Leste e uma renovada e iminente periferização de Portugal parece dar razão a estes partidários do Império com a sua crítica à política portuguesa de integração na Comunidade Europeia. Eles desejam o regresso a um "Orgulhosamente só" salazarista, a um Portugal "orgulhoso e só" dependente de si próprio e como império mundial colonial.] (cf. Lehmann, 1997: 315).

povo da RDA, estabelecendo um paralelismo entre a revolução por este desencadeada e a Revolução Francesa, já que ambas tinham consistido numa luta pacífica pela liberdade (cf. Schramm, 2000: 355). O tema que maior destaque tinha merecido nas páginas dos periódicos suíços assentava, segunda a autora, na discussão em torno dos possíveis riscos do expansionismo alemão, ou seja, na possibilidade do surgimento de uma «Grande Alemanha», interessada em constituir um «4º *Reich*» (cf. Schramm, 2000: 357). Schramm demonstra, contudo, que a tendência presente na imprensa suíça é a de sublinhar que não haveria por que temer a Alemanha unificada, já que esta seria integrada na Comunidade Europeia (cf. Schramm, 2000: 356-357). A abolição da divisão alemã era, na verdade, vista pela imprensa suíça como passo essencial para a superação da divisão da própria Europa (cf. Schramm, 2000: 358).

Sobre o impacto em França do processo de Unificação alemã e sobre a Alemanha unificada é de referir a já mencionada obra de Cary von Buttlar, *Das vereinigte Deutschland in der überregionalen Presse Frankreichs 1989 bis 1994*, recentemente publicada (Buttlar, 2006). Baseando a sua investigação nos jornais de referência *Le Monde*, *Le Figaro*, *La Croix* e *L' Humanité*, a autora concluiu que o povo francês, ao contrário de alguns dos seus intelectuais, tinha aceitado a Unificação alemã. Buttlar concluiu que a Unificação, apesar de trazer à memória os acontecimentos que haviam marcado a história e identidade alemãs entre 1871 e 1945, não tinha abalado a imagem positiva de que a Alemanha beneficiava naquele país desde a década de 60. Refira-se, a título de curiosidade, que Ines Lehmann, pelo contrário, deu especial atenção à apreensão registada na imprensa francesa relativamente à Unificação alemã, chegando mesmo a referir que «em nenhum outro país ocidental tinham sido publicados tantos medos e reflexões face à Unificação alemã como em França» (Lehmann, 1996: 725).[39] Lehmann salienta a inquietude francesa perante o surgimento de uma nova Alemanha, explicando que muitos esperavam dificuldades económicas e temiam as consequências políticas (cf. Lehmann, 1996: 737, 740).

[39] Considere-se a afirmação original de Lehmann: «In keinen anderen westlichen Land wurden ähnlich viele Ängste und Bedenken zur deutschen Vereinigung veröffentlicht wie in Frankreich.» (Lehmann, 1996: 725).

Para atingir o objectivo de averiguar e interpretar de forma circunstanciada o modo como a Unificação alemã foi assimilada em Portugal, o presente estudo partiu da análise de textos coligidos na imprensa periódica portuguesa, que, na verdade, revelaram possuir profundo interesse histórico. Já em 1975, o teórico e investigador alemão no domínio da Literatura e dos *media* Helmut Kreuzer havia registado a excelência deste tipo de textos, fazendo notar que, tal como os textos literários, eram merecedores de cuidadosa análise e interpretação (*apud* Bohnenkamp/Schneider, 2005: 38). Lembrando o lugar de destaque conquistado pelos *media* durante o século XX, Kreuzer defendia que aspectos como a estética ou o desenvolvimento histórico destes textos não podiam continuar a ser escamoteados (*apud* Bohnenkamp/Schneider, 2005: 38). A mesma perspectiva foi partilhada pelo professor de Estudos Jornalísticos Rudolf Gerhardt, que se debruçou especificamente sobre o jornalismo e sobre a imprensa periódica: «Journalismus ist Literatur in Eile» [O jornalismo é literatura à pressa] (Gerhardt, 2001: 28). Gerhardt sublinhava que o jornalismo era «uma profissão que, ao lado de toda a rapidez, exigia uma imensa meticulosidade: superficialidade com profundidade» (cf. Gerhardt, 2001: 30).[40]

Dado que os textos nos *media* pertencem também inegavelmente ao domínio da Literatura, não podemos deixar de referir as reflexões desenvolvidas pelo teórico alemão Hans Robert Jauss, a partir da década de sessenta, acerca da estética da recepção literária [*Rezeptionsästhetik*]. O autor privilegiava o papel desempenhado pelo leitor na interpretação de um texto literário, salientando que este não se trata de um objecto autónomo, mas sim de uma obra que está sujeita a factores extratextuais, como as reacções do leitor (cf. Jauss, 1982: *passim*). Procurando ultrapassar os limites do simples estudo das condições de produção de um texto literário, actividade que considerava redutora, Jauss demonstra que um mesmo texto não possui um mesmo significado, nem para todos os leitores, nem em diferentes épocas (cf. Jauss, 1982: 21). O texto literário liberta-se, sob este ponto de vista, da questão material das palavras e ganha uma existência contemporânea, isto é, ganha um significado específico, no momento em que é objecto da reflexão crítica e interpretação de um leitor (cf. Jauss, 1982: 21). Como explica Jauss, «o valor de uma obra literária não se produz pelas suas condições

[40] Registem-se as palavras originais de Gerhardt: «[...] Journalismus [ist] ein Beruf, der bei aller Eile eine immense Gründlichkeit verlangt: Oberflächlichkeit mit Tiefgang.» (cf. Gerhardt, 2001: 30).

históricas ou biográficas de produção, mas pelos critérios de recepção por parte do público, de impressão entre os contemporâneos […]» (cf. Jauss, 1970: 12). O processo de recepção de um texto trata-se, então, de um trabalho de produção subjectivo, que resulta do contexto histórico de cada observador (cf. Jauss, 1982: 21). O leitor interpreta o texto literário de acordo com as suas próprias expectativas, que resultam da memória das suas leituras e experiências anteriores (cf. Jauss, 1982: 23).

Foi precisamente através da leitura e posterior avaliação dos textos coligidos nos periódicos portugueses que foi possível a identificação e fundamentação dos receios, dúvidas, expectativas e motivações políticas nacionais que cunharam as reacções da opinião pública e de grupos políticos à Unificação alemã. Foi também através desta avaliação que se procurou identificar as hetero e auto-imagens que estariam na origem daquelas mesmas reacções. Entramos assim também no domínio da Imagologia Comparada, ciência definida como a «investigação literária dentro do domínio da Literatura Comparada que tem como objecto de estudo as hetero e auto-imagens das nações na própria Literatura, bem como em todos os campos da Literatura e da crítica literária»[41] (Nünning, 2004: 99). Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux sublinharam igualmente o facto de a Imagologia Comparada ser «um dos métodos de investigação mais antigos em Literatura Comparada», que visa «o estudo das imagens do estrangeiro num determinado texto, numa literatura ou mesmo numa cultura» (cf. Machado/Pageaux, 2001: 48). Nünning explica que a Imagologia apresenta uma forte afinidade com o estudo histórico de estereótipos. O estereótipo, ao qual está geralmente afecto um significado pejorativo, consiste em «ideias fortemente simplificadas, esquematizadas, fixas e amplamente propaladas de um grupo sobre um outro (hetero-estereótipo) ou sobre si próprio» (Nünning, 2004: 253).[42]

---

[41] Leia-se a definição apresentada no dicionário de Literatura *Grundbegriffe der Literaturtheorie*, editado por Ansgar Nünning: «[…] der Begriff komparatistische Imagologie bezeichnet eine literaturwissenschaftliche Forschungsrichtung innerhalb der vergleichenden Literaturwissenschaft, die nationenbezogene Fremd- und Selbstbilder in der Literatur selbst sowie in allen Bereichen der Literaturwissenschaft und –kritik zum Gegenstand hat.» (Nünning, 2004: 99).

[42] O conceito «estereótipo» é definido no dicionário de Literatura *Grundbegriffe der Literaturtheorie*, de Ansgar Nünning, da seguinte forma: «Stereotyp […] wird [...] in übertragenen und meist pejorativen Bedeutungen zur Bezeichnung von stark vereinfachten, schematisierten […], feststehenden und weit verbreiteten Vorstellungen einer Gruppe von einer anderen (Hetero-Stereotyp) oder von sich selbst […]»] (Nünning, 2004: 253).

Note-se que Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux chamaram a atenção para a indissociável relação entre Literatura, Cultura e construção de estereótipos, referindo que estes surgiam inevitavelmente no processo de conhecimento do «Outro». Registaram igualmente o impulso proporcionado pelo aparecimento, na década de sessenta, dos *Cultural Studies*, uma disciplina que, por ter como objectivo o estudo da evolução da estrutura social, bem como a compreensão do mundo do «Outro» e os padrões culturais que modelam as percepções de cada indivíduo, levou os estudos literários a debruçarem-se sobre os respectivos contextos histórico-sociais (cf. Machado/Pageaux, 2001: 49). Ao dizermos «o Outro» e ao emitirmos um juízo sobre ele, estamos inevitavelmente a dar a conhecer o nosso mundo, pois, na verdade, é este, com todas as suas características, que influencia a forma como olhamos o que nos rodeia (cf. Machado/Pageaux, 2001: 53). O conhecimento do «Outro» permite-nos, então, simultaneamente o conhecimento do «Eu», pois a cultura «que é olhada» [«culture regardée»] ganha a imagem que lhe é conferida pela cultura «que olha» [«culture regardante»] (cf. Machado/Pageaux, 2001: 53). Sendo o «Outro», afinal, reflexo do «Eu», Machado e Pageaux, na senda de Jauss, questionam a veracidade da imagem que é criada sobre o primeiro (cf. Machado/Pageaux, 2001: 52). Do mesmo modo, Walter Lippmann, jornalista, ensaísta, editor e crítico político americano, rejeita a possibilidade de se construir uma imagem imparcial da realidade, clarificando que aquela é, na verdade, resultado dos costumes e perspectivas de cada indivíduo (*apud* Schramm, 2000: 51). A imagem criada é resultado de elementos cognitivos e afectivos, da orientação política e ideológica, e da experiência individuais (cf. Buttlar, 2006: 30-31). O historiador alemão Peter Danylow, por exemplo, fez notar no ensaio «Selbst-/Fremdbilder», publicado em 1992 na obra *Handwörterbuch zur deutschen Einheit*, que não existe uma imagem inequívoca dos alemães, mas sim várias que dependem das experiências, que, ao longo da História, cada país estabeleceu com aquele povo (*apud* Schramm, 2000: 2). A imagem não representa, sob este ponto de vista, a realidade tal como ela é, mas uma realidade deformada (cf. Buttlar, 2006: 32). Curiosamente, foi o já mencionado jornalista Walter Lippmann quem introduziu, na obra *Public Opinion* (1922), o conceito de «estereótipo» no discurso das ciências sociais, da cultura e dos *media*, demonstrando a influência dos *media* na opinião pública. Estes eram, para Lippmann, as fontes mais férteis para o estudo de estereótipos (*apud* Nünning, 2004: 253 e Buttlar, 2006: 35).

Partindo, assim, de uma concepção abrangente de Literatura, que inclui os textos publicados na imprensa periódica, o presente estudo apoia-se nas considerações teóricas e nos métodos de abordagem textual propostos pela Estética da Recepção e Imagologia Comparada, duas disciplinas que apresentam inegáveis pontos de contacto.

O artigo «Medien, Kultur: Medienkultur. Ein konstruktivistisches Gesprächangebot» (1992), do filósofo e investigador alemão Siegfried J. Schmidt, apresenta os *media* como «instrumentos da construção da realidade» [«Instrumente der Wirklichkeitskonstruktion»], uma vez que transmitem cultura e modelos de realidade (*apud* Bohnenkamp/Schneider, 2005: 41, 42, 46). A tese foi intensificada em 1997 pelo historiador e sociólogo dos *media* Jérôme Bourdon, na sua obra *Introduction aux Medias* (publicada em Português no ano de 2006 com o título *Introdução aos média*), que destaca o poder dos *media* para moldar as consciências de diferentes grupos sociais (cf. Bourdon, 2006:10). Também Knut Hickethier, investigador alemão na área dos meios de comunicação em massa, fez notar na sua *Einführung in die Medienwissenschaft* (2003) que os *media* possuem o poder de criar hierarquias, classificando o que é importante ou não na nossa sociedade, através da selecção e avaliação dos temas que exploram (cf. Hickethier, 2003: 231). A título de exemplo, Hickethier refere que o desmoronamento da RDA em muito se terá devido à influência dos *media* ocidentais, que davam a conhecer aos cidadãos leste-alemães um mundo alternativo (cf. Hickethier, 2003: 239). Hickethier defende assim a tese de que os *media* facilitam a construção de um saber colectivo, influenciando a vida e a consciência das pessoas:

> «Als Mittel zur Identitätsbildung und damit auch der Abgrenzung des Einzelnen von der Umwelt dienen die Medien der Selbstidentifizierung des Menschen. Sie ermöglichen darüber hinaus die **Konstruktion von Welt** durch den Menschen, also die Fähigkeit des Menschen, sich der verändernden Umwelt anzupassen und diese wiederum selbst zu verändern und sie seinen Wünschen und Vorstellungen anzugleichen. […] In den Mediendiskursen formulieren die Medien, **wie die Welt zu sehen ist**. […] Die Diskurse der Medien erzeugen also ein **kollektives Wissen** und beeinflussen damit das Alltagsbewusstsein der Menschen.» [negrito no original] (cf. Hickethier, 2003: 238, 239). [Enquanto meios para a construção de identidade e, desta forma, também para a definição do indivíduo pelo mundo que o rodeia, os *media* servem para a auto-identificação do Homem. Eles possibilitam acima de tudo a construção do

> mundo através do Homem, isto é, a capacidade do Homem de se adaptar ao mundo em mudança e, por sua vez, de o mudar e adaptar aos seus desejos e ideias. [...] Nos discursos dos *media*, estes formulam como o mundo deve ser visto. [...] Os discursos dos *media* produzem então um saber colectivo e influenciam deste modo a consciência quotidiana do Homem.»

O profissional dos *media* torna-se, deste modo, um agente activo no processo de enraizamento de linguagens, normas e comportamentos comuns.

Hans-Joachim Ziegeler e Nikolaus Wegmann valorizam o contributo dos *media* no processo de construção da sociedade e recordam os nomes de Niklas Luhmann, um dos mais importantes profissionais da Sociologia alemã, e Elisabeth Eisenstein, historiadora americana que se debruçara sobre o papel desempenhado pelos *media* na mudança cultural da civilização ocidental, como referências na identificação de uma relação entre técnica, que dizia respeito a questões como o *layout* ou o tipo de escrita, e a comunicação cultural (cf. Ziegeler/Wegmann, 2005: 167). Björn Bohnenkamp e Irmela Schneider dão destaque ao conceito de *Medienkulturwissenschaft* [Estudos culturais dos *media*], sublinhando que este havia surgido essencialmente do trabalho desenvolvido nas últimas duas décadas por Siegfried J. Schmidt, germanista que vê os *media* como espelho dos programas culturais e modelos de realidade de uma sociedade (*apud* Bohnenkamp/ Schneider, 2005: 41, 42). Ansgar Nünning salientou também o importante contributo de Schmidt na criação do conceito *Medienkulturwissenschaft*, referindo que aquele autor havia demonstrado a forte influência que os *media* exerciam não só sobre as percepções, sentimentos, conhecimento, comunicação, socialização, interacção e pensamento da sociedade, mas também sobre a política, economia e propagação da informação (cf. Nünning, 2004: 163).[43] Para Siegfried J. Schmidt, os *media* eram, então,

[43] «[…] die Forderung nach Etablierung einer Medienkulturwissenschaft wurde Anfang der 1990er Jahre von S. J. Schmidt erhoben, der auch erste Vorschläge zur Konzeption einer solchen Disziplin vorlegte. Zur Begründung dieser Forderung wurde sowohl gesellschaftliche als auch wissenschaftliche Entwicklung angeführt, die kurz so zusammengefasst werden können: Mit Blick auf die gegenwärtige Gesellschaft ist kaum zu bestreiten, dass wir in einer Mediengesellschaft leben, in der telematische Maschinen Wahrnehmungen und Gefühle, Wissen und Kommunikation, Sozialisation und Interaktion, Gedächtnis und Informationsverarbeitung, Politik und Wirtschaft beeinflussen, wenn nicht gar dominieren. […] Unsere Wirklichkeitserfahrungen werden transformiert durch virtuelle Realitäten, Simulationen und weltweit operierende Netzwerke […]. Die traditionellen Konzepte von Autor und Rezipient, von Information und Kommunikation, von Sinn und Bedeutung, von Kreativität, Rezeptivität und Interaktion werden radikal umgeschrieben.» [O desafio da criação dos estudos culturais dos

instrumentos da construção da realidade [*Instrumente der Wirklichkeitskonstruktion*] (*apud* Bohnenkamp/Schneider, 2005: 42). Os *media* constroem e comunicam programas culturais e modelos de realidade por toda a sociedade, criando deste modo, como já aqui foi sublinhado, um saber colectivo (cf. Nünning, 2004: 164). Não esqueçamos que o modelo comunicativo nos *media* consiste, como sublinha Jürg Häusermann, professor universitário nesta área, na interacção de três grupos, nomeadamente os actores (aqueles sobre quem se informa), os comunicadores (os meios que noticiam e comentam) e os receptores (público) (cf. Häusermann, 2001: 46).

O estudo que agora se apresenta sobre a Unificação alemã na imprensa periódica portuguesa também terá em linha de conta as reflexões teóricas e metodológicas desenvolvidas no âmbito da *Medienkulturwissenschaft*. Ao debruçar-se sobre textos publicados na imprensa escrita, o presente estudo é necessariamente um trabalho de fronteira entre teorias e métodos afectos à Literatura e teorias e métodos afectos aos Estudos Culturais.

Martínez Albertos, um investigador espanhol no domínio da comunicação social, faz notar que a linguagem da imprensa é constituída por dois códigos distintos: o linguístico, que, englobando gírias especializadas, como a linguagem política ou científica, está presente no texto em si, e o icónico, formado por elementos que acompanham o texto, como as fotografias, os *cartoons*, os gráficos, o tamanho de letra ou mesmo a própria configuração da página. A preocupação da imprensa moderna com questões de ordem linguística está patente no facto de os periódicos actuais criarem o seu «livro de estilo» (prática que surgiu em Portugal a partir da década de 70), com o objectivo de adicionar à componente deontológica, já presente no Estatuto Editorial, uma componente técnica (cf. Fontcuberta, 1999: 85)[44]. Os «livros de estilo»

---

media foi levantado no início dos anos 90 por S. J. Schmidt, que também apresentou as primeiras propostas para a concepção de uma disciplina deste tipo. Como justificação deste estudo foi mencionado o desenvolvimento tanto social, como científico, que podia ser resumido da seguinte forma: ao olharmos a sociedade actual é inútil negar que vivemos numa sociedade de *media*, na qual as máquinas telemáticas influenciam, senão mesmo dominam, as percepções e sentimentos, o saber e a comunicação, a socialização e a interacção, a memória e a produção de informação, a política e a economia [...]. As nossas experiências com a realidade são transformadas através de realidades virtuais, simulações e redes de operação mundiais […]. Os conceitos tradicionais de autor e receptor, de informação e comunicação, de sentido e de significado, de criatividade, receptividade e interacção são radicalmente transformados.] (Nünning, 2004: 163).

[44] Veja-se a nota explicativa apresentada por Mar de Fontcuberta: «Em Portugal, o primeiro instrumento relacionado com a definição de conteúdos na imprensa foi o Estatuto Editorial, de natureza e objectivos distintos do livro de estilo (ou manual de redacção), mas com alguns pontos comuns, nomeadamente nos princípios

têm por objectivo precisar o uso eficaz da linguagem informativa, com base em normas linguísticas e estilísticas (cf. Fontcuberta, 1999: 85). O investigador José Fernández Beaumont analisou «livros de estilo» de vários países, salientando a sua importância na definição da identidade de um jornal, bem como na unificação e defesa da língua, uma vez que aqueles definem o estilo, grafismo, léxico, pontuação e normas da linguagem (no que toca o uso de neologismos ou estrangeirismos) de cada periódico (*apud* Fontcuberta, 1999: 87-88). No que diz respeito à abordagem de temas em geral, a imprensa pode, segundo o investigador da linguagem dos *media* Harald Burger, apostar nas chamadas «harten Nachrichten» [notícias puras e duras], ou, pelo contrário, nas «weichen Nachrichten» [notícias suaves]. O primeiro grupo vai ao encontro de temas centrais da sociedade, como a política ou a economia, enquanto as segundas olham para crimes, catástrofes e desgraças (cf. Burger, 2005: 211). Segundo Burger, será possível distinguir ainda um outro grupo de notícias, denominadas de «spot news» (ainda não existe um conceito equivalente em alemão), que, apostando num jornalismo de carácter mais popular, dizem respeito a temas de interesse humano (cf. Burger, 2005: 211).

A linguagem específica da imprensa será tida em consideração no presente estudo, que incide sobre três publicações periódicas de referência,[45] designadamente os semanários *O Independente* e *Expresso* e o diário *Público*. Coligi igualmente variados textos no âmbito do tema em análise no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*. Constrangimentos que se prenderam essencialmente com os prazos de entrega do presente trabalho e com a absorvente

---

relativos à ética dos jornalistas e dos jornais. A Lei de Imprensa de 26 de Fevereiro de 1975, dez meses volvidos sobre o restabelecimento da liberdade de expressão, previa, como medida de defesa do direito dos cidadãos a serem informados, a publicação do Estatuto Editorial das publicações. O documento deve conter a definição clara da orientação e objectivos da publicação e o seu compromisso deontológico perante os leitores. Em 1983, a então Direcção-Geral da Comunicação Social editava uma brochura com 72 estatutos editoriais de publicações de expansão nacional, muitas já entretanto desaparecidas. Com o gradual ascendente da vertente profissional sobre a ideológica, as redacções começaram a sentir a necessidade de compilarem e adoptarem regras técnicas e práticas, a par das deontológicas, para orientação do trabalho diário e harmonização de rotinas. Ainda na década de 70 começaram a surgir os primeiros livros de estilo. Na Anop (antecessora da actual agência Lusa), o primeiro livro de estilo data de 1978. Diários como o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias* esboçaram os seus livros. O *Público* foi lançado já com um livro de estilo adoptado internamente, editado em livro em 1998.» (Fontecuberta, 1999: 85).

[45] A imprensa de referência diz respeito ao periodismo que, através da sua qualidade e credibilidade, conseguiu conquistar o reconhecimento nacional, ou mesmo internacional. Segundo José Vidal-Beneyto, a imprensa de referência distingue-se pela sua neutralidade perante os interesses de diferentes grupos, pela aposta na pluralidade ideológica e ainda pelo tratamento pormenorizado e ético da informação publicada (cf. Cascais, 2001: 108).

actividade docente que concomitantemente desenvolvi obrigaram-me a relegar para uma fase posterior o tratamento do material igualmente importante recolhido nestes dois diários. O *corpu*s do presente estudo é constituído por um vasto número de notícias,[46] artigos de opinião,[47] crónicas,[48] reportagens,[49] entrevistas[50] e editoriais,[51] publicados essencialmente no período compreendido entre 1 de Julho de 1990, data da União Monetária e Económica das duas Alemanhas, afinal o primeiro passo oficial em direcção à Unificação política, e o dia 2 de Dezembro, data das primeiras eleições na Alemanha unificada. Procedi igualmente à recolha de testemunhos de recepção dados à estampa até ao final daquele mês, com o objectivo de mostrar e analisar as primeiras reacções aos resultados destas eleições.

---

[46] A notícia é a forma mais directa e pura de apresentar uma informação, ou, como refere Joaquim Letria, «o género literário mais descarnado, reduzido à ossatura do facto ou do acontecimento que se pretende transmitir através da sua descrição». O seu estilo é objectivo e formal (cf. Letria, 1999: 27-29). É um texto curto, orientado para os factos e sem qualquer espaço para a perspectiva do jornalista (cf. Burger, 2005: 213).

[47] Os artigos são textos de opinião ou de análise, que, não deixando de ter um forte carácter informativo, expressam a perspectiva de um articulista sobre um determinado acontecimento da actualidade. Muito embora as ideias publicadas num artigo sejam da inteira responsabilidade de quem o assina, a verdade é que estas tendem a ir maioritariamente ao encontro da linha editorial do jornal. Os artigos trabalham a informação acerca de um determinado acontecimento, com vista a deduzir as suas consequências de ordem ideológica, filosófica e também cultural (cf. Cascais, 2001, 27; Letria, 1999, 65-68).

[48] A crónica jornalística distingue-se do conceito "crónica" presente nas páginas da história da literatura, que a definem como o relato de algo que aconteceu entre duas datas. As crónicas jornalísticas designam, na verdade, um género híbrido, que possui características que associamos à notícia ou à reportagem e outras que associamos ao artigo de opinião. De facto, a crónica jornalística veicula informação interpretativa, ou seja, valoriza de forma simultânea «o relato noticioso de factos» e o comentário do cronista. As crónicas debruçam-se sobre um lugar, como compete aos enviados especiais e correspondentes, ou sobre um tema, como verificamos numa crónica social ou judicial (cf. Letria, 1999, 51-53).

[49] Respeitada pela maioria dos comunicólogos, enquanto «género jornalístico de grande excelência», a reportagem designa igualmente um texto que expressa a visão de um jornalista sobre um acontecimento actual, mas, com a característica de a informação transmitida ser resultado de um contacto directo com esse mesmo acontecimento. Note-se, contudo, que não é tanto a opinião do jornalista que deve ser transmitida, mas antes as suas impressões. O repórter relata o que viu, ouviu e sentiu, «"empresta[ndo]" os seus sentidos aos outros», ou seja, ao público ausente. No que toca o estilo literário, a reportagem distingue-se da notícia por admitir alguma liberdade criativa, como se fosse um relato de um documentário. Segundo Joaquim Letria, a reportagem, que pode mesmo ter semelhanças com algumas correntes literárias, tem a liberdade de se servir de técnicas poéticas, como o contraste, a associação de ideias, o trocadilho ou a caricatura (cf. Cascais, 2001: 167; Letria, 1999: 33-38).

[50] Considerada por Michael Schudson como uma «acção fundamental do jornalismo contemporâneo», a entrevista é uma técnica de investigação, que, partindo de um diálogo, permite dar ao leitor, tal como nos meios audiovisuais, a sensação de que está a conversar directamente com o entrevistado. Com carácter rigoroso, a entrevista só se justifica quando, na abordagem de um determinado tema ou acontecimento, ganha interesse conhecer a opinião de uma pessoa que ocupa, de facto, um lugar de destaque no que toca esse mesmo tema ou acontecimento (cf. Cascais, 2001: 81-82; Letria, 1999: 38-41).

[51] Muito embora os editoriais sejam tendencialmente assinados pelos directores dos periódicos, têm por objectivo dar a conhecer a consciência, opinião e interpretação do jornal perante um acontecimento específico. Por este motivo, os editoriais não são textos em primeira pessoa, de carácter individual. Em termos estilísticos, apresentam-se de forma clara e concisa (cf. Letria, 1999: 68-72).

1. Perfil dos periódicos em estudo[52]

1.1. O Independente

Fundado a 20 de Maio de 1988 pelos jornalistas Miguel Esteves Cardoso[53] (director), também escritor, Paulo Portas [54] (director-adjunto), posteriormente líder do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP), e Manuel Falcão [55] (subdirector), *O Independente* assumia em 1990, no ano da Unificação alemã, um lugar de destaque no contexto da imprensa periódica portuguesa. Apostando num jornalismo de investigação com laivos sensacionalistas, este semanário constituiu «uma lufada de ar fresco» na imprensa periódica portuguesa, contribuindo para a sua inovação (cf. Reis, 1993: 396). No «Estatuto Editorial», publicado no primeiro número, valorizava-se tudo o que era português e Portugal era definido como «o primeiro valor» deste semanário. O jornal assumia assim uma linha editorial que salientava o «conceito de Pátria, no sentido mais amplo de unidade essencial de

---

[52] Sobre o período abrangido pelo presente estudo, vd. *supra* Introdução.

[53] Miguel Esteves Cardoso abandona a direcção de *O Independente* em Março de 1990. Foi co-fundador não só deste projecto, mas também da revista *K*, que, embora tenha tido apenas três anos de vida, deixou marcas na imprensa portuguesa pelo seu estilo irreverente, inteligente e culto. Para além de jornalista, Miguel Esteves Cardoso é autor de diversas obras, como *A Causa das Coisas* (1986), *Os Meus Problemas* (1987), *As Minhas Aventuras na República Portuguesa* (1990), *O Amor é Fodido* (1994), este um *best-seller*, *A Vida Inteira* (1995) e *Cemitério das Raparigas* (1996). Doutorou-se em Oxford no ano de 1983, com a tese *A Saudade e o Sebastianismo na Cultura Portuguesa* (cf. Oliveira, 2003: 71).

[54] Paulo Portas licenciou-se em Direito pela Universidade Católica de Lisboa no ano de 1986, mas destacou-se como jornalista nos periódicos *O Tempo*, *Tarde* e *Semanário*. Em 1988, funda *O Independente* juntamente com Miguel Esteves Cardoso, assumindo funções de Director-Adjunto. Em 1995, foi co-fundador do Instituto de Estudos Políticos e deputado à Assembleia da República pelo CDS/PP. Em Agosto desse mesmo ano deixa a direcção de *O Independente*. Quatro anos mais tarde foi deputado ao Parlamento Europeu e líder parlamentar do seu Partido. A partir de Março de 1998, assumiu o cargo de presidente do CDS/PP e a 6 de Abril de 2002 ocupou o lugar de Ministro da Defesa do XV Governo Constitucional. Em Abril de 2005, ao verificar não ter atingido os objectivos propostos para as eleições legislativas, abandonou a presidência do Partido, sendo substituído por Ribeiro e Castro. Dois anos mais tarde, recandidata-se, no entanto, à liderança do CDS/PP, saindo vencedor das eleições directas a 21 de Abril (cf. Oliveira, 2003: 247; http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Portas [em 01.02.2008]).

[55] Manuel Falcão dá início à sua carreira como jornalista no semanário *Voz do Povo*. Em Novembro de 1984, funda o jornal *Blitz*, dedicado à música. Sublinhe-se que o mundo dos espectáculos foi sempre uma área do seu interesse. Na verdade, ao logo da sua carreira, destacam-se os cargos de presidente do Instituto Português do Cinema, de Director do Centro de Espectáculos do CCB e de Administrador da Valentim de Carvalho. Importa ainda chamar a atenção para o facto de ter sido director de programas da *RTP2*, canal televisivo que dirigiu entre 2003 e 2005 e no qual estimulou a produção de documentários acerca de personalidades que haviam marcado a cultura do nosso país. Presentemente é director-geral da Nova Expressão, uma agência ligada à publicidade e *media*. Enquanto jornalista, vale a pena referir que, em 1988, foi co-fundador do jornal *O Independente*. Pertenceu igualmente aos quadros do jornal *Expresso* e da revista *Visão* e foi colunista no *Jornal de Negócios* e na revista *Atlântico* (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/ Manuel_Falc%C3%A3o [em 01.02.2008]).

território e cultura». Concomitantemente, a cultura era caracterizada «como resultado permanente da actividade social – e não como um mundo à parte». O conselho editorial, que se propunha praticar «a tolerância» e não ser «cúmplice de qualquer abuso de poder», afirmava não acreditar na «neutralidade» política, assumindo-se assim como «democrata e conservador». Sublinhava a «força das elites», o respeito pela «tradição» e a «aposta na autoridade». No que tocava a esfera económica, acreditava ser necessário «devolver à iniciativa privada os direitos que o Estado lhe nega[va]» e via «o mercado como princípio da vida económica» (cf. [Anónimo] [Ind], 20.05.1988: 8).

No ano de 1990, sob direcção de Paulo Portas, este periódico apresentava um suplemento, intitulado *Destaque*, que abordava temas de índole política e económica, e uma revista, de tamanho ligeiramente inferior e colorida, com o nome *Vida*, que tratava temas variados referentes à sociedade e à cultura.

Este projecto jornalístico contou com a participação de diversos intelectuais conceituados como a escritora Agustina Bessa-Luís, a jornalista e também escritora Helena Vaz da Silva, Leonardo Ferraz de Carvalho, colunista de assuntos económicos e João Amaral, então deputado à Assembleia da República e militante do PCP. No grupo de redactores destacavam-se ainda a jornalista e escritora Inês Pedrosa, o jornalista João Viegas Soares, actualmente membro do Conselho de Administração do *Diário de Notícias*. Entre os inúmeros colaboradores deste semanário, merece especial menção o pintor António Sena, o poeta, ensaísta e crítico literário Fernando Pinto do Amaral, o ensaísta e crítico de cinema João Bérnard da Costa, o poeta, ensaísta e professor universitário Joaquim Manuel Magalhães, o renomeado arquitecto Manuel Graça Dias, e ainda o professor universitário Vasco Pulido Valente, na área das Ciências Sociais.

O Independente distinguia-se entre os periódicos portugueses através de um estilo irreverente, que se verificava na linguagem metafórica e apelativa dos títulos, em que eram reiteradamente explorados jogos de palavras, cacafonias e metáforas.[56] Como recentemente

[56] Tomemos, como exemplo, os títulos «A Dieta Milagrosa» (SOARES [Ind], 6.07.1990: 27), «Caiu o pano» (Soares [Ind], 14.09.1990: 27), «1+1=1» ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990:32), «Letras no Muro» (Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III), «A vitória cola a Kohl» (Amaral [Ind], 30.11.1990: 19), ou mesmo, «Berlim de vermelho e negro» (Amaral [Ind], 7.12.1990: 19). Estes títulos serão objecto da análise apresentada nos pontos que se

comentado por Ricardo Dias Felner, jornalista do caderno nacional do jornal *Público*, a «Generation MEC»[57] criava, a 20 de Maio de 1988, «um espaço de criatividade jornalística e literária», «uma espécie de balão de ensaio estético e literário», que rompia «com o cinzentismo da imprensa da época» (cf. Felner [Púb], 01.09.2006: 43). Também as capas deste semanário eram espelho da criatividade que lhe era característica. Na verdade, estas eram conhecidas por causarem a chamada «síndroma da quinta-feira à noite», dia em que muitos temiam ser alvo da manchete que *O Independente* publicaria no dia seguinte (cf. [Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 4). Entre os inúmeros casos polémicos que fizeram capa neste periódico, contam-se o processo dos hemofílicos que haviam recebido sangue contaminado na época em que Leonor Beleza era Ministra da Saúde no Governo de Cavaco Silva, o não pagamento de sisa por Miguel Cadilhe, Ministro das Finanças entre Novembro de 1985 e Janeiro de 1990, as críticas de Sousa Franco ao Governo de Guterres, o roubo de uma manta de um avião da TAP por João de Deus Pinheiro, político que já ocupou vários cargos em governos portugueses, o desvio de verbas europeias pelo antigo secretário-geral da UGT Torres Couto, ou mesmo o caso que envolvia José Sócrates, actual Primeiro-Ministro e então Ministro do Meio Ambiente, no processo de viabilização do centro comercial «Freeport», em Alcochete.

Fig. 12 – Capas publicadas por *O Independente*. ([Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 4)

---

seguem, no âmbito das diversas tendências que então caracterizaram a recepção portuguesa do tema aqui em análise.

[57] Referência a Miguel Esteves Cardoso.

Fig. 13 - Capas publicadas por *O Independente*. ([Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 4-7)

A originalidade das capas deste semanário foi merecedora de inúmeros prémios na área de *design* de jornais, atribuídos, por exemplo, pela conceituada *Society for News Design*. Refira-se, a título de curiosidade, que na edição realizada por esta sociedade em 2005, *O Independente* foi o periódico mais galardoado, arrecadando treze das trinta e cinco distinções atribuídas a jornais portugueses (cf. [Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 31).

Ainda que ao longo dos anos, *O Independente* tenha continuado a publicar capas polémicas e irreverentes, os tempos áureos mantiveram-se apenas até ao final da primeira metade da década de noventa, tendo, na verdade, o seu progressivo declínio culminado no encerramento da redacção a 1 de Setembro de 2006, poucos meses após ter atingido a «maioridade». Como referido no seu último número (num estilo que lhe era característico), «quem tem capa nem sempre escapa…». De acordo com o jornal *Diário de Notícias*, *O Independente* «protagonizou a maior queda dos semanários», tendo as tiragens caído dos cem mil exemplares, que se vendiam na década de noventa, para os actuais nove mil trezentos e noventa e dois (cf. Pago [DN], 31.08.2006: 33). No artigo «Venda falhada por um euro provoca fecho de *O Independente*» dado à estampa no *Público*, Maria Lopes, actualmente jornalista no caderno sobre *media* deste mesmo diário, refere as inúmeras dificuldades financeiras que aquele semanário enfrentava há já alguns anos, justificando-as através da queda da publicidade e das vendas. São igualmente mencionadas as dívidas ao Estado em impostos, as faltas de pagamentos a fornecedores, os processos de indemnizações e uma acção de despejo no valor de 185 mil euros, que decorria desde o final de Junho (cf. Lopes [Púb], 31.08.2006: 39). Maria Lopes cita o jornalista Manuel Falcão, que, para além de lamentar a redução do «leque de diversidade da imprensa em Portugal», interpreta o fim de *O Independente* como «um sinal dos tempos políticos que correm» (*apud* Lopes [Púb], 31.08.2006: 39). De facto, no artigo de opinião «Um regime perigoso», publicado no último número de *O Independente*, Manuel Falcão, que em 1988 ocupava o cargo de subdirector deste periódico, dá a seguinte explicação para a falência do projecto jornalístico:

> «O regime patrocina o apoliticismo, o amorfismo, o acriticismo, enaltece o cinzentismo, cuida religiosamente do dogma da infalibilidade de quem manda e promove os guardiões do templo. […] Hoje em dia a imprensa portuguesa está qualitativamente pior que há alguns anos, é menos

> informativa, mais opinativa […]. A agenda dos jornais é ditada de fora – não pela actualidade, mas pelo trabalho de assessores de governos, de empresas, de instituições. Mais do que sugerir o que se deve ler, o trabalho de todos estes profissionais dedica-se a evitar que algumas coisas sejam ditas, escritas, abordadas. São os assessores do silêncio […]. […] é mais fácil manipular a informação e a opinião do que há uns anos atrás. Há menos vozes contra, há menos média críticos, há menos jornalismo de investigação […]. Quando um regime sorri ao ver diminuir o leque de informação de que a sociedade dispõe as coisas não vão nada bem; e quando a sociedade fica impassível assistindo à redução da sua possibilidade de escolha, estão o assunto é mesmo sério.» (Falcão [Ind], 01.09.2006: 10).

Também a jornalista Constança Cunha e Sá, que assumiu a direcção de *O Independente* entre 1996 e 1998, num outro artigo sintomaticamente intitulado «O triunfo do regime», dado à estampa nas páginas do jornal *Público*, estabelece uma relação entre a falência deste semanário e o contexto político de Portugal nas últimas duas décadas:

> «[…] o semanário, lançado por Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas, marcou uma época e "revolucionou" o jornalismo desse tempo, moldado pela anemia institucional do *Expresso* e pelo domínio incontestável de uma "cultura" de esquerda que, salvo raras excepções, tinha o exclusivo da crítica e da opinião num campo que lhe pertencia por definição. Como registou, na altura, Eduardo Prado Coelho, *O Independente* não era apenas mais um jornal político de direita […], era, antes de mais, a primeira tentativa ensaiada pela direita, depois do 25 de Abril, de se afirmar "culturalmente", contrariando a unanimidade que a esquerda tinha imposto nesse sector. […] com *O Independente* aparecia, pela primeira vez, em Portugal, um projecto de direita "conservadora" que se apresentava como alternativa ao modelo representado pela esquerda que, até aí, detinha o exclusivo da imprensa e da generalidade das nossas elites. […] O fim de *O Independente* corresponde ao fim de um ciclo que, de certa forma, se encerrou com a queda do cavaquismo e que, agora, se revela em todo o seu esplendor, com o vazio que se instalou na direita depois dessa experiência traumatizante que foi o governo do dr. Durão Barroso e a sua agonia final que ficou, premeditadamente, a cargo do dr. Santana Lopes. Duvido mesmo, que, com o fecho do jornal, fique um espaço por preencher, como se tem dito, parecendo-me, antes, que o progressivo declínio de *O Independente* corresponde, acima de tudo, ao fracasso de uma direita que continua sem saber se existe e que se deixa, hoje, seduzir pela "determinação" do eng. Sócrates com o mesmo entusiasmo com que, há duas décadas, se deixava seduzir pela "autoridade" do prof. Cavaco

> Silva. […] Não é por acaso que, dezoito anos depois dos seus auspiciosos inícios, *O Independente* acaba sob a maioria absoluta do eng. Sócrates, enquanto a direita enfeita as suas fragilidades com promessas de "reflexão" ou "propostas de manifestos" […]. E o essencial, na minha opinião, é tentar perceber por que é que a direita, nas suas mais diversas encarnações, não consegue vingar em Portugal. O fim de *O Independente* não representa apenas o fim de um ciclo: revela sobretudo o triunfo de um regime que destrói qualquer tipo de alternativa. Ou se preferir, a impossibilidade de fugir ao pensamento único e ao "consenso mole" (para usar uma expressão de Francisco Louçã) em que nos enterrámos.» (Sá [Púb], 01.09.2006: 9).

O Sindicato dos Jornalistas vê o fim deste jornal como «mais uma página triste do livro negro da imprensa portuguesa» (cf. Lopes [Púb], 31.08.2006: 39).[58] Com efeito, é entre a comunidade jornalística que o último número do *Indy*, como alguns carinhosamente o denominavam, é recebido com maior tristeza. No artigo «Insubstituível Indy», Jorge Afonso Morgado[59], jornalista de *O Independente* entre 1991 e 1998, observava:

> «[…] morre (para sempre?) o mais fantástico projecto jornalístico das últimas décadas em Portugal. […] *O Independente* fez uma revolução e criou um estilo. Sobretudo, o mérito de *O Independente* foi o de trazer novas práticas, bons hábitos e muito ar fresco aos jornais portugueses: o jornalismo de causas, a investigação e a confrontação com o poder – com todos os poderes, aliás –, a denúncia da incompetência, dos erros e dos abusos, a dessacralização dos políticos, o tratamento jornalístico de novos temas, como as questões do ambiente ou da saúde. […] Incómodo, irreverente, inquieto, inovador, indispensável: *O Independente*. Durante 18 anos foi assim. Foi um orgulho. Agora é insubstituível. E inesquecível.» (Morgado [Púb], 01.09.2006: 43).

[58] Na hora do adeus, ouvem-se algumas vozes que não lamentam o fim de *O Independente*, como se tal se tratasse do preço a pagar pelas páginas irreverentes que incomodaram muitos. Tomemos como exemplo Macário Correia, actual presidente da Câmara de Tavira e, no passado, alvo de uma edição de *O Independente*, que afirma ao *Diário de Notícias* que «é pena que [*O Independente*] não tenha fechado há mais tempo» e acrescenta que «a génese e a primeira fase do jornal são condenáveis» (cf. Pago/Santos [DN], 01.09.2006: 33).

[59] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.

O colunista português João Pereira Coutinho[60] chama também a atenção, para o encerramento da redacção deste jornal:

> «O Independente chega hoje ao fim. Eu sei que seria de bom tom prestar as homenagens fúnebres com os pesares da praxe. Não contem comigo. Desde logo porque o fim de O Independente não passa de um pormenor. O essencial não está no fim. Está no princípio – neste princípio: daqui a trinta anos, aposto o que tenho e não tenho em como as gerações vindouras falarão do «Indy» […]. Disse trinta anos? Menti, menti. Antes de terminar, o «Indy» já era uma lenda. Se isto não é uma vitória, o que é uma vitória?» (Coutinho [Ind], 01.09.2006: 11).

Leia-se, finalmente, o que afirmou o próprio Miguel Esteves Cardoso, em jeito de despedida, num artigo sintomaticamente intitulado «Mal», publicado no último número deste semanário:

> «Com que então são estas as últimas palavras que vou escrever no meu jornal. Que miseráveis são. […] Hoje a cerejeira vem abaixo e toda essa doçura amarga e apodrece na alma. Há muito para amargar. Há muito para apodrecer. Se a alegria não tivesse sido tão grande, talvez se pudesse esquecer; talvez se pudesse destilar; talvez se pudesse engarrafar e depois beber. Talvez pudéssemos embebedarmo-nos todos juntos mais uma vez. Mas foi. Foi uma alegria muito grande. E agora é preciso pagar em dor e saudade; sofrer sem saber ler nem escrever – e sem ao menos ter o jornal nas mãos, todas as sextas-feiras para consolar. Não é bom. É escusado fingir que há um lado bom. Não há um lado bom. Não eram ginjas. Não eram ambíguas ou agridoces: eram cerejinhas. Eram luzidias. Não dão para fazer ginjinha. De nada servem as aguardentes. Os jornais são feitos para o dia em que saem. Não duram. Não ficam. Ainda não estão acabados. É por isso que voltam todas as semanas, todos os dias. "O Independente" já não vai voltar. "O Independente" já não é um jornal. Não se diga que não faz mal. Faz mal. Faz sim.» (Cardoso [Ind], 01.09.2006: 32).

Nos seus primeiros tempos de vida, *O Independente* agitou pensamentos, abalou convicções e abriu novos horizontes sobre a ordem política do país. Não desaparece do seio jornalístico, sem antes agitar, por uma última vez, as mentes amorfas do seu país. De facto, o seu

[60] Vindo da área de formação em História, João Pereira Coutinho realizou uma pós-graduação em Ciências Políticas na Universidade Católica. Entre 1998 e 2003 foi cronista do jornal *O Independente*, tendo dado à estampa, em 2004, um livro de crónicas, intitulado *Vida Independente: 1998 – 2003*. Presentemente é colunista do semanário *Expresso* (cf. http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?idCanal=19&id=144597 [em 01.02.2008]).

desaparecimento desencadeou uma reflexão acerca do estado actual da imprensa e, concomitantemente, da política em Portugal.

1.2. O Expresso

O jornal *Expresso* tem sido, desde a sua fundação, considerado um semanário de referência em Portugal. Foi fundado em 1972[61] pelos jornalistas Francisco Pinto Balsemão,[62] que assumiu funções de director, e Augusto de Carvalho,[63] bem como pelo jurista e docente universitário Marcelo Rebelo de Sousa.[64] É propriedade da *holding* Impresa, um dos maiores grupos portugueses de *media*, que detém igualmente a estação de televisão SIC, o *Jornal da Região*, a revista *Visão* e outras como a *Exame*, *Caras*, *Activa* ou *Casa Claudia*. Fruto do desejo de criar um semanário de qualidade, audaz e inovador, este projecto jornalístico não esmoreceu, apesar da censura política que cunhava a época. Na sua edição de 6 de Janeiro de 1973, o primeiro número deste jornal, é dado à estampa o artigo «O julgamento que nos compete», no qual são apresentadas as suas principais linhas orientadoras (cf. [Anónimo]

[61] Em 1972, Francisco Pinto Balsemão cria a empresa *Sojornal/Expresso*. Nos dias 18 e 30 de Dezembro desse mesmo ano, foram publicados dois números experimentais (nº 00 e nº 0) com o objectivo de dar a conhecer o estilo deste projecto. Só a 6 de Janeiro de 1973 surge o seu primeiro número destinado à venda ao público. Embora experimental, o nº 00 será tido em conta no presente estudo, uma vez que nele foi inserido um suplemento intitulado *Expresso – Novo Semanário: Para quê? Para quem?*, que dá a conhecer algumas das características do periódico, bem como informação acerca dos responsáveis pela fundação e concretização deste projecto.

[62] Francisco José Pereira Pinto Balsemão granjeou notoriedade não só enquanto jornalista, carreira que inicia em 1961 após licenciar-se em Direito na Universidade de Lisboa, mas também como político. Entre 1963 e 1965 ocupa o cargo de secretário da direcção do *Diário Popular*. Quase uma década mais tarde, no ano de 1972, lança o seu próprio projecto, fundando o jornal *Expresso*, do qual ainda hoje é um dos principais accionistas através do grupo Impresa. Dirige este semanário até 3 de Janeiro de 1980, data em que se torna Ministro-Adjunto do então Primeiro Ministro Francisco Sá Carneiro. Em 1974, foi co-fundador do Partido Popular Democrático, hoje denominado Partido Social-Democrata. De 4 de Janeiro de 1981 a 9 de Junho de 1983, é Primeiro-Ministro de Portugal dos VII e VIII Governos Constitucionais, que assentavam na coligação formada pelo *Partido Social Democrata*, o *Centro Democrático Social*, hoje *Partido Popular*, e o *Partido Popular Monárquico*. Actualmente distingue-se como empresário, presidindo à *holding* Impresa (cf. Oliveira, 2003: 38; http://www.impresa.pt [em 01.02.2008]).

[63] Augusto de Carvalho deu início à sua carreira de jornalista profissional em 1963. Antes da sua participação no semanário *Expresso*, enquanto Chefe de Redacção, colaborou com os periódicos *Notícias*, *O Século* e *Vida Mundial* (cf. [Anónimo] [Exp], 18.12.1972: s.p).

[64] Em 1972, Marcelo Rebelo de Sousa, que então assumia o cargo de Administrador Delegado da sociedade proprietária do *Expresso*, tinha já colaborado em inúmeras revistas científicas e órgãos de imprensa. Entre 1975 e 1979, foi administrador e subdirector deste periódico. No ano de 1983, fundou o jornal *Semanário*, no qual foi presidente do Conselho de Administração até 1987. Doutorou-se em 1984 em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade de Lisboa e, seis anos mais tarde, passou a desempenhar as funções de Professor Catedrático na Faculdade de Direito desta mesma universidade. No que toca a sua vida política, sublinhe-se o facto de ter sido Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do VIII Governo Constitucional entre 1981 e 1982, bem como Ministro para os Assuntos Parlamentares até 1983. Entre as funções que desempenhou mais recentemente no Partido Social Democrata, refira-se o cargo de presidente do mesmo de 1996 a 1999. Presentemente, tem um programa semanal de análise política na televisão estatal (cf. [Anónimo] [Exp], 18.12.1972: s.p.; Oliveira, 2003: 292-293; http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Rebelo_de_Sousa [em 01.02.2008]).

[Exp], 06.01.1973: 8). Estas firmavam-se na convicção de que a imprensa tem o poder de «vencer as barreiras da língua, da geografia e do tempo histórico e provocar o entendimento entre os mais e menos desenvolvidos, os agarrados ao passado e os que jogam no futuro, os "orgulhosamente sós" e os crentes na comunhão de interesses e de ideias dos povos, por mais estruturalmente diferentes que estes sejam» ([Anónimo] [Exp], 06.01.1973: 8). No *Expresso*, rejeitavam-se «todas e quaisquer ligações – possíveis e fáceis, aliás – com o poder político e o poder económico» e ambicionava-se «contribuir para que se alcan[çasse] em Portugal a liberdade de informação: liberdade de informar e a liberdade de ser informado», pois «a imprensa só é interveniente, só explica, só informa (e forma), quando sai da tutela governamental e consegue ser responsável por si própria» ([Anónimo] [Exp], 06.01.1973: 8).

Apostando num estilo jornalístico de qualidade, este projecto teve como modelo os periódicos britânicos *Sunday Times* e *Observer*, que se caracterizam por uma sobriedade gráfica e estilística, bem como pelas páginas de grande formato (cf. [Anónimo] [Exp], 18.12.1972: s.p.). Este semanário depressa conquistou um lugar de destaque na imprensa portuguesa pelo seu rigor informativo e reflexão crítica na abordagem de um largo espectro de domínios de âmbito nacional e internacional. Note-se que em 1990, sob direcção de José António Saraiva,[65] o *Expresso* publicava cinco cadernos distintos. O Caderno A apresentava notícias de carácter geral e os restantes debruçavam-se sobre temáticas específicas, como os próprios títulos indicam: Internacional (Caderno B), Economia (Caderno C), Desporto (Caderno D) e Emprego (Caderno E). Deste semanário constava ainda *A Revista*, um suplemento colorido do Caderno principal, em que eram abordados temas diversos, especificamente afectos à ciência e à cultura em geral. Refira-se igualmente a publicação do *Cartaz*, caderno de dimensões mais reduzidas, que dava a conhecer as realizações de âmbito cultural, lançado um olhar crítico sobre livros, festivais, peças de teatro, programas de televisão, vídeo, cinema, discos e exposições.

---

[65] José António Saraiva, nascido em 1948, frequentou a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, formando-se em Arquitectura no ano de 1973. Foi, no entanto, como jornalista e comentador político que granjeou maior notoriedade, sendo galardoado em 2004 com o prémio «Luca de Tena» de Jornalismo. Ao longo da sua carreira, colaborou ainda com periódicos como *Comércio do Funchal*, *Diário de Lisboa*, *República*, *Opção*, *A Bola*, *A Luta*, *Portugal Hoje*, *Vida Mundial*, *Espaço T Magazine*, *Baluarte* e *Diário de Notícias*. Foi director do jornal *Expresso* de 1985 a 2006. Presentemente dirige o semanário *Sol* (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_Saraiva [em 01.02.2008]).

Convém acrescentar que o *Expresso* contava, em 1990, com o contributo de alguns intelectuais como António Augusto Barros, presentemente encenador e director artístico do grupo de teatro *A Escola da Noite*, em Coimbra, António Cabrita, crítico literário e de cinema, bem como autor de contos, António Pinto Ribeiro, escritor e ensaísta, Fernando António Almeida, jornalista, cronista e ficcionista e ainda Francisco Rui Cádima, especialista em História dos *media*. Vale a pena referir igualmente a participação do caricaturista António Moreira Antunes, que, em 1993, publicou, precisamente no jornal *Expresso*, o seu mais famoso e polémico *cartoon*, intitulado «Preservativo Papal», bem como a dos colunistas José Barros Moura,[66] que se afastou do PCP por altura da *Perestroika*, e Basílio Horta, advogado, e professor universitário, que, ao lado de Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa e Xavier Pintado, foi fundador do Partido CDS/PP. José Barros Moura e Basílio Horta são espelho da pluralidade político-partidária que parecia pautar este semanário.

Recentemente, a 9 de Setembro de 2006, este semanário abandonou o seu formato *broadsheet*, adoptando o chamado *berliner*, que, embora mais estreito e mais baixo, continua a distinguir-se do formato tablóide. Foi assim possível manter o tamanho enquanto factor de distinção e tradição que lhe era característico, tornando, simultaneamente, a sua utilização mais fácil e cómoda. Esta mudança destacou-se igualmente por uma remodelação gráfica, que incluiu a criação de um novo logótipo, impressão totalmente a cores e adopção de um novo tipo de letra. As páginas do «novo» Expresso apresentam ainda uma nova palete de cores e são acompanhadas por fotografias de dimensão maior. Vale a pena referir também a alteração na organização dos títulos, bem como a presença de ideias chave em destaque nas páginas de cada notícia, enquanto estratégias para proporcionar uma leitura mais simples e directa ao leitor. Marcante foi também a substituição de José António Saraiva, que ao longo de vinte e um anos ocupara o cargo de direcção, por Henrique Monteiro.

[66] O nome de José Barros Moura é detentor de especial interesse no contexto do presente estudo, uma vez que foi um dos políticos dissidentes do Partido Comunista Português, que, a 9 de Maio de 1992, aderiu à formação da chamada Plataforma de Esquerda. Vd. *infra* ponto 2.

1.3. O Público

A 5 de Março de 1990, surge o primeiro número do jornal *Público*, uma publicação diária do Grupo Sonae, ainda hoje um dos maiores grupos empresariais portugueses. Neste primeiro número, o *Público* deu à estampa um suplemento especial dedicado à nova arquitectura europeia. Curiosamente este periódico surgiu entre dois acontecimentos significativos para a redefinição das fronteiras e consolidação da paz do Velho Continente: a queda do Muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, e a Unificação alemã, a 3 de Outubro de 1990.

Por altura da sua fundação, o *Público* contava com o contributo de colunistas e colaboradores de grande nomeada como o sociólogo e político António Barreto, o crítico e ensaísta Eduardo Prado Coelho, a já falecida Maria de Lurdes Pintasilgo, a única mulher que desempenhou funções de Primeiro-Ministro em Portugal, o também já falecido pintor e poeta Mário Cesariny, principal representando do surrealismo português, o escritor Nuno Júdice, entre outros. A 1 de Julho de 1990, o *Público* contava ainda com a participação da escritora Luísa Costa Gomes e da jornalista Maria João Avillez, que colaborou neste diário entre 1990 e 1997, ano em que regressa ao semanário *Expresso*, no qual já tinha desempenhado funções de Redactora principal. O *Público* fazia-se semanalmente acompanhar de duas revistas de tamanho inferior e coloridas: a *Público Magazine*, na qual se encontravam secções dedicadas à natureza, moda, saúde, cultura e culinária, e a *Público Júnior*, uma revista juvenil de cariz didáctico.

O Estatuto Editorial aposta na «criatividade editorial», que estaria em sintonia com «o processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo» ([Anónimo] [Púb], 05.03.1990: 16). Sublinhe-se que entre os três periódicos em estudo, o *Público* era o único que, em 1990, possuía a primeira página a cores. O *Público* apresentava em cada edição diária duas secções noticiosas diferentes: a *Local Porto*, que tinha como público-alvo o norte do país, e a *Local Lisboa*, dedicada às zonas mais a sul do território nacional.

A equipa deste jornal diário, inicialmente dirigida pelo jornalista Vicente Jorge da Silva, propunha-se «rasgar novos horizontes e introduzir um novo ritmo na imprensa portuguesa» (Direcção do *Público* [Púb], 5.03.1990: 17). Pretendia-se criar um «jornalismo eficaz,

atractivo e imaginativo», que apostasse na «qualidade» e rejeitasse o «sensacionalismo». A informação, de âmbito nacional e internacional, abrangia «os mais variados campos de actividade», de forma a responder aos interesses de um público plural. Este projecto jornalístico assumia-se como independente de qualquer poder político, ideológico, económico ou particular, apostando numa «relação rigorosa e transparente» com os leitores ([Anónimo] [Púb], 5.03.1990: 16).

Este matutino granjeou rapidamente o apreço da classe política, dos meios intelectuais e de negócios, tornando-se um jornal de referência no contexto da imprensa periódica portuguesa. Após o seu primeiro mês de existência, marcado pela curiosidade dos leitores face a este produto novo, verificou-se um relativo decréscimo nas tiragens, logo superado nos meses seguintes. De acordo com uma sondagem realizada pela empresa de sondagens *Marktest*, na segunda semana de Setembro de 1990, o *Público* tinha conquistado o terceiro lugar entre os jornais diários nacionais mais lidos, ultrapassando o número de tiragens do *Diário de Notícias*, então um dos matutinos mais lidos em Portugal[67]. Não há dúvidas de que este diário conseguiu manter o seu lugar enquanto jornal de referência, tendo sido capaz de responder, tal como afinal se comprometera no seu editorial, às mudanças que se têm imposto quer na imprensa nacional, quer internacional. Prova deste facto, foi a recente «revolução» que, a partir de 12 de Fevereiro de 2007, indubitavelmente cunhou as páginas deste diário. Entre as alterações mais significativas contam-se a introdução de cor em todas as páginas e a nova organização dos temas em dois cadernos, o Caderno Principal e o Caderno *P2*. No primeiro, o leitor encontra as notícias que marcam a actualidade, bem como as páginas de opinião, economia e desporto. No segundo, ganham destaque notícias no âmbito da cultura e personalidades, da moda e da ciência. Cada um dos cadernos tem uma "edição Porto". Como suplementos surgem à Quarta-feira o caderno *Público Imobiliário*, à Sexta-feira os cadernos *Ípslon*, *Economia, Mundo à Sexta* e *O Inimigo Público*, ao Sábado *Fugas* e *Digital* e, por fim, ao Domingo a revista *Pública* sobre *lifestyle*, lazer, cultura e entretenimento. Uma outra mudança significativa foi a criação de um novo logótipo mais facilmente adaptável às novas plataformas, como a Internet, os telemóveis ou os PDA' s. Com efeito, este jornal de opinião,

[67] Vd. *infra* Fig. 14.

que, apesar desta reforma, mantém a linha editorial da sua fundação, procura integrar as edições de papel e *on-line*. Esta corrida em direcção às novas tecnologias visa acompanhar as tendências da sociedade contemporânea, de forma a captar novos segmentos de leitores, designadamente os mais jovens e os consumidores de novas plataformas móveis.

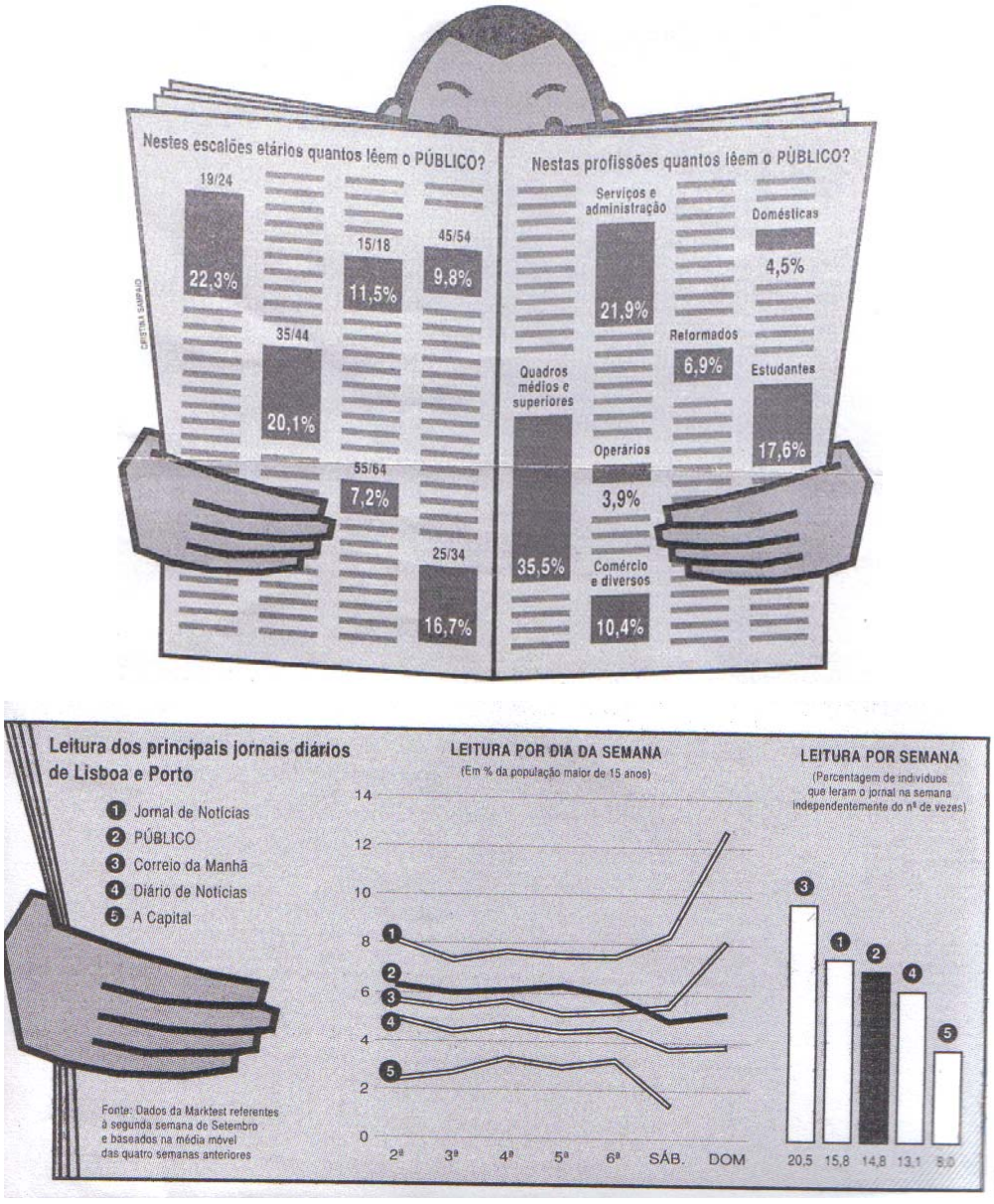


Fig. 14 - «Público: o diário mais lido pelos quadros médios e superiores» (Direcção do Público [Púb], 1.10.1990: 18).

★★

O fim de *O Independente*, bem como as reformas no *Público* e no *Expresso* são reflexo da crise instalada na imprensa periódica portuguesa. Perante a inegável diminuição do número de leitores, os jornais em formato de papel têm procurado cativar as gerações mais jovens, adaptando-se às novas realidades. Os periódicos *Público* e *Expresso* são exemplos claros desta tendência. Apostando num *design* inspirado nas páginas *on-line*, oferecendo cada vez mais notícias no domínio da cultura, entretenimento e lazer, e continuando a promover espaços de opinião credíveis, estes jornais procuram dar ao leitor uma abordagem das notícias que se distinga daquela disponível noutras fontes de informação.

2. A derrocada do Socialismo real e o apelo a uma «terceira via».

A desilusão face a uma vida precária, marcada por condições de trabalho e de habitação decadentes e pela dificuldade em adquirir bens de consumo variados ou produtos alimentares de qualidade, acompanhada pela liberalização verificada nos países socialistas vizinhos da RDA [68] desacreditaram o Socialismo real. Como explica o historiador Martin Vogt, os habitantes da Alemanha Oriental já não suportavam a opressão instalada pela SED, ansiando pela liberdade de expressão e de mobilidade, que sempre havia acenado a Ocidente e parecia agora começar a instalar-se noutros países da Europa de Leste (cf. Vogt, 2003: 920-921). Alcançada a liberdade com a inesperada queda do Muro e a rápida concretização da Unificação entre os dois Estados, a grande maioria dos cidadãos da ex-República Democrática Alemã rejeita os velhos valores de Leste. É exactamente esta realidade que João Amaral,[69] então destacado militante do PCP, apresenta num artigo a respeito das eleições para o décimo-segundo Parlamento Federal, que se realizariam na Alemanha a 2 de Dezembro de 1990:

> «[…] uma sondagem do Instituto Allenbach, um dos mais respeitados da Alemanha, publicada na quarta-feira pelo "*Frankfurter Algemeine Zeitung*", atribui ao partido de Kohl (CDU) e aos seus amigos da Baviera (CSU) 42,4 por cento dos votos. Os sociais-democratas (SPD) teriam 35,5 por cento e os liberais (FDP) 10,7 por cento, enquanto Os Verdes recolheriam nove por cento. Os comunistas (PDS) não obteriam a nível

[68] Vd. *supra* Introdução.

[69] João Amaral, falecido a 10 de Janeiro de 2003, foi membro do Partido Comunista Português (PCP) desde 1967. Em 1980, foi eleito Deputado à Assembleia da República, cargo para o qual foi reeleito em 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999. Colaborou com vários órgãos de comunicação social como a estação radiofónica TSF, o jornal *Expresso* e o canal de televisão SIC Notícias. As suas dissidências com o PCP, alimentadas pela ânsia de um novo rumo para o Partido, que fosse capaz de criar uma verdadeira alternativa à esquerda, culminaram no seu afastamento das listas do Partido para as eleições legislativas a serem realizadas em 2002. Nesse mesmo ano, publica *Rumo à Mudança*, uma obra que reiterava a sua convicção quanto à inevitabilidade da renovação do PCP. João Amaral morre a 10 de Janeiro de 2003. Em Novembro de 2005, é publicado um conjunto de testemunhos sobre a sua vida e obra, organizado por Luísa Gueifão Ferreira. Um desses testemunhos foi assinado pela jornalista Judite de Sousa, que define o político como «inconformado, persistente e corajoso», na medida em que «desejava construir uma espécie de nova casa comum dos comunistas que apresentasse as bases do compromisso político para o exercício responsável do poder. Ele não receava a ideia de mudança. Pelo contrário, entendia-a como urgente e necessária. Ao pensar a intervenção da esquerda nas sociedades contemporâneas, João Amaral mostrava-se preocupado com o fenómeno da globalização que via como mais uma fase do processo do capitalismo, com a nova arrumação dos poderes mundiais, com as actuais fronteiras da ciência e da técnica, com o papel do Estado como garante dos direitos sociais» (Sousa, 2005: 107-108).

> nacional mais do que dois por cento dos sufrágios, embora nos círculos eleitorais da ex-RDA pudesse alcançar 7,7 por cento. […] Os comunistas (seria preciso dizê-lo?) fogem da reunificação como o diabo da cruz. Só lhe descobrem erros, prejuízos e enfermidades. Não parece sequer pensarem que ela seja irreversível e continuam a proclamar, contra os valores do Ocidente, os velhos princípios do Leste. Como se, forte e feio, o Muro permanecesse de pé. É verdade que, no entanto, se acolheram à sombra dessa copiosa invenção que dá pelo nome de socialismo democrático […]. Nem assim deixarão, porém, de sofrer, nas eleições de domingo[70], tratos de polé.» (Amaral [Ind], 30.11.1990: 19).

O comunista João Amaral não se abstém de criticar os engulhos que a Unificação estava a gerar entre os comunistas alemães, que tentavam mitigar o profundo e irreversível abalo ideológico com o chavão do «socialismo democrático». Após o mencionado acto eleitoral, João Amaral insiste, ainda n' *O Independente*, na incapacidade de os partidos alemães de esquerda lidarem com os mais recentes acontecimentos históricos, acusando-os, mais uma vez, de se escudarem no eufemismo «do amável nome de socialistas democráticos» e de alardearem «profecias de desgraça». (cf. Amaral [Ind], 07.12.1990: 18).

A Unificação foi vista como uma prova inequívoca da vitória do Capitalismo sobre o Socialismo. Este foi, de resto, o sentimento que dominou toda a esquerda, em especial a do Velho Continente. Na verdade, assistiu-se a uma reflexão generalizada acerca das razões que teriam levado ao colapso do Comunismo, bem como acerca do que de positivo ainda ressumava desta ideologia. O «estado de saúde» da esquerda comunista na Europa é abordado, curiosamente n' *O Independente*, por Joaquim Pina Moura,[71] na altura também dirigente do PCP e posteriormente Ministro da Economia do XIII Governo Constitucional, liderado pelo socialista António Guterres (1995-1999). Joaquim Pina Moura faz um balanço crítico da Revolução Bolchevique de 1917 nos seguintes termos:

---

[70] Referência às eleições realizadas para o 12º Parlamento Federal, a 2 de Dezembro de 1990.

[71] Um ano após ter escrito o artigo em apreço, Joaquim Pina Moura abandona o PCP e adere, em 1992, ao projecto político Plataforma de Esquerda, fundado também por outros dissidentes do PCP, como Miguel Portas, Daniel Oliveira, José Barros Moura, José Magalhães e João Maria de Freitas Branco. Em 1995, integra o Partido Socialista, que se afirmava na época como defensor do «socialismo democrático». Três anos mais tarde, em entrevista ao jornal *Expresso*, assume e explica aquela opção como um desvio social-democrata: «[...] nós rompemos com o ideário comunista e o processo que procuramos desenvolver e que foi derrotado foi uma evolução de sentido social-democrata no PCP. Para usar o léxico comunista, assumimos um desvio social-democratizante.» (*apud* Silva [Exp], 19.12.1998: 1, 6).

> «Na hora de balancear o património da Revolução de Outubro, parece da mais elementar honestidade intelectual […] registar os contributos inestimáveis que deu ou suscitou (incluindo nos países que sempre o combateram) para as transformações democráticas mais marcantes ocorridas no século XX. São inimagináveis os progressos verificados neste século em melhores padrões de justiça social, na dignificação social do trabalho e dos trabalhadores, no alargamento da recusa de guerra como instrumento de regulação dos conflitos entre os Homens e as Nações, nos direitos democráticos dos cidadãos, das mulheres e dos jovens […]. Na hora dolorosa e naturalmente angustiante, por milhões de cidadãos que em todas as latitudes sinceramente se bateram pelos ideais de Outubro, parece da mais elementar honestidade política reconhecer que falhámos e errámos no caminho que durante décadas apresentámos como alternativo à organização capitalista da vida social. Não para daqui se concluir ou deduzir que esta é insuperável e desejável ou para, apressadamente, aderir a um novo «finalismo» histórico, o qual seria o da aceitação do capitalismo como fase terminal do progresso social e humano. Porém, não é imaginável qualquer progresso significativo na superação da grave crise de identidade e de valores que afecta a esquerda comunista, na Europa e no Mundo, se não tivermos a coragem e a capacidade de reequacionar aspectos nucleares do nosso projecto político, no quadro mais vasto de um novo pensamento e de uma nova prática de toda a esquerda. Esta é, na minha opinião, a visão transformadora que se abre a todos quantos estão empenhados em dar um novo fôlego e um renovado poder de atracção aos ideais do socialismo. Nesta visão, a Revolução de Outubro e os seus valores originários têm o lugar privilegiado de uma referência. Mas uma referência não exclusiva e a avaliar – como todas as outras – com elevado sentido crítico.» (Moura [Ind], 9.11.1990: 6) [Sublinhados nossos].

A convicção de que urgia reformar e modernizar a esquerda comunista é exprimida, pelo então militante do PCP, em jeito de acto de contrição, em nome de todos os comunistas que tinham escamoteado a urgência de uma mudança transformadora, essencial para dar um novo fôlego ao ideário socialista. O político e comentarista insiste assim numa avaliação crítica dos princípios que até então tinham norteado a esquerda comunista. Ainda sobre este assunto, Pedro Esteves[72] assina no seminário *O Independente* o artigo de opinião «De Lenine a

[72] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.

Estaline», publicado exactamente no dia em que se celebrava um ano sobre a queda do Muro de Berlim, tecendo as seguintes considerações:

> «Estaline passa […] a orientar pessoalmente toda a sua política económica, resumindo-a aos seguintes termos: industrialização cada vez mais rápida, planificação económica e colectivização agrícola. […] A questão [sobre a validade da ideologia socialista] não deve, assim, incidir sobre as escolhas mas sobre as formas de as realizar. Daí que as consequências lamentáveis da política estalinista para a sociedade civil não sejam tanto culpa da economia, *per si*, mas das próprias deformações democráticas de um Estado cuja ausência de democracia e liberdade estava ligada às condições lógicas do processo socialista e sua edificação. Assim, enquanto regime socialista, o estalinismo assegurou um desenvolvimento económico, e mesmo cultural, suficientemente rápido. Mas, enquanto sistema político totalitário e centralizado, constituiu, em simultâneo, um obstáculo à utilização racional de todas as possibilidades da economia socialista.» (Esteves [Ind], 9.11.1990: 5).

O jornalista é claro quanto à ideia de que falência da esquerda socialista não se devia à ideologia em si, mas antes à sua prática, que havia assentado na construção de um sistema político totalitário.

★

A propósito da questão da falência da esquerda, Vladimir Lissenko, um destacado membro da Plataforma Democrática[73] soviética, afirmava numa entrevista ao semanário *Expresso*:

> «Existem indicadores bem claros que demonstram a disponibilidade do partido para transformações radicais: é o caso da concordância com a

[73] A Plataforma Democrática, criada em Janeiro de 1990 e liderada por Bóris Yeltsin, defendia a realização de reformas de ordem económica e política, que permitissem alcançar a economia de mercado e o pluripartidarismo. A referida Plataforma ganhou especial projecção, quando, em Fevereiro desse mesmo ano, foi aprovada uma nova legislação partidária que permitia a fundação de novos partidos políticos. Este seria o fim do domínio absoluto que o Partido Comunista da União Soviética detinha desde a Revolução de 1917 (cf. http://www.news-of-russia.info/russia/history02printer.htm [em 05.01.2007]; http://www. scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28272.pdf [em 05.01.2007].

> desideologização da Justiça e dos órgãos executivos, da KGB e das Forças Armadas; a renúncia ao monopólio dos meios de comunicação social; a liquidação dos Comités do partido nas empresas; a decisão de avançar com a iniciativa de eleições democráticas, de base pluripartidária, para os órgãos do poder; a renúncia aos dogmas de "opção socialista e perspectiva comunista". "O povo tornou-se totalmente alérgico ao comunismo e ao socialismo. Por outras palavras, as pessoas já não querem estar ligadas a quaisquer noções ideológicas, preferindo uma economia eficaz, a estabilidade política, a concordância civil e a protecção social. Por todas estas razões, penso ser necessário um partido político que não jogue com os "ismos" mas proponha um programa real e construtivo para a resolução dos problemas sociais, com líderes que tenham apoio popular e prestígio e sejam seguidos por uma parte significativa da população. […] É necessário eliminar o monopólio de uma ideologia estatal, do marxismo-leninismo. Defendo a ascensão do pluralismo, a abertura a todas as tendências e ideias.» ([Anónimo] [Exp], 07.07.1990: B2).

Não obstante o facto de Vladimir Lissenko se referir apenas ao futuro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e do Socialismo na URSS, a verdade é que se mantém a questão central da urgência da reforma de uma esquerda, então desacreditada, com base nos princípios da liberdade e do pluralismo.

O filósofo, docente e investigador universitário João Maria de Freitas Branco[74], assinou igualmente no *Expresso* um artigo sintomaticamente intitulado «O comunismo e o jogo do vivo ou morto». João Maria de Freitas Branco, convicto defensor do marxismo dialéctico, cita *O Capital* de Marx, apoiando-se no texto original alemão:

> «À entrada da última década do século a denominação "comunista" parece já não fazer sentido. Dizer-se "sou comunista" é o mesmo que afirmar ser-se partidário do irrealizável, é sinónimo de lunático defensor de utopias; (isto para já não evocar conotações mais depreciativas resultantes do conhecimento do que foi o estalinismo). Se entendermos por

[74] Filho do musicólogo João de Freitas Branco, João Maria de Freitas Branco é filósofo, professor universitário e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, na área da história da ciência, da filosofia do conhecimento e da epistemologia, bem como da filosofia social e política. A sua investigação tem-se reflectido na publicação de várias obras. A imprensa periódica nacional e estrangeira conta já com o contributo de vários artigos assinados por si. João Maria de Freitas Branco ocupa o cargo de presidente da associação Ginásio Ópera, uma instituição com interesse cultural. Curiosamente foi um dos fundadores da Plataforma de Esquerda, após ter abandonado o PCP (cf. http://www.spautores.pt/revista.aspx?idContent= 592&idCat=147 [em 03.01.2007]).

> "comunismo" um "estado" […] parece desaconselhável que alguém persista em se considerar tal. […] Mas atenção: se optarmos por entender a expressão comunismo tal como Marx a parece ter entendido, as coisas alteram-se. É que para o autor do Manifesto o comunismo não é um **"estado de coisas"** (ein zustand [sic]) nem um **"ideal"**, é sim uma **"passagem"**. É o próprio processo de transformação – **"o movimento real"** (wirkliche bewegung [sic]) **"de metamorfose de um modo de produção"**. Sendo assim, ser comunista significa considerar necessária a passagem da presente estrutura sócio-político-económica para uma outra. Leia-se o que escreveu o clássico autor: **"Nós chamamos comunismo ao movimento real que supera a situação agora existente"**. À luz deste significado clássico quem passa a ser lunático é o indivíduo anticomunista […] Viver é morrer – ensina-nos a biologia contemporânea. Também os sistemas teóricos parecem só conseguir sobreviver se admitirem a sua própria esclerose […].» (Branco [Exp], 21.07.1990: B6) [Negrito no original].

Do passo acima mencionado sobressai a reacção crítica de João Maria de Freitas Branco, contra aqueles que punham em causa a ideologia comunista. Na sua opinião, esta continuava a ser válida, pois era, por definição, dialéctica, estando em constante evolução e aperfeiçoamento. O articulista indica claramente a existência de um mau Comunismo, de cariz totalitário e estrangulador dos direitos humanos, referindo que foi em nome desta ideologia que Estaline governou, que Pol Pot, Primeiro Ministro do Cambodja de 1976 a 1979, exterminou dois terços da população do seu país e os dirigentes chineses promoveram o massacre de Tiananmen em 1989. Não podemos, contudo, ignorar o facto de João Maria de Freitas Branco afirmar que o progresso e melhoramento desta ideologia só seriam possíveis com base numa análise rigorosa e crítica do estado anterior, capaz de romper com o que de negativo existia nesse mesmo estado (cf. Branco [Exp], 21.07.1990: B6).

Alguns meses mais tarde, o jornal *Expresso* publica uma entrevista a Mário Soares, na qual o então Presidente da República defende os princípios ideológicos do comunismo:

> «A principal questão que se põe é a da utopia. Porque dizer que o comunismo falhou, na sua realização prática, não quer dizer que o ponto de partida do comunismo – a aspiração de igualdade entre os homens – não continue a ser legítimo. Quando hoje falamos na concertação social, na dignidade dos trabalhadores, na redução do horário de trabalho, tudo isso foram conquistas arrancadas ao capitalismo, que este com inteligência

> assimilou e integrou, mas que vêm do mundo socialista e do movimento operário. A utopia, o desejo da igualdade, o desejo de um mundo melhor, a preocupação de transformar a realidade para melhor, a necessidade de reduzir as desigualdades e de estabelecer a justiça social, isso continua a ser perfeitamente actual. E tanto se põe no Ocidente como nas sociedades do Leste europeu. Até talvez, agora, mais agudamente nestas.» (Saraiva/*et al*. [Exp], 01.12.1990: 15-R, 16-R).

Mário Soares assume não ter exactamente as mesmas convicções de há quinze anos atrás, reconhecendo, perante a prevalência da economia de mercado, que «as economias colectivas não funcionam de maneira nenhuma e conduzem ao impasse total» (cf. Saraiva/*et al*., [Exp], 01.12.1990: 17-R). Apesar disso, Mário Soares acredita no ressurgimento do ideal que tinha levado o povo a lutar pela igualdade. Este ressurgimento dever-se-ia à «reafirmação da necessidade de justiça social e da solidariedade entre indivíduos, ou seja, do socialismo democrático». Note-se que o então Presidente da República remata os seus comentários sobre esta discussão, defendendo a tese do «socialismo democrático» como «o futuro da Europa e do mundo» (cf. Saraiva/*et al*. [Exp], 01.12.1990: 23-R).

★

Ao percorrermos o material coligido no jornal *Público*, em torno da falência do Socialismo real ou do Comunismo, detectamos igualmente uma reflexão a propósito do estado e futuro da esquerda. O artigo «A derrocada do modelo leninista», assinado por Álvaro Veiga de Oliveira,[75] reveste-se de particular interesse, na medida em que é dado à estampa uma semana após o seu autor se ter demitido do Partido Comunista Português. À semelhança de Joaquim Pina Moura, Veiga de Oliveira, antigo membro do Comité Central e da Comissão

[75] Álvaro Veiga de Oliveira, engenheiro civil de profissão, destacou-se politicamente pela sua luta contra o regime fascista. Foi vítima da repressão da ditadura, tendo sido preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) entre 1965 e 1975. Após o 25 de Abril, foi Ministro no IV Governo Provisório de Portugal (26 de Março de 1975 a 8 de Agosto de 1975). Entre 1976 e 1984 foi vice-presidente do grupo parlamentar do PCP, Partido que acabou por abandonar. Em 1995, integrou a Plataforma de Esquerda, o já mencionado grupo político constituído em 1992 por um grupo de dissidentes do PCP. Curioso é o facto de mais tarde se ter filiado no PS e de, em 2005, ter apoiado a candidatura do Prof. Cavaco Silva a Belém. Faleceu a 24 de Agosto de 2006 (Cf. http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?div_id=626123&id=619406 [em 07.01.2007], http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=253219&visual=26 [em 07.01.2007]).

Política do PCP, abandona este grupo partidário, por considerar que a sua organização já não respondia aos interesses da sociedade actual. Saliente-se que Veiga de Oliveira tinha integrado, com Dulce Martins, Silva Graça, Sousa Marques, Vital Moreira e Vítor Louro, o contestatário e dissidente «Grupo dos Seis», que, já em 1987, entregara um documento a Álvaro Cunhal, demonstrando a urgência de um novo impulso que estimulasse mudanças internas no partido[76], de «um processo […] que corrij[isse] erros, reformul[asse] estruturas, reanim[asse] energias, reavali[asse] perspectivas, reexamin[asse] métodos, seleccion[asse] e reafirm[asse] princípios» (cf. Oliveira [Púb], 04.11.1990: 11). Após as transformações políticas, económicas e sociais que tinham marcado 1989 e 1990, Veiga de Oliveira classifica o «Documento dos Seis» como um «testemunho patético dum mundo completamente revoluído» (cf. Oliveira [Púb], 04.11.1990: 11). As preocupações que haviam estado na génese do referido Documento eram agora uma realidade irrevogável:

> «[…] o colapso agora evidente dos Estados socialistas, a começar pela pátria da revolução de Outubro, a União Soviética, […] provocou a derrocada da via para a superação do capitalismo identificada com a revolução leninista de 1917. Uma tão inesperada e estrondosa derrocada produziu e segue produzindo consequências profundas, pesadas, globais, de longo alcance e de difícil avaliação. […] Recusamos entretanto admitir que 1989-1990 não seja mais que o culminar de um conjunto de derrotas que, constituindo embora uma catástrofe, não passará afinal de um pequeno atraso no decurso duma história de sentido inexorável e único. Admiti-lo seria o regresso a uma concepção extremamente idealista, ao fatalismo, ao destino, à crendice. Tão pouco é aceitável que a catástrofe seja a simples consequência da acumulação de erros e infracções violadores dos princípios e o projecto de sociedade que estão, antes de tudo, em causa. […] A repetida invocação das raízes nacionais do PCP, sublinhando e re-sublinhando uma evidência inquestionável, e a cândida recusa de quaisquer responsabilidades nos erros cometidos por outros, tentando subtrair o partido às profundas transformações que convulsionam todo o mundo, não passa de mais uma manifestação patética de recusa obstinada e cega do real. Afinal, também a existência de raízes nacionais com inevitáveis e por vezes importantes particularidades, além de geral e verdadeira para a totalidade do leque político, é irrelevante para a dilucidação da questão hoje central e inarredável – saber se, para além da utopia, há uma alternativa global ao sistema capitalista. Se sim, existe

[76] Cf. http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?div_id=626123&id=619406 [03.01.2007].

> realizada? Onde? Existe em fase de realização? Em que paragens? Existe ao menos teoricamente definida? Como? […] A liquidação histórica de um tal modelo de Estado e de sociedade, do modelo leninista, marca uma viragem decisiva, abre uma nova época. De novo se coloca centralmente a questão da alternativa global a uma sociedade cujas potencialidades, porventura ainda não completamente esgotadas, há muito dão indicações claras de proximidade do seu fim, anunciando de modo multiforme a necessidade e a possibilidade da completa sucessão do sistema capitalista.» (Oliveira [Púb], 04.11.1990: 11).

Perante acontecimentos como a inesperada queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria ou a recusa popular de sociedades socialistas, Veiga de Oliveira demonstra, então, a inevitabilidade de reequacionar a esquerda socialista no espaço europeu, exprimindo uma preocupante incerteza quanto à existência de uma alternativa ao modelo capitalista.

João Carlos Espada,[77] Professor na Universidade Católica Portuguesa, analisa e reflecte também acerca do período pós-comunista. No erudito artigo «E depois do comunismo», João Carlos Espada dá a conhecer a opinião de reputados intelectuais europeus que então se pronunciaram sobre esta questão, alguns dos quais reflectindo sobre uma das expressões que mais fortuna teve no jargão político europeu. Refiro-me à chamada «terceira-via»:

> «"Se o comunismo foi um tremendo desastre", diz Jean Daniel,[78] […] "ele foi também um grande sonho religioso de fraternidade igualitária. Podemos perguntar se a liberdade, só por si, será capaz de substituir essa crença messiânica e confortar os homens agora perdidos num mundo sem

---

[77] João Carlos Espada doutorou-se no St. Antony's College, em Oxford, na área da Ciência Política. A docência ligou-o às universidades de Standford, Brown e Georgetown. Presentemente, é Professor na Universidade Católica Portuguesa, ocupando o lugar de Director do Instituto de Estudos Políticos desta mesma universidade, e colunista do semanário *Expresso*. É também Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política e Director da revista *Nova Cidadania*. O periodismo norte-americano conta igualmente com o seu contributo, enquanto membro do Conselho editorial da revista *Journal of Democracy*. Vale a pena referir ainda que é presidente da secção portuguesa da organização canadiana *International Churchill Society* (cf. http://www.fcee.lisboa.ucp.pt/custom/ template/fceetplgenpg.asp?sspageid=128&lang=1&docente=513 [em 01.02.2008]).

[78] Jean Daniel Bensaïd, jornalista francês nascido em 1920, granjeou notoriedade a nível internacional, especialmente após a sua reportagem acerca da reacção de Fidel Castro ao assassinato de John Fitzgerald Kennedy, em 1963. Licenciado em Filosofia, fundou, em 1947, com Daniel Bernstein a revista *Caliban*, de âmbito cultural, marcadamente de esquerda. Enquanto jornalista colaborou durante algum tempo com o jornal *Le Monde*, conferindo-lhe a exclusividade dos seus artigos e reportagens acerca da crise que se vivia em Cuba. Foi um dos fundadores do *Le Nouvel Observateur*, um jornal que ideologicamente se definia de centro-esquerda e do qual foi director (cf. http://fr.wikipedia.org/wiki/Jean_Daniel [em 08.01.2007]).

sentido pré-definido." A interrogação de Jean Daniel exprime as perplexidades que hoje atravessam o debate sobre o "pós-comunismo". Pierre Hasner[79] [sic] […] é absolutamente taxativo quanto à incerteza que nos rodeia: "Devemos reconhecer abertamente que nada sabemos de seguro quanto ao futuro do 'pós-comunismo'. Os antigos equilíbrios estão em radical mutação […]». Sobre o que será a era do pós-comunismo, este será, para todos, o único ponto adquirido: ninguém pode saber ao certo. […] Só Adam Michnik[80] […] diz que está a haver uma revolução democrática e que ela pode vencer […]. Bernard-Henri Levy[81] diz que, ao visitar a Rússia, ficou abismado: "Encontrei dirigentes empresariais que não compreendiam a ideia de lucro, de falência ou de competitividade; dirigentes sindicais que prometem insurreições populares logo que o desemprego chegar; e pobres camponeses em vias de aproveitar rentavelmente a terra que são acusados de terríveis exploradores pela população circundante. É esta a herança do comunismo" […]. Entrando na política, um dos problemas de hoje, é o regresso da "terceira via". O mote foi dado por Castoriadis,[82] que acusou as revoluções do Leste de "não trazerem nenhuma novidade: o ideal proclamado é o do capitalismo, o da oligarquia liberal […]. Castoriadis critica, então, o capitalismo: "Os regimes liberais do Ocidente não mostram os limites do que a humanidade pode fazer no plano económico, político e ético. Há uma nova democracia

[79] Nascido em 1933, Pierre Hassner tem como área de formação a Filosofia. Intelectual francês, especialista em relações internacionais, é considerado como um dos principais pensadores da ciência política francesa do pós-guerra. Vale a pena salientar que Pierre Hassner dedicou especial atenção a questões ligadas aos conflitos internacionais na época da Guerra Fria e da queda do Muro de Berlim. Presentemente, ocupa o cargo de director do Centro de Estudos e de Pesquisas Internacionais (cf. http://fr.wikipedia.org/wiki/Pierre_Hassner [em 08.01.2007]).

[80] Polaco, com origens judias, Adam Michnik nasceu em 1946 na cidade de Varsóvia. Dissidente durante o período de governo comunista na Polónia, participou em movimentos activistas que lhe custaram seis anos de prisão. Com especial interesse regista-se o facto de ter sido um dos fundadores do Komitet Obrony Robotnikow, um grupo cívico polaco que tinha por objectivo apoiar os prisioneiros políticos e as suas famílias, bem como da Uniwersytet Latajacy, cujo propósito era criar oportunidades de estudo e formação para jovens polacos. Presentemente, é editor-chefe do Gazeta Wyborcza, considerado o maior jornal polaco. Note-se que Adam Michnik colabora com periódicos de referência de outros países, como o semanário alemão *Der Spiegel* e os diários *Le Monde*, *El Mundo* e *The Washington Post* (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Adam_Michnik [em 08.01.2007]).

[81] Bernard-Henri Levy, nascido em 1948, é um conceituado filósofo, escritor e intelectual francês. É reconhecido enquanto fundador, no início da década de setenta, do *Nouveaux Philosopher*, um grupo de filósofos franceses que tinha como objectivo denunciar o desalento face a uma esquerda comunista que não conseguia dar resposta à instabilidade que se havia instalado em França, após o revolucionário Maio de 1968. Tornou-se também popular como filósofo político e crítico social. Duas das suas maiores obras são *Les aventures de la liberté* e *Le siècle de Sartre* (2000) (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Bernard-Henri_L%C3%A9vy [em 08.01.2007]).

[82] O filósofo grego Cornelius Castoriádis (1921-1997) destacou-se nos domínios da Ciência Política, Economia e Direito. A partir de 1945, escolhe Paris como nova morada, com o objectivo de aí dar continuidade à sua formação intelectual. Entre as suas principais obras, contam-se *Instituição Imaginária de Sociedade* e *Encruzilhadas do Labirinto*. Importa salientar o facto de ter sido fundador do jornal *Socialisme ou Barbarie* (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Cornelius_Castoriadis [em 08.01.2007]).

> a construir, embora só tenhamos algumas pistas como esta será". O tema é retomado no colóquio da Sorbonne. Alguns velhos comunistas-libertários, antigos dissidentes há muito refugiados em Paris, sobem à tribuna para declarar guerra ao comunismo e ao capitalismo. K. S. Karol [83] […] denuncia o bolchevismo e o capitalismo, fala de qualquer coisa que há-de vir. […] Também Adam Michnik […] falou da "terceira via". Pediu desculpa por não saber do que se trata e acrescentou: "De momento, a maior divisão ideológica nos países de Leste é entre a visão liberal, democrática e pluralista, e as concepções hierárquicas, tradicionalistas e chauvinistas. O maior conflito do futuro será entre estas duas concepções".» (Espada [Púb], 05.03.1990: 19-20).

O passo supracitado reveste-se de importância capital, na medida em que se faz eco da discussão que após a queda do bloco comunista se desencadeou entre políticos e intelectuais europeus. Ganha especial interesse o facto de João Carlos Espada explorar sabiamente a convicção de muitos intelectuais de que era necessária uma alternativa ao sistema capitalista, ainda que não houvesse qualquer perspectiva acerca deste novo modelo, ou seja, acerca das linhas orientadoras da tão aclamada, mas incerta, «terceira-via». Era, então, consentânea, para muitos intelectuais, a recusa do modelo marxista-leninista, indubitavelmente falido, bem como do modelo capitalista. Entre tantas contingências face ao futuro do Comunismo dominava uma única certeza: a crise que então grassava no seio deste modelo político-ideológico não poderia, em qualquer circunstância, criar condições favoráveis à vitória do capitalismo. É exactamente esta ideologia anticapitalista que o sociólogo Manuel Villaverde Cabral[84] traz, de forma crítica, para o centro do seu artigo, justamente intitulado «A sombra do comunismo»:

> «Escrevia eu aqui há pouco tempo, a propósito da atitude dos socialistas em relação à unificação da Alemanha, que a hipoteca do comunismo não

[83] K. S. Karol, ou K. S. Kews, como também era conhecido, nasceu em 1924. Partilhava com Jean Daniel Bensaïd, seu amigo, o gosto pela política estrangeira. Enquanto jornalista tornou-se especialista nas questões referentes ao países de Leste e que se encontravam sob um governo de esquerda extremista. Foi um dos fundadores do *Le Nouvel Observateur*, um semanário francês de informação generalista (cf. http://fr.wikipedia.org/wiki/K.S._Karol [em 08.01.2007]).

[84] Presentemente Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Manuel Villaverde Cabral doutorou-se em História. Dedicou-se também às áreas da Sociologia e da Ciência Política, tendo já sido agraciado com a Ordem da Liberdade (uma Ordem honorífica atribuída pela República portuguesa para distinguir serviços prestados em nome dos valores da civilização) e com Palmes Académiques (uma condecoração atribuída pela República Francesa para marcar um notável contributo para a Educação) (cf. https://www.ics.ul.pt/rd/person/ppgeral.do?idpessoa=68 [em 01.02.2008]).

se deixava de projectar, como uma sombra escura, sobre o próprio socialismo democrático. […] Não se trata, evidentemente, de qualquer relutância da Esquerda para saudar os progressos da liberdade na Europa de Leste e nas próprias repúblicas do desimpério soviético. Trata-se sim, do facto de que a derrota insofismável do modelo comunista corresponde, por mais voltas que se lhe dê, à vitória – ou a uma vitória – do modelo capitalista. E é isto que custa aos socialistas. Quaisquer dúvidas que me restassem, desvaneceram-se com a leitura de dois recentes artigos de duas personalidades internacionais muito diferentes, ambas insuspeitas de afinidades com os regimes comunistas, mas também ambas dedicadamente inimigas da economia de mercado. Trata-se do conhecido escritor alemão Gunter [sic] Grass e do Prémio Nobel da economia John Kenneth Galbraith[85]. […] ambos omitem qualquer relação entre o falhanço do modelo económico socialista e a total ausência de liberdade política e até individual que reinava nos países comunistas. Correspondentemente, nenhum dos dois reconhece qualquer relação positiva entre as economias de mercado e os regimes democráticos […]. […] Grass não só não esconde a sua violenta rejeição de todo o processo [a unificação alemã], como lhe chama muito simplesmente "the business blietzktieg [sic][86]", que julgo poder traduzir-se por "vitória relâmpago dos interesses económicos".[87] […] segundo ele, agora é que os rebaixados cidadãos da República Democrática vão descobrir que o capitalismo não era um papão pintado pelos comunistas, mas uma terrível realidade de exploração e de desemprego. Lê-se e não se acredita. […] mesmo este moderado autor [Galbraith] não pode impedir-se de escrever, nesta hora de libertação para milhões de pessoas oprimidas e empobrecidas por décadas de socialismo real, uma frase que nos reconduz à mais primitiva das ideologias anticapitalistas: "Alguém que procurasse uma vida melhor, mal avisado andaria se se mudasse de Berlim Leste para South Bronx (um bairro de Nova Iorque). Nem sequer alguém que procurasse a liberdade, pois nada reprime tanto a liberdade como a falta de dinheiro, comida e casa". De

[85] Note-se no erro, na medida em que John Kenneth Galbraith (1908-2006) não foi laureado com o Prémio Nobel da Economia, ainda que, em 2003, tenha sido um dos candidatos para esta distinção. Galbraith foi, de facto, um economista de renome, que recusava as análises técnicas e modelos matemáticos tradicionais, observando a actividade económica sob uma perspectiva cultural e política (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/John_Kenneth_Galbraith [em 09.01.2007]; http://economics.about.com/cs/nobelwinners/p/galbraith.htm [em 09.01.2007]).

[86] Em vez de «blietzktieg», leia-se «Blitzkrieg». Este conceito alemão designa uma estratégia militar, aplicada massivamente durante a Segunda Guerra Mundial, consistindo em ataques inesperados, rápidos e brutais, capazes de desorganizar e, consequentemente, desmoralizar as tropas inimigas.

[87] O presente passo denota um desconhecimento da enérgica discussão gerada nos meios intelectuais em torno da questão da Unificação. Note-se que, muito embora se manifestasse contra a Unificação, enquanto processo de anexação da RDA, Günter Grass não assumia uma «violenta rejeição de todo o processo». Günter Grass não adoptava uma visão separatista, mas, pelo contrário, apoiava a criação de uma Confederação, capaz de promover a colaboração entre os dois Estados alemães. Vd. *supra* Introdução.

> novo, lê-se e não se acredita. […] Parece mentira, mas não é. Um ano depois da queda do muro de Berlim, é chocante, embora útil, verificar que continua de pé a muralha ideológica do socialismo, sempre pronto a trocar a liberdade pela promessa de um naco de pão. […] A ideologia anticapitalista continua a projectar uma sombra escura sobre o destino da esquerda democrática. É pena.» (Cabral [Púb], 01.11.1990: 17).

Manuel Villaverde Cabral chama a atenção para a derrota do Socialismo real, defendendo, ainda que implicitamente, a não pertinência de uma «terceira-via». Na realidade, o articulista deixa transparecer a sua perplexidade face à recusa dos comunistas em aceitarem a vitória inquestionável do capitalismo. Na sua opinião, era exactamente esta ideologia anticapitalista que estava a ameaçar o futuro da esquerda.

Dialogando com Villaverde Cabral, Eduardo Prado Coelho[88] coloca a questão noutros termos, colando-se à ideia de «capitalismo temperado» avançada pelo socialista francês Michel Rocard:

> «No essencial, estou inteiramente de acordo com Villaverde Cabral. Não deixo de ver com alguma inquietação a excessiva boa consciência daqueles que, no interior do campo socialista, se limitam a dizer numa espécie de euforia: muito bem, o modelo comunista falhou, mas nós sempre o criticámos, e, portanto, nós somos os grandes vencedores. É verdade que, na prática, os comportamentos são bastante mais matizados. No fundo, todos aceitam aquilo que Rocard[89] teve a coragem de dizer recentemente: não existe um «modelo socialista», existem valores socialistas que temperam e moderam o modelo capitalista; o que nós,

[88] Doutorado em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Eduardo Prado Coelho foi professor universitário no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. Enquanto ensaísta, publicou várias obras como *Estudos Literários*, *Mecânica dos Fluidos*, *Diálogos sobre a Fé* (com D. José Policarpo) ou *Nacional e Transmissível*. Colaborou com a imprensa periódica portuguesa, em especial com o diário *Público*. Ocupou o cargo de Director-Geral de Acção Cultural no Ministério da Cultura após o 25 de Abril, foi Director do Instituto Camões em Paris, bem como membro de organizações como o Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia, o Conselho de Opinião da Radiotelevisão Portuguesa ou o Centro Cultural de Belém. Em 2004, foi distinguido com o Grande Prémio de Crónica João Carreira Bom. Faleceu em Agosto de 2007 (cf. Oliveira, 2003: 89; http://www.campo-letras.pt/autores/eduardo_p_coelho.html [em 09.01.2007]; http://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Prado_Coelho [em 01.02.2008]).

[89] Michel Rocard, político francês, distinguiu-se por defender uma reestruturação da esquerda socialista, apoiando a aceitação da economia de mercado. Foi Primeiro-Ministro de França entre 1988 e 1991, período em que François Miterrand, o único Presidente da República oriundo do Partido Socialista francês, se encontrava no poder. É deputado ao Parlamento Europeu desde 1994 (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Michel_Rocard [em 01.02.2008]; http://www.europarl.europa.eu/members/expert/committees/view.do;jsessionid=3317B949DDD4AB19BB845857D9E7F78F.node1?language=PT&id=1977 [em 01.02.2008]).

> socialistas, queremos é um «capitalismo moderado» («un capitalisme tempéré», segundo as suas próprias palavras. Mas o problema está na teoria, e no retorno do recalcado que esses restos teóricos não dissolvidos muitas vezes provocam. […] O que a derrocada do comunismo provocou não foi apenas a ruína do «socialismo real», mas a ruína de duas coisas: em primeiro lugar, a ruína das alternativas que se tinham formulado para o «socialismo real» (todas as versões democráticas, libertárias ou autogestionárias do modelo socialista); em segundo lugar, a ruína da própria ideia de um lugar de alternativa. Nestas circunstâncias, restam duas hipóteses para a esquerda: ou a esquerda proclama que um lugar de alternativa existe porque, na lógica da esperança dos homens, tem que existir; ou a esquerda, admitindo a inexistência de um lugar de alternativa (isto é, abandonando o que Villaverde Cabral chama «a ideologia anticapitalista»), se formula em termos ofensivos como uma perspectiva crítica sobre o capitalismo real.» (Coelho [Púb], 12.11.1990: 17).

Perante a inevitabilidade do modelo capitalista, impunha-se, na sua opinião, uma esquerda revitalizada, capaz de «temperar» o referido modelo com os valores socialistas de igualdade e fraternidade. Curioso é salientar que Eduardo Prado Coelho parece, assim, propor uma possível solução para a crise da esquerda, que permitiria a coexistência do ideário socialista com o capitalista, ainda que o primeiro ocupasse um plano subalterno.

A ideologia anticapitalista está ligada à convicção de que o capitalismo conduziria inevitavelmente à construção de uma sociedade ameaçadora, sem regras, nem valores. Esta tese é analisada pelo professor universitário Luís Moita,[90] que no artigo «A jaula e a selva», expõe a sua opinião, socorrendo-se das metáforas do «zoo» e da «selva», usadas pelo famoso realizador de cinema Milos Forman para aludir aos regimes, respectivamente, comunista e capitalista:

> «[…] Milos Forman[91] […] comparou os regimes socialistas a um jardim zoológico. Os seus locatários têm assegurado bons tratos, ao abrigo de

[90] Luís Moita, condecorado em Junho de 1998 com a Grande Cruz da Ordem da Liberdade, é Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa. Ocupa actualmente o cargo de Vice-Reitor, bem como o de Director do Departamento de Relações Internacionais dessa mesma Universidade (cf. http://www.adbissau.org/guiledje/oradores/luis-moita [em 01.02.2008]).

[91] Cineasta oriundo da Checoslováquia, Jan Tomas Forman, conhecido como Milos Forman, alcançou a fama com o filme *One Flew Over the Cuckoo's Nest* [*Voando sobre um Ninho de Cucos*] (1975), galardoado com cinco Óscares. MacMurphy (Jack Nicholson), a personagem principal, surge como uma figura transgressora que luta contra o comando da enfermeira Ratchett (Louise Flercher). O filme é uma metáfora dos regimes totalitários

predadores. Privam-nos, porém, da aventura e do risco. As grades das jaulas protegem, é certo, mas aprisionam. Liricamente, o cineasta enalteceu, por contraste, os regimes capitalistas, onde reina a liberdade da selva e onde são respeitadas as leis agrestes da natureza. […] Historicamente, o socialismo real conseguiu objectivos nada desprezíveis, como a satisfação das necessidades básicas das populações […], metas de crescimento económico razoáveis e um certo igualitarismo social. Mas não criou jardins zoológicos. Um zoo, apesar de tudo, é um lugar aprazível, onde não consta que existam polícias políticas, hospitais psiquiátricos e valas comuns. O nosso século, ao chegar ao seu termo, vê-se confrontado com um duro balanço desta experiência que afectou, durante décadas, áreas vastíssimas da humanidade. Como é possível que um pensamento elaborado em nome da justiça se materialize em sistemas produtores de injustiça? Que fizeram do prometido homem novo? Como explicar os incontáveis custos humanos de um projecto que se queria humanizante? […] Elaborado na época áurea do capitalismo liberal, o marxismo fez a crítica, justíssima, do liberalismo económico, mas cometeu o erro, trágico, de criticar também o liberalismo político. […]. Por tudo isto, o liberalismo político tornou-se imperativo, as liberdades cívicas e os direitos humanos obrigatórios e a democracia imprescindível. Não mais é legítimo qualquer projecto que ambicione transformar o nosso mundo em jardim zoológico, onde um supremo tratador vele pelo nosso bem-estar, instalando-nos jaulas protectoras.» (Moita [Púb], 03.08.1990: 15).

---

e opressores. Forman deixa perpassar neste filme uma crítica à sociedade comunista, tal como já anteriormente o fizera nos filmes *Loves of a Blonde* [*Os Amores de uma Loira*] (1966) e *Firemen's Ball* [*O Baile dos Bombeiros*] (1967). No primeiro, o cineasta trata a excessiva rigidez da moralidade imposta pelo regime (tema, de resto, tratado no ponto. 3.4 deste estudo) e no segundo satiriza a corrupção e incompetência do sistema socialista. *Firemen's Ball* foi banido, em 1968, na Checoslováquia, sendo hoje considerado um verdadeiro artefacto político. Com efeito, Milos Forman contrariou a tendência que se verificava nos meios de comunicação, por imposição de um regime que queria criar a imagem de um Estado impoluto e moral, de se omitirem cenas de violência, sexo ou drogas (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Milo%C5%A1_Forman [em 27.06.2006]; http://www.contracampo.com.br/49/forman.htm [em 27.06.2006]; http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/ interviews/episode-14/forman1.html [em 27.06.2006]; http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/interviews/ episode-14/forman2.html [em 27.06.2006]; http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/interviews/episode-14/forman3.html [em 27.06.2006]). Interessa referir ainda que Milos Forman se distinguiu igualmente ao afirmar que a diferença entre a sociedade capitalista e a socialista era semelhante à existente entre a selva e o zoo. Sobre esta afirmação, Milos Forman tece o seguinte comentário: «Life in the jungle is wonderful, beautiful, dangerous. The zoo is safe; You'll always get fed. But you have no choices. You can't even dream about the beauty of the jungle. I prefer commercial to ideological pressure. Commercialism pouts you at the mercy of the audience. Ideological pressure puts you at the mercy of one or two idiots.» [A vida na selva é maravilhosa, bonita, perigosa. O zoo é seguro; És sempre alimentado. Mas não tens nenhumas escolhas. Não podes sequer sonhar com a beleza da selva. Eu prefiro a pressão comercial à ideológica. O comercialismo põe-te à mercê de um público. A pressão ideológica põe-te à mercê de um ou dois idiotas.] (cf. http://www.oxfordstudent.com/ht2002wk7/Features/man_on_the_moon [em 03.01.2007]).

O passo supracitado merece especial atenção. Luís Moita chama a atenção para as duas faces de ambos os regimes. O articulista enfatiza os aspectos positivos do comunismo no plano económico e explica que o grande erro do marxismo foi ter obliterado a importante questão do «liberalismo político», ou seja, as liberdades cívicas e os direitos humanos. Este seria, na sua opinião, o motivo pelo qual não haveria espaço para o regime comunista. Note-se também que Luís Moita parece simultaneamente esboçar os riscos e adversidades que a nova realidade política traria consigo e para os quais os cidadãos, que agora alcançavam a liberdade, tinham que estar preparados. A sociedade capitalista, associada à selva, seria livre, mas não exactamente um paraíso.

★★

Não podemos terminar esta reflexão, sem antes tecermos algumas considerações acerca do material supracitado e analisado. Vale a pena reter que a imprensa periódica portuguesa não ignorou a discussão, que se gerou no seio da esquerda europeia, após a implosão do modelo marxista-leninista. Na verdade, perante o sentimento geral de descrença e desânimo que se instalava no Velho Continente face ao ideário comunista, urgia reflectir acerca do futuro da esquerda. Os jornais em análise, em especial o semanário *Expresso* e o diário *Público*, trazem a lume de forma circunstanciada, as diferentes vozes, nacionais e internacionais, que se fizeram ouvir como reacção a esta crise. Assim, deparamo-nos com a perspectiva daqueles que, considerando que a ruína do Socialismo real era irremediável, afirmam não haver lugar para a esquerda na sociedade actual e aceitam o capitalismo como único modelo viável. Os periódicos em apreço não se quedam apenas na abordagem desta perspectiva, revelando haver um grupo de intelectuais (como Michel Rocard, Jean Daniel, Cornelius Castoriádis, K.S. Karol ou Adam Michnik) que, muito embora reconhecesse a falência da esquerda, continuava a acreditar no ideário comunista e, consequentemente, na reorganização e revitalização da esquerda. A análise crítica do passado permitiria, na opinião destes intelectuais, superar a erosão da imagem desta ideologia. Ganham expressão, no entanto, nos artigos analisados, as incertezas quanto a uma nova alternativa, chamada de «terceira-via», da qual apenas se sabia que adoptaria uma linha mais democrática. No jornal *Público*,

deparamo-nos ainda com um outro ponto de vista que, muito embora admita não haver um lugar autónomo para a esquerda, rejeita a sua morte, atribuindo-lhe a missão de moderar o vitorioso modelo capitalista através dos valores socialistas.

2.1. A imagem de uma Alemanha xenófoba.

A derrocada das sociedades europeias afectas ao modelo comunista, bem como a ausência de uma alternativa mais democrática e não capitalista pareciam favorecer o ressurgimento de movimentos da extrema-direita, facto que contribuía para o receio sentido por muitos face ao futuro ainda incerto da nova Alemanha.[92]

Carlos Santos Pereira[93] debruça-se sobre esta realidade, chamando a atenção para o risco de as tendências nacionalistas e xenófobas manifestadas pelos jovens de Leste virem a sofrer uma intensificação enquanto reacção à instabilidade económica vivida pelos cidadãos alemães

---

[92] Refira-se, a título de curiosidade, o artigo do *Público* «As duas vias da extrema-direita portuguesa», no qual o jornalista Joaquim Trigo de Negreiros, referindo duas das mais activas organizações portuguesas de extrema-esquerda da época, a Nova Monarquia – Força Nacional (NM-FN) e o Movimento de Acção Nacional (MAN), procura demonstrar que Portugal não tinha ficado à margem destas tendências que então despertavam um pouco por toda a Europa: «Uns falam em "Homem da Revelação". Outros querem um "Homem Novo". Ideias velhas que voltam agora, trazidas sobretudo pelos mais jovens. Entusiasmada pela onda que varre a Europa, a extrema-direita portuguesa quebra definitivamente o silêncio. […] Para atingir os seus objectivos – criar o "Homem Novo" e desmantelar a "actual sociedade decadente" –, o MAN considera fundamental "manter puro o corpo biológico da Nação portuguesa". Luís Henrique explica o sentido da frase "Poder Branco", uma palavra de ordem do MAN; "As raças têm os seus 'habitats' naturais. Os portugueses são brancos e uma sociedade multirracial só serve para destruir povos e culturas. Nós não temos que aceitar a culpa pelo complexo de inferioridade das outras raças. Alguém está a mais, e não somos nós". Partindo da ideia de que "a mestiçagem é o maior inimigo do povo", o MAN defende o "repatriamento imediato das populações africanas e asiáticas que vivem em Portugal". […] Apesar disso, o MAN não aceita a acusação de racismo: "Nós não somos racistas porque não achamos que haja raças inferiores […] somos é racialistas, porque pensamos que cada um deve ficar no seu lugar".» (Negreiros [Púb], 03.07.1990: 4, 5). O jornalista Joaquim Trigo de Negreiros ensinou na Escola Superior de Comunicação Social e é sócio do Centro de Investigação Media e Jornalismo. A sua tese de Mestrado, intitulada *Fantasmas ao espelho – modos de auto-representação dos jornalistas*, foi publicada pela editora Minerva em 2004 (cf. http://industrias-culturais.blogspot.com/2004_05_01_archive.html [em 02.04.2007]).

[93] Carlos Santos Pereira, licenciado em História, tem dedicado a sua carreira jornalística à cobertura de conflitos políticos e militares. É autor de vários livros, nomeadamente *A Gesta do Príncipe Igor*, *Guerras da Informação – Militares e Media em Cenários de Crise*, *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*, *Os novos muros da Europa: a expansão da NATO e as oportunidades perdidas do pós-guerra fria* e *António de Spínola e Amílcar Cabral: uma encruzilhada de destinos*. Acompanhou, como repórter, o processo de transformação da Europa de Leste (cf. http://aulajornalismo.blogspot.com/2005_05_01_archive.html [em 02.04.2007]; http://old.bpb.uminho.pt/eventos/2003/0116/iraque.htm [em 02.04.2007]; http://www.webboom.pt/autordestaque.asp?ent_id=1117030&area=01 [em 01.02.2008]).

orientais após a Unificação (cf. Pereira [Púb], 06.10.1990: 19-20). Wolfgang Stein[94] e Nuno Ferreira [95] sublinham, neste mesmo periódico, o perigo de um recrudescimento de manifestações xenófobas na Alemanha unificada. Wolfgang Stein, correspondente do jornal *Público* na cidade de Berlim, declara que a xenofobia era geral: «Por todo o território da RDA e RFA, os estrangeiros residentes não se mostram entusiasmados com a próxima reunificação, devido a um clima de racismo crescente. "O ambiente é terrível e os estrangeiros estão com medo", nota Francisca Perez, que pertence ao grupo "SOS Racismo", em Francoforte» (Stein [Púb], 30.08.1990:16). Como exemplo, Wolgang Stein refere o facto de emigrantes moçambicanos terem decidido regressar ao seu país de origem, para escaparem aos actos de violência de que eram alvo (cf. Stein [Púb], 30.08.1990:16). Por seu turno, Nuno Ferreira, também jornalista e colunista do jornal *Público*, evidencia, numa entrevista intitulada «A incrível história da família Martins na Alemanha», o caso de uma família portuguesa, emigrante em Fordheim, na Baviera (RFA), que tinha sido vítima de perseguição e marginalização nos três anos precedentes. Com efeito, ao fazer um relato pormenorizado, quase novelesco, deste caso que chegou à barra do tribunal, Nuno Ferreira acentua o reacendimento da actividade da extrema-esquerda na Alemanha (Ferreira [Púb], 14.10.1990: 26-28).

★★

No jornal *Público*, é possível reconhecer uma tendência para salientar o recrudescimento da actividade neonazi na Alemanha, enquanto um dos factores que então contribuíam para a instabilidade social do país recém-unificado. Este periódico parece demonstrar que, passadas mais de quatro décadas sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, a acção destes grupos extremistas trazia à memória velhos fantasmas que recuperavam a imagem da xenófoba Alemanha hitleriana. O matutino em apreço leva o leitor a reflectir acerca dos verdadeiros princípios orientadores desta nova Alemanha que afirmava não ter o intuito de se tornar numa

[94] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.
[95] Presentemente, Nuno Ferreira continua a exercer funções no *Público*, estando ligado ao sector da Fotografia.

nação soberana, isolada das restantes, mas antes de se transformar num verdadeiro parceiro político e económico, mais democrático e próspero, capaz de contribuir para a estabilidade da Europa. Sublinhe-se que a questão dos movimentos de extrema-direita não só na Alemanha, mas um pouco por toda a Europa pós-queda do Muro de Berlim é praticamente obliterada nos outros dois periódicos por nós analisados.

3. RFA e RDA: os contrastes na hora da união.

3.1. A RDA a «milhas» da prosperidade e do bem-estar que se respira a ocidente.

A tabela comparativa «1+1=1»,[96] publicada no jornal *O Independente*, apresenta as principais diferenças de carácter económico e social, bem como, por extensão, as diferenças entre os sistemas políticos que até então imperavam nos dois Estados alemães (cf. [Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III). Esta tabela demonstra claramente a supremacia económica da RFA em relação à RDA, no âmbito do PIB e do progresso tecnológico. A face obsoleta da República Democrática Alemã é denunciada pelas percentagens referentes ao número de motociclos existentes neste Estado alemão, bem como por aquelas que revelam o difícil acesso dos alemães de Leste a aparelhos de comunicação e electrodomésticos sofisticados. Se, por um lado, a tabela em análise intensifica a imagem de uma RDA economicamente atrasada, por outro, evidencia a aposta do Estado socialista na cultura e na formação dos cidadãos. É de sublinhar a igual taxa de alfabetização em ambos os Estados (99%), bem como o facto de o número de jornais diários em circulação ser, segundo esta tabela, superior na RDA ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III). Este é, na verdade, um facto ainda mais significativo se considerarmos que a população total deste Estado (16,73 milhões) era muito inferior à da República Federal (60,162 milhões). Vale a pena, contudo, referir a censura política a que os *media* na RDA eram submetidos pelo regime da SED, que considerava que os meios de comunicação deveriam ser uma fonte activa na construção de uma «sociedade socialista avançada». Lembremos que na ex-República Democrática Alemã havia uma única agência noticiosa com monopólio da TV, rádio e imprensa.[97]

Os dados avançados na tabela em apreço transmitem imagens distintas dos dois Estados alemães: uma RDA socialista obsoleta e uma RFA capitalista que é espelho do sucesso da economia de mercado e do progresso técnico. A disparidade entre os dois países parece ser dificilmente dissociável da imagem da Alemanha unificada. A informação contida na tabela aponta precisamente para o papel preponderante que a economia da RFA iria assumir numa

[96] Vd. *infra* Fig.15.
[97] Vd. *supra* Cronologia.

Alemanha unificada e, implicitamente, para as dificuldades de índole económica, política e social com que se iria deparar todo o processo de Unificação.

	RFA	RDA	
Área em Km2	249	108	
População (1989)	60,162	16,73	milhões
Densidade Populacional	626	400	m^2
População Urbana (1986)	86 %	76,6 %	
Religiões			
Católica	45 %	7 %	
Protestante	44 %	47 %	
Nenhuma	1 %	45 %	
Taxa de Alfabetização	99 %	99 %	
Escolaridade Obrigatória	10	10	anos
Esperança de vida (anos) (1988)			
Homens	70	69	
Mulheres	77	75	
Camas de Hospital (1987)	674	169	milhares
Médicos (1987)	165	39	
Habit. / camas de Hospital (1983)	89	97	
Habit. médico (1983)	431	472	
Força de trabalho incluindo militares (1988)	29,7	8,6	milhões
Emprego			
Agricultura	5 %	12 %	
Indústria	41 %	48 %	
Serviços	54 %	40 %	
Produto Interno Bruto (PIB) (1988)	1200	155	109 US$
PIB por pessoa	19500	9300	US$
Principais Produtos			
Industriais	Aço	Aço	
	Químicos	Químicos	
	Máquinas	Máquinas	
	Automóveis	Têxteis	
	Carvão	Produtos	
	Construção Naval	Eléctricos	
Agrícolas	Cereais	Cereais	
	Batatas	Batatas	
	Beterraba	Beterraba	
Minérios	Carvão	Carvão	
	Ferro	Urânio	
	Lenhite	Lenhite	
	Potassa	Potassa	
Terra Arável	30 %	47%	
Produção de electricidade (1987)	118	406	kwl
Produção Bruta de carvão (1986)	36,2	8,2	milhões de toneladas
Casas de Família com carro (1988)	97 %	52 %	
Motociclo	8 %	18 %	
Arca Congeladora	77 %	43 %	
Máquina de Lavar (M.L.)	99 %	99 %	
M.L. automática	76 %	10 %	
Televisão (TV)	98 %	96 %	
TV a cores	94 %	52 %	
Telefone	98 %	7 %	
Jornais diários em circulação (1986)	417	559	1000 hab.

Fig. 15 – «1+1 =1» Os números como prova. De primeira potência económica europeia, no terceiro lugar do mundo. As Alemanhas Zusammen.» ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III).

João Viegas Soares, presentemente membro do Conselho de Administração do *Diário de Notícias*, trouxe a lume neste mesmo semanário, num artigo intitulado «Dieta milagrosa», a temática da superioridade da economia da Alemanha Federal sobre o modelo económico da RDA, aludindo às dificuldades que se previam para a primeira fase da Unificação:

> «[…] A RDA precisa de tudo. De novas redes viárias e ferroviárias e de novos portos e aeroportos. As suas indústrias, mesmo as que hoje dispõem de alguma capacidade concorrencial a nível internacional, necessitam urgentemente de investimentos em maquinaria moderna, já que os últimos equipamentos foram adquiridos, na melhor das hipóteses, há 20 ou 30 anos. Como a indústria, também a exploração do sector agrícola é efectuada segundo métodos e técnicas ultrapassados. Para além disto, os níveis de produtividade dos trabalhadores são lamentáveis quando comparados com os federais (cerca de um terço) e os métodos de gestão das empresas estão viciados por anos e anos de aplicação da cartilha leninista.» (Soares [Ind], 06.07.1990: 27)

João Amaral,[98] no artigo «Até amanhã, Herr Kohl», publicado sintomaticamente também n' *O Independente*, analisa os resultados das eleições alemãs realizadas a 2 de Dezembro de 1990, tecendo igualmente algumas considerações acerca das dificuldades que pareciam ameaçar o sucesso da Unificação. Contrariando as expectativas dos leitores que conheciam bem a sua orientação político-partidária, o então destacado militante do Partido Comunista Português (PCP) dá uma imagem predominantemente disfórica da República Democrática Alemã, enfatizando o esforço titânico que teria de ser levado a cabo pelo governo de Bona para superar os problemas decorrentes do atraso da economia do Estado socialista:

> «[…] agora é que a reunificação vai de facto começar. Para a levar a bom porto, o novo Governo precisa de tempo, gente e, sobretudo, muito dinheiro. Não será fácil conseguir nada disto, por muita saúde que actualmente respire a economia e muita esperança se acalente num «segundo milagre alemão». […] Um ano depois do Muro ter caído, fronteiras várias continuam a dividir a Alemanha. A leste, vive-se a milhas da prosperidade e do bem-estar que se respira a ocidente. O desemprego cresce a cada dia que passa. Empresas envelhecidas e cansadas, sem nenhuma perspectiva de futuro, são obrigadas a fechar as suas portas.

[98] Vd. *supra* ponto 2.

> Faltam equipamentos essenciais. Os telefones, por exemplo, não funcionam. Os transportes, substancialmente mais baratos do que no ocidente, precisam de ser revistos e substancialmente melhorados. As casas estão velhas, tal como as escolas ou os hospitais. O ambiente está degradado, a poluição é quem mais ordena.[99] […] Os técnicos que há não chegam para as encomendas, os funcionários públicos, nados e criados no antigo regime, não são de confiança e precisam de ser substituídos. Os salários são baixos, os níveis de produtividade não são melhores. Os subsídios de desemprego estão abaixo dos que se pagam no ocidente; as pensões de reforma também.» (Amaral [Ind], 07.12.1990: 18).

Ainda neste mesmo número, de 7 de Dezembro, João Amaral publica um outro artigo, intitulado «Berlim de vermelho e negro»,[100] que apresenta os resultados das eleições de 2 de Dezembro de 1990 na Alemanha unificada. O articulista sublinha a importância dos «novos ventos» que então se levantavam, com a vitória de Kohl nas eleições gerais para o 12º Governo Federal:

> «[…] os sinais exteriores de pobreza persistem a leste – nas pessoas, nas casas, nos restaurantes, um pouco por toda a parte. Pôr termo a esta situação vai ser uma das tarefas prioritárias do novo burgomestre, que não poderá deixar de se preocupar também com a harmonização dos usos e costumes, apesar de tudo diversos, que prevalecem numa e noutra parte.»[101] (Amaral [Ind], 07.12.1990: 19).

Note-se que a publicação, no mesmo número, de dois artigos assinados por um militante do PCP e que evidenciavam a falência inequívoca do regime da SED indicia uma tendência n' *O Independente* para inferiorizar o modelo socialista da RDA em relação ao modelo capitalista da RFA.

★

[99] Vd. *infra* ponto 3.2.
[100] A corrida às urnas seria dividida entre os sociais-democratas (SPD) – «vermelhos» – e democratas-cristãos (CDU) – «negros». Os vencedores foram os «negros» com 48,3% dos votos. Vd. *supra* Cronologia. Note-se que este valor difere daquele referido no artigo em causa. De facto, João Amaral registou 40, 3% e não 48,3%, como consta nas cronologias de referências usadas neste trabalho.
[101] Breve alusão ao conceito de "muro interior", tratado nos pontos 3.4 e, principalmente, 4 deste estudo.

A jornalista do jornal *Público* Lurdes Ferreira[102] compara o «estado de saúde» das duas Alemanhas, referindo um estudo realizado pela McKinsey, uma empresa internacional de prestação de serviços na área de consultoria, com um dos seus escritórios em Lisboa:

> «Herbert Henzler, responsável da empresa, defende com base «em números concretos e não em impressões» que não há uma única empresa que, imediatamente após a união monetária escape a uma situação deficitária. […] Segundo dados oficiais, prevê-se que pelo menos 20 por cento das empresas tenham de encerrar e mais de 50 por cento necessitam de ajuda financeira para sobreviverem. […]. Hoje, na indústria automóvel da RDA são necessários 65 mil trabalhadores para fazer o mesmo que a RFA faz com três mil operários, com o apoio da tecnologia e organização de trabalho.» (cf. Ferreira [Púb], 01.07.1990: 8).

Lurdes Ferreira sublinha o definhamento da RDA nos sectores industrial e tecnológico, reiterando esta ideia através da publicação, neste mesmo artigo, de um quadro ilustrativo desta realidade. Com efeito, os dados que constam deste quadro revelam que, em cem lares da Alemanha de Leste, se encontravam apenas quarenta e oito com automóvel, trinta e seis com televisão a cores e sete com telefone, dados que claramente contrastavam com os referentes à RFA. Note-se que neste Estado, em cem habitações, noventa e sete tinham automóvel, noventa e quatro possuíam televisão a cores e noventa e duas tinham telefone (cf. Ferreira [Púb], 01.07.1990: 8). As percentagens apresentadas nesta tabela não coincidem, na totalidade, com aquelas lançadas na tabela «1+1», publicada no jornal *O Independente*. Interessa, contudo, sublinhar que, apesar das ligeiras diferenças, permanece clara, em ambas as tabelas, a imagem de uma RFA próspera e moderna e de uma RDA falida e obsoleta. Lurdes Ferreira demonstra ainda que o salário médio de professores e enfermeiros na Alemanha ocidental era de 3000 DM, três vezes superior ao atribuído na oriental. No sector da habitação, destaca-se o facto de o aluguer médio por casa com 200m^2 ser de 6000 DM em Berlim ocidental e de apenas 80 DM em Berlim Leste. O mesmo se verificava no aluguer de um apartamento que custava em média 1200 DM na RFA e 60 DM na RDA. Esta notória discrepância mantém-se, mesmo quando temos em conta as diferenças salariais entre as duas Alemanhas. Vejamos, por exemplo, que o

[102] Actualmente, Lurdes Ferreira é redactora do Caderno de Economia do jornal *Público*.

aluguer de um apartamento na RDA custava cerca de 6% do salário médio de um cidadão, enquanto na RFA representava cerca de 40%. Sublinhe-se, no entanto, que a maioria das casas na Alemanha oriental estava claramente degradada, distinguindo-se daquelas da República Federal Alemã.[103] Teresa de Sousa[104] salienta igualmente as diferenças entre os dois Estados alemães, publicando também uma tabela que evidencia o facto de na RDA os sectores da alimentação, transportes públicos, habitação, vestuário e electricidade, considerados bens essenciais, terem custos bastante inferiores em relação aos da RFA. Teresa de Sousa demonstra que o mesmo não se verificava nas novas tecnologias: o preço de bens como televisão a cores, máquina de lavar ou frigorífico era gritantemente mais elevado na Alemanha de Leste, realidade que, podemos afirmar, espelhava a filosofia de um regime avesso a qualquer sinal do progresso capitalista. Lina de Lonet Delgado[105], num outro artigo intitulado «Agricultores invadem Berlim», reitera o carácter obsoleto da economia da quase extinta RDA:

> «Em Bruxelas, as palavras foram muito claras: só os produtos que respeitarem as normas internas poderão ser exportados. Um exame chumbado à partida. A produção da RDA não atinge os níveis exigidos, quer em higiene […] quer ao nível do tamanho e embalagem, já para não falar nos níveis de pesticidas e adubos utilizados na agricultura.[106] […] Aos olhos da CEE, as unidades agrícolas alemãs orientais, verdadeiros mamutes se comparadas com as congéneres ocidentais, são improdutivas: empregam demasiada mão-de-obra e a tecnologia é digna de museu, os preços de produção são demasiado elevados e a qualidade encontra-se abaixo das normas.» (Delgado [Púb], 29.07.1990: 10).

[103] Vd. *infra* ponto 3.2.
[104] Teresa de Sousa iniciou a sua carreira jornalística em 1976, no *Jornal Novo* e trabalhou na redacção do *Expresso* entre 1982 e 1989. É no *Público*, jornal que integrou desde a sua fundação, que tem desempenhado funções de colunista e redactora principal em assuntos europeus e internacionais. Faz também parte da sua carreira jornalística a colaboração com cadeias de rádio e televisão, bem como em revistas nacionais e europeias. Foi autora de obras como *Mário Soares - uma biografia* (1988), *Portugal no Centro da Europa* (1996) e *Euro - para além da moeda* (2002) (cf. http://www.gulbenkian.org/microsite_FCG_v1_0_2/oradores/teresa_sousa.htm [em 01.02.2008]).
[105] Não foi possível recolher qualquer informação acerca da biografia profissional desta articulista.
[106] Vd. *infra* ponto 3.2.

Fig. 16 - «Berlim já não está a Leste» (Sousa [Púb], 02.07.1990: 12).

★★

Ambos os periódicos mencionados deixam vir à tona uma imagem disfórica da República Democrática Alemã, enquanto Estado incontestavelmente obsoleto e falido nos mais diversos domínios. Por oposição, é esboçada uma imagem bastante positiva da RFA, soberana em termos económicos e tecnológicos, sendo aludido o seu papel preponderante na Alemanha unificada.

3.2. A ilusão e a realidade – a «poluição catastrófica» do meio ambiente e a degradação do património arquitectónico na RDA.

As páginas do *Expresso* fazem-se igualmente eco da degradação em que se encontrava a República Democrática Alemã. Sublinhe-se, no entanto, que, neste periódico, o enfoque é direccionado essencialmente para os problemas de ordem ambiental e paisagística. No artigo «Alemanha: SPD tenta evitar derrota eleitoral», o jornalista Carlos Martins,[107] correspondente deste semanário em Bona, analisando as sondagens e estratégias então definidas pelos diferentes partidos com vista às eleições de 2 de Dezembro, sublinha a urgência de medidas para a defesa do meio ambiente na RDA, que durante décadas havia sido desrespeitado pelo regime socialista da SED:

> «O objectivo da defesa do meio ambiente encontra naturalmente um forte eco na RDA, um território por onde correm alguns dos rios mais poluídos do mundo e que durante 40 anos fez uma industrialização forçada, sem se preocupar minimamente com as agressões à natureza que ela acarretava.» (Martins [Exp], 08.09.1990: B5).

Esta ideia é reiterada pelo mesmo jornalista no artigo «Alemanha – As cidades e as terras», cujo título joga intertextualmente com o célebre romance queirosiano «A cidade e as serras», despertando de imediato a atenção do leitor. Dado à estampa num número especial de *A Revista*, inteiramente dedicado às questões históricas, políticas, sociais e económicas da nova Alemanha, o referido artigo revela o desencanto do correspondente de Bona face à República Democrática Alemã, cujo potencial arquitectónico, histórico e cultural se encontrava em manifesta decadência.

[107] Presentemente, Carlos Martins mantém o seu lugar de correspondente na cidade de Bona para o jornal *Expresso*.

Fig. 17 - Capa do suplemento *A Revista*, publicada no jornal *Expresso* de 29 de Setembro de 1990.

Com efeito, eliminando a palavra «serras» – que em Eça de Queirós surge com uma conotação profundamente positiva –, o articulista parece enfatizar o facto de as esplendorosas cidades da Alemanha de Leste se terem transformado em simples «terras», sem encanto, sob acção do regime socialista da SED. Carlos Martins refere, então, a degradação de diversas cidades da Alemanha de Leste. Eisenach, cidade natal de Johann Sebastian Bach e famosa pelo Castelo de Wartburg, local onde Lutero se refugiara quando fora perseguido pelo imperador Carlos V, tinha casas «antigas, bonitas», mas que estavam «a cair de podres» e estradas com «tremendos buracos» (cf. Martins [Exp], 29.09.1990: 8-R). Segundo o jornalista, este seria o resultado de «40 anos de passividade e desinteresse: como tudo era de todos, ninguém se sentia responsável por nada». A poluição era igualmente problemática:

> «Sente-se logo que se chegou à RDA, passada que está a fronteira entre as Alemanhas no posto de Eisenach: […] os pulmões do visitante são barbaramente agredidos pelos fumos dos pequenos Trabant. É verdade que estes são muito engraçadinhos, parecem carros de brincar, todos em

plástico e de cores embirrantes com preferência para o azul-bébé e o verde alface, mas o escape do motor, que faz barulho de máquina de cortar relva, vomita um fumo azulado que provoca dores de cabeça imediatas e torna as ruas intermináveis.» (Martins [Exp], 29.09.1990: 8-R).

Fig. 18 – Cidadão da RDA que atravessa com o seu Trabant a fronteira para a Alemanha Ocidental (Bahrmann/Links [Hrsg.], 1999: 41. Fotografia de Ludwig/Zentralbild).

Weimar, uma «pequena cidade amarelecida e esquecida pelo tempo», «uma gravura de conto de fadas», distinguia-se por nela terem vivido Goethe, Schiller, Herder, Liszt e Nietsche, expoentes da cultura alemã (cf. Martins [Exp], 29.09.1990: 9-R). Em Jena, «uma cidade industrial», viam-se «centenas de prédios enormes todos iguais, todos em ângulos rectos, cinzentos, sujos e tristes» que eram afinal «exemplos da uniforme arquitectura socialista que encontrou em Berlim Leste o seu "apogeu"» (cf. Martins [Exp], 29.09.1990: 9-R). O jornalista critica a tendência estalinista na RDA para as aparências, referindo-se às duas faces de Leipzig, a maior cidade da Saxónia, nos seguintes termos:

«As praças e ruas principais que eram mostradas às visitas e por onde passavam os cortejos automóveis e os desfiles organizados nos dias de festa, são grandiosas, ao gosto estalinista – edifícios monumentais,

> mármores, bronzes, objectos de prestígio. Mas dois quarteirões mais à frente, apenas a umas escassas centenas de metros, encontramos ruas com árvores e prédios maravilhosos mas irremediavelmente degradados.» (Martins, [Exp], 29.09.1990: 10-R).

Note-se que a imagem que sobreleva no passo supracitado é a de um regime «fabricador» de ilusões. O regime da SED esforçava-se por dar uma imagem de supremacia do Estado comunista, afinal, longe de corresponder à realidade. Se por um lado, Carlos Martins chama a atenção para o enorme património cultural e arquitectónico destas cidades, por outro não deixa de registar que estas haviam sido profundamente negligenciadas pelo regime da RDA. Com efeito, percorrendo o cenário destas cidades alemãs orientais, o articulista denuncia a falência do próprio ideário marxista-leninista, apresentando uma imagem totalmente disfórica do regime político que tinha vigorado na RDA.

No *Expresso* verifica-se, igualmente, a tendência para dar a conhecer as profundas diferenças existentes entre a falida e obsoleta ex-RDA e a próspera República Federal, atribuindo-se esse contraste à aplicação, durante décadas, da retrógrada cartilha marxista-leninista.

★

Da análise do material de recepção dado à estampa no *Público* ressuma também a imagem de uma República Democrática Alemã em decadência. Lina Lonet Delgado[108], correspondente internacional deste periódico na cidade de Berlim, chama a atenção para a degradação ecológica da Alemanha de Leste no artigo justamente intitulado «RDA: o deserto ecológico»:

> «O antigo regime caiu e, com ele, o cenário oficial, pintado a muito custo. Aí, e só aí, as conquistas eram risonhas e prometedoras. A RDA um país de lindas e coloridas paisagens, onde os cidadãos saudáveis e felizes eram a tradução do fantástico sonho do «socialismo real». Mas era só um quadro… do imaginário profano. […] Com a abertura e a reunificação das Alemanhas, as estatísticas da RDA deixaram de ser «segredo de Estado». A poluição catastrófica do meio ambiente ultrapassa todos os limites da

[108] Vd. *supra* ponto 3.1.

> mais perversa imaginação e atribui a este país «jovem» e condenado o primeiro lugar na escala europeia: as pessoas vivem menos tempo, águas, solo e ar estão profundamente contaminados e a Natureza exala, em silêncio, um último suspiro, num estertor de gigantesca agonia.» (Delgado [Púb], 05.07.1990: 8).

Os quarenta anos de isolamento, sob influência da filosofia política do regime comunista, tinham redundado num país extremamente poluído. Segundo Lina Lonet Delgado, este novo Estado era afinal um lugar ermo, onde não havia «vivendas, nem árvores», mas sim «enormes tubos enferrujados», «chaminés negras», «solo e ar […] profundamente contaminados», florestas em perigo (cerca de 90%) e campos improdutivos que, durante anos, tinham sido "bombardeados" com «toneladas de adubos e fertilizantes e de pesticidas» (cf. Delgado [Púb], 5.07.1990: 8-9). Para o «deserto ecológico», explica a jornalista, contribuía a falência tecnológica de «fábricas centenárias, em ruínas, autênticos monumentos industriais da técnica de outras eras», que persistiam em produzir, «sem filtros nem qualquer espécie de instalações de tratamento de esgotos» (cf. Delgado [Púb], 5.07.1990: 8). O desperdício de energia na produção tecnológica e no consumo domiciliário são igualmente enunciados como indício de uma má gestão dos recursos da RDA pelo regime da SED (cf. Delgado [Púb], 5.07.1990: 8).

★★

Em ambos os periódicos, ressuma uma imagem muito disfórica do regime da SED, que, aplicando a cartilha marxista-leninista durante décadas, tinha conduzido a RDA para um profundo estado de degradação. A poluição ambiental e a decadência paisagística surgem como prova irrefutável de que o imaginário «país de lindas e coloridas paisagens» em muito diferia do real. As casas «bonitas» e os «edifícios monumentais» estavam agora a «cair de podres», «amarelecid[os]», denunciando a «passividade e desinteresse» do Socialismo real, cujo esforço passava, afinal, apenas pela criação de um mundo de ilusões. Os «prédios maravilhosos», os «mármores» e o «bronze», que encantavam nas ruas mostradas às visitas, contrastavam com as restantes, onde a arquitectura do passado estava irremediavelmente degrada, o prédios modernos eram «enormes, todos iguais», «rectos, cinzentos, sujos, tristes» e onde a «poluição catastrófica» «ultrapassa[va] todos os limites». Curiosamente, o jornal *O*

Independente, que revela uma tendência para sobrevalorizar a RFA em detrimento da RDA, não se faz eco da questão da degradação arquitectónica e poluição ambiental da Alemanha de Leste. Esta estratégia parece ser, no entanto, consentânea com a tentativa de atribuir maior destaque ao que de positivo resultaria da Unificação e que, consequentemente contribuiria para a construção de uma nova Alemanha soberana, e não tanto aos problemas que daí inevitavelmente adviriam.[109]

3.3. RDA: um paraíso para os investidores capitalistas

Após décadas de incontornável degradação da indústria na Alemanha de Leste verificou-se, como supramencionado, a devastação da Natureza e uma profunda ruína da produção tecnológica. É neste cenário de Estado falido, onde tudo faltava, que João Seabra[110] e Teresa de Sousa[111] apresentam a RDA como um paraíso para os investidores capitalistas. João Seabra sublinha o facto de a carência de produtos válidos poder vir a ser rentável após a Unificação, uma vez que exigia o aparecimento de novos produtos, bem como uma total reestruturação e renovação daquele Estado (cf. Seabra [Púb], 02.07.1990: 14-15). Por sua vez, Teresa de Sousa caracteriza a União Monetária como «o dia D» e descreve o resultado desta união nos seguintes termos:

> «Uma gigantesca Porta de Brandeburgo e a seguinte legenda: "Open for Business". A Salomon Brothers, um dos maiores bancos de investimentos norte-americanos, ocupa uma página inteira de quase todos os grandes jornais económicos europeus e, naturalmente, alemães, para anunciar que o seu escritório de Berlim-Leste, recém-aberto, "está à disposição de todos aqueles que pensem em fazer negócio na Europa de Leste". Em frente dos grandes hotéis da capital da RDA estacionam imponentes carros ocidentais de onde saem e entram, permanentemente, homens de negócio de todas as proveniências. Em Berlim, dos dois lados do "muro", não se encontra um quarto vago num hotel. Andares inteiros foram reservados há

[109] Vd. *infra* ponto 7, no qual podemos identificar a mesma tendência no que diz respeito o tratamento do tema Desporto.
[110] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.
[111] Vd. *supra* ponto 3.1.

> meses por muitas empresas para esta altura. O ambiente assemelha-se a uma autêntica "corrida ao ouro", com o tiro de partida dado às zero horas de hoje, dia 2 de Julho. Os "pioneiros", todavia, vestem elegantíssimos fatos, utilizam "staffs" de luxo e representam, na maior parte dos casos, os grandes grupos económicos europeus e norte-americanos.» (Sousa [Púb], 02.07.1990: 12).

Interessa também debruçarmo-nos sobre o artigo «Alegria e apreensão no reencontro da nação», assinado também no *Público* pelo jornalista Carlos Santos Pereira[112], que afirma que a RDA não se apresentava sem «dote», explicando que economistas ocidentais acreditavam que o valor imobiliário das empresas e dos mais de 100 mil quilómetros quadrados de terras da ex-RDA ultrapassava os custos da Unificação (cf. Pereira [Púb], 06.10.1990: 19). Teresa de Sousa e Carlos Santos Pereira sublinham igualmente o facto de a mão-de-obra na RDA ser barata e bem preparada, o que contribuiria para o sucesso dos investimentos ocidentais (cf. Sousa [Púb], 02.07.1990: 13; Pereira [Púb] 06.10.1990: 19).

Muito embora seja possível verificar no jornal *Público* uma tendência para sublinhar a degradação do Estado leste-alemão, não deixa de ser igualmente visível, ainda que de forma não muito significativa, a ideia de que a ex-RDA ainda tinha algo para oferecer. Com a união entre as duas Alemanhas, este Estado tornava-se atractivo não só pelo seu património geográfico e empresarial, que, a muito custo, resistira à negligência do regime totalitário da SED, mas também pelas novas oportunidades de investimento que pareciam então surgir no seu território. Com efeito, a Alemanha de Leste surgia como um mercado ávido de tudo o que vinha do ocidente, facto que, naturalmente, contribuiria para o crescimento da economia da RFA.

3.4. Aborto, sexo e Unificação.

Um ano após a queda do Muro de Berlim, Catherine Field[113] dá à estampa, no jornal *Expresso*, um artigo intitulado «Muro de Berlim – Ódio e tensão um ano depois», no qual,

---

[112] Vd. *supra* ponto 2.1.

[113] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional desta articulista.

lançando um olhar sobre esta cidade, constata os problemas que então afectavam os habitantes do território alemão, como a poluição ambiental, a instabilidade económica e a insatisfação social. Catherine Field vai, no entanto, um pouco mais além, procurando demonstrar que os malefícios da acção governativa de matriz marxista-leninista tinham ultrapassado a esfera meramente económica, repercutindo-se igualmente no «modus vivendi» e «modus pensandi» dos alemães de Leste. O muro de pedra, que caíra há um ano, teria dado lugar a um outro, de ordem psicológica, que parecia recrudescer:

> «As previsões apontam que será preciso uma geração até que as diferenças de atitude e padrões de vida se diluam. Berndt Florath, informador do Novo Fórum,[114] o grupo que despoletou o Outono leste alemão de 1989, sente o mesmo. "Os cidadãos da Alemanha ocidental têm visto a Alemanha de Leste como outro país e agora, quando olham para uma e outra sociedade, vêem que se trata realmente de sociedades diferentes – embora falem a mesma língua", diz Florath. Acrescenta que embora a Alemanha esteja unificada no papel, está longe de ser una em espírito. […] [Uma enfermeira do Leste] compara a abertura do Muro e a mudança para uma economia de mercado como a emigração de todo um país para o Ocidente, numa questão de meses.» (Field [Exp], 10.11.1990: B3).

A jornalista Luísa Meireles,[115] ainda hoje redactora e repórter principal no semanário supracitado, utilizava a metáfora do «muro», aludindo aos diferentes pensamentos, emoções e percepções que se faziam sentir nas duas repúblicas alemãs. Em conjunto com Dmitar Uchev, correspondente em Sofia, e Istvan Rakoczi, correspondente em Budapeste, a jornalista levanta a fracturante questão do aborto. De facto, no artigo «Leste: a cruzada anti-aborto» é referida a dificuldade em conciliar a diferente legislação nos dois Estados alemães nesta matéria, bem

---

[114] Referência ao movimento político leste-alemão *Neues Forum*. Vd. *supra* Cronologia.

[115] Licenciada pela Faculdade de Direito de Lisboa, Luísa Meireles, abandonou a advocacia para se dedicar ao jornalismo. Como enviada especial, cobriu os anos do fim da União Soviética e a transição de regimes em todo o centro e leste europeu, incluindo as guerras dos Balcãs. Especializou-se nas áreas de Defesa e Segurança e Assuntos Europeus. No ano de 1998 tirou um curso de auditora do Instituto de Defesa Nacional. Em 2005 termina a sua pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa. Presentemente é membro do Centro de Estudos Eurodefense-Portugal e da Association Euromed-IHEDN (Institut des Hautes Etudes de Défense National). Entre 2000 e 2006, ocupou o cargo de editora do caderno Internacional do jornal *Expresso*. Actualmente é redactora na secção de Política deste semanário. Importa ainda registar que em 2003 publicou um livro intitulado «E Depois do Iraque?», em parceria com o General Loureiro dos Santos. Agradecemos a informação que nos foi gentilmente cedida por Luísa Meireles.

como a cruzada anti-aborto desencadeada após a falência dos regimes socialistas até então em vigor em diferentes países de Leste:

> «Quando se tratou de assinar o segundo Tratado de união entre a República Federal Alemã e a já histórica RDA, as negociações ficaram presas por um imponderável que os sisudos políticos jamais se lembrariam: a legislação sobre o aborto, muito liberal na RDA e restritiva na RFA. […] o aborto, afinal, não é apenas um "assunto de mulheres" mas […] objecto de políticas de Estado e de luta política, agora que a queda dos regimes do Leste saiu das primeiras páginas. Dir-se-ia que se assiste a uma segunda "cruzada". O colapso do comunismo deu um bom pretexto aos movimentos "pró-vida" que, no Ocidente, animam há anos as campanhas antiaborto [sic] para tentar convencer os povos do Leste a partilhar com eles os seus pontos de vista. A organização 'Human Life International' (HLI), sedeada em Washington, já contabilizou em 12 mil dólares a ajuda que os polacos precisam para rever a legislação. Este tipo de organizações multiplicou nos últimos tempos os seus contactos no Leste. Representantes da Associação irlandesa para o Planeamento Familiar visitaram Varsóvia para oferecer os seus préstimos. A HLI promoveu há três semanas, em Zagreb […] uma conferência com mais de 600 médicos de dezenas de países europeus. […] A Federação Internacional do Direito à Vida, com sede em Roma, tem servido de ligação a estes movimentos. […] A união entre os dois Estados alemães foi feita sobre o compromisso de manter no território da antiga RDA a lei vigente por um período de dois anos, enquanto é elaborada uma nova lei que abranja todo o país.» (Meireles, *et al*., [Exp], 05.10.1990: B9).

Também Carlos Martins[116] refere a legislação sobre o aborto como um dos «principais obstáculos à assinatura […] do Tratado de Unificação das duas Alemanhas», lembrando que na RFA o aborto só era «permitido em caso de violação, perigo de vida da mãe, doença incurável do feto ou graves problemas sociais», enquanto na RDA era livre durante os três primeiros meses de gravidez (cf. Martins [Exp], 01.09.1990: B1). O jornalista sublinha o facto de o acordo entre a coligação governamental, constituída pelos democratas cristãos (CDU) e social-cristãos (CSU), e os sociais-democratas (SPD), ter passado pela aceitação da permanência de duas leis paralelas durante um período de dois anos, até que fosse criada uma nova lei, aplicável a toda a Alemanha unificada (cf. Martins [Exp], 01.09.1990: B1).

[116] Vd. *supra* ponto 3.2.

★

A questão do aborto, ignorada pelo jornal *O Independente*, ganha especial evidência no diário *Público*. Os artigos «Aborto desune RFA e RDA» (Pedrosa [Púb], 15.07.1990: 25) e «Aborto dificulta acordo alemão» (Pedrosa [Púb], 30.08.1990: 16), da lavra de Maria Ermelinda Pedrosa[117], correspondente deste diário em Bona, são exemplificativos disso mesmo. A jornalista sublinha o facto de a diferente legislação em matéria de aborto poder vir a tornar-se num verdadeiro obstáculo ao processo de Unificação alemã:

> «Uma das grandes preocupações que pesam sobre as mulheres da Alemanha Oriental, neste momento, reside no medo de que, com a Alemanha unificada, tenham de abdicar do direito ao aborto. […] Na RDA, o aborto é autorizado nas primeiras doze semanas, cabendo a decisão única e exclusivamente à mulher; em contrapartida, na RFA, a lei considera o aborto um delito punido pelo Código Penal, prevendo-se apenas excepções em caso de violação, quando há perigo para que [sic] a vida da mãe e/ou da criança e quando a situação social da mulher é desastrosa. […] Na RFA, as posições mais radicais reclamam a abolição do parágrafo constitucional impeditivo do aborto e a adopção de uma regulamentação semelhante à da RDA. Esta pretensão é defendida não só pelas feministas mas também pelas mulheres do Partido Social Democrata.[118] Mas os adversários do aborto, a CSU[119] e o clero católico, insistem na abolição da legislação liberal da RDA. […] A polémica desencadeada, e o medo de que, neste domínio, a RDA seja "engolida" pela RFA, já levou a um aumento substancial do número de abortos na RDA. Com receio de perderem o emprego, agora que, com a economia de mercado, a concorrência aumenta, as alemãs orientais acorrem às clínicas de Berlim Leste para abortarem, enquanto a lei o permite.» (Pedrosa [Púb], 15.07.1990: 25).

[117] Na pesquisa efectuada foi apenas possível apurar que Maria Ermelinda Pedrosa colaborou com diferentes jornais, como o *Público* e o *Jornal de Notícias*, enquanto correspondente na Alemanha.
[118] O Partido Social Democrata tem por sigla alemã SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*).
[119] A sigla CSU refere-se ao partido *Christlich-Soziale Union*, que, após a Segunda Guerra Mundial, se coligou ao partido *Christlich Demokratische Union* (CDU).

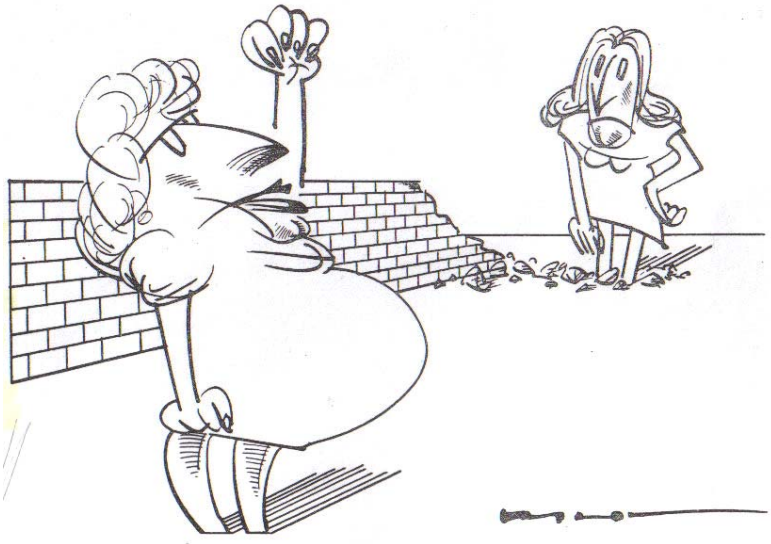


Fig. 19 – Caricatura que ilustra o artigo «Aborto desune RFA e RDA» (Pedrosa [Púb], 15.07.1990: 25).

A articulista define a questão do aborto como «o ponto que maiores divergências [tinha] provocado na discussão do tratado de unificação», tendo sido debatida em inúmeros simpósios, conferências e meios de comunicação (cf. Pedrosa [Púb], 30.08.1990: 16). A SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) almejava o «Tatorp Princip», que, como explica Maria Ermelinda Pedrosa, defendia que a lei da ex-RFA deveria permanecer apenas neste território. Deste modo, uma mulher alemã federal que fizesse um aborto no território da ex-RDA não poderia ser penalizada (cf. Pedrosa [Púb], 30.08.1990: 16). A CDU (*Christlich Demokratische Union*), pelo contrário, defendia o «Won Princip», segundo o qual esta mesma mulher deveria ser punida (cf. Pedrosa [Púb], 30.08.1990: 16). Maria Ermelinda Pedrosa lembra, contudo, que a CDU estava internamente dividida, havendo uma facção que apoiava a criação de uma lei de transição que, posteriormente, conduziria a uma reformulação (cf. Pedrosa [Púb], 30.08.1990: 16). Ainda no jornal *Público*, não pode deixar de ser destacado o artigo «Mulheres da ex-RDA: menos submissas, mais independentes», no qual Lina de Lonet Delgado[120] atribui especial atenção à indignação sentida pelas mulheres alemãs orientais:

[120] Vd. *supra* ponto 3.1.

> «Christina Schenk, uma física de 38 anos – […] porta-voz da União Independente das Mulheres, que congrega múltiplos grupos e organizações no território da antiga RDA – […] fala-nos ainda da lei do aborto, um dos pontos altos da discussão. Permitido por lei na ex-RDA, as mulheres orientais acham uma afronta que a reunificação represente (se não tiverem possibilidade de ir até à Holanda, como algumas das suas concidadãs federais) o recurso ao aborto clandestino.» (Delgado [Púb], 19.11.1990: 22).

Como ilustrado no título deste artigo, a possibilidade de livre escolha sobre a interrupção de uma gravidez surgia no território da ex-RDA como uma das condições essenciais para assegurar os direitos da mulher, a sua liberdade e independência. Refira-se, a título de curiosidade, que esta era, de resto, a convicção posta em evidência na lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, homologada a 15 de Março de 1972 na República Democrática Alemã:

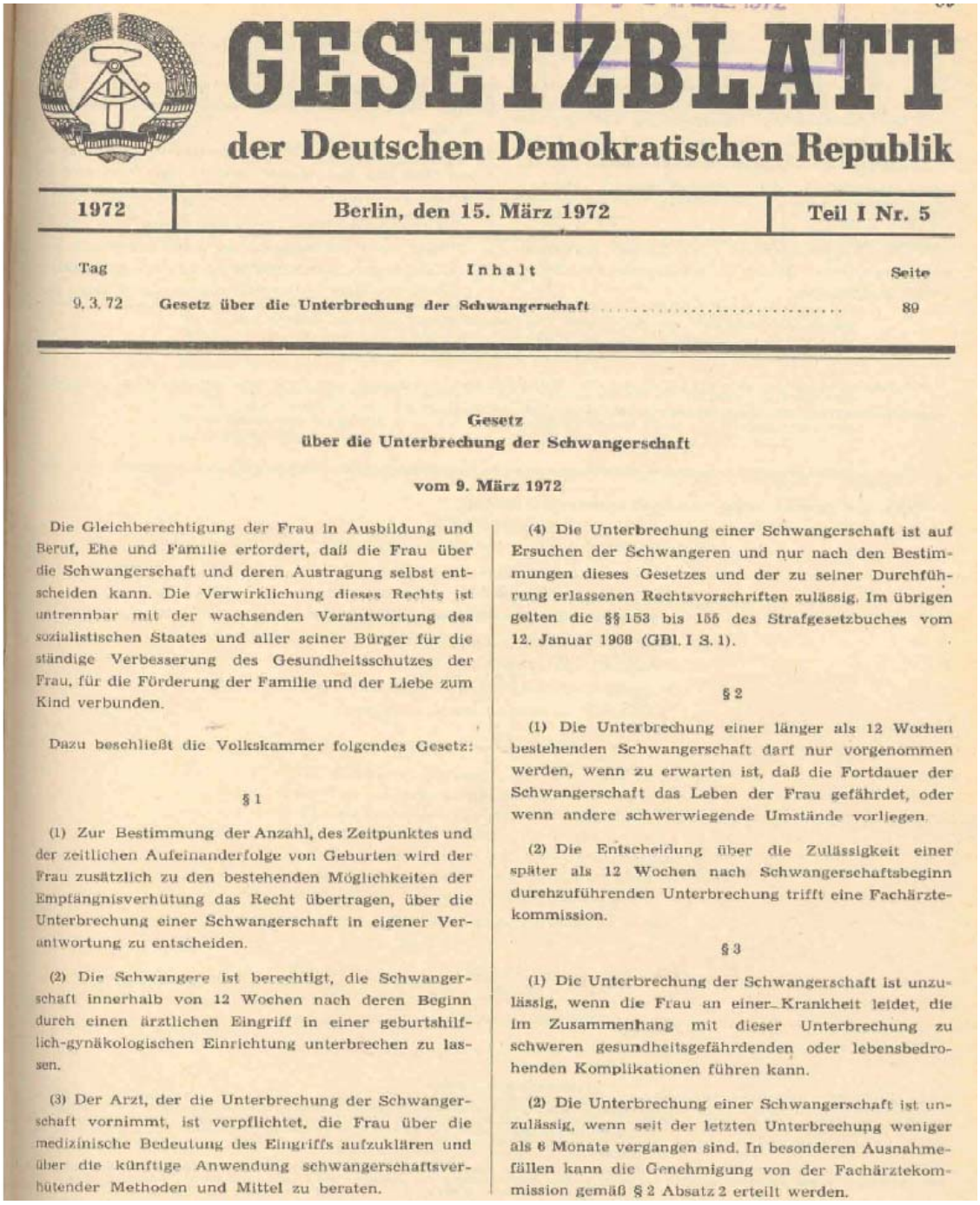
> «Die Gleichberechtigung der Frau in Ausbildung und Beruf, Ehe und Familie erfordert, dass die Frau über die Schwangerschaft und deren Austragung selbst entscheiden kann. Die Verwirklichung dieses Rechts ist untrennbar mit der wachsenden Verantwortung des sozialistischen Staates und aller seiner Bürger für die ständige Verbesserung des Gesundheitsschutzes der Frau, für die Förderung der Familie und der Liebe zum Kind verbunden.» (Gesetzblatt der DDR vom 15.03.1972).[121]
> [A igualdade de direitos da mulher na educação e profissão, casamento e família exige que a mulher possa decidir por si própria sobre a gravidez e respectivo fim. A realização deste direito está ligada de forma indissociável à crescente responsabilidade do Estado socialista e de todos os seus cidadãos para a contínua melhoria da protecção da saúde da mulher, para o fomento da família e do amor pela criança.]

Sejam permitidas aqui breves considerações a fim de apresentar, a traço grosso, a actual lei alemã. A 1 de Outubro de 1995, cinco anos após a Unificação alemã, e não dois como inicialmente previsto, entra então em vigor uma nova legislação, com o objectivo de estabelecer um compromisso entre as leis que tinham vigorado nas ex-Repúblicas ocidental e oriental. A nova legislação apresentava um carácter mais permissivo do que aquela até então em vigor na ex-RFA e, concomitantemente, ligeiramente mais restritivo em relação à da ex-

[121] Vd. *infra* Fig. 20.

RDA. A interrupção voluntária da gravidez passava, assim, a não ser punível até às doze semanas de gestação, tal como, aliás, já se verificava na Alemanha de Leste desde 1972. Sublinhe-se, contudo, que, muito embora a escolha passasse a depender exclusivamente da mulher, foi criado um sistema de medidas a ser rigorosamente cumprido. Nenhuma interrupção da gravidez passou a ser possível sem a mulher ser encaminhada para um serviço de aconselhamento, no qual encontra a oportunidade de falar acerca dos motivos que a levam a fazer essa escolha, bem como de apresentar todas as suas dúvidas. Este serviço, absolutamente confidencial, tem por missão encorajar a mulher a continuar a sua gravidez e a perspectivar uma vida com a criança, sendo, no entanto, salvaguardado o seu direito à decisão final sem qualquer tipo de coacção. O aconselhamento procura esclarecer a mulher grávida não só acerca dos seus direitos, mas também acerca da assistência quer pública, quer privada que tem ao seu dispor, como, por exemplo, o apoio financeiro, a ajuda na procura de uma habitação, acompanhamento ao longo da gravidez ou protecção do direito a prosseguir os seus estudos. A presença da mulher grávida na sessão de aconselhamento tem que ser devidamente certificada por um estabelecimento médico legalmente autorizado. A interrupção da gravidez só poderá ser realizada após um período de reflexão de três dias, que se seguirá ao aconselhamento obrigatório. Em situações extremas, como perigo para a saúde da mãe ou violação, o serviço de aconselhamento não é obrigatório, desde que estas condições sejam clinicamente confirmadas.[122]

[122] Cf. artigos 218 e 219 da Constituição Alemã.



GESETZBLATT

der Deutschen Demokratischen Republik

1972	Berlin, den 15. März 1972	Teil I Nr. 5

Tag	Inhalt	Seite
9. 3. 72	Gesetz über die Unterbrechung der Schwangerschaft	89

Gesetz
über die Unterbrechung der Schwangerschaft

vom 9. März 1972

Die Gleichberechtigung der Frau in Ausbildung und Beruf, Ehe und Familie erfordert, daß die Frau über die Schwangerschaft und deren Austragung selbst entscheiden kann. Die Verwirklichung dieses Rechts ist untrennbar mit der wachsenden Verantwortung des sozialistischen Staates und aller seiner Bürger für die ständige Verbesserung des Gesundheitsschutzes der Frau, für die Förderung der Familie und der Liebe zum Kind verbunden.

Dazu beschließt die Volkskammer folgendes Gesetz:

§ 1

(1) Zur Bestimmung der Anzahl, des Zeitpunktes und der zeitlichen Aufeinanderfolge von Geburten wird der Frau zusätzlich zu den bestehenden Möglichkeiten der Empfängnisverhütung das Recht übertragen, über die Unterbrechung einer Schwangerschaft in eigener Verantwortung zu entscheiden.

(2) Die Schwangere ist berechtigt, die Schwangerschaft innerhalb von 12 Wochen nach deren Beginn durch einen ärztlichen Eingriff in einer geburtshilflich-gynäkologischen Einrichtung unterbrechen zu lassen.

(3) Der Arzt, der die Unterbrechung der Schwangerschaft vornimmt, ist verpflichtet, die Frau über die medizinische Bedeutung des Eingriffs aufzuklären und über die künftige Anwendung schwangerschaftsverhütender Methoden und Mittel zu beraten.

(4) Die Unterbrechung einer Schwangerschaft ist auf Ersuchen der Schwangeren und nur nach den Bestimmungen dieses Gesetzes und der zu seiner Durchführung erlassenen Rechtsvorschriften zulässig. Im übrigen gelten die §§ 153 bis 155 des Strafgesetzbuches vom 12. Januar 1968 (GBl. I S. 1).

§ 2

(1) Die Unterbrechung einer länger als 12 Wochen bestehenden Schwangerschaft darf nur vorgenommen werden, wenn zu erwarten ist, daß die Fortdauer der Schwangerschaft das Leben der Frau gefährdet, oder wenn andere schwerwiegende Umstände vorliegen.

(2) Die Entscheidung über die Zulässigkeit einer später als 12 Wochen nach Schwangerschaftsbeginn durchzuführenden Unterbrechung trifft eine Fachärztekommission.

§ 3

(1) Die Unterbrechung der Schwangerschaft ist unzulässig, wenn die Frau an einer Krankheit leidet, die im Zusammenhang mit dieser Unterbrechung zu schweren gesundheitsgefährdenden oder lebensbedrohenden Komplikationen führen kann.

(2) Die Unterbrechung einer Schwangerschaft ist unzulässig, wenn seit der letzten Unterbrechung weniger als 6 Monate vergangen sind. In besonderen Ausnahmefällen kann die Genehmigung von der Fachärztekommission gemäß § 2 Absatz 2 erteilt werden.

Fig. 20 – Lei referente à Interrupção Voluntária da Gravidez na RDA, homologada a 15 de Março de 1972 (Cf. http://www.dra.de/online/hinweisdienste/spezial/2006/dra-spezial_10-2006_entscheidung.pdf [em 27.03.2007]).

É à luz das questões que então ainda havia a resolver com vista a alcançar a total e verdadeira Unificação entre os dois Estados alemães, que Margarida Santos Lopes, hoje editora do Caderno Mundo do *Público*, assina, neste jornal, o texto «União política antes do Natal».[123] A articulista refere que a discussão gerada em torno da lei do aborto era prova da «diferença entre a progressista Alemanha de Leste e a conservadora RFA», procurando também demonstrar que o choque de mentalidades entre os dois Estados alemães não se fazia sentir apenas em matéria de aborto:

> «Em termos de prática sexual, a Alemanha também ainda não está reunificada: os alemães de leste fazem amor mais frequentemente que os do ocidente […]. A estas conclusões chegaram os mais importantes sexólogos e psicoterapeutas dos dois Estados, reunidos […] num colóquio organizado pela "Pro Família", a principal associação de planeamento familiar alemã federal. Os participantes disseram, no colóquio, que o sexo está menos associado ao amor na RDA do que na RFA, que privilegia mais a harmonia intelectual e as suas emoções. Na Alemanha de Leste, a taxa de divórcios é a terceira maior do mundo, depois dos EUA e da URSS.» (Lopes [Púb], 07.07.1990: 14).

Vale a pena referir ainda o artigo intitulado «A reunificação alemã também passa pelo sexo», um exclusivo cedido pelo periódico *Tiempo* e traduzido por Maria João Felner[124], que apresenta uma perspectiva interessante sobre a alteração do comportamento sexual do povo alemão oriental:

> «A empresária alemã ocidental Beate Uhse, uma das rainhas da pornografia do erotismo, reconhece que, com a queda do Muro de Berlim, o comércio do sexo na Alemanha de Leste explodiu como uma bomba. Uhse afirma que está a fornecer literatura erótica a 70 mil novos clientes e que recebeu pedidos de 17 cidades da Alemanha Oriental para abrir "sex shops". A curiosidade pelo sexo entre os cidadãos da Alemanha Oriental é tão grande, que todos os fins-de-semana se organizam excursões aos bairros mal-afamados das cidades fronteiriças. […] Esta explosão sexual

[123] Ainda que assinado por Margarida Santos Lopes, o presente artigo consistiu, segundo informação apurada junto da jornalista, numa adaptação de telexes da *Agence France-Presse* (AFP) e da Reuters, duas das maiores agências noticiosas do mundo.

[124] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer informação acerca da biografia profissional desta articulista.

> parece ter persuadido o governo alemão oriental de que não têm [sic] outra alternativa senão aceitar a realidade. Com a queda do Muro de Berlim, muitas jovens de moral duvidosa passaram-se para Ocidente. De acordo com números não oficiais, são cerca de seis mil as alemãs de Leste que na Alemanha Ocidental se dedicam à prostituição. […] A revista oeste-alemã "Der Spiegel" diz que, na Alemanha de Leste, «todos os tabus socialistas relacionados com o sexo caíram com o Muro». No mesmo edifício em que funciona o Parlamento alemão oriental fica situado o Cabaret Intim […]. Num dos andares, os deputados discutem os problemas da reunificação alemã; noutro, há raparigas que se despem perante os novos capitalistas. […] Segundo a Volkspolizei, de Berlim Oriental, registou-se "um aumento alarmante de violações de raparigas com idades entre os 4 e os 14 anos"» (Felner [Púb], 08.08.1990: 15).

O fascínio e curiosidade pela indústria do sexo não seria mais do que a reacção à queda do regime opressor da SED, que, durante décadas, seguindo as orientações do chamado Socialismo real, se preocupara em criar e manter uma imagem, pelo menos oficial, de um Estado movido pela moral e pelos bons costumes.

★★

Os artigos supramencionados vêm lembrar que, apesar de todos os esforços políticos, permanecia uma barreira ainda intransponível entre os cidadãos das duas Alemanhas. A aplicação de ideologias políticas distintas durante décadas teria contribuído para o desenvolvimento de diferentes comportamentos e formas de pensar. O enfoque é especialmente dirigido no sentido da discussão acerca da legislação do aborto, o «ponto de maiores divergências», que «desun[ia] a RFA e a RDA». Não deixa de ser significativo o facto de o debate em torno da legislação da interrupção voluntária da gravidez não estar presente nas páginas de *O Independente*, um jornal que se definia como «democrata e conservador». O *Expresso* e, muito particularmente, o *Público*, pelo contrário, fazem-se eco desta fracturante questão, salientando o seu peso no quadro político alemão da época. O *Público* dá conta das «grandes preocupações» das mulheres da Alemanha oriental que tinham «medo» de terem de «abdicar do direito ao aborto» e que consideravam uma «afronta» que a Unificação representasse «o recurso ao aborto clandestino». É deste modo esboçada uma clara diferença

entre «a progressista Alemanha de Leste e a conservadora RFA». Considerando que a lei desta «conservadora RFA» era semelhante à que então vigorava em Portugal, parece ser introduzida uma crítica subliminar à legislação portuguesa. Pode imaginar-se que não terá sido inócua a forma como os jornalistas portugueses se debruçaram sobre esta discussão, na realidade, também complexa em Portugal. Prova deste facto foi a realização de dois referendos, um em Junho de 1998 e outro, mais recente, em Fevereiro de 2007, acerca desta matéria, bem como o aceso debate que marcou o período de campanha. Curiosamente, após a vitória do "Sim" à despenalização da interrupção voluntária da gravidez no último referendo, o artigo 218 da Constituição alemã foi muitas vezes salientado, tanto por apoiantes do "Sim" como do "Não", como possível modelo a ser seguido pela nova legislação portuguesa. O aconselhamento obrigatório, característica distintiva deste modelo, acabou, no entanto, por ser ignorado. O jornal *Público* assinala igualmente as diferenças entre os alemães de Leste e os alemães federais no que dizia respeito à prática sexual. Na verdade, não deixa de ser um tanto paradoxal o facto de o regime da ex-RDA, progressista na legislação sobre o aborto, se ter revelado conservador nesta matéria. Perante o comércio do sexo que inundava o mercado leste alemão e a crescente curiosidade dos seus cidadãos, o governo alemão oriental não tinha «outra alternativa senão aceitar a realidade». Compreende-se que os «tabus socialistas» caíam com o Muro e eram enterrados com a Unificação. Ressuma, então a imagem de um regime ambivalente, que procurava promover a imagem de um Estado demasiadamente impoluto, mas no qual o «amor», a «harmonia intelectual» e as «emoções» pareciam ser relegadas para um plano secundário.

3.5. A Unificação alemã: um passo atrás na emancipação feminina.

Indissociável da discussão acerca da legislação do aborto está, como vimos, o tema geral da emancipação feminina. A par das transformações de ordem política e económica, evoluía entre as mulheres leste-alemães a apreensão face ao lugar que lhes seria permitido ocupar na nova sociedade pós-Unificação. Tal como nos explica Lina Lonet Delgado,[125] então jornalista

[125] Vd. *supra* ponto 3.1.

no jornal *Público*, no supramencionado artigo «Mulheres da ex-RDA: menos submissas, mais independentes», o impacto da Unificação abalara profundamente o estatuto e direitos até então conquistados pelas mulheres da Alemanha de Leste. A jornalista é peremptória nesta questão: as cidadãs da ex-RDA sempre se haviam distinguido das suas vizinhas alemãs ocidentais pela sua independência e por conciliarem o seu papel de mães com uma carreira profissional, muitas vezes fruto de uma formação universitária. Não é esquecido o facto de, na ex-República Democrática, apenas 13% das mulheres não terem terminado a sua formação profissional, número que, entre as mulheres da República Federal ascendia para os 45%. As diferenças entre as habitantes destes dois Estados tornam-se ainda mais evidentes, quando tomamos conhecimento de que apenas 54% das cidadãs alemãs ocidentais eram economicamente independentes, enquanto no território da ex-RDA 90% se encontravam nessa condição.[126] Lina Lonet Delgado dá-nos conta de que esta realidade foi modificada com a Unificação:

> «O processo de reabilitação da economia e da reestruturação do aparelho produtivo em curso na Alemanha Oriental veio criar um novo tipo de instituição, até há pouco desconhecido nestas bandas: o da "mãe desempregada". Rendibilizar as empresas para não fecharem implica reestruturar, e reestruturar implica despedir os "excedentários". […] Entre os desempregados, 55 por cento são mulheres e a tendência é para aumentar. As mulheres aceitam o desemprego de maneira diferente dos homens. Se a perda do posto de trabalho é vista de forma negativa por ambos, as reacções e as consequências já são diferentes. Os homens, segundo as estatísticas, mostram-se mais confiantes, sabem que, com uma

[126] Refira-se, a título de curiosidade, que esta é ainda uma questão actual. Na verdade, as diferenças entre as mulheres das ex-RFA e RDA foram recentemente sublinhadas, quando, no início de 2007, Ursula von der Leyen, ministra alemã da Família, desencadeou um aceso debate na comunidade alemã, por ter sugerido o aumento de vagas nas creches do país até 2013. Esta reacção assentou no facto de na sociedade alemã permanecerem os estereótipos de «mãe do lar», conceito que designa a mulher que escolhe ficar em casa durante os primeiros anos de vida dos seus filhos, e de «mãe-corvo» [*Rabenmutter*], conceito que, estabelecendo um paralelismo com a fêmea deste animal que abandona as suas crias, designa o tipo de mulher que opta por dar continuidade à sua carreira, deixando os filhos numa creche. Note-se que, já em 2005, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação das Mulheres [*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*] das Nações Unidas tinha chamado a atenção do governo alemão para a perpetuação destes estereótipos. Curiosamente, estes mesmos estereótipos parecem ser mais visíveis no território da ex-RFA, onde apenas 17% das crianças acima dos dois anos de idade frequentam uma creche, número que contrasta com os 78% das crianças dos ex-Estados da RDA, onde foi mantida a infra-estrutura criada pelo regime comunista (cf. http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2358373,00.html [em 27.02.2007]; http://www.dw-world.de/dw/article/ 0,2144,2359650,00.html [em 27.02.2007]).

> "aprendizagem", eles serão os primeiros a ser reinseridos no mercado do trabalho. As mulheres mostram-se mais cépticas. […] Para as mulheres, a perda do emprego representa inequivocamente uma perda notável na sua qualidade de vida, mas é sobretudo um recuo na sua auto-determinação e na sua independência. […] O seu papel de mãe, esposa e dona de casa – que sempre acumularam com a profissão – representa um tipo de responsabilidade incompatível com as novas exigências de disponibilidade e mobilidade. À partida, elas já perderam esta corrida darwiniana, onde só os mais "fortes" vencem.» (Delgado [Púb], 19.11.1990: 22).

Ganha ainda destaque o facto de um quarto das mulheres desempregadas se encontrar na faixa etária entre quarenta e cinquenta anos, sendo, por isso, demasiado jovens para a reforma, mas também consideradas velhas para serem aceites num novo emprego. Como uma das principais consequências desta nova realidade, Lina de Lonet Delgado salienta o aumento do número de casamentos, que, na sua opinião, passa a ser visto por muitas mulheres como uma «saída para a crise», uma garantia de segurança (cf. Delgado [Púb], 19.11.1990: 22). Ainda a respeito deste tema, valerá a pena reter a seguinte passagem do artigo «Os custos da unificação», assinado por Maria Ermelinda Pedrosa, no mesmo periódico: «O socialismo, que as [mulheres] promoveu, está destroçado. E o capitalismo funciona perfeitamente sem elas» (Pedrosa [Púb], 02.10.1990: 11).

Curiosamente, no *Público* não são postos a descoberto os sinais discriminatórios que, apesar de tudo, persistiam na República Democrática Alemã e que continuavam a recair sobre as suas cidadãs. Sobre esta questão, é pertinente o seguinte comentário de Klaus Bergmann:

> «Der Staat unterstützte berufstätige Mütter durch Kinderkrippen, -gärten und –horte. Dort wurden die Kinder betreut. Wenn eines erkrankte, durfte die Mutter bei fast voller Lohnfortzahlung zu Hause bleiben. Vor und nach der Geburt eines Kindes gewährte der Staat den Müttern langen, bezahlten Mutterschaftsurlaub. Mädchen und junge Frauen erhielten in Schule, Hochschule und Berufsausbildung die gleichen Chancen wie ihre männlichen Altergenossen und nutzen sie. Dennoch hinkten sie in der Arbeits- und Berufswelt hinterher: Im Durchschnitt verdienten sie 1/5 bis 1/6 weniger als die Männer. Das lag vor allem daran, dass sie viel seltener in höhere Positionen aufstiegen. […] Keine einzige Frau gelangte jemals als Vollmitglied in das Politbüro. Mit Zähigkeit bewahrten die Männer ihre Vorteile und Privilegien. […] Den Großteil der Hausarbeit und Kindererziehung hatten nach wie vor die Frauen zu leisten. Das hinderte

> sie ihre volle Kraft dem beruflichen Aufstieg zu widmen. […] eine feministisch inspirierte Frauenbewegung gab es in der DDR so gut wie gar nicht.» (Bergmann *et al*., 1997: 209). [O Estado apoiava as mães trabalhadoras através de creches, jardins-escola e infantários. Ali as crianças eram acompanhadas. Quando uma adoecia, a mãe podia ficar em casa com quase a totalidade do salário. Antes e após o nascimento de uma criança o Estado concedia às mães uma licença de maternidade longa e paga. As raparigas e as jovens obtinham as mesmas oportunidades dos seus colegas masculinos da mesma idade no Liceu, na Escola Superior ou na Formação Profissional e tiravam proveito delas. No entanto, no mundo do trabalho e profissional ficavam atrás: em média ganhavam menos 1/5 até 1/6 do que os homens. Isto assentava acima de tudo no facto de muito raramente subirem a posições mais altas. […] Nenhuma mulher alguma vez conseguiu tornar-se membro regular no Comité do Partido. Com tenacidade, os homens ficavam com as suas vantagens e privilégios. […] Como de costume, as mulheres tinham que desempenhar grande parte das tarefas domésticas e a educação das crianças. Isto prejudicava-as na sua força total para se dedicarem à ascensão profissional. […] nunca houve na RDA um movimento de mulheres feminista.]

À guisa de conclusão, interessa acentuar que o *Público* é o único entre os periódicos analisados que discute a forma como a vida das mulheres da ex-RDA tinha sido afectada pelo processo de reabilitação e reestruturação da economia da nova Alemanha. Na verdade, é sublinhada a «perda notável na sua qualidade de vida», o «recuo na sua auto-determinação e independência» e a sua derrota nesta «corrida darwiniana, onde só os mais "fortes" vencem». A ideia de que o casamento tinha passado a ser olhado por muitas mulheres como uma «saída para a crise» traduz bem a convicção de que a união das duas Alemanhas havia posto travão ao caminho emancipador percorrido durante décadas pelas mulheres da ex-RDA. O jornal *Público* parece, então, evidenciar uma imagem da RDA, como Estado mais progressista, no que dizia respeito ao comportamento e mentalidades. Marcante é a separação que procura estabelecer entre o Socialismo, que havia promovido a independência das mulheres e protegido o seu direito à igualdade no acesso a oportunidades nos mais diversos domínios, e o Capitalismo que as relegava para um lugar de submissão. No âmbito da questão em apreço, este diário apresenta manifestamente uma imagem positiva do modelo socialista, como protector da condição feminina, que, como sabemos, não correspondia, de forma tão linear, à realidade.

4. *Die deutsche Einigung*: a união entre dois Estados irmãos ou simples anexação de «uma pechincha chamada RDA»?[127]

As palavras de ordem «Wir sind ein Volk!», que haviam marcado as pacíficas manifestações populares ocorridas com especial fervor na cidade de Leipzig (*Montagsdemonstrationen*), deixavam adivinhar o profundo anseio pela unidade do povo alemão, que viria a tornar-se realidade a 3 de Outubro de 1990.[128]

Fig. 21 - Manifestação em Berlim Leste. A expressão «Wir sind das Volk» deu lugar a outra, «Wir sind ein Volk» (Bahrmann/Links, 1999: 160. Fotografia de Thomas Raupach).

Como é sabido, o processo de Unificação alemã desenrolou-se sob o olhar atento da imprensa internacional de referência, designadamente a portuguesa. Comecemos por nos debruçarmos sobre a perspectiva de João Viegas Soares, jornalista de *O Independente*, que entende a Unificação alemã (ou «reunificação», como denomina este processo) como a «integração de

[127] O presente título teve como referência o ensaio *Ein Schnäppchen namens DDR* [Uma pechincha chamada RDA], dado à estampa por Günter Grass em 1990. Vd. *supra* Introdução.
[128] Vd. *supra* Cronologia.

um sistema socialista e falido num modelo capitalista e milionário» (Soares [Ind], 06.07.1990: 27). Na sua opinião, impunha-se a criação de medidas capazes de superar as consequências do impacto da «integração» da RDA:

> «O primeiro e definitivo passo para a resolução do grande problema que constitui a reconstrução da RDA foi concretizado no domingo passado com a entrada em vigor do tratado da união monetária, económica e social entre as duas Alemanha. Um tratado que elimina o marco oriental, moeda que agora só tem valor para coleccionadores, que consagra o Bundesbank, o banco central da RFA, como máxima entidade monetária das duas Alemanhas, que invalida todas as normas legais ou constitucionais da RDA que contrariem a construção de uma economia de mercado no território oriental da Alemanha e que atribui ao Governo de Bona a responsabilidade da política económica dos ainda dois Estados. De facto, com a entrada em vigor deste tratado, deixa de fazer muito sentido falar em duas Alemanhas. […] Lançados os dados da reunificação, chegou a hora de fazer as contas aos seus custos. […] Muitos se interrogam sobre a capacidade da economia federal em suportar o impacte da absorção. Para tornar a economia oriental competitiva num sistema de mercado, o Governo e as empresas da actual RFA vão ter de mobilizar recursos imensos, traduzidos em números astronómicos que superam, anualmente muitos orçamentos de Estado portugueses. […] No entanto, […] depois de um período de recessão, provocado pela necessidade de canalizar investimentos para a RDA, […] a Alemanha reunificada reaparecerá com redobrada força e com uma economia capaz de lhe dar definitivamente o papel de motor da Europa.» (Soares [Ind], 06.07.1990: 27).

Ao lançar o seu olhar sobre o processo de Unificação alemã, Mónica Bello,[129] na época, também jornalista de *O Independente*, sublinha igualmente a incapacidade de auto-sobrevivência da RDA:

---

[129] Em 1988, Mónica Bello, jornalista e investigadora, dá início à sua carreira no semanário *O Independente* e em 1990 começa a desempenhar funções de editora no *Caderno 3*, suplemento desse mesmo periódico. Três anos mais tarde, entra para a revista mensal *Grande Reportagem*, onde ocupa o cargo de Directora Adjunta. No ano de 1998, regressa ao jornal *O Independente*, também como Directora Adjunta, e em 2001 desenvolve actividade jornalística como *freelancer*. Em 2003, volta a estar ligada a *Grande Reportagem*, ocupando, no ano seguinte, o cargo de editora executiva na revista *Volta ao Mundo*. No ano de 2006, inicia a suas funções como Editora Executiva no *Diário Económico*. Em Fevereiro deste mesmo ano, lança um livro intitulado *A Costa dos Tesouros*, da editora Círculo de Leitores, que se debruça sobre o património arqueológico subaquático. Agradecemos a informação que nos foi gentilmente cedida por Mónica Bello.

> «Na noite de 2 para 3 de Outubro de 1990, enterrou-se a República Democrática da Alemanha. […] os sociais-democratas e os democratas-cristãos aproveitaram para fazer campanha eleitoral. Porque, antes das eleições gerais de Dezembro, os seis novos Laender da RFA (Berlim, Macklenburg-Vorpommern, Sachsen, Sachsen-Anhalt, Brandenburg e Thueringen) vão eleger os seus governos e parlamentos regionais já no próximo dia 14 de Outubro. […] O último dia da RDA nasceu sob um céu carregado. Durante as últimas semanas, todos os emblemas da República foram retirados dos edifícios públicos. Apagaram-se os símbolos. Sobrava a bandeira do Conselho de Estado e os remendos de tijolo ou as armações de ferro onde estes costumavam ser pendurados. […] Se a RDA não deixa saudades, muito menos deixa sentimentos de identidade nacional. […] E o ambiente era de alívio. A responsabilidade e a procura de soluções para a falência do Estado passava finalmente de mãos.» (Bello [Ind], 04.10.1990: 28).

Neste mesmo periódico, Pedro Guerra,[130] apesar de salientar o mérito da RDA nas modalidades individuais de desporto,[131] como a natação, o atletismo, a ginástica ou a patinagem artística, sublinha o papel secundário que coube a este Estado na Unificação desportiva:

> «A conclusão imediata que se pode tirar deste plano de fusão das duas federações, é que a partir da temporada 91/92 a Bundesliga 1 e 2 serão disputadas por 44 clubes. No entanto, repare-se que 36 serão da RFA e somente 8 da RDA. Logo, os analistas do fenómeno desportivo negam-se a aceitar a expressão «reunificação» do futebol alemão. Segundo eles, o mais correcto será falar em «anexação». Se pensarmos no poderio económico e desportivo da Alemanha Federal, fácil será percebermos e, porque não aceitarmos, a solução encontrada. […] A propósito, já reparou que a própria designação "Reunificação do Futebol Alemão" quando reduzida às iniciais, dá a inesperada fórmula… RFA!» (Guerra [IND], 03.08.1990: 15).

[130] Pedro Guerra foi repórter de *O Independente* até dar início à sua carreira política ligada ao partido CDS/PP. Foi já assessor de Paulo Portas e de João Paulo Graça (cf. http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?id= 587846&main_id=586807 [em 09.04.2007]).
[131] Vd. *infra* ponto 7, para informação acerca do Desporto das duas Alemanhas.

Pedro Guerra perfilha, então, a tese de anexação apresentada pelos jornalistas supramencionados, salientando que, também no mundo do desporto, a Unificação estava longe de se tratar de uma verdadeira união.

★

Numa altura em que rios de tinta corriam nas páginas da imprensa internacional acerca da unificação desportiva, especialmente no sector do futebol, os jornalistas e comentadores desportivos Paulo Querido[132] e António Tadeia[133] publicam nas páginas do jornal *Expresso* o artigo «Começar de novo». Os articulistas expressam as suas preocupações num passo em que reflectem acerca do choque entre os sistemas desportivos da RDA e da RFA:

> «O problema principal consiste na compatibilização de dois sistemas desportivos completamente diferentes, senão mesmo antagónicos, em que as políticas de orientação e as estruturas montadas conduziram a resultados divergentes. Enquanto a RFA conquistou este ano em Itália o título mundial de futebol pela terceira vez, a RDA só numa ocasião logrou qualificar-se para a fase final daquele campeonato. Já nas especialidades técnicas do atletismo, bem como na natação ou na ginástica, a relação de poder é inversa: um bom exemplo disso foi dado pela RDA na sua despedida enquanto selecção autónoma de atletismo, ao obter o maior número de medalhas nos Europeus […], superando as representações soviética e alemã federal. […] Teme-se o pior. Prevê-se uma autêntica anexação da Alemanha Democrática nas modalidades mais comercializadas, como o futebol: os melhores executantes da RDA estão já ao serviço dos clubes ocidentais, cujo poder económico se impôs, esvaziando o potencial das equipas de Leste – originando o desemprego entre futebolistas e, especialmente, treinadores e funcionários. […] Por outro lado, receia-se que o choque entre a realidade capitalista da futura

[132] Paulo Querido foi distinguido com a atribuição do Prémio Gandula em 1986, do Prémio Algarve/Imprensa em 1987 e do Prémio de Jornalismo Raul Junqueiro APDC/Ericsson em 2006. É, desde 2002, ano em que fundou a sua empresa pauloquerido.com para coordenar as actividades de jornalista e consultor, colaborador permanente do semanário *Expresso*. No passado colaborou com outros jornais, nomeadamente o trissemanário *Gazeta dos Desportos*, o vespertino *Diário Popular* e o semanário *Pasquim*. É membro do Grupo de Alto Nível da APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação) (cf. http://wiki.pauloquerido.net/paulo-querido [em 01.02.2008]).

[133] António Tadeia, galardoado pela Casa de Imprensa com o Prémio de Jornalista Desportivo em Outubro de 2005, é actualmente comentador desportivo na RTP (cf. http://dn.sapo.pt/2005/10/13/media/criticar_ainda_direito_a_premios.html [em 01.02.2008]).

> Alemanha unificada e o sistema desportivo estatizado da RDA leve ao desmantelamento deste último, com eventual prejuízo ao nível dos resultados nas modalidades em que os comunistas foram sempre mais fortes. […] Se as uniões legais são facilmente resolvidas nos gabinetes, não se poderá dizer o mesmo da fusão **de facto**. Durante algum tempo será bastante difícil aos desportistas leste-alemães adaptarem-se a uma nova ordem social.» (Querido/Tadeia [Exp], 29.09.1990: 18-R) [Negrito no original].

Ressuma deste trecho a apreensão face ao complexo processo de compatibilização dos sistemas desportivos das duas Alemanhas, que, por serem espelho de dois modelos políticos antagónicos, se revelavam completamente distintos. À semelhança do semanário *O Independente*, é, então, claramente apresentada a tese de anexação. No *Expresso* este conceito ultrapassa a esfera desportiva, como podemos ver no editorial assinado por José António Saraiva[134], a 5 de Outubro de 1990, dois dias após a Unificação:

> «Esta semana ficará marcada para a História pela **anexação** formal da Alemanha de Leste pela Alemanha ocidental. A maior parte das pessoas falou, simpaticamente, de "reunificação". Mas a designação não corresponde à verdade. O que se passou foi que o Governo da RDA se dissolveu – ficando o da RFA a governar as duas Alemanhas. E o mesmo aconteceu com o Parlamento leste-alemão. E com os partidos. E com a moeda. E com a economia. E com o sistema político. E a isto chama-se, em alemão, "anschluss" [sic]. […] A ANEXAÇÃO da RDA pela RFA representa também, simbolicamente, **a anexação do mundo comunista pelo mundo capitalista**. Ao submeter-se ao capitalismo num dos seus Estados mais emblemáticos, o sistema comunista declarou a sua capitulação.» (Saraiva [EXP], 05.10.1990: A10) [Negrito no original].

Muito embora afirme que este processo foi, «sob muitos aspectos, humilhante para os alemães orientais», José António Saraiva lembra que não teria sido possível enveredar por um outro caminho, uma vez que a diferença entre as duas Alemanhas era «profunda» e os dois Estados não «poderiam aparecer em situação de igualdade» (cf. Saraiva [EXP], 05.10.1990: A10). Um outro artigo, intitulado «RDA Tudo caiu com Gorbatchov», corrobora esta interpretação ao

[134] Vd. *supra* ponto 1.2.

evidenciar que os cidadãos leste alemães, «ávido[s] da prosperidade ocidental», perceberam que a Unificação tinha «mais o sabor de anexação» (cf. [Anónimo] [EXP], 27.10.1990: B11).

★

A par dos jornalistas supramencionados, encontramos Carlos Santos Pereira[135], que se debruçou igualmente sobre o significado da Unificação alemã, ao trazer a lume, no jornal *Público*, duas reportagens merecedoras de especial atenção: «Berlim-Leste: crónica de uma morte sem glória» e «Alegria e apreensão no reencontro da nação». A primeira, publicada a 3 de Outubro de 1990, dá a conhecer o sabor «amargo» que, muito embora imperceptível para alguns, se encontrava por detrás dos festejos que haviam marcado este dia:

> «Departamentos inteiros sem vivalma, pilhas de "dossiers" amontoados à porta dos gabinetes, mobília pelos corredores: o Ministério da Economia de Berlim-Leste. […] Dos cinco mil funcionários do Ministério da Economia, apenas uns duzentos foram absorvidos pela administração da nova Alemanha […]. Cenas semelhantes repetem-se por todos os ministérios de Berlim-Leste. Dos cerca de 27 mil empregados de instituições de estado, apenas um punhado transitará para os novos serviços. O desaparecimento da RDA vai deixar gente sem trabalho em todo o país, mas […] [a] Alemanha comunista é, para já, a mais atingida. […] Mathias, um jovem ex-funcionário do Ministério dos Estrangeiros, não esconde uma certa raiva. A sua opinião é categórica. "Não houve reunificação nenhuma. Houve a anexação de um país por outro, sem mais." De facto, se se traduzisse em termos militares esta unificação, o papel da RDA só poderia ser descrito como uma capitulação absoluta e incondicional. Lothar de Maizière resumiu aliás a situação, reconhecendo que "a RDA não traz praticamente nada de si para a nova Alemanha". As instituições da nova entidade política serão as da Alemanha Federal. […] O nome da Alemanha unida, bem como a bandeira e o hino, serão, sem qualquer concessão, os da República Federal Alemã, e a legislação do país apenas concede ao Leste o direito a usufruir, durante um período transitório de dois anos, de uma legislação mais liberal quanto ao aborto, herdada da RDA. Não foi só o colapso económico do Leste que se precipitou imparavelmente. À medida que a unificação ia ganhando contornos, a própria produção cultural da RDA caiu a pique. Com o desaparecimento dos símbolos nacionais, os alemães orientais perdem

[135] Vd. *supra* ponto 2.

> também muitas das tradições, e, em boa medida, a própria identidade. […] Para ele [Uwe, um jovem jornalista da ADN],[136] o desenlace é natural, inevitável. Mas, ontem à noite, ao ver hasteada a bandeira da República Federal Alemã no enorme mastro em frente do Reichstag e ao ouvir as solenes badaladas do "sino da liberdade" da Câmara de Schoneberg (sede do senado de Berlim Oeste), sentiu que parte da sua vida acabara de morrer. "Tenho 36 anos, nasci aqui e cresci aqui. De um ponto de vista racional, compreendo que tinha de ser assim. Mas as pessoas têm sentimentos. O dia 9 de Novembro, a queda do muro, foi o mais feliz da minha vida. Mas hoje sinto que vai custar habituar-me ao desaparecimento daquelas três letras: DDR (RDA)."» (Pereira [Púb], 03.10.1990: 2-3) [Sublinhados nossos].

O passo transcrito organiza-se em torno de duas ideias essenciais: a de que a Unificação se tratara, afinal, de uma verdadeira anexação da RDA, que, vendo desaparecer os seus símbolos nacionais, tradições, autonomia legislativa, política e económica, perdia a sua identidade, e, simultaneamente a ideia de que esta «capitulação» era um processo «natural» e «inevitável». Três dias mais tarde, o jornalista Carlos Santos Pereira reitera esta tese, publicando, no mesmo periódico, a reportagem «Alegria e apreensão no reencontro da nação»:

> «Quem percorrer a auto-estrada de Berlim a Leipzig, Dresden ou outras das principais cidades da ex-RDA notará já grandes diferenças. Por toda a parte, o país está em obras, estradas e fachadas dos edifícios em preparação, símbolos e monumentos do antigo regime desmantelados, etc. Os «patrões» da Alemanha capitalista desembarcaram ali de mangas arregaçadas, decididos a não perder tempo e a pôr ordem na casa, muitas vezes sob os resmungos dos «zonies»,[137] irritados com a súbita irrupção

---

[136] A *Allgemeiner Deutscher Nachrichtendienst* (ADN) tratava-se da única agência noticiosa da ex-RDA. Vd. *supra* cronologia mês de Fevereiro.

[137] Entenda-se *Zoni* como um conceito, com conotação pejorativa, que denomina os cidadãos da ex-RDA. Este termo resultou de uma das capas da polémica *Titanic*, uma revista mensal alemã, de carácter satírico e humorístico, que chegou pela primeira vez às bancas no ano de 1979. A 9 de Novembro de 1989, é dada à estampa com o título «Zonen-Gaby im Glück» (note-se que, na ex-RFA, a Alemanha de Leste era designada por *Ostzone*, ou simplesmente *Zone*). A capa desta edição apresentava uma jovem da RDA que segurava um pepino descascado e afirmava «Meine erste Banane» [A minha primeira banana] (cf. http://www.titanic-magazin.de/postcard/images/ 377670833.jpg [em 28.12.2006]). Ficava assim claramente caricaturado o excessivo deslumbramento dos cidadãos alemães-orientais por tudo aquilo que lhes era agora oferecido pelo mundo ocidental. Em linhas muito gerais, vale a pena referir ainda o conceito *Wessi*, que designava, de forma depreciativa, todos os alemães provincianos que se dirigiam, especialmente em visita, a Berlim Ocidental. Será interessante acrescentar que este conceito ganhou uma nova e diferente dimensão com a Unificação. Com efeito, entre 1989 e 1990, a palavra *Wessi* passa a estar intimamente associada ao termo *Ossi*. Como facilmente podemos depreender, estes dois conceitos designavam os cidadãos das ex- RFA e RDA, respectivamente. A título de

> destes novos empresários autoritários e convencidos de que sabem tudo. Na prática, a unificação da Alemanha pouco ou nada tem a ver com a união de dois países, antes lembraria a história do tio rico que decidiu a certo ponto tomar conta e pôr ordem na vida do sobrinho pobre, perdido e vagabundo. […] Durante pelo menos mais de um bom decénio (ou seja, até que, vaticinam os mais optimistas, o poder económico de «wessies» e «zonies» se aproxime) o território da antiga RDA terá, sem dúvida, um papel subalterno» (Pereira [Púb], 06.10.1990: 19).

Com efeito, o jornalista contraria a ideia de que a Unificação teria consistido numa real união entre os dois Estados da Alemanha, referindo a divisão de povo alemão em dois grupos: «Wessies» e «Zonies». Na verdade, Carlos Santos Pereira privilegia a convicção de que se verificava a existência de um «muro interior», que, contrariamente ao muro de betão, continuaria a separar o povo alemão, pelo menos, durante mais duas gerações (cf. Pereira [Púb], 06.10.1990: 19-20). Esta seria, na sua opinião, a inevitável consequência de quarenta anos de divisão:

> «A República Federal da Alemanha viveu toda a sua história integrada nas instituições europeias e na NATO, elementos indispensáveis à sua reabilitação. Isolada pela barreira da guerra fria, a RDA viveu sempre no isolamento do império soviético. Os alemães de Leste são naturalmente mais fechados, as suas referências estão mais viradas para dentro, para a identidade prussiana, e são mais teutónicos. A insegurança e inferioridade em que esta situação os coloca tem vindo a agravar esses sentimentos.» (Pereira [Púb], 06.10.1990: 20).

★★

---

curiosidade, registe-se que os conceitos *Wessi* e *Ossi* tinham já sido utilizados em 1987, na obra *Ach Europa*, de Hans Magnus Enzensberger. Nesta, o escritor descreve uma hipotética Alemanha que, embora unificada, vê os seus cidadãos (*Ossis* e *Wessis*) olharem-se como inimigos mortais. Ainda a este respeito, parece oportuno referir os conceitos *Besserwessi* e *Wossi*. O primeiro, juntando o adjectivo *besser* [melhor] ao substantivo *Wessi*, joga com a palavra alemã *Besserwisser* [sabichão]. Também com uma conotação depreciativa, esta palavra refere-se aos cidadãos da Alemanha Ocidental que, após a Unificação, se empenharam na reconstrução do território da ex-RDA, como se de uma colonização se tratasse. Finalmente, refira-se o conceito *Wossi*, que, com uma conotação bastante positiva, designa aqueles que, após a Unificação, simpatizando com a *Ostzone*, abandonaram a Alemanha Ocidental, para viverem num dos *Bundesländer* que pertenciam ao território da ex-RDA (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/ Titanic_(magazine) [em 28.12.2006]; http://de.wikipedia.org/wiki/Zoni [em 28.12.2006]; http://de.wikipedia.org/wiki/ Wessi [em 28.12.2006]; http://de.wikipedia.org/wiki/Ossi; http://de.wikipedia.org/wiki/Besserwessi [em 28.12.2006]; http://de. wikipedia.org/wiki/Wossi [em 28.12.2006]).

Ao percorrermos os artigos e reportagens supracitados, torna-se sobremaneira evidente a ausência da ideia de união. Disso damos conta, se, por exemplo, fizermos uma recolha dos conceitos escolhidos pelos jornalistas para definirem o processo de Unificação. Nas páginas de *O Independente*, podemos encontrar palavras como «integração», «eliminação», «invalida[ção]», «absorção», «enterro» e «fusão». De facto, a Unificação dos dois Estados alemães é tratada neste periódico como uma inevitável integração de um «sistema socialista falido», num próspero sistema capitalista. Sobreleva, de facto, a ideia de que a nova Alemanha seria próspera graças à supremacia da RFA, que seria capaz de mobilizar desmedidos recursos para superar o profundo estado de depauperamento da RDA. Nas páginas de *O Independente*, este processo foi descrito como necessário e até milagroso. De *O Independente*, ressumava claramente a ideia de que Estado alemão oriental, ao ser eliminado, não deixava qualquer saudade ou sentimento de identidade nacional. Mesmo no mundo do desporto, onde se destacavam os atletas alemães orientais em algumas modalidades, era introduzida a dúvida quanto à capacidade destes de se adaptarem a um novo contexto dominado pelos «superprofissionais» da RFA. A Unificação desportiva é abordada como se de uma anexação se tratasse: o Estado rico, que suportaria todos os custos deste processo, investiria verbas avultadas e, em troca, o Estado pobre cederia os seus melhores atletas. Atente-se que *O Independente* recorre ao uso da polémica expressão «anexação» apenas no domínio do desporto, definindo-a como a solução que havia sido encontrada. Este seria um mal necessário, ou melhor, um negócio proveitoso para ambas as partes.

Torna-se, de facto interessante, verificarmos que esta mesma questão é abordada sob uma perspectiva mais crítica pelo jornal *Expresso*, que apresenta a «anexação» desportiva como uma realidade preocupante. Na área futebolística, é dada especial importância ao desemprego massivo entre futebolistas, treinadores e funcionários da ex-RDA. Também ganha especial destaque o facto de os melhores atletas da Alemanha de Leste, principalmente aqueles das modalidades mais comercializadas, serem «tomados» pela RFA, despojando a já falida RDA do melhor que esta possuía. Os jornalistas do semanário *Expresso* explicam que este novo contexto certamente conduziria à falência total do sistema desportivo alemão oriental, em prejuízo dos grandes atletas das áreas menos comercializadas. Vale igualmente a pena fixarmo-nos no facto de estes jornalistas não associarem a dificuldade de adaptação dos atletas

da RDA à necessidade de competirem com os «superprofissionais» da RFA, mas antes ao choque de dois sistemas que durante décadas tinham sido antagónicos. Nas alusões à Unificação alemã ressoa nitidamente a ideia de que este processo não passava, de facto, de uma «anexação formal da Alemanha de Leste pela Alemanha Ocidental». A «reunificação», um termo simpático para designar a real, «humilhante», mas inevitável «capitulação» do Governo da RDA, consistira, afinal, na dissolução do Parlamento, do sistema político e económico daquele Estado.

Veja-se agora a escolha de palavras no jornal *Público* para a definição de Unificação: este processo é claramente descrito como o «desaparecimento da RDA», uma «anexação», uma «capitulação absoluta e incondicional» de «sabor amargo». Não é esquecido o facto de a bandeira, o hino, o nome e a legislação da nova Alemanha serem incondicionalmente os da RFA. Distante fica a ideia de união. Fala-se também da perda de identidade, mas, contrariamente ao que verificámos no periódico *O Independente*, está patente um sentimento de nostalgia. Naquele semanário, a anexação é apresentada de forma euforizante. No *Público*, esta questão não surge com uma conotação tão positiva, sendo mais problematizada e apresentada de uma forma tendencialmente disfórica. Caberá ainda realçar que, ao introduzir os conceitos *Wessi* e *Zoni*, na época cuidadosamente estudados por psicólogos e sociólogos alemães, o jornal *Público* procura aprofundar as consequências sociológicas da perda de identidade da RDA. Sobre este assunto, consideremos o comentário de Bernd Zeller que se segue:

> «Auf der Skala der durchschnittlichen Zufriedenheit der Einwohner rangiert Deutschland im weltweiten Vergleich weit hinten, kurz vor Bangladesch. Die einen Deutschen sind unzufrieden, weil sie Ossis sind, die anderen, weil sie Ossis haben. Auf den Fall der Mauer reagierten die meisten Bundesdeutschen mit der Frage: „Welche Mauer?“ […] Dagegen hatten die DDR-Bürger einen Wandel zu vollziehen: sie wurden zu Ossis. Darauf waren sie nicht vorbereitet. […] Mit der Wiedervereinigung hat sich der Ost-West-Konflikt auf absehbare Zeit verschärft. Menschen, die einander zuvor nie begegnet waren, bauten ein System von Vorurteilen auf […].» (Zeller, 2002: 5) [Na escala da infelicidade média dos habitantes, a Alemanha ocupa, numa comparação mundial, um lugar muito atrás, pouco antes do Bangladesh. Uns alemães estão infelizes porque são *Ossis*, os outros porque têm *Ossis*. Com a queda do Muro, a maioria dos alemães-

> federais reagiu com a pergunta: "Que Muro?". (…) Por outro lado, os cidadãos da RDA tiveram que passar por uma mudança: tornaram-se *Ossis*. Eles não estavam preparados para isso. (…) Com a reunificação, o conflito entre Leste e Ocidente agravou-se em pouco tempo. Pessoas, que nunca antes se tinham encontrado, ergueram um sistema de preconceitos (…).].

A questão da existência de um «muro interior» de que o *Público* se fez eco trata-se, então, de uma questão de acentuada importância. O diário em apreço enfatiza a persistência de diferenças que criaram divergências superáveis apenas a médio ou longo prazo. Aliás, torna-se essencial referir que, tal como nos diz Gerhard Ritter, foi exactamente a partir da existência destas divergências, que surgiram teses como as de «Kolonisierung Ostdeutschlands» [colonização da Alemanha de Leste], «Anschluss» [Anexação] ou de «Transplantation westdeutschen Institutionen» [transplantação das instituições alemãs ocidentais] (Ritter, 1998: 243-244). O jornal *Público* deu, assim, voz à incontornável polémica de ordem social, que marcou o período pós-Unificação na Alemanha.

5. A falência do «Eldorado».

A euforia que marcou as primeiras reacções dos cidadãos da Alemanha de Leste face ao dia 3 de Outubro assentava especialmente na esperança de que a Unificação seria um caminho veloz e eficaz em direcção não só à liberdade, mas também à prosperidade. Esta expectativa caiu, no entanto, rapidamente por terra, quando, perante um quotidiano que oferecia inúmeras dificuldades, se instalou um profundo sentimento de desilusão e de incerteza. A realidade revelara-se bem mais difícil do que os alemães da ex-RDA esperavam:

> «Até agora não se verificou a esperada e prometida entrada de capitais na RDA, indispensável para criar novas empresas e, com elas, novos postos de trabalho. De facto, as firmas alemãs do Leste têm um parque industrial e estruturas completamente antiquadas e irrecuperáveis. A única coisa a fazer é recomeçar do zero. O caso mais conhecido é o da fábrica de automóveis Trabant, de que praticamente só se aproveitam as paredes. A renovação dos métodos e equipamentos de fabrico é naturalmente acompanhada por uma racionalização que implica despedimentos em massa – um autêntico choque psicológico num país onde, até ao fim do ano passado, não havia, pelo menos oficialmente, um único desempregado. Os alemães de Leste descobrem violentamente os aspectos sombrios da sociedade de consumo que só conheciam da publicidade na televisão.» (Martins [Exp], 11.08.1990: B5).

Carlos Martins[138] procura assim evidenciar dificuldade da ex-RDA em conseguir responder à competitividade da nova economia de mercado. A questão do desencanto instalado entre a grande maioria dos alemães de Leste foi, de facto, alvo de especial interesse e cuidadosa análise por parte de Carlos Martins, que retoma esta temática num outro artigo, legitimamente intitulado «RFA-RDA: as desilusões do reencontro alemão», publicado no número seguinte do mesmo semanário:

> «[…] metade da população da RDA declara-se completamente desiludida com a ajuda até agora prestada por Bona, considerando-a insuficiente. […] com a economia de mercado chegou o desemprego em massa, desapareceram os transportes públicos quase de graça e vão acabar em breve as rendas de casa baixíssimas e a assistência médica gratuita. Os

[138] Vd. *supra* ponto 3.2.

> alemães de leste poderão conformar-se pensando que esse é o preço da liberdade.» (Martins [Exp], 18.08.1990: B3)

Mais uma vez, o repórter do *Expresso* procura pôr a descoberto a dificuldade de promover um equilíbrio entre liberdade, prosperidade e solidariedade social nos novos *Bundesländer*. Também Luís Mira Amaral,[139] então Ministro da Indústria e da Energia, revela, no mesmo semanário, não acreditar na substituição do marco oriental pelo marco ocidental, como um processo sem custos que garantiria a imediata prosperidade económica. Segundo o então Ministro português da Indústria e da Energia, que via o caso da União Monetária alemã como um «case-study» para a União Monetária Europeia, o lado da economia seria aquele que originaria mais problemas (Amaral [Exp], 15.09.1990: C12). Luís Mira Amaral explica que aquela união impediria o escoamento dos produtos alemães orientais:

> «Essa unificação irá "desarticular" o comércio entre a RDA e o Leste Europeu. Os países de Leste terão que comprar mercadorias da RDA em moeda forte, esses países terão outras opções em termos de qualidade-preço muito superiores à oferta leste-alemã. Também os cidadãos da RDA terão acesso a essas outras opções de qualidade-preço da indústria ocidental em geral e da RFA em particular. […] Em suma, a economia leste-alemã não tem produtividade que "aguente" a simples substituição de marcos orientais por moeda forte, e muitas empresas terão que fechar. […] se se opta pela defesa de competitividade leste-alemã, não equiparando os salários médios da RDA aos da RFA, assistir-se-á a uma fuga em massa para a RFA com os consequentes problemas urbanísticos e habitacionais na RFA. A unificação faz-se mas no território da RFA! Se se equiparam os salários, a indústria leste-alemã perde competitividade e desaparecerão partes significativas dessa estrutura industrial, causando problemas maciços de desemprego. Esses desempregados tenderão então numa segunda fase, na ausência de medidas compensadoras, a afluir à RFA em busca de empregos, ou ficarão suportados pela Segurança Social Alemã. Nesta hipótese, a unificação far-se-á ainda uma parte em «território»

[139] Para além de Professor Catedrático Convidado de Gestão do Instituto Superior Técnico, Luís Mira Amaral desempenha funções enquanto administrador e consultor de empresas. Licenciado em Engenharia Electrónica, acabou por enveredar pela Economia, tendo realizado um *Master* neste domínio. Luís Mira Amaral distinguiu-se também como político, ocupando o cargo de Ministro do Trabalho e Segurança Social no X Governo Constitucional (1985-1987) e de Ministro da Indústria e da Energia nos XI (1987-1991) e XII (1991-1995) Governos Constitucionais, que tiveram Aníbal Cavaco Silva como Primeiro-Ministro (cf. http://www.ordemengenheiros.pt/Default.aspx?tabid=1874 [em 01.02.2008]; http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Mira_Amaral [em 01.02.2008]; http://www.gesventure.pt/vcit2005/curr/m_amaral.htm [01.02.2008]).

> orçamental da Segurança Social Alemã! Essas medidas compensadoras, atrás referidas, serão pois fundamentais para não «desertificar» o território da RDA.» (Amaral [Exp], 15.09.1990: C12).

No mesmo sentido pronunciou-se o jornalista Luís Marques,[140] que, também no jornal *Expresso*, menciona o desemprego como um dos obstáculos para uma rápida recuperação económica da ex-RDA. Luís Marques acrescenta outros factores que considerava igualmente preocupantes como a baixa produtividade, as dificuldades na privatização das empresas estatais, a indefinição no quadro legal da propriedade e a persistência de uma mentalidade burocrática (cf. Marques [Exp], 29.09.1990: 14-R).

★

A jornalista do *Público* Teresa de Sousa faz-se eco das reacções apreensivas do povo alemão oriental, no dia da Unificação Económica e Monetária entre os dois Estados alemães:

> «Vive-se, ainda, talvez um pouco ingenuamente, a mística do capitalismo sem qualquer disfarce. Atingi-lo o mais depressa possível é o sonho de quase toda a gente, mesmo que um sentimento difuso de receio se tenha começado a insinuar pelo meio da euforia inicial, nascido e alimentado pelas previsões que diariamente os jornais noticiam sobre as consequências do primeiro embate da "transfusão" do DM na economia da Alemanha de Leste. Os cidadãos da RDA, que exigiram que "o marco fosse até eles" imediatamente e que o têm a partir de hoje ao alcance da mão, hesitam pela primeira vez na forma de o gastar. O espectro do desemprego "corta-lhes" a "fome de consumo […]" (Sousa [Púb], 01.07.1990: 3).

[140] Muito embora tenha frequentado os cursos de Gestão e de Direito, Luís Marques optou pela carreira de jornalista. Após ter desempenhado funções nos jornais *Portugal Hoje* (onde deu início à sua actividade jornalística) e *Tal e Qual*, entra, em 1981, na redacção do semanário *Expresso*, no qual permanece como editor de economia internacional e colunista até 1992. No mesmo ano, sai deste jornal e assume o lugar de sub-director na estação privada de televisão SIC (Sociedade Independente de Portugal), cargo que ocupa até 2001, quando se torna administrador da estação pública de televisão RTP (Rádio e Televisão de Portugal). Em Janeiro de 2008, regressa à SIC, para ocupar o lugar de consultor da administração para o processo da Televisão Digital Terrestre (cf. http://dossiers.publico.pt/shownews.asp?id=141774&idCanal=659 [em 12.01.2007], http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1315026 [em 01.02.2008]).

No mesmo número, Lurdes Ferreira[141] sublinha também o grave problema do desemprego, com base em dados lançados pela supramencionada empresa internacional de prestação de serviços na área da consultoria McKinsey. O apoio então prometido por Bona às empresas alemãs orientais por um período de três meses assemelhava-se, na opinião da jornalista, a uma «"droga eleitoral", com a qual os políticos pretend[iam] aparentemente começar o período eleitoral sem aumentar drasticamente o desemprego» (Ferreira [Púb], 01.07.1990: 8). Segundo Lurdes Ferreira, esta seria, no entanto, uma realidade irrevogável, devido à introdução do modelo capitalista:

> «A hora dos despedimentos fica adiada mas é inevitável. […] O número de desempregados da RDA, que era de 51 mil em Fevereiro, deverá chegar aos dois milhões a médio prazo. Será uma das mais duras respostas ao choque económico.» (Ferreira [Púb], 01.07.1990: 8).

No supramencionado artigo «Berlim-Leste: crónica de uma morte sem glória»,[142] Carlos Santos Pereira[143] retoma a questão do desemprego, referindo que dos vinte e sete mil empregados de instituições de Estado, apenas alguns seriam readmitidos nos novos serviços criados com a Unificação (cf. Pereira [Púb], 03.10.1990: 2).

Vale a pena referir ainda o artigo «Agricultores invadem Berlim», por nós já aqui analisado, na medida em que a jornalista Lina de Lonet Delgado[144] trata a crise da agricultura na ex-RDA como mais uma causa de insatisfação dos cidadãos da Alemanha de Leste. A articulista refere a desilusão sentida pelos agricultores e criadores de gado ao verificarem que o «maravilhoso mundo novo», prometido pela economia de mercado, muito diferia da realidade. Segundo a jornalista, a lei da livre concorrência, introduzida a 1 de Julho, tinha permitido que as marcas alemãs ocidentais inundassem o mercado da Alemanha de Leste, impedindo assim o escoamento dos produtos da RDA:

---

[141] Vd. *supra* ponto 3.1.
[142] Vd. *supra* ponto 4.
[143] Vd. *supra* ponto 2.1.
[144] Vd. *supra* ponto 3.1.

> «Pepinos, couves-flor, batatas, cereais, cerejas, porcos, vacas, leite, manteiga, produzidos em grande escala, ainda sob as normas da defunta economia de plano central, aguardam por um comprador "milagroso". […] O governo de Lothar de Maizière tinha calculado que os cidadãos da RDA iriam, numa primeira fase, optar pelos produtos vindos da RFA, quer por simples curiosidade, quer pelas embalagens mais "apetitosas". Mas, essa fase de "experiência" ameaça tornar-se ritual. Nos supermercados, as fronteiras com produtos ocidentais merecem as atenções quase exclusivas dos compradores e alguns vão ainda mais longe. Como os preços praticados na RDA são muito superiores aos das lojas do "lado ocidental", ao fim do dia, sobretudo aos sábados, fazem-se "excursões" e bichas intermináveis à frente das lojas nas localidades vizinhas, do outro lado da "fronteira".» (Delgado [Púb], 29.07.1990: 10)

O jornal *Público* faz-se, então, eco do drama dos agricultores leste-alemães que haviam sido surpreendidos pela feroz lei da concorrência, justa «só para pouquíssimos» (cf. Delgado [Púb], 29.07.1990: 10).

★

No jornal *O Independente*, o tema em apreço não ganha relevância, sendo apenas mencionado no artigo «A 25ª hora», assinado por Mónica Bello[145], o facto de o povo alemão oriental se sentir «à deriva», perante a previsão de o número de desempregados vir a atingir os dois milhões até ao final desse ano (cf. Bello [Ind], 4.10.1990: 29).

★★

A reflexão que acabámos de esboçar remete para uma realidade que, sem dúvida, se revelou preocupante após a Unificação. Na verdade, somos confrontados com a ideia de que os quarenta anos de divisão dos dois Estados alemães tinham instalado contrastes de tal forma profundos,[146] que impediam a celeridade do processo de adequação do nível de vida da ex-RDA, àquele que se vivia no Ocidente. Como referia Wolfgang Schäuble, um claro exemplo

[145] Vd. *supra* ponto 4.
[146] Vd. *supra* ponto 3.1.

desta realidade era o facto de os habitantes de Frankfurt am Oder (Alemanha de Leste) continuarem a ter um nível de vida claramente inferior ao dos cidadãos de Frankfurt am Main (Alemanha Ocidental) (cf. Schäuble, 2000: 207). Os cidadãos dos novos Bundesländer viviam, de facto, a «Leste» do paraíso. Depois de terem passado por duas ditaduras, os cidadãos leste-alemães olhavam a Unificação com elevadas expectativas. A realidade revelou-se, contudo, bem mais complexa: se, por um lado, se tinha conquistado a democracia, a liberdade de expressão, a mobilidade, o pluralismo partidário e se tornava visível uma crescente aposta e melhoramento na industrialização, por outro, esta realidade era ensombrada pelo galopante desemprego e consequente diminuição da auto-estima. É neste contexto que os já referidos conceitos *Besserwessi*, *Ossi* e *Wessi* ganham uma conotação pejorativa.[147] Vale a pena salientar ainda que no semanário *O Independente*, este é um tema quase ausente, o que se torna coerente com a tendência revelada por este periódico para sublinhar especialmente os aspectos positivos que ressumavam do processo de união entre os dois Estados alemães. Com efeito, com base na análise realizada até ao momento, podemos afirmar que nos periódicos *Expresso* e *Público* são apresentados não só os aspectos positivos da Unificação, mas também as vertentes negativas.

[147] Vd. *supra* definição no ponto 4.

6. «Deutschland, einig Vaterland»[148] – um olhar sobre a excelência de uma nova nação.

6.1. A literatura alemã: expressão de diferentes discursos ideológicos.

A Unificação trouxe para a ordem do dia da imprensa periódica portuguesa a relevância da literatura alemã.[149] Este é, efectivamente, um tema ao qual a ensaísta Helena Barbas[150] dedica especial atenção no jornal *O Independente*, num artigo que intitulou de «Letras no Muro». Lembrando que a literatura alemã contou com o contributo de autores com diferentes nacionalidades, como os austríacos Thomas Bernhard, Gunther Anders, Erich Fried, Peter Handke, dos suíços Hermann Burger, Martin Dean, Friedrich Durrenmatt, do checo Franz Kafka e do romeno Paul Celan, a articulista salienta o facto de, antes da construção do Muro de Berlim, e apesar deste encontro de nacionalidades, se ter verificado a existência de apenas uma literatura alemã. (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III). Com a separação da Alemanha em dois Estados, a literatura alemã dividira-se em duas literaturas distintas, com uma mesma língua, é certo, mas com diferentes discursos, resultantes de diferentes ideologias e estruturas sociais:

> «[…] A RDA enquanto jovem país, questiona-se sobre o seu papel no mundo presente, e aconselha os seus autores a imitar a grande literatura soviética, com heróis positivos e finais didaticamente [sic] felizes. A

[148] «Deutschland, einig Vaterland» [Alemanha, pátria unida].

[149] A excelência literária alemã foi reconhecida ao ser laureada com o Prémio Nobel. Vd. *infra* ponto 6.5, Fig. 22 - «58 Alemães. Prémios Nobel».

[150] Helena Barbas, docente na Universidade Nova de Lisboa, jornalista, tradutora e ensaísta, licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Francês/Inglês, no ano de 1983. Em 1990, sublinhe-se, ano da Unificação alemã, concluiu a sua tese de Mestrado em Estudos Literários Comparados, no Departamento de Estudos Alemães da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Oito anos mais tarde, doutorou-se em Estudos Portugueses – Literatura Comparada, com o tema *Imagens e Sombras de Maria Madalena na Literatura e Arte portuguesas (séc. XV a XX) – a construção de uma personagem, simbolismos e metamorfoses*. Helena Barbas tem ainda colaborado com várias instituições, sendo membro do *Centria – Centro de Inteligência Artificial* da Faculdade de Ciências e Tecnologia na Universidade Nova de Lisboa. É também membro do *InStory Project*, um projecto do Departamento de Informática da mesma faculdade. Participou igualmente no grupo de avaliação de projectos no âmbito do Programa FP6 da Comissão Europeia (O *European Union's Sixth Framework Programme* tratou-se de um programa de incentivo às actividades no campo da investigação e desenvolvimento tecnológico da Comunidade Europeia, referente ao período entre 2002 e 2006). Sublinhe-se ainda a sua colaboração com a Comissão Responsável no concurso Ópera em Criação, lançado pela Ópera Estúdio de Lisboa em colaboração com a Empresa de Gestão de Equipamento e Animação Cultural e os Teatros Nacionais de S. Luís e S. Carlos (cf. http://www.fcsh.unl.pt/docentes/hbarbas/cv_pt_out_007_hbarbas.pdf [em 01.02.2008]).

> separação face à capitalista RFA agrava-se pelos anos 60, como consequência da construção do muro de Berlim, em Agosto de 1961. No Leste, jovens autores escrevem jovens romances como *O Anfiteatro* de Hermann Kant, *O Céu dividido* de Christa Wolf. […] A análise literária passa pela política. Em 1965, na 11ª sessão do Comité Central do partido, promove-se o mito da «nova convivialidade», uma utopia de comunidade humana, onde intelectuais e operários viveriam unidos por uma mesma vontade de progresso, em torno do partido. Mantém-se como escola o realismo socialista, mas os nomes mais sonoros Crista Wolf, Erwin Strittmatter, Erick Neutsch, Hermann Kant – compensam essas limitações com o rebentar das técnicas tradicionais e recurso aos processos narrativos do modernismo.» (Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III).

É no contexto da divisão da Alemanha que Helena Barbas refere a questão da "permeabilidade" do Muro, mencionando que as obras de autores alemães ocidentais, como Peter Handke, Botho Strauss e Gottfried Benn, eram conhecidas a Leste, assim como as dos escritores da ex-RDA, refira-se Uwe Johnson, Erwin Strittmatter e Fritz Rudolf Fries, eram publicadas, ainda que clandestinamente, na Alemanha ocidental (cf. Barbas [IND], 28.09.1990: 30-III). Helena Barbas evidencia o caso de expatriação de Wolf Biermann, ocorrido a 17 de Novembro de 1976, explicando que o poeta e compositor tinha sido impedido de regressar ao seu país, por outras palavras, tinha sido expatriado, após ter apresentado, num concerto na RFA, uma sátira política ao regime da RDA (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III). É igualmente sublinhado o facto de um grupo de onze escritores se ter pronunciado em defesa do cantor de intervenção (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III).[151] Note-se, a título de curiosidade, que o caso de Wolf Biermann, um poeta que proclamava a necessidade de reformar o seu país, teve, segundo Helena Barbas, um significativo impacto no cenário literário da RDA, ao desencadear uma lei que, a 28 de Junho de 1979, instalava a censura, abolida apenas em 1989 (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III). O controlo daquilo que surgia nos meios de comunicação, em especial nos jornais e na televisão, tinha levado autores como Sarah Kirsh, Erich Loest, Reiner Kunze, Jurek Becker, Gunter Kunert, Monika Maron, Wolfgang Hilbig ou Uwe Kolbe a procurarem refúgio no Ocidente (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III).

[151] Refira-se, a título de curiosidade, que esse grupo era constituído por doze e não por onze, nomeadamente Christa Wolf, Sarah Kirsch, Volker Braun, Franz Fühman, Stephan Hermlin, Stephan Heym, Günter Kunert, Heiner Müller, Rolf Schneider, Gerhard Wolf, Jurek Becker e Erich Arendt (cf. Beutin *et al*., 2001: 556-557).

A respeito da literatura da RFA, Helena Barbas sublinha a importância de Thorsten Becker, Bodo Morshauser, Rainald Goetz, Bodo Kirchhoff, Joachim Lottman, Peter Glaser e Thomas Meinecke, escritores que recusavam «*engagements*, *neues sachlichkeits* [sic], "Novas convivialidades" ou "novos feminismos" […].» (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III). Rejeitando assim, qualquer empenhamento político, tratavam «temas do quotidiano, o casamento, a sexualidade, […] explorados numa linguagem lúdica onde abunda[vam] os jogos de palavras.» (cf. Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III). É ainda oportuno referir que Helena Barbas traz a lume a polémica gerada nos meios intelectuais alemães em torno de escritores que, como Christa Wolf, tinham sido acusados de pactuar com o regime da SED:

> «Em 9 de Novembro de 1989 cai o muro de Berlim. No mesmo momento Christa Wolf fala na televisão instando os seus compatriotas a ficar na RDA. Em Dezembro, com Cristoph Hein e Stephan Heym, assina um manifesto «Pela Nossa Pátria», atacando a autonomia, apelando a favor de uma presumível identidade leste-alemã. De imediato se desencadeia uma campanha contra estes nostálgicos, cegos a questões políticas e económicas. O escândalo é agravado com a publicação de dois romances da gaveta de C. Wolfo [sic], *o que Resta* e *Cenas de Verão*, onde narra perseguições pela polícia secreta do antigo regime. A escritora, durante 40 anos associada ao poder, é acusada de cobardia por se colocar no papel de vítima no momento em que não corre qualquer perigo. Saltam em sua defesa Günter Grass, Walter Jens, Peter Hartling, e o Pen Club da RFA. Este conflito insinua que o muro psicológico pode demorar mais tempo a cair que o de pedra e cal, e deixa-nos na expectativa sobre as consequências literárias – irá ser agora levantado um muro nas letras?» (Barbas [Ind], 28.09.1990: 30-III).

Questionava-se, então, a autenticidade e integridade dos escritores da ex-RDA. O tema em torno da coragem ou cobardia, bem como acomodação ou oposição dos intelectuais face ao regime opressor da SED criava «um muro nas letras». A literatura era, assim, a expressão de diferentes percepções que, mesmo após a queda do Muro de pedra, persistiam e dividiam o povo alemão.

★

A célebre polémica gerada em torno dos intelectuais é também comentada no jornal *Expresso* por Luís Coelho[152], que, reagindo às «acusações, condenações e execuções» que vinham a ser praticadas nos meios de comunicação, identifica Christa Wolf como «a mais notória vítima […]» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Na sua opinião, o caso desta escritora era exemplificativo do «dilema geral dos intelectuais num regime totalitário», que impunha a escolha «entre a moralidade e o conforto, entre as agruras que advêm de falar a verdade e os privilégios que resultam de ter o selo oficial.» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). O jornalista fala claramente acerca do «charme discreto da tentação do poder», ao qual muitos intelectuais não tinham resistido (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Luís Coelho constata que aqueles que se manifestavam contra o desaparecimento da RDA, como Christa Wolf, Heiner Müller, Stefan Heym e Christopher Hein, tinham sido justamente os seus maiores escritores (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Os esforços tecidos pelos intelectuais da ex-República Democrática Alemã para manterem o seu país, bem como a sua crítica contra o excessivo materialismo dos seus concidadãos são apresentados como inglórios, uma vez que, explica o jornalista, «soavam a falso». Muitos viam nestes esforços uma estratégia de defesa do seu privilegiado estatuto. De facto, tornava-se claro que estes intelectuais teriam muito a perder: «as ex-figuras gradas, porque [iam] pagar; os dissidentes, porque [iam] ser esquecidos.» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 13-R). À semelhança de Helena Barbas, Luís Coelho esboça a questão do «muro psicológico», ao referir que o escritor alemão-federal Patrick Süsskind tinha escrito na revista *Spiegel* não conseguir encontrar o seu lugar na nova Alemanha e de afirmar que «um povo» não passava de uma expressão, já que continuavam a existir dois.

★★

Em jeito de conclusão, refira-se que a recepção portuguesa da Unificação alemã na imprensa periódica se fez eco da polémica gerada em torno da narrativa *Was bleibt* da escritora Christa Wolf. Rapidamente esta discussão atingiu todos os intelectuais da ex-RDA, que durante o regime aí tinham permanecido e agora afirmavam ter praticado uma «oposição

[152] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.

suave».[153] O debate era, no entanto, de natureza ideológica e não tanto literária, uma vez que as questões que se encontravam no centro de toda a controvérsia se destinavam mais ao tratamento de temas como a moral, a missão social e empenhamento político dos intelectuais da República Democrática Alemã, do que à análise do valor estético das suas obras. É ainda sublinhada a ideia de que a presença de distintas posições ideológicas nas duas Alemanhas tinham, naturalmente, conduzido a diferentes características culturais, que por sua vez tornavam a união ideológica mais morosa e complexa do que a união política.

6.2. A Sétima Arte alemã: plêiade em extinção

Ao percorrermos as páginas do jornal *O Independente*, facilmente detectamos o reconhecimento do património cinematográfico da Alemanha. Com efeito, no artigo «As asas do degelo», curiosamente em claro diálogo intertextual com o filme de Wim Wenders[154] *As asas do desejo,*[155] Paulo Nogueira[156] evidencia a elevada qualidade do cinema alemão. Para além de Wim Wenders, o jornalista refere outros cineastas de grande nomeada como Werner Herzog,[157] Margarethe von Trotta,[158] Volker Schlöndorff,[159] Hans-Jürgen Syberberg[160] e

---

[153] Vd. *supra* Introdução.

[154] Galardoada com inúmeros prémios, a obra de Wim Wenders, nascido na cidade de Düsseldorf em 1945, caracteriza-se por um estilo visual inconfundível. A sua primeira longa-metragem, intitulada *Summer in the City*, surgiu em 1971, mas foi apenas após os filmes *Falsche Bewegung* (1975) e *Im Lauf der Zeit* (1976) que Wenders alcançou sucesso internacional, tendo mesmo chegado a trabalhar directamente com Francis Ford Coppola. Entre as suas obras encontram-se *Der amerikanische Freund* (1977), *Lightning Over Water* (1980), *The State of Things* (1982), *Paris, Texas* (1984), *Der Himmel über Berlin* (1987), *Bis ans Ende der Welt* e *In weiter Ferne*. Wenders foi co-fundador do *Filmverlag der Autoren* (cf. Vincendeau [Hrsg.], 1995: 451-452).

[155] Em 1987, Wim Wender realizou o filme *As asas do desejo*, com o título original *Der Himmel über Berlim* [*O céu sobre Berlim*]. Considerado uma verdadeira obra poética, este filme foi refilmado em 1998 por Brad Silberling, no estúdio Warner Brothers, sob o nome de *A cidade dos anjos*.

[156] Jornalista há mais de vinte anos, Paulo Nogueira deu início à sua carreira na Rádio Renascença. Trabalhou na RTP e, mais tarde, na SIC Notícias. Paulo Nogueira é também colunista no semanário *Expresso* (cf. http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/atelier/a/www/view.asp?edicao=10&artigo=433 [em 01.02.2008]).

[157] Werner Stipetic, que assina a sua obra cinematográfica sob o pseudónimo de Werner Herzog, nasceu na cidade de Munique em 1942. Vinte anos mais tarde, estreou-se como realizador com o filme *Herakles*, produção que mereceu o reconhecimento internacional. A obra de Herzog distingue-se pela representação de situações e personagens extremas e excessivas, que convidam à reflexão. Entre a sua vasta obra, ganham relevo os filmes *Aguirre, der Zorn Gottes* (1972), *Fitzcarraldo* (1982) e *Cobra verde* (1987) (cf. Vincendeau, 1995: 205).

[158] Nascida em 1942, na cidade de Berlim, Margarethe von Trotta estreou-se como cineasta em 1978, com o filme *Das zweite Erwachen der Christa Klages*. Distinguiu-se de outras cineastas alemãs, como Jutta Brückner e Helke Sander, através do seu estilo narrativo de carácter intimista. O tema da busca impossível pela identidade feminina

Rainer Werner Fassbinder[161] (cf. Nogueira [Ind], 28.09.1990: 29-III). Interessante será sublinhar que todos estes se inserem no chamado *Neuer Deutscher Film* [Novo Cinema Alemão], um estilo cinematográfico reconhecido e admirado internacionalmente nas décadas de sessenta e, especialmente, setenta. Apostando numa linha inovadora, o *Neuer Deutscher Film* abordava temas do quotidiano como o conflito de gerações, a revolução sexual ou a emancipação feminina, rejeitando a anterior tendência para o entretenimento fácil. Este estilo tinha também como principal objectivo a representação do passado, convidando à reflexão acerca dos erros que haviam sido cometidos. Nesta perspectiva, o passado não deveria ser esquecido, mas sim analisado criticamente, de forma a construir um futuro melhor.[162]

Não obstante a valorização do *Neuer Deutscher Film*, através da referência a importantes cineastas e detalhada apresentação de Rainer Werner Fassbinder e Wim Wenders, o crítico de

---

perpassa em toda a sua obra, que nem sempre foi alvo de críticas animadoras. Os grupos feministas opunham-se à narração convencional e melodramática dos seus filmes e o público masculino tendia a etiquetar as personagens das suas películas de desinteressantes. Entre as suas principais obras, refiram-se *Schwester oder die Balance des Glücks* (1979), *Die bleierne Zeit* (1981), *Eva* (1988) ou *Zeit des Zorns* (1994) (cf. Vincendeau, 1995: 430).

[159] Volker Schlöndorff, casado com a cineasta Margarethe von Trotta, nasceu em Wiesbaden, no ano de 1939. Em 1966, deu início à sua carreira com o filme *Der junge Törless*, considerado como o primeiro sucesso do chamado *Neuer Deutscher Film*. A sua obra cinematográfica tem demonstrado a tendência para a adaptação de obras literárias. Consideremos, a título de exemplo, o filme *Die Blechtrommel* (1979), uma adaptação da obra de Günter Grass, que lhe valeu um Óscar da Academia de Cinema de Hollywood. A sua produção artística conta com filmes como *Mord und Totschlag* (1967), *Strohfeuer* (1972), *A Gathering of Old Men* (1987) e *The Handmaid's Tale* (1990) (cf. Vincendeau, 1995: 377).

[160] O *Neuer Deutscher Film* contou igualmente com o contributo de Hans-Jürgen Syberberg, nascido em Nossendorf, no ano de 1935. Muito embora tenha dado início à sua carreira na televisão alemã, produzindo documentários, foi no cinema que Hans-Jürgen Syberberg alcançou notoriedade. Em 1969, lança o seu primeiro filme, intitulado *Scarabea – Wieviel Erde braucht der Mensch?*, uma adaptação de um conto popular assinado por Tolstoy. O estilo deste cineasta distingue-se pelo emprego de estratégias de estranhamento, temas controversos e diálogos intertextuais, com o objectivo de desencadear uma reflexão profunda acerca de questões de ordem histórica, cultural e política (cf. Vincendeau, 1995: 416, 417).

[161] Rainer Werner Fassbinder, ainda hoje citado como o cineasta alemão mais importante no período do pós-guerra, nasceu em Bad Wörishofen, no ano de 1945. Muito embora tenha morrido com apenas trinta e sete anos, Fassbinder deixou um espólio artístico extraordinário, que conta com mais de quarenta filmes. *Der Händer der vier Jahreszeiten* e *Angst essen Seele auf*, realizados em 1972 e 1974 respectivamente, despertaram o interesse e o reconhecimento internacionais. Para além de cineasta, Rainer Werner Fassbinder distinguiu-se também como dramaturgo (cf. Vincendeau, 1995: 138).

[162] Wolfgang Jacobson realça este aspecto, tecendo o seguinte comentário: «Deutsche Filme der sechziger und siebziger Jahre bekämpften das kollektive Vergessen, indem sie die Gegenwärtigkeit der Vergangenheit wiederholt zu ihrem Gegenstand machten. Sie wandten sich gegen gedankenlosen Eskapismus und pures Kommerzkino und bestanden darauf, daß Filme nicht nur Zerstreuungsmittel sind, sondern wie Zeitmaschinen wirken.» [Os filmes alemães dos anos sessenta e setenta lutavam contra o esquecimento colectivo, quando faziam repetidamente a actualidade do passado seu objecto. Eles opunham-se ao escapismo irreflectido e ao puro cinema comercial e insistiam que os filmes não são apenas meio de distracção, mas que actuam como máquinas do tempo.] (cf. Jacobson *et al.* [Hrsg.], 1993: 285).

cinema português parece aludir, ainda que indirectamente, à ausência de novos nomes reconhecidos na produção cinematográfica alemã. Esta será, de resto, a ideia presente não só no título deste artigo, mas também no trecho que se segue:

> «O novo cinema alemão já está um bocadinho reumático, mas ainda se aguenta nas canetas e prescinde da cadeira de rodas. Afinal, da plêiade de cineastas que enxertaram uma meia sola no estupor gerado pelo Holocausto, quase todos continuam a arregaçar as mangas (salvo Fassbinder por motivos de força maior).» (Nogueira [Ind], 28.09.1990: 29-III).

Na verdade, importa referir que este cinema de intervenção, que convidava à reflexão, foi perdendo gradualmente notoriedade ao longo dos anos oitenta, realidade especialmente desencadeada com a morte de Rainer Werner Fassbinder em 1982. Numa época em que se fazia sentir um abrandamento nas produções cinematográficas de cunho social e político, Paulo Nogueira vem então relembrar o legado do *Neuer Deutscher Film*, que, por ter marcado as décadas de 60 e 70, com os nomes de Werner Herzog, Margarethe von Trotta, Volker Schlöndorff, Rainer Werner Fassbinder e Wim Wenders, era merecedor de reconhecimento internacional. Reveste-se de particular interesse o facto de o jornal *O Independente* ser o único dos periódicos analisados a fazer referência à excelência do cinema alemão.

Refira-se, a título de curiosidade, que na década de noventa se verificou uma tentativa para estabelecer um compromisso entre o cinema de entretenimento e o cinema de carácter político e histórico, sendo exploradas temáticas em torno do regime nazi, da República Democrática Alemã e do regime comunista. Presentemente, parece ser igualmente esta a tendência dominante. Lembremos títulos como *Sonnenalle* (1999), de Leander Hausmann, *Goodbye, Lenine!* (2002), de Wolfgang Becker, *Der Untergang* (2004), de Oliver Hirschbiegel, *Sophie Scholl – Die Letzen Tage* (2004), de Marc Rothemund e *Das Leben der Anderen* (2006), um filme de Florian Henckel von Donnersmarck, recentemente premiado com um Óscar na categoria Melhor Filme Estrangeiro.

6.3. A vocação musical dos alemães.

O jornal *O Independente* não se queda apenas pela referência à excelência literária e cinematográfica do povo alemão, evidenciando igualmente a qualidade da sua produção musical. Trazendo à memória o nome de grandes compositores alemães, designadamente Bach, Haendel, Beethoven, Wagner e Schoenberg, o jornalista e crítico de música João Gobern[163] vai esboçando a qualidade da música alemã (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III). Muito embora afirme que os alemães «valem o mais poderoso mercado de música gravada na Europa», João Gobern apressa-se a estabelecer uma separação entre o «património musical alemão de outros tempos», que qualifica como «insuperável» e «inspirador de outras escolas», e o actual (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III). É assim abordada a incapacidade da música contemporânea alemã, particularmente a *pop*, em conquistar um lugar de destaque num mercado que era «dominado pelos britânicos, verdadeiros juízes da moda musical» (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III). João Gobern atribui esta incapacidade de descobrir «estrelas e referências que ultrapassem a nacionalidade» às características da língua alemã, que não dispunha da expansão da língua inglesa: «Foi Mark Twain que disse que o alemão devia ser confinado às línguas mortas: só os mortos têm tempo para o estudar. A música *pop* ressente-se disso mesmo.» (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III). Espelho destas limitações eram, segundo João Gobern, Nina Hagen, «a mais espalhafatosa, incongruente e inconsistente star dos anos da new-wave» ou os Tangerina Dream, que acabariam por optar «por uma exaustiva repetição de disco para disco» e remeter-se «ao papel de autores de bandas sonoras para filmes de segunda ordem» (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III). Como exemplo dos poucos nomes que se tinham conseguido afirmar na música alemã contemporânea, João Gobern chama a atenção para os Kraftwerk, enquanto pioneiros da rítmica electrónica, os Can de Holger Czukay, pelas

[163] João Gobern, presentemente ligado à rádio Antena 1 com a sua crónica «Pano para Mangas», iniciou a sua carreira enquanto jornalista profissional no ano de 1982, ligado ao jornal *A Capital*, à revista *Música & Som* e ainda ao jornal *Se7e*. Em 1987 torna-se editor de informação e realizador no *Correio da Manhã Rádio* e editor da revista *Bravo*, funções que desempenha até 1989, ano em que assume a editoria da secção «Cultura e Espectáculos» do jornal *A Capital*. No ano da Unificação alemã, trabalhava no jornal *O Independente*, enquanto editor-adjunto. O ano de 1991 ficou marcado pelo seu regresso ao jornal *Se7e*, no qual assume a direcção. Entre 1995 e 1999 ocupa o lugar de coordenador e editor das áreas de Sociedade e Cultura, bem como o de editor especial da revista *Visão*. Em 1999 torna-se director-adjunto da revista *Focus*, por si fundada. Dois anos mais tarde desempenha funções de director na revista *TV Guia* e em 2004 funda também a revista *Sábado*, com a qual ainda hoje colabora. João Gobern participa também na revista *Máxima* e nos periódicos *Record* e *Correio da Manhã* (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Gobern [em 01.02.2008]).

suas experiências sonoras, os Scorpions e a cantora Nena (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 29-III).

No presente artigo, sintomaticamente intitulado «Ein kleines Musikland», João Gobern apresenta então dois planos distintos. Por um lado, sublinha a excelência da música erudita alemã que, nos séculos passados, tinha contado com o contributo de verdadeiros génios, exemplos da vocação musical do povo germânico. Refira-se, a título de curiosidade, que a imagem da Alemanha, enquanto país de gentes dadas à música, tem uma longa tradição na Europa, designadamente em França, como demonstra Wolfgang Leiner na sua conhecida obra *Das Deutschlandbild in der französichen Literatur*:

> «Es gibt wahrscheinlich keine andere Eigenschaft der Deutschen als diese Neigung zur Musik, die so uneingeschränkt als das typisch Deutsche angesehen würde: der höchste Ausdruck Deutschlands kann vielleicht nur durch die Musik gegeben werden. […] Welch hervorragenden Platz er [Victor Hugo] der Musik im deutschen Geistesleben zuerkennt, erklärt er am Ende seines Exkurses über die Bedeutung der Musik für Deutschland: die größten Dichter Deutschlands seien seine Komponisten, jene Wunderfamilie, an deren Spitze Beethoven stehe. […] Die Musik sei das Wort, der Gesang das Atmen Deutschlands. […] Mme de Staël, Chateaubriand, Stendhal, Balzac, um nur diese Autoren zu nennen, erkennen das musikalische Talent der Deutschen an.» (Cf. Leiner, 1991: 229-230). [Não existe provavelmente nenhuma outra característica dos alemães como esta tendência para a música, que seja tão absolutamente considerada como típica alemã: a expressão mais elevada da Alemanha talvez só possa ser dada através da música. […] No final da sua dissertação acerca do significado da música para a Alemanha, ele [Victor Hugo] esclarece qual o lugar de destaque da música que reconhece na vida intelectual alemã: os maiores poetas da Alemanha seriam os seus compositores, essa família prodigiosa, no topo da qual estaria Beethoven. […] A música seria a palavra, o canto o ar da Alemanha. […] Mme de Staël, Chateaubriand, Stendhal, Balzac, para apenas referir estes autores, reconhecem o talento musical dos alemães.]

Por outro lado, Gobern evidencia o facto de o mercado da música parecer fechar as suas portas para as composições contemporâneas. É, salientada a ideia de que estas tinham encontrado a barreira imposta pela globalização dos modelos britânicos e, especialmente, da complexidade da língua de Goethe. São de resto estas limitações que servem de entrave à penetração da

moderna música alemã no mercado discográfico europeu, que leva João Gobern a designar a nova Alemanha de «kleines Musikland».

6.4. O património arquitectónico da Berlim unificada.

O encontro entre as «duas metades de Berlim» levou a jornalista Regina Louro[164] a lançar o seu olhar sobre esta cidade, procurando descobrir o que permanecera e o que mudara após décadas de divisão. A jornalista apresenta a nova Berlim como uma metrópole de cultura, uma «grande cidade» «aberta ao mundo», que «não escond[ia] as cicatrizes, mas faz[ia] gala na vitalidade.» (cf. Louro [PúbM], 12.08.1990: 26). Na verdade, Regina Louro sublinha a paisagem como característica inconfundível desta cidade que, «como numa colagem», justapunha «os vestígios do passado e os emblemas do presente, as marcas da catástrofe e os sinais da sua superação» (cf. Louro [PúbM], 12.08.1990: 29). Exemplo era, na sua opinião, a igreja à memória do Imperador Guilherme,[165] que havia sido destruída durante a Segunda Guerra Mundial. Ao lado da sua torre em ruínas, curiosamente denominada pelos berlinenses de «dente cariado», foi construído um moderno templo de vitrais com a assinatura do arquitecto Egon Eiermann (cf. Louro [PúbM], 12.08.1990: 29). Regina Louro evidencia a extensão do património arquitectónico desta cidade, registando o ousado contributo de outros arquitectos de grande nomeada, como Walter Groppius, Le Corbusier, Oscar Niemeyer, Baldessari, Hugh Stubbins e Müller-Rehm (cf. Louro [PúbM], 12.08.1990: 29). Edifícios como a Filarmonia, a Biblioteca e a Nova Galeria Nacional são destacados pela sua «beleza, «arrojo» e «originalidade» (cf. Louro [PúbM], 12.08.1990: 29). A esta lista Regina Louro acrescenta outros não menos importantes, designadamente a Universidade, a Ópera, a Escola de Belas-Artes, a Academia de Canto, o palácio do governador, o Museu Pérgamo, a antena de

---

[164] Regina Louro tem-se dedicado tanto ao mundo jornalístico como literário. Jornalista de profissão, destaca-se igualmente como tradutora, crítica literária e autora de obras. Entre as suas publicações mais recentes encontramos *À Sombra das Altas Torres do Bugio* (1994), *Faróis de Portugal* (1995) e *Termas Portuguesas* (1995). Enquanto jornalista desempenhou funções nas revistas *R&T*, *Flama*, *Raíz & Utopia* e nos periódicos *Diário de Lisboa*, *Jornal de Letras* e, especialmente, no *Expresso* e no *Público* (cf. http://motg.blogs.sapo.pt/arquivo/1066811.html [em 01.02.2008]).

[165] A *Kaiser-Wilhem-Gedächtnis-Kirche* foi construída entre 1891 e 1895, a pedido do Imperador Guilherme II, em memória do seu avô Guilherme I.

televisão, «"mais alta que a torre Eiffell" (dizem os guias)», e o castelo de Charlottenburg. No artigo «Berlim – Até a luz está a mudar», Regina Louro procura então demonstrar a «monumentalidade», «solene e esmagadora», que persistia, apesar dos acontecimentos políticos das últimas décadas, na cidade de Berlim, sublinhado a ligação intrínseca entre a sua excelência arquitectónica e a cultura.

6.5. A excelência da ciência e tecnologia alemãs.

Antes de encetarmos a análise do material coligido no âmbito deste tema, comecemos por nos debruçarmos sobre uma longa lista de sessenta e oito alemães premiados com o Prémio Nobel, dada à estampa *n' O Independente* e que sublinha a excelência da Alemanha enquanto potência que voltava a pontificar na Europa com todo o seu esplendor:

FÍSICA

1987 – J. Georg Bednorz
1986 – Ernesk [sic] Ruska e Gerd Binning
1985 – Klaus von Klitzing
1963 – J. Hans D. Jansen [sic]
1961 – Rudolf L. Mossbauer
1954 – Walter Bothe
1932 – Werner Heisenberg
1925 – James Franck e Gustav Hertz
1921 – Albert Einestein [sic] (também da USA)
1919 – Johannes Stark
1918 – Max K. E. L. Planck
1914 – Max von Laue
1911 – Wilhelm Wien
1909 – Carl F. Braun
1905 – Philippe [sic] A. von Lenard
1901 – Wilhelm C. Roentgen

1973 – Ernest Otto Fischer
1967 – Manfred Eigen
1963 – Karl Ziegler
1953 – Hermann Staudinger
1950 – Kurt Alder e Otto P. H. Diels
1944 – Otto Hanh [sic]
1939 – Adolf F. J. Butenandt
1938 – Riachard Kuhn
1931 – Friedrich Bergius e Karl Bosh
1930 – Hans Fischer
1928 – Adolf O. R. Windaus
1927 – Heinrich O. Wieland
1925 – Richard A. Zsigmondy
1920 – Walther H. Nernst
1918 – Fritz Haber
1915 – Richard M. Willstatter
1910 – Otto Wallach
1909 – Wilhelm Ostwald

1973 – Karl von Frisch e Konrad Lorenz (também austríaco)
1964 – Feodor Lynen
1956 – Werner Forssmann
1939 – Gerhard Domagk
1935 – Hans Spermann [sic]
1931 – Otto H. Warburg
1922 – Otto F. Meyerholf [sic]
1910 – Albrecht Kossel
1908 – Paul Ehrlich
1905 – Robert Koch
1902 [sic][166] – Emil A. von Behring

LITERATURA

1972 – Heinrich Boll
1929 – Thomas Mann
1912 – Gerard Hauptmann
1910 – Paul J. L. Heyse
1908 – Rudolf C. Eucken

[166] Emil Adolf von Behring foi galardoado com o Prémio Nobel da Medicina em 1901 e não em 1902.

QUÍMICA

1988 – Johann Deisemhofer, Robert Huber e Hartmut Michel

1979 – George Wittig

1907 – Eduard Buchner

1905 – Adolf von Baeyer

1920 [sic][167] – Emil Fischer

MEDICINA E FISIOLOGIA

1984 – Georges J. F. Koehler

1902 – Theodor Mommsen

PAZ

1971 – Willy Brandt

1935 – Carl von Ossietzky

1927 – Ludwig Guidde

1926 – Gustav Stresemann

Fig. 22 - «58 Alemães. Prémios Nobel»[168] ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III).

Saliente-se que a tabela foi publicada na revista «Vida», suplemento do jornal *O Independente* e que neste número dava destaque à Unificação alemã.

[167] Refira-se que Emil Fischer recebeu o Prémio Nobel da Química no ano de 1902 e não 1920.

[168] Note-se no erro do título, na medida em que da lista supramencionada constam, de facto, sessenta e oito e não cinquenta e oito premiados.

Fig. 23 - Capa da revista «Vida» ([Ind], 28.09.1990). [No canto superior esquerdo lê-se «Joghurt, Volkswagen, Kartoffeln, Tomatensalat. Coisas boas.», «Jetzt zusammen.», «Dos Suevos à Siemens.» e «Ich bin ein Berliner.»]

A excelência dos estudos científicos alemães, que se torna sobremaneira evidente na tabela supra apresentada, nos domínios da Física, Química, Medicina e Fisiologia, é igualmente

abordada pelo professor universitário de Física Carlos Fiolhais,[169] que refere o seguinte no jornal *Público*:

> «A Alemanha foi a terra não só de grandes escritores e músicos, como de grandes cientistas, como o matemático David Hilbert […] e o físico Albert Einstein […]. Na Universidade de Berlim, foram professores Max Planck, Albert Einstein, Erwin Schroedinger, a nata da física deste século. […] A guerra e a posterior divisão da Alemanha tiveram consequências dramáticas não só para Berlim mas também para muitos outros centros de excelência nas ciências exactas e naturais. […] Goettingen, na actual RFA, […], foi um dos grandes centros universitários da Alemanha, nomeadamente no domínio da matemática […]. Na física, detém a honra de ser uma das cidades fundadoras da mecânica quântica […]. A mecânica quântica, que é, conjuntamente com a relatividade, a ciência do século, localizou-se fortemente em universidades e institutos alemães […]. A língua alemã desempenhava o papel que o inglês tem hoje. Mas ainda antes da mecânica quântica e da relatividade, havia na Alemanha uma grande tradição de ciência […]. As indústrias químicas e eléctricas, que hoje têm grande implantação na Alemanha de um lado e do outro, remontam ao século XIX e, em alguns casos, mais atrás. […] A electricidade e a química floresceram no século XIX no solo alemão. De todos os prémios Nobel da Química atribuídos entre 1900 e 1945, 18 (praticamente metade) foram dados a investigadores alemães! O apogeu da ciência alemã deu-se nos anos vinte e trinta, entre as duas grandes guerras.» (Fiolhais [Púb], 13.09.1990: 12, 13).

O germanófilo Carlos Fiolhais, que por sinal se doutorou na Alemanha, não deixa de enfatizar o declínio desta nação, salientando a escassez de novos prémios Nobel nas décadas mais recentes: «É manifestamente pouco, pelo menos para quem estava habituado a mais.» (cf. Fiolhais [Púb], 13.09.1990: 13). Carlos Fiolhais atribui esta realidade ao regime nazi e à

[169] Carlos Fiolhais, nascido na cidade de Lisboa no ano de 1956, licenciou-se em Física na Universidade de Coimbra em 1978. Curiosamente, entre 1979 e 1982 frequentou a Universidade *Johann Wolfgang Goethe*, em Frankfurt am Main, obtendo o grau de Doutor em Ciências Naturais (*Doktor der Naturwissenschaften*), no domínio da Física Teórica. Carlos Fiolhais já publicou mais de trinta livros, cem artigos científicos e quatrocentos artigos pedagógicos. Traduziu ainda seis livros. No ano de 1994 foi galardoado com o Prémio União Latina de tradução científica e em 2005 com o Globo de Ouro de Mérito e Excelência em Ciência, atribuído pela televisão SIC. No mesmo ano foi agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique e em 2006 recebeu o Prémio Inovação do Forum III Milénio e o Prémio Rómulo da Carvalho da Universidade de Évora. Sublinhe-se igualmente o facto de dirigir a revista *Gazeta de Física* da Sociedade Portuguesa de Física. Presentemente colabora com os jornais *Primeiro de Janeiro* e *Sol*, embora no passado tenha também colaborado com outros como o *Público*, o *Expresso* ou a *Visão*. Desempenha também os cargos de consultor do Museu de Ciência da Universidade de Coimbra e de Director Geral da mesma Universidade (cf. http://nautilus.fis.uc.pt/personal/cfiolhais/ [em 01.02.2008]).

divisão do país. Na verdade, acrescenta que vinte e quatro detentores de Prémios Nobel haviam abandonado a Alemanha entre 1933 e 1940, procurando escapar ao anti-semitismo e às perseguições ideológicas, que tinham inevitavelmente conduzido à interrupção de aulas, investigação e publicações (cf. Fiolhais [Púb], 13.09.1990: 12). A divisão da Alemanha tinha também contaminado o trabalho científico com julgamentos ideológicos. Ainda que este não pareça ser um cenário animador, Carlos Fiolhais deixa em aberto a possibilidade de a língua alemã poder voltar «a ganhar peso na comunidade científica internacional». Para além disso, evidencia o facto de as sociedades científicas terem avançado com uma «união científica», que, curiosamente, Carlos Fiolhais define como «uma anexação ("Anschluss") da actividade técnica e económica por parte do irmão mais forte», mesmo antes da «união política» (cf. Fiolhais [Púb], 13.09.1990: 12).

★

A excelência da Alemanha no domínio das ciências fundamentais passava igualmente pela aplicação industrial e tecnológica dos conhecimentos teóricos científicos. Irrefutável é o facto de a indústria e a tecnologia alemãs terem desde sempre merecido o reconhecimento internacional. Quem não se lembra, por exemplo, da campanha publicitária, lançada nas televisões portuguesas há já alguns anos pela Opel, uma reconhecida marca alemã, que entrava diariamente nas nossas casas com o slogan «Opel – deutsche Technologie». As duas últimas palavras, tal como fórmula secreta, pareciam ser suficientes para justificar e garantir o sucesso da marca. Com efeito, a estratégia de *marketing* adoptada pela empresa em causa manifestava claramente o lugar de destaque conquistado pela tecnologia alemã, que, ao longo dos tempos, se tinha tornado sinónimo de inovação, dinamismo, qualidade e segurança. O jornal *O Independente* faz-se eco desta realidade através do artigo singularmente intitulado com a expressão alemã «Sehr gut» [Muito bom], assinado por Luísa Jacobetty.[170] A jornalista

[170] Luísa Jacobetty nasceu em 1959 em Lisboa. Entre 1980 e 1990 foi professora de Inglês no Cambridge School. Em 1990, dá início à sua carreira como jornalista no jornal *O Independente*. Em 1996, passa a escrever uma crónica semanal sobre costumes, intitulada «A fada do Lar» e inserida no *Caderno Vida* daquele semanário. No ano de 1998, participa na concepção e lançamento do projecto editorial da revista *Evasões*, da editora Volta ao Mundo, cujo objectivo era divulgar Portugal na área do turismo. Assume a direcção desta revista até 2003, ano

apresenta e ilustra os atributos de quase duas dezenas de marcas alemãs, como Braun, Bosch, Blaupunkt, Basf, Porsche, Audi, BMW, Mercedes, Opel, Adidas, Aspirina ou Hugo Boss, salientando a superioridade económica granjeada pela Alemanha internacionalmente, nos mais diversos segmentos de mercado tecnológico (Jacobetty [Ind], 28.09.1990: 28-30-III). Ao caracterizar os produtos alemães, Luísa Jacobetty destaca a disciplina, a eficiência e a aptidão para o trabalho que, afinal, traduziam a personalidade das gentes teutónicas. Atente-se no tom eurforizante com que a articulista portuguesa alude à excelência da tecnologia alemã:

- Bosch: «um nome que acabou por se tornar alcunha de um povo tão eficiente e robusto quanto as máquinas que criou»;
- Braun: «linha de electrodomésticos robustos e eficientes»;
- Leica: «o Rolls das máquinas fotográficas. Alemã. Top»;
- Basf: «para um som e imagem de qualidade germânica»;
- Blaupunkt: «fidelidade absoluta»;
- Pratika: «uma máquina fotográfica honesta, eficiente, […] e sem manias»;
- BMW: «eficientes e seguros»;
- Mercedes Benz: «caros, lindos e bons»;
- produtos naturais: «são alemães os mais procurados».

(cf. Jacobetty [Ind], 28.09.1990: 28-30-III)

Luísa Jacobetty debruça-se ainda sobre a história da Opel, referindo que cinco irmãos alemães conseguiram «transformar uma fábrica de bicicletas e máquinas de costura num complexo automobilístico que viria a ser o maior de toda a Europa, até à Segunda Guerra Mundial» (Jacobetty [Ind], 28.09.1990: 29-III). A capacidade de os alemães manterem a qualidade dos produtos que comercializavam, apesar de todas as adversidades históricas e constrangimentos económicos, sobreleva ainda do modo como Jacobetty alude aos produtos de higiene da marca 4711: «A embalagem mantém-se tal e qual como quando foi lançada. […] Um cheirinho a

---

em que participa na concepção de um outro projecto, a revista *Blue Living*, na qual ocupa, até hoje, o cargo de directora. Agradecemos a informação que nos foi gentilmente cedida por Luísa Jacobetty.

lavado de antes, durante e após o muro» (Jacobetty [Ind], 28.09.1990: 29-III). A jornalista de *O Independente* dá uma imagem positiva do povo alemão, acentuando a sua capacidade para superar todos os obstáculos. Com efeito, o artigo de Luísa Jacobetty é consentâneo com a tendência, que parece percorrer *O Independente*, para explorar, de forma euforizante, a imagem de supremacia da tecnologia alemã, por sua vez indiciadora dos supramencionados traços de carácter do povo.

★★

A exaltação da excelência da cultura alemã ganha clara expressão no semanário *O Independente*, que lança um olhar sobre o marcante contributo dos intelectuais alemães em sectores tão diversos como a literatura, o cinema, a música, a ciência e a tecnologia. *O Independente* denota, assim, a sua tendência para evidenciar a supremacia do povo alemão. Note-se que mesmo nos artigos em que é exposto o abrandamento da excelência alemã, nomeadamente na produção cinematográfica, musical e científica, ganha especial destaque o contributo dos grandes nomes do passado que, certamente, ofuscavam as limitações do presente. No semanário *Expresso*, o tema em apreço não ganha muita expressão, destacando-se somente um artigo, que trouxe à luz a polémica que se havia instalado nos meios intelectuais acerca da missão social e política dos escritores. O jornal *Público* debruça-se sobre o património arquitectónico da Berlim unificada e, especialmente, sobre a ciência e tecnologia, demonstrando a forma como os acontecimentos políticos das últimas décadas tinham «contaminado» a qualidade alemã naqueles domínios.

7. O novo gigante desportivo: a forte complementaridade entre os campeões mundiais da RFA e os «campeões de laboratório» da RDA.

A par do tema da excelência do povo alemão no domínio tecnológico e cultural, é tratada a imagem da sua superioridade no campo desportivo. Antes de encetarmos a análise do material coligido no âmbito desta temática, convirá registar, a título parentético, que, por imperativos de tempo, não foram analisados periódicos desportivos, nos quais, provavelmente, encontraríamos uma abordagem mais abrangente e circunstanciada do impacto da Unificação no desporto alemão, em particular, e europeu, no geral.

Tendo em vista as consequências da Unificação no domínio desportivo, Pedro Guerra[171] e João Gobern[172], jornalistas de *O Independente*, procuram demonstrar que o desporto alemão só teria a ganhar com este processo, uma vez que permitiria reunir os melhores atletas das duas Alemanhas: «O que falta aos federais têm os outros. E vice-versa» (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 28-III). Na verdade, no artigo justamente intitulado «Unir para reinar», Pedro Guerra sublinha que, muito embora fosse a RFA a suportar os custos da fusão desportiva, tal como acontecera com a união monetária e política, a Alemanha ocidental não ficaria a perder, pois era na RDA que se encontravam os melhores atletas de todas as modalidades desportivas, à excepção do futebol (cf. Guerra [Ind], 03.08.1990: 14). Pedro Guerra enfatiza então a complementaridade dos atletas das duas Alemanhas: se os atletas ocidentais se distinguiam no futebol – o desporto-rei –, os atletas da Alemanha de Leste destacavam-se em desportos como o atletismo, a ginástica, o ciclismo, o hóquei no gelo, o andebol, a natação, o remo, a esgrima ou a patinagem artística (cf. Guerra [Ind], 03.08.1990: 14). Esta perspectiva é partilhada por João Gobern, como facilmente podemos concluir a partir do um artigo, que sintomaticamente intitula de «Stärker und stärker». João Gobern afirma categoricamente que a Unificação seria «a confirmação de um colosso» em qualquer modalidade do desporto europeu, «Já não bastava que fossem fortes em separado» (cf. Gobern [Ind], 28.09.1990: 28-III). Saliente-se, contudo, que, João Gobern, contrariamente a Pedro Guerra, tende a desvalorizar o sucesso até então granjeado pelos «pré-fabricados» atletas da RDA:

---

[171] Vd. *supra* ponto 4.
[172] Vd. *supra* ponto 6.3.

> «Ainda que em muitas ocasiões tenham sido postos em causa os métodos de selecção e de treino dos representantes da Alemanha oriental, a verdade é que o palmarés do país se apresenta claramente ganhador. No atletismo, na natação e na ginástica, por exemplo. Mais recentemente no ciclismo. Sem coincidência, desportos em que se vive sobretudo do esforço e das prestações individuais. Não é de crer que, a curto prazo, se façam sentir grandes alterações nas performances dos «pré-fabricados». Também conhecidos como campeões de laboratório. Resta saber se os meios utilizados são tão radicalmente diferentes dos que permitem descobrir «fenómenos» como Ben Johnson ou Florence Griffith-Joyner.» (Gobern [Ind], 28.09.1990: 28-III).

João Gobern levanta o véu sobre especulações, bastante acesas na época, de que o desempenho dos atletas de Leste era fabricado artificialmente pela medicina desportiva comunista. Com efeito, não será de forma inocente que João Gobern cita exactamente os nomes dos velocistas Ben Johnson e Florence Griffith-Joyner, ambos vencedores de medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Seoul, na Coreia do Sul, realizados em 1988,[173] e que tinham sido acusados de terem ingerido substâncias «dopantes». Ben Johnson foi mesmo obrigado a devolver a sua medalha.

★

A sombra da acusação que recaía sobre os atletas da RDA surge claramente no diário *Público*, que atribui especial atenção a esta discussão, pela pena de Luís Francisco[174]. Na verdade, o jornalista alude à polémica acerca da utilização de anabolizantes na Alemanha de Leste, ao referir a desilusão que se tinha instalado perante os inesperados maus resultados das atletas leste-alemãs nos campeonatos para os Mundiais de natação. Ficava assim afastado «o

[173] Curiosamente, a União Soviética e a Alemanha de Leste ocuparam a primeira e a segunda posição, respectivamente, entre os países que arrecadaram o maior número de medalhas nos Jogos Olímpicos de 1988 (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%C3%A3o_de_1988 [01.05.2006]).

[174] Licenciado em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa, Luís Francisco foi colaborador permanente no *Expresso* de Outubro de 1984 a Fevereiro de 1989 e jornalista do quadro desse mesmo semanário entre Março e Setembro de 1989. De Junho a Dezembro de 1988 desempenhou funções de colaborador permanente da RTP. A partir de 1989, passa a ser jornalista do *Público*, tendo ocupado durante cinco anos o cargo de editor da secção de Desporto e, após Outubro de 2000, o de editor da secção de Sociedade. Agradecemos a informação que nos foi gentilmente cedida por Luís Francisco.

sonho de uma Alemanha "inexpugnável"». Luís Francisco explica a polémica desencadeada em torno destes resultados, nos seguintes termos:

> «E as acusações já se fizeram ouvir. Apesar de haver quem […] conceda o benefício da dúvida, considerando ser possível que «muitas [das nadadoras da ex-RDA] não tenham encontrado o seu lugar nas mudanças políticas e sociais que se verificaram», há quem assuma um discurso muito mais radical. «Se elas já não são o que eram, isso prova que deixaram de tomar todo o tipo de comprimidos» – acusa Juergen Schmitz, técnico da jovem ocidental Stephanie Ortwig […]. E com esta afirmação categórica, fica relançada a polémica sobre a utilização de anabolisantes [sic] por parte das nadadoras da ex-RDA.» (Francisco [Púb], 11.11.1990: 39).

Na opinião de Luís Francisco, o enfraquecimento dos resultados obtidos pelas atletas da ex-RDA começava a apagar o mito da invencibilidade que o regime da SED, durante décadas, tinha alimentado. Esta imagem de excelência que até então estava associada aos atletas da Alemanha de Leste é igualmente destruída no artigo «O "doping" sistemático da RDA», que se faz eco de uma acusação lançada pela revista alemã *Stern*. Com base em documentos comprados ao instituto que controlava o «doping» na ex-RDA e «indo ao encontro de desconfianças antigas», esta revista informava que, entre todos os campeões alemães orientais, apenas a patinadora Katarina Witt e o saltador Jens Weissflog tinham alcançado a vitória por mérito próprio. Os restantes atletas teriam estado envolvidos num «programa sistemático e detalhado de dopagem para vários anos», controlado «pelo serviço médico da medicina desportiva da RDA, o SMD[175] de Berlim, que estava directamente dependente das mais altas instâncias ideológicas do Estado» (cf. [Anónimo/AFP] [Púb], 30.11.1990: 38). Ainda em entrevista à *Stern*, Manfred Hoeppner, chefe-adjunto do SMD, declarava que «"os atletas não eram obrigados a tomar anabolizantes e que lhes era facultada informação sobre o que na RDA eram comummente denominados 'produtos de suporte'"» (cf. [Anónimo/AFP] [Púb], 30.11.1990: 38). A revista *Stern* denunciava o consumo de pílulas de *Oral Turinabol*, «um anabolizante "made in RFA", com vista aos "Europeus"» (cf. [Anónimo/AFP] [Púb], 30.11.1990: 38). Refira-se, a título de curiosidade, que o fármaco em causa foi considerado

[175] O acrónimo SMD refere-se a *Sportmedizinischen Dienstes*, o Serviço de Medicina Desportiva da RDA.

legal até 1995[176]. Não admira que, como evidencia o jornal *Público*, os atletas tivessem ameaçado processar aquela revista, asseverando nunca terem recorrido a anabolizantes, mas apenas a «produtos de suporte» não ilegais (cf. [Anónimo/AFP] [Púb], 30.11.1990: 38). Sob este ponto de vista, impunha-se, como sublinhado por Jan Kern, secretário-geral da federação de atletismo unificada, em reacção ao artigo da revista *Stern*, averiguar «se os atletas tomaram parte activa na dopagem ou se foram manipulados»[177] (cf. [Anónimo]/AFP [Púb], 30.11.1990: 38). Martins Morim,[178] no artigo «COI[179] indiferente ao "doping" alemão» publicado igualmente no *Público*, dá a conhecer uma entrevista cedida à rádio *Südwestfunk* por Manfred Hoeppner, curiosamente vice-director dos antigos Serviços de Medicina Desportiva da ex-RDA. Segundo Martins Morim, Hoeppner confirmava, nessa mesma entrevista, o uso de um anabolizante produzido na RDA, esclarecendo, no entanto, que os desportistas não eram forçados a recorrer a esse produto (cf. Morim [Púb], 04.12.1990: 37). Yacine Leforestier, jornalista da *Agence France-Presse* vem, contudo, reiterar, também no mesmo periódico português, a pressão exercida sobre estes atletas:

---

[176] Cf. http://podium.publico.pt/shownews.asp?id=1261417 [em 15.01.2007].

[177] Recentemente, este tema voltou a estar na ordem do dia. Na verdade, no dias 19 de Junho e 17 de Dezembro de 2006, o caderno *Podium* do jornal *on-line Público.pt* dava conta, nos artigos «As vítimas das medalhas de ouro» e «Esteróides aceleram morte dos neurónios e prejudicam saúde dos filhos dos consumidores», de que cerca de centena e meia de antigos atletas da ex-RDA tinham levado a tribunal a farmacêutica Jenapharm e o Comité Olímpico Alemão sob a acusação de terem sujeitado os desportistas da época a métodos de dopagem, sem que estes o soubessem. O fármaco em causa era exactamente o supramencionado *Oral Turinabol*. Em ambos os artigos, Duarte Ladeiras refere que os ex-atletas leste-alemães apresentam agora graves problemas de saúde, como a masculinização do corpo nas mulheres (como exemplo surge o caso da atleta Heidi Krieger, que hoje se apresenta como Andreas Krieger), bulimia, insuficiência renal, dores musculares e nos ossos, diabetes, asma, lesão nos órgãos reprodutores ou tendência para ter filhos com malformações. Cf. http://podium.publico.pt/shownews.asp?id=1261417 [em 15.01.2007]; http://podium. publico.pt/shownews.asp?id=1279956&idCanal=35 [em 15.01.2007].

[178] Martins Morim deu início à sua carreira jornalística em 1975. Esteve desde cedo ligado à área do desporto, tendo sido, entre 1978 e 1984, correspondente na ex-RDA do jornal *A Bola* e, entre 1976 e 1984, de *O diário*. Entre 1975 e 1984 transmitiu emissões em línguas portuguesa na Rádio Berlim Internacional também na ex-RDA. Em 1986 inicia funções no *Primeiro de Janeiro*, onde permanece pouco tempo, uma vez que, no mesmo ano regressa ao jornal *O diário*. Três anos mais tarde, começa a sua actividade no *Público*, no qual permanece até 1991, ano em que volta a desempenhar funções no jornal *A Bola*. Neste permanece até hoje. Acrescente-se que desde 1989 é correspondente em Lisboa para a revista alemã *Kicker Sportmagazin* e que continua a colaborar com a televisão e rádios alemães (cf. http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=414 &idCanal=406 [em 01.02.2008]).

[179] «COI» é acrónimo de Comité Olímpico Internacional.

> «Confirmou-se aquilo que já não era mais do que um segredo de polichinelo no Ocidente: Berlim-Leste tinha elevado a dopagem dos desportistas ao nível da política de Estado, porque os seus êxitos beneficiavam o reconhecimento do Estado de "operários e camponeses" na cena internacional. Diversos altos responsáveis do desporto da Alemanha de Leste e atletas, como o nadador Raik Hannemann, confessaram que tomar anabolizantes era uma prática corrente. O poder incitava os atletas a seguir as instruções prometendo-lhes dinheiro, carro, apartamento ou facilidades para os seus estudos. A imprensa revelou mesmo que certos médicos se entregavam a experiências com produtos dopantes em cobaias humanas. […] Os desportistas da Alemanha de Leste foram brutalmente descidos do seu pedestal e preparam-se agora para viver dias dolorosos numa Alemanha unida.» (Leforestier [Púb], 27.12.1990: 38).

★

O impacto da Unificação alemã no meio desportivo não é muito dilucidado nas páginas do jornal *Expresso*. Paulo Querido[180] e António Tadeia[181] manifestam, num artigo assinado em conjunto, a sua apreensão face à união de duas realidades desportivas completamente distintas:

> «[…] Os choques entre mentalidades e sistemas desportivos fazem pensar que no recomeço nem tudo se vai resumir a uma soma de talentos. […] A Oeste, o desporto é encarado numa perspectiva comercial. Seguindo os seus objectivos próprios, os clubes são independentes do interesse nacional e funcionam com total autonomia, aplicando as receitas que geram. Esta perspectiva comercial cativa o investimento privado para o desporto, mas essencialmente para as modalidades que ocupam mais espaço nos media. A dependência dos dinheiros privados explica porque a RFA é uma das maiores potências do futebol mundial, modalidade que movimenta enormes verbas provenientes da publicidade. Em contrapartida, na RDA é o Estado o principal investidor. […] Após 45 anos de isolamento, o desporto continua a ser visto pelos Alemães de Leste como o era antes do acordo de Ialta: "mens sana in corpore sano". […] O Estado sempre proporcionou os meios necessários à massificação do desporto. Mas não o fez de forma inocente. No seu horizonte esteve a criação dos "embaixadores desportivos", os atletas cujas altas performances nos confrontos internacionais serviam para simbolizar a eficiência e

[180] Vd. *supra* ponto 4.
[181] Vd. *supra* ponto 4.

> superioridade da sociedade comunista.» (Querido/Tadeia [Exp], 29.09.1990:18-R).

Note-se que, muito embora seja evidenciado o facto de o regime da SED ter transformado o desporto numa arma de propaganda política, não há qualquer referência às suspeitas que então recaíam sobre os desportistas leste-alemães acerca da questão do *doping*. Muito pelo contrário, é salientado o facto de já terem sido anunciadas medidas para garantir a manutenção «do laboratório de Kreischa, perto de Dresden» e no qual existiam câmaras despressurizadas que reproduziam os efeitos do treino em altitude, do «centro de desenvolvimento de ciência desportiva em Leipzig» e «do centro de investigação para o equipamento desportivo», três locais que constituíam «um autêntico centro para fabricar campeões» (cf. Querido/Tadeia, [Exp], 29.09.1990:18R). As selecções alemãs estariam mesmo a pensar preparar os seus atletas no laboratório de Kreischa, para os Jogos Olímpicos que teriam lugar em Barcelona, em 1992. Ganha também especial destaque a necessidade de o governo federal «conceder apoio financeiro para evitar a derrocada do desporto leste-alemão» (cf. Querido/Tadeia, [Exp], 29.09.1990:18R).

★★

Curiosamente, a análise dos artigos supracitados permite-nos reconhecer diferentes tendências nos três periódicos em estudo. A recepção encetada pelo semanário *O Independente* incide primordialmente nos aspectos positivos da Unificação desportiva, ganhando inegável destaque a ideia de que a fusão entre as duas Alemanhas permitiria unir os melhores atletas dos dois Estados alemães. Tornando-se «stärker und stärker», este novo «colosso» germânico, conseguiria «reinar» em todas as modalidades desportivas. Note-se que, muito embora João Gobern faça referência aos «pré-fabricados» e aos «campeões de laboratório», introduzindo desta forma a polémica questão do *doping*, não o faz de forma circunstanciada. Na verdade, este tema tende a esbater-se, sendo apenas lançada uma dúvida, que, certamente, leva o leitor à reflexão. O diário *Público*, pelo contrário expõe claramente a questão do *doping*, comentando o artigo publicado pela revista *Stern*, que tinha desencadeado

toda a polémica. Com efeito, não deixa de ser sublinhada ideia de que o regime da SED recorria a programas de *dopagem*, como meio de difundir internacionalmente uma imagem de superioridade da sociedade comunista. No jornal *Expresso*, é interessante verificar que, apesar de ser claramente exposto o facto de o regime usar o desporto como uma arma de propaganda política, não é aludida a discussão acerca da utilização de anabolizantes pelos atletas leste-alemães. Na verdade, ganha especial evidência a questão em torno das dificuldades em compatibilizar os sistemas desportivos das duas Alemanhas, que eram profundamente diferentes, bem como o facto de o desporto da ex-RDA estar perante uma iminente derrocada.

8. A Alemanha unificada

8.1. Os receios generalizados em torno do gigante alemão e a necessidade da Unificação sob o «chapéu» da Europa.

A Unificação da Alemanha não foi recebida pelos restantes países europeus com grande entusiasmo. Pelo contrário, a união dos dois Estados alemães foi acompanhada de um clima de receio face às possíveis consequências políticas e económicas que este processo poderia acarretar para o Velho Continente. Os Europeus ainda não haviam esquecido a culpa dos alemães no desencadear da Segunda Guerra Mundial e muitos temiam que esta nova nação unificada, ao ressurgir como forte potência económica e política, voltasse a ter veleidades de assumir novamente um papel hegemónico. Esta questão fez correr muita tinta nos *media* europeus e a imprensa periódica portuguesa de referência não se alheou, naturalmente, desta discussão.

Ao sublinhar o renascimento da Alemanha enquanto «uma das nações mais poderosas do mundo», o jornalista de *O Independente* João Viegas Soares evidencia o facto de os alemães estarem consciente dos receios que, após a reconquista da sua soberania, se instalavam entre os países vizinhos (cf. Soares [Ind], 14.09.1990: 27). O jornalista atribui especial destaque aos esforços envidados por Helmut Kohl para provar que a nova Alemanha teria como principal objectivo contribuir para a paz e estabilidade europeias. Abdicar da Silésia, Pomerânia e Prússia Oriental, territórios que integravam a fronteira Oder-Neisse, foi, na opinião de João Viegas Soares, «o sapo que Kohl teve mais dificuldades em engolir», mas que se tratava, afinal, de uma cedência essencial (cf. Soares [Ind], 14.09.1990: 27). Segundo o jornalista, a garantia de que a Alemanha unificada não teria reivindicações territoriais sobre qualquer Estado era exigida por toda a Europa como «elementar e inevitável medida de precaução […]»[182] (cf. Soares [Ind], 14.09.1990: 27).

[182] A 21 de Junho de 1990, no âmbito da discussão acerca da União monetária, económica e política dos dois Estados alemães, Helmut Kohl dirige-se ao Parlamento, procurando esclarecer as reais intenções da nova Alemanha no contexto europeu. Com efeito, consciente de que a Unificação gerava apreensão entre todos os países vizinhos, Helmut Kohl reafirma a intenção da nova Alemanha de contribuir para a paz, estabilidade e liberdade de toda a Europa, sublinhando ainda a importância da união entre os dois Estados alemães enquanto condição essencial para atingir o objectivo da construção de uma Europa una em termos culturais, económicos e políticos (cf. Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1991: 47-57).

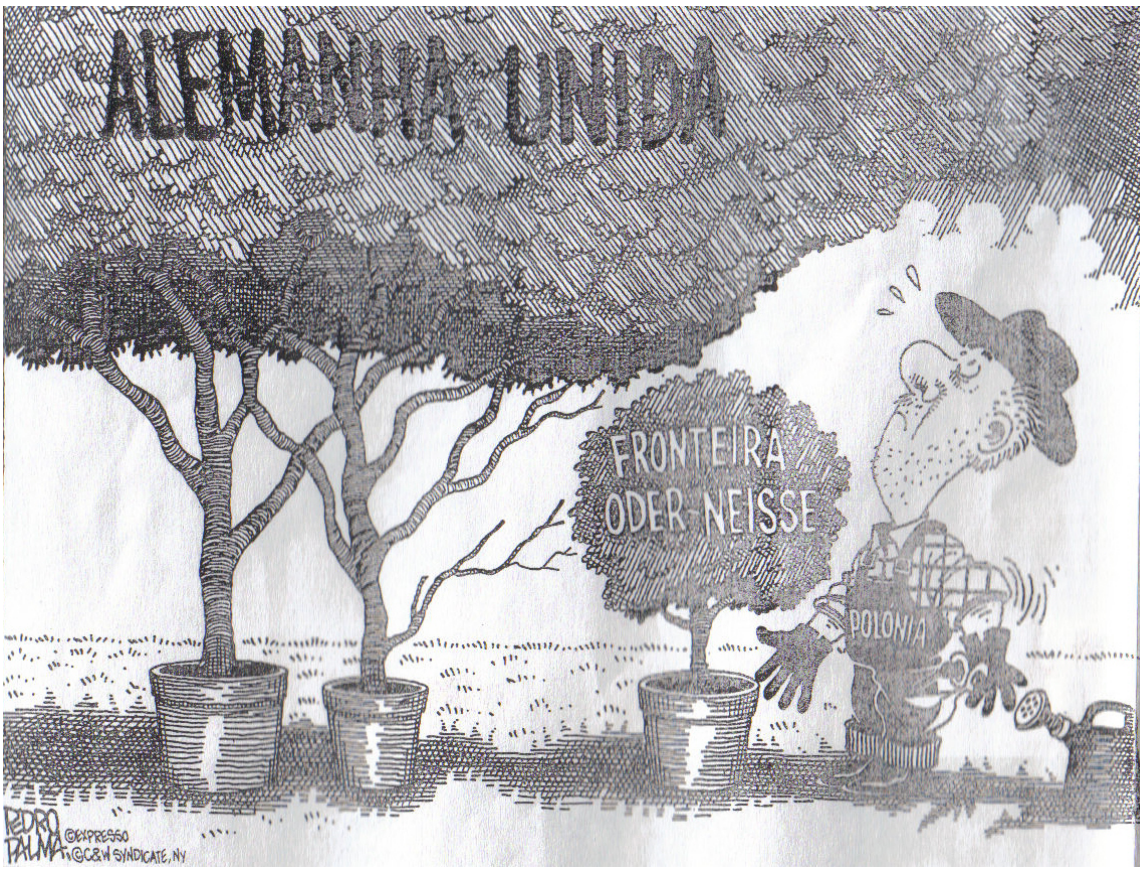


Fig. 24- A Alemanha unida (Palma [Exp], 28.07.1990: B6).[183]

A este respeito, parece oportuno debruçarmo-nos sobre a reportagem «A 25ª Hora», na qual Mónica Bello[184] refere o pedido que Helmut Kohl deixou ao povo alemão no final do seu discurso, após a retirada do posto de controlo Checkpoint Charlie, a 22 de Junho de 1990: «peço que mostrem ao Mundo que somos merecedores desta liberdade. A Alemanha é a nossa pátria e uma Europa unida é o nosso futuro.» (Bello [Ind], 04.10.1990: 29). Como explica João Viegas Soares, se por um lado a nova Alemanha recuperava a sua soberania e o seu lugar enquanto super potência no Velho Continente, por outro tinha que assumir compromissos, que

[183] O *cartoon* em destaque expõe a necessidade do povo polaco de ver garantida a inviolabilidade da fronteira Oder-Neisse, necessidade essa que assentava no receio dos polacos face ao possível ressurgimento da Alemanha hegemónica. Vd. *infra*, Meireles [EXP], 05.10.1990: B5.
[184] Vd. *supra* ponto 4.

seriam o «inevitável preço a pagar pelos erros do passado» (cf. Soares [Ind], 14.09.1990: 27). A nova Alemanha teria, então, que incluir na sua Constituição a proibição de qualquer preparativo para uma guerra agressiva, a renúncia a possuir armas nucleares, biológicas e químicas, bem como limitar o número de homens nas Forças Armadas (cf. Soares [Ind], 14.09.1990: 27). João Viegas Soares sublinha ainda que, ao assinar o Tratado do Acordo Final com as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha expressava a sua intenção de iniciar, lado a lado com os seus países vizinhos, uma nova história europeia. Note-se que o título deste artigo, «Caiu o Pano», acentua, a ideia de que a união das duas Alemanhas significava o encerrar de uma etapa, um período de quarenta e cinco anos, durante o qual tinha pairado a sombra da Segunda Guerra Mundial.

No artigo «A liberdade pela unidade», o docente universitário e ensaísta Jaime Nogueira Pinto[185] sublinha as «consequências "benéficas"» da união das duas Alemanhas. Citando o poeta e dramaturgo alemão do século XIX Franz Grillparzer, Jaime Nogueira Pinto evidencia o significado de uma Alemanha livre e unida para o povo alemão: «Oh Herr, lass Dich herbei/Und mach die Deutschen frei, /Dass endlich das Geschrei/Hernach zu Ende sei.» [Senhor, digna-Te fazer os alemães livres, para que acabe, por fim, o seu clamor pela liberdade.] (cf. Pinto [Ind], 28.09.1990: 23-III). Esta não seria, na sua opinião, a única vantagem da Unificação: a refundação de um Estado nacional no seio da Europa e o reencontro da sua alma política ganhava também especial significado numa época em que se «fala[va] na morte das comunidades político nacionais.» (cf. Pinto [Ind], 28.09.1990: 23-III).

---

[185] Jaime Nogueira Pinto, nascido em 1946, na cidade do Porto, doutorou-se em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, onde actualmente desempenha funções docentes, com a tese *Ideologia e Razão de Estado das Potências na Formação da Ordem Internacional*. Presentemente, é também administrador de empresas. No que concerne a sua actividade publicista e jornalística, destaque-se o facto de ter fundado a revista de intervenção político-cultural *Política*, que dirigiu entre 1969 e 1974. Em 1980 funda a revista *Futuro Presente*, que ainda hoje dirige. No ano de 1988 torna-se Director do diário *O Século*, cargo que ocupa apenas durante os dois anos seguintes. Refira-se ainda a sua participação como colunista nos semanários *A Rua*, *O Semanário*, *O Independente* e *Expresso*, no qual presentemente colabora na página de Opinião. Durante as décadas de 80 e 90, publicou igualmente diversos artigos na imprensa internacional, nomeadamente o *Wall Street Journal*, e várias revistas de História contemporânea e intervenção cultural, como *Razón Española* (Madrid). Foi comentador e colaborador regular, enquanto analista político, em temas de política internacional, estratégia e segurança na RTP, SIC, SIC Notícias, Rádio Renascença, TSF e RDP. Entre as obras da sua autoria, refiram-se *Salazar visto pelos seus próximos* (1993), *A Direita e as Direitas* (1997), *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril* (1997) e *Visto da Direita – 20 anos de "Futuro Presente"* (2000). Agradecemos a informação gentilmente cedida por Jaime Nogueira Pinto.

Sobre a relevância do papel que seria desempenhado pela Alemanha unificada no âmbito da estabilidade europeia, diz Jaime Nogueira Pinto:

> «Outro factor positivo é o contributo que a nova Alemanha pode trazer à balança de poder, equilibrando, mesmo com certa vantagem, os vértices britânico, italiano, francês, e criando na transição do Ocidente-centro europeu uma força que será sempre estabilizadora perante o Oriente, e compensadora em relação às nações – Polónia, Checoslováquia, Hungria – que já saíram da órbita do marxismo. Só com uma Alemanha que ao seu poder económico venha aliar uma importância político-militar mais consentânea, a Europa pode enfrentar os grandes desafios da década próxima: a emergência das tiranias terceiro-mundistas; as consequências político-militares de uma desagregação da União Soviética; as forças centrípetas dos terrorismos regionais e milenaristas; a base para uma maior participação no desenvolvimento do Sul.» (Pinto [Ind], 28.09.1990: 23-III).

É com base nestas «consequências "benéficas"» que Jaime Nogueira Pinto considera os receios dos países vizinhos da Alemanha como sendo infundados: «Só uma visão de nacionalismo hobesiano [sic][186] e primitivo pode *a priori* considerar como um factor negativo, de desconfiança, medo e perigo, o regresso de uma unidade nacional alemã.» (cf. Pinto [Ind], 28.09.1990: 23-III).

★

A apreensão manifestada especialmente pelos países vizinhos da Alemanha face às possíveis consequências da presença desta nova nação unificada no seio do Velho Continente surge sem qualquer rebuço nas páginas do *Expresso*. Num dos artigos deste semanário, Luís Coelho[187] fala sobre uma «obcecante memória […] dos tempos assassinos» que se impunha em qualquer discussão acerca daquela nação (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Luís Coelho apoia-se em Günter Grass, que afirmava haver «elementos no carácter alemão, e logo

[186] Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo, nascido em 1588, que acreditava que a sociedade precisa de uma autoridade inquestionável e centralizada. Segundo Hobbes, os cidadãos só poderiam viver em paz caso aceitassem submeter-se ao poder dessa mesma autoridade. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes [04.05.2006].
[187] Vd. *supra* ponto 6.1.

na cultura alemã, que desaconselha[va]m a reunificação» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). De acordo com o articulista, Grass lembrava que o genocídio tinha requerido uma Alemanha unida, facto que não deveria ser escamoteado. Revelando ter conhecimento da literatura alemã, Luís Coelho cita Karl Moor, uma das personagens de *Die Räuber*, o primeiro drama de Friedrich Schiller, publicado em 1782: «Ponham-me à cabeça de um exército de homens verdadeiros e farei da Alemanha um [sic] república tal que comparada com ela Roma e Esparta parecerão internatos de raparigas.»[188] (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Luís Coelho dá uma imagem muito negativa do povo alemão e da sua cultura. Note-se que Roma e Esparta são ainda hoje exemplos de severidade, disciplina e poder militar. O articulista chama a atenção para o facto de a vontade hegemónica prussiana só se ter concretizado com Bismarck, o «chanceler de ferro» que tinha unido os alemães através da guerra. Segue-se a referência a Hitler, que, capitalizando «as frustrações alemãs», tinha edificado o III Reich, Hegel, que «dizia que a História evoluía através da guerra», Nietzsche, que «achava que a piedade era um estratagema dos fracos e uma fraqueza dos fortes» e ainda Wagner, um «anti-semita», que «defendia a "purificação" da raça alemã» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 12-R). Luís Coelho afirma haver quem ainda reconhecesse nos alemães «uma ancestral selvajaria», temendo que «os caninos [que] lhes foram limados» pudessem «voltar a crescer» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 13-R). Muito embora saliente algumas perspectivas mais optimistas, que lembravam que a Unificação seria económica e não militar, Luís Coelho não deixa de referir que o passado não permitia «entusiasmos levianos» (cf. Coelho [Exp], 29.09.1990: 13-R).

Perante a perspectiva da Unificação dos dois Estados alemães, Luísa Meireles debruça-se sobre «a sensibilidade dos polacos» nos seguintes termos:

> «O barómetro da estabilidade europeia mede-se pela sensibilidade polaca, disse um político. […]. Em Varsóvia, a grande placa de cimento que cobre a área outrora ocupada pelo "ghetto" judeu durante a Segunda Guerra recorda a todos que aqui foi a terra do holocausto. A velocidade com que ocorreu o processo que culminou na unificação alemã tornou cautelosos os polacos, que desde a primeira hora diligenciaram pela defesa dos seus

[188] A citação original surge na segunda cena do primeiro acto deste drama: «Stelle mich vor ein Heer Kerls wie ich, und aus Deutschland soll eine Republik werden, gegen die Rom und Sparta Nonnenklöster sein sollen.» (Schiller, 1953: 19).

> interesses, no caso, a linha das suas actuais fronteiras.» (Meireles [Exp], 05.10.1990: B5).

Daniel Ribeiro,[189] por seu turno, debruça-se sobre a história da rivalidade entre o «"casal" franco-alemão», história essa que considerava ser de capital importância para a compreensão dos «fantasmas dos franceses», e das suas dúvidas face à Unificação:

> «Em 1913, o historiador Ernst Oritz Ardnt resumia assim o sentimento dos alemães para com a França: "O francês é um povo que fala, o alemão é um povo que pensa". Por seu lado, já Montesquieu dizia que não conhecia "nada de mais estúpido do que um bávaro". Zola falava dos germânicos como animais brutos, duros e bárbaros. Hegel dizia por seu lado, a propósito dos franceses, na sua obra Filosofia da História (1827): "A um tempo individualista e jacobino (em oposição ao alemão, descentralizador e comunitário), cada francês pensa ser o centro do mundo, indiferente ao que passa para lá das suas fronteiras". Keyserling afirmava em 1928: "Não é possível discutir frutuosamente com um francês salvo se partilharmos a sua convicção fundamental…o francês é fisiologicamente incapaz de pôr em dúvida essa convicção". Hoje, a inquietação tem a ver difusamente ainda com outros factores. Como por exemplo com o tradicional orgulho nacional francês, que se adapta mal às consequências da queda do muro de Berlim e que leva os gauleses a revelarem grandes dificuldades em aceitarem que Paris já não seja, hoje, o centro da Europa. Marcada pela memória da guerra e invejosa do poderio económico germânico, a França afirma hoje oficialmente que aplaude a unificação. Mas o Presidente François Miterrand exorta os franceses à audácia e ao dinamismo empresarial para fazer face ao "dinamismo alemão".» (Ribeiro [Exp], 05.10.1990: B5).

Para o articulista do *Expresso*, as incertezas do povo francês perante a Unificação alemã assentavam no medo de o seu país vir a perder a hegemonia de que gozava na Europa a vários níveis, designadamente cultural e económico. Daniel Ribeiro refere que esta realidade tinha

[189] Daniel Ribeiro frequentou o quarto ano de Direito em Coimbra e estudou Direito Comparado no Instituto de Direito Comparado em Paris. Deu início à sua carreira jornalística no ano de 1979. Presentemente é correspondente em Paris, função que desempenha desde 1980 em diversos *media*. Conta-se assim a sua colaboração durante um ano n'*O Ponto*, n' *O Jornal* até 1989, no *Expresso* desde 1989 até agora e na rádio Antena 1 desde há cerca de 20 anos. Foi também durante 18 anos repórter e editor na Rádio França Internacional, uma rádio do Estado francês. Fez diversas reportagens um pouco por todo o mundo, desde Timor a Moçambique, passando pela Bósnia, a Albânia e a Guiné Bissau. Curiosamente, esteve na Alemanha por ocasião da queda do Muro de Berlim. Desde há sete anos, ocupa também o cargo de director da Radio Alfa, a rádio lusófona de Paris. Agradecemos a informação que nos foi gentilmente cedida por Daniel Ribeiro.

sido evidenciada por Jacques Delors, então presidente da Comissão da CEE, que demonstrara a sua preocupação face à presença da nova Alemanha, «um estado forte», «no meio desta Europa mole […]» (cf. Ribeiro [Exp], 05.10.1990: B5).

Maria Teresa Guerreiro[190], também no jornal *Expresso*, atribui especial destaque às contundentes declarações do britânico Nicholas Ridley, então Ministro do Comércio e Indústria, que, qual «velho do Restelo», dava voz aos receios europeus face à nova Alemanha, agitando o fantasma nazi:

> «Numa entrevista publicada no semanário de direita "The Spectator" Ridley definiu o apoio de Bona à União Monetária europeia como sendo "tudo uma negociata alemã para se apoderar de toda a Europa". E referindo-se em termos extremamente pejorativos às instituições da CEE, acrescentou que, se a Grã-Bretanha tinha que lhes ceder a soberania, "mais valia cedê-la a Adolf Hitler". Dos franceses, Ridley disse que eles "são o caniche da Alemanha".» (Guerreiro [Exp], 14.07.1990: B3).

Estas afirmações tiveram um forte impacto, já que Ridley era um dos Ministros mais próximos de Margart Thatcher. Maria Teresa Guerreiro explica, no entanto, que a Chefe do Governo britânico logo se dissociou das afirmações de Ridley e que este foi alvo de uma moção de censura por parte de todos os partidos representados no Parlamento Europeu. Tornava-se assim clara a preocupação dos países europeus em estabelecer uma relação de paz e confiança com a nova Alemanha.

★

O jornal *Público* sublinha também os laços de cooperação que a nova Alemanha e os países europeus vizinhos procuravam estabelecer entre si. Logo no primeiro número do *Público*, é abordada a questão dos receios dos Europeus face à Alemanha unificada, no artigo sintomaticamente intitulado «Europeus apoiam Alemanha unida», em que é apresentada uma sondagem realizada pelo Instituto de estudos de mercado e sondagens francês CSA, também então publicada pelos reconhecidos jornais europeus *The Independent* (Grã-Bretanha),

[190] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional desta articulista.

Liberation (França), *El País* (Espanha), *Frankfurter Rundschau* (República Federal Alemã), *La Repubblica* (Itália), *Befzelo* (Hungria), *Lidove Noviny* (Checoslováquia), *Gazeta* (Polónia) e *Nouvelles de Morcou* (URSS). De acordo com os dados desta sondagem, a Unificação alemã tinha como principais apoiantes os alemães-federais, os espanhóis e os italianos. Note-se que é mencionado o facto de estes dois últimos povos terem já sido aliados da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Constatava-se ainda que os franceses, os ingleses, os soviéticos e os húngaros apoiavam, na sua maioria, a Unificação. Por oposição, os polacos, que ao longo da história haviam mantido relações atribuladas com os alemães, eram os que mais temiam a união dos dois Estados alemães (cf. [Anónimo] [Púb], 05.03.1990: 36). Como salienta o enviado especial Fernando Sousa,[191] o lema em Varsóvia parecia ser «Todas as cautelas são poucas» (cf. Sousa [Púb], 01.07.1990: 9). Os resultados da grande sondagem de que o *Público* se fez eco demonstram, contudo, que os «Europeus apoia[va]m Alemanha unida» e que, de um modo geral, consideravam que a nova Alemanha era merecedora de confiança (cf. [Anónimo] [Púb], 05.03.1990: 36). No dia da União Monetária e Económica das duas Alemanhas, Isabel Vilela[192] e Paulo Moura[193] lembram que, desta feita, o «exército» da Unificação tinha sido o «milagre económico» e sublinham os esforços envidados pela Alemanha para recuperar a sua dignidade aos olhos do ocidente (cf. Vilela/Moura [Púb], 01.07.1990: 7). Podemos afirmar que este facto terá mitigado, de certo modo, a apreensão geral.

[191] Fernando Sousa desempenha ainda hoje funções na redacção do diário *Público*, contribuindo enquanto redactor para o caderno Mundo (cf. http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/fichaTecnica.aspx [em 01.02.2008]).

[192] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional desta articulista.

[193] Presentemente, Paulo Moura ocupa o lugar de Grande Repórter no *Público*, jornal com o qual colabora desde a sua fundação e no qual se tem destacado pelas suas reportagens no domínio internacional. Foi já agraciado por vários prémios, entre os quais se destacam o Prémio de Jornalismo «O Futuro da Europa» atribuído pela Comissão Europeia (2001), o Prémio Imigração e Minorias Étnicas: Jornalismo pela Tolerância, do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2003) e o Prémio «Jornalismo Contra a Indiferença» da Fundação AMI – Assistência Médica Internacional (2005) como os mais recentes. Refira-se também, a título de curiosidade, que no ano de 2004 foi finalista do prémio alemão Lettre Ulysses Award of Art of Reportage (cf. http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/fichaTecnica.aspx [em 01.02.2008]; http://www.esferadoslivros.pt/autores.php?id=12 [em 01.02.2008]).

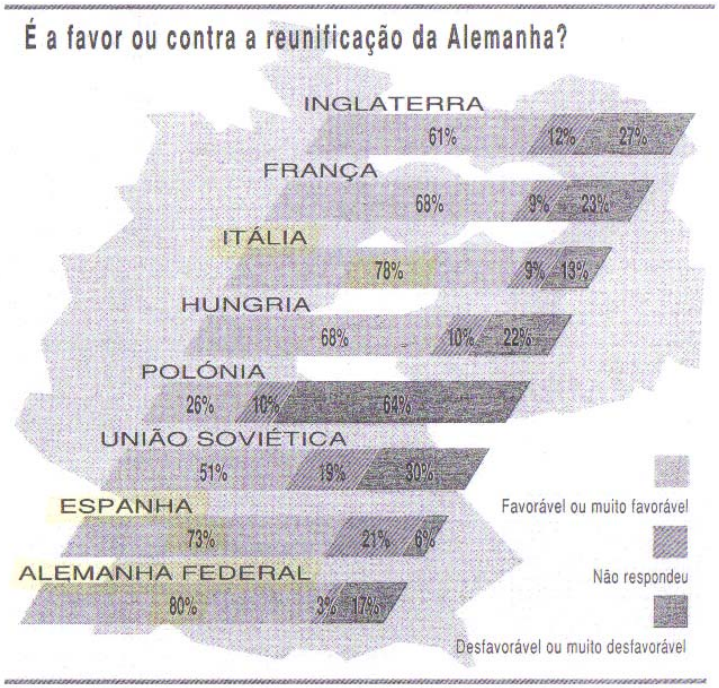


Fig. 25 - «Europeus apoiam Alemanha unida» ([Anónimo] [Púb], 05.03.1990:36).

Como resposta aos receios que então se instalaram na Europa após a União Monetária alemã, o especialista em Ciências Políticas João Carlos Espada[194] refere a necessidade de se negociar com a Alemanha, inegavelmente «a maior potência europeia» (cf. Espada [Púb], 03.07.1990: 15). A solução passaria por «ancorá-la solidamente ao Ocidente», criando mecanismos capazes de «limit[ar] as suas tendências malignas e foment[ar] as suas tendências benignas», bem como por «acautelar a pertença alemã à NATO» (cf. Espada [Púb], 03.07.1990: 15). Também João Bosco Jardim[195] e José Milhazes[196], correspondentes em Londres e Moscovo respectivamente, referem a importância da «garantia dada pela NATO de refrear o poderio militar da Alemanha unida e de o acomodar na prática, aos ideais de "não-agressão"» (cf. Jardim/Milhazes [Púb], 15.07.1990: 16). Fazendo-se eco do temor

[194] Vd. *supra* ponto 2.
[195] Não foi possível apurar qualquer informação acerca da biografia profissional desta articulista.
[196] Residente na URSS desde 1977, o português José Milhazes, que se interessou pelos laços existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética, teve a oportunidade de assistir ao fim da «cortina de ferro» e à reestruturação dos Estados da Europa de Leste. No ano da Unificação alemã tornou-se correspondente em Moscovo do jornal *Público* e em 2002 passa a colaborar com a estação de televisão SIC. (cf. http://blogs.publico.pt/darussia/Milhazes.html [em 01.02.2008]).

generalizado face à possibilidade de a Alemanha vir a assumir uma posição hegemónica perigosa no contexto europeu, João Carlos Espada chega mesmo a afirmar que o poder alemão deveria ser «domesticado» através de regras e instituições internacionais (cf. Espada [Púb], 03.07.1990: 15). O especialista em Ciências Políticas, que manifesta conhecer em profundidade a discussão que grassava na imprensa internacional em torno desta temática, sublinha, contudo, que mais do que rejeitar «exaltações nacionalistas» ou, pelo contrário, «cruzadas contra o sentimento nacional dos alemães», se impunha nortear a Alemanha unificada através dos princípios da Comunidade Europeia e da NATO (cf. Espada [Púb], 03.07.1990: 15). Num outro artigo da sua lavra publicado no mesmo diário, lê-se o seguinte a propósito da identidade dos alemães:

> «O tema favorito do catastrofismo oracular é a "identidade" ou o "carácter" da Alemanha, uma "essência" ou "alma" do povo alemão que só os historiadores poderiam captar, intuir e que, evidentemente, não poderia ser avaliada a partir de desprezíveis dados empíricos. Essa "identidade" decifrada pela história alemã seria então agressiva, egotista, belicosa, etc. O que estes seis historiadores vêm agora dizer pela pena de Timothy Ash – os outros eram os norte-americanos Fritz Stern e Gordon Graig, e os britânicos Hugh Trevor-Roper, Norman Stone e George Urban[197] – é que tudo isso não passa de superstição. Nem as leis da história, nem o destino das nações estão gravadas na pedra em lugar algum. Mudanças podem ocorrer e mesmo elas não são previsíveis. Podemos apenas tentar reforçar aquilo que nos parece bem, e usar o conhecimento histórico para evitar erros evitáveis. Mas nenhuma "lei", "identidade" ou "essência" nos poderá aliviar da responsabilidade individual de escolher o nosso lado. Eis o que nos diz Tomothy Ash: "Se há um perigo, ele não reside num excessivo empenho da Alemanha unida relativamente a uma maior integração da Europa Ocidental, mas sobretudo no enfraquecimento desse empenho, como resultado das novas possibilidades que se abrem a leste." […] Amanhã, quarta-feira, 3 de Outubro, um minuto depois das zero horas, as duas Alemanhas tornar-se-ão uma só. Ninguém sabe como será o futuro. Só podemos dizer como Fritz Stern no "Washington Post" de 29 de Julho último: "Este século termina como começou, com a Alemanha em ascensão baseada na sua economia, na sua tecnologia e nas

[197] Timothy Ash, Fritz Stern, Gordon Graig, Hugh Trevor-Roper, Norman Stone e George Urban, especialistas em História da Alemanha, foram ouvidos por Margaret Thatcher, em Chequers, local da residência de campo da Chefe de Governo britânica, com vista a saber se e como a Alemanha tinha mudado e o que seria possível esperar desta nova nação (cf. Espada [Púb], 02.10.1990: 19).

> suas capacidades humanas. Assim, ela tem uma segunda 'chance' para usar a sua força, desta vez para o bem"» (Espada [Púb], 02.10.1990: 19).

João Carlos Espada vem então desmontar um conjunto de imagens estereotipadas, que considera serem a fonte dos receios generalizados em relação aos alemães. Não obstante o facto de nos dar a conhecer os estudos de historiadores norte-americanos e britânicos contemporâneos que contrariavam os *clichés* que recaíam sobre o povo alemão, João Carlos Espada não deixa de defender uma atitude de prudência perante uma Alemanha agigantada, ou seja, uma Alemanha que se encontrava, como sugere Jorge Almeida Fernandes,[198] «em todas as frentes» (cf. Fernandes, 16.07.1990:8).

Ana Navarro Pedro, actualmente correspondente do *Público* em Paris, e Santos Pereira[199] conduziram no jornal *Público* uma interessante entrevista a Alfred Grosser, especialista em questões alemãs. Segundo este Professor do Instituto de Ciências Políticas de Paris, o medo que se fazia sentir face à Unificação alemã era «muito irracional», uma vez que esta seria realizada no seio e de acordo com as regras e interesses da Comunidade Europeia. A união dos dois Estados alemães contribuiria para uma Europa mais forte, que seria capaz de se igualar ou mesmo superar o poder do Japão (cf. Pedro/Pereira [Púb], 05.03.1990: 14). Alfred Grosser sublinha ainda, à semelhança de João Viegas Soares no jornal *O Independente*[200], que a Alemanha assinaria ainda um tratado, no qual reconhecia definitivamente não ter intenções de expansão territorial, tratado esse que seria minuciosamente cumprido, na medida em que a Alemanha estava consciente de que só pela paz e colaboração com a Europa, poderia tornar-se realmente soberana, una e livre (cf. Pedro/Pereira [Púb], 05.03.1990: 14). Ana Navarro Pedro e Santos Pereira tentam claramente desmistificar os receios em torno do gigante alemão que se prefigurava.

Neste mesmo número do *Público*, Teresa Sousa[201] enfatiza a ideia de que a solução para os receios europeus era de índole política e não económica. Manifesta igualmente a convicção de que a união das duas Alemanhas deveria ser olhada no «âmbito da construção europeia»,

---

[198] Jorge Almeida Fernandes ocupa hoje o lugar de Redactor principal no jornal *Público*, estando ligado ao caderno Mundo (cf. http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/fichaTecnica.aspx [em 01.02.2008]).
[199] Vd. *supra* ponto 2.1.
[200] Vd. *supra* início do ponto 8.1.
[201] Vd. *supra* ponto 3.1.

cabendo a Bruxelas afastar «os fantasmas do passado e as incertezas do futuro» e garantir «uma reunificação alemã sem medos e sem desequilíbrios» (cf. Sousa [Púb], 05.03.1990: 32).

A tendência para demonstrar a relevância da intervenção da Europa no processo de Unificação das duas Alemanhas é também manifestada pelo então militante do CDS/PP, Francisco Lucas Pires,[202] que afirma acreditar que «os passos a dar seriam tanto mais seguros para todos, quanto mais a reunificação alemã fosse pensada como parte da reunificação da própria Comunidade Europeia no seu conjunto» (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 41). Em jeito de resposta à perspectiva apresentada por Hans Modrow a propósito da neutralidade da nova Alemanha, Francisco Lucas Pires tece o seguinte comentário:

> «O que não se pode aceitar é a alternativa soviética, ecoada na DDR por Hans Modrow, de uma neutralização da Alemanha no seu conjunto. Desde logo significaria a impossibilidade de a própria Comunidade Europeia ter uma política de segurança própria e efectiva. A neutralidade seria, aliás, ilusória e inverosímil no momento em que a Alemanha se revê já no papel de futura grande potência europeia. Não há, de facto, conhecimento de grandes potências neutras. Nenhum país com a dimensão e potencialidade da Alemanha aceitaria um tal "captis diminutio", de certo modo mais gravoso do que a divisão com que penitenciara os seus erros durante o meio século que agora se encerra.» (Pires [Púb], 05.03.1990: 41).

Não integrar a Alemanha na Comunidade Europeia e optar pela sua neutralidade impossibilitaria, segundo, Francisco Lucas Pires, a Europa de ter «uma política de segurança própria e efectiva». Na opinião do falecido jurista e político, o melhor caminho seria «fazer da questão alemã também uma questão europeia, em vez de acicatar suspeitas numa altura que pode ser explosiva» (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 41). Francisco Lucas Pires defende, então, que a Unificação alemã deveria ser integrada nos parâmetros comunitários da CEE,

---

[202] Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Francisco Lucas Pires (1944-1998) conheceu de perto a cultura e o povo alemães, tendo sido bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian em Tubingen, na ex-RFA. No que toca a sua carreira política, há a referir o facto de ter sido o primeiro Vice-Presidente português do Parlamento Europeu, cargo que ocupou entre 1986 e 1987. Foi Ministro da Cultura e da Coordenação Científica entre 1982 e 1983. Nos dois anos seguintes foi Presidente do CDS, Partido do qual se demitiu em 1991. Francisco Lucas Pires escreveu vários livros. Entre os mais recentes contam-se *Tratados que Instituem a Comunidade e a União Europeias* (1994), *Os Novos Direitos dos Portugueses* (1994), *O que é a Europa* (1994), *Portugal e o Futuro da União Europeia* (1995), *Regionalização e Europa* (1996), *Schengen e a Comunidade de Países Lusófonos* (1997) e *Introdução ao Direito Constitucional Europeu* (1997) (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Lucas_Pires [em 09.04.2007]).

acrescentando, curiosamente, que já Thomas Mann (1875-1955), romancista alemão laureado com o Prémio Nobel em 1929, havia olhado «a unidade europeia como o quadro ideal da unificação alemã» (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 41). A perspectiva da Alemanha acerca da sua integração na comunidade europeia não deixa de ser igualmente salientada neste artigo de opinião:

> «Pode-se é perguntar se interessará à Alemanha reunificada ficar presa ao lado de cá pelo "espartilho" de uma União Política com os outros onze. Também para ela, porém, o seguro morreu de velho. A CEE pode continuar a servir-lhe de garantia de paz e liberdade no futuro. Os passos que a Alemanha der mais para Leste poderão avançar depois com mais segurança a partir de terra firme. Além disso 60 por cento das exportações alemãs vão para os outros parceiros da Comunidade de cujo consenso, por sua vez, os alemães continuam a precisar, tanto para fazer a reunificação como para vender os seus Mercedes…» (Pires [Púb], 05.03.1990: 41, 42)

É assim esboçada a ideia de que seria do próprio interesse da Alemanha estar integrada na Europa comunitária e contribuir para a paz e estabilidade da mesma. Também Teresa de Sousa[203] sublinha o facto de Berlim, que retomaria o seu estatuto de capital da Alemanha e que se apresentava como «a mais oriental das cidades ocidentais», desejar assumir «o papel de "ponte" entre uma Europa que deix[ava] de estar dividida» (cf. Sousa [Púb], 01.07.1990: 4). Isabel Arriaga e Cunha,[204] correspondente em Bruxelas, sublinha o «apoio com apreensão» dos países da CEE à Unificação, sem esquecer a resposta da Alemanha para «sossegar os seus parceiros», especialmente para não «assustar os outros "grandes" da CEE» (cf. Cunha [Púb], 03.10.1990: 4).

A integração da Alemanha na Comunidade Europeia tornava-se, na opinião de Francisco Lucas Pires, fundamental para a criação de uma Europa mais equilibrada e com uma nova organização interna. Se no passado a «França era a locomotiva política, a Alemanha a locomotiva económica e a Inglaterra a carruagem recalcitrante», agora adivinhava-se que a Alemanha unificada assumisse o papel de «locomotiva económica e política» (cf. Pires [Púb],

---

[203] Vd. *supra* ponto 3.1.
[204] Isabel Arriaga e Cunha desempenha, desde 1990, as funções de correspondente do jornal *Público* em Bruxelas (cf. http://eurotalkiac.blogspot.com/ [em 01.02.1990]).

05.03.1990: 42). Francisco Lucas Pires lembra, contudo, que a abertura dos países de Leste, permitiria a construção de uma «Europa "sem fronteiras"», que, por sua vez, contribuiria para a «diluição do germanismo» (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 44).

Rogério Martins[205] apresenta uma imagem muito mais disfórica do «colosso» alemão:

> «Hoje a moeda das duas Alemanhas passa a ser a mesma, bem como a legislação económica e social. […] Os alemães gostam sempre de assentar a marcha política sobre sólida base económica. Bismark antes de instaurar o Segundo Império fez a União aduaneira. […] esta Alemanha nova de 80 milhões de cidadãos, rica, organizada, decidida, é de longe a maior potência europeia, qualquer que seja o indicador que se escolha; e ergue-se pujante ao mesmo tempo que a união Soviética […] se afunda na pior crise financeira, económica, política e de identidade. E lá se vai o contrapeso. Isto faz medo. Sobretudo aos que, tendo sido império até tarde, e tendo gasto fortunas para ter a sua própria e inútil bomba atómica, mantiveram arremedos de serem ainda grandes; e se vêem agora imparavelmente ultrapassados pelo inimigo de há meio século e o rival de sempre. A Grã-Bretanha e a França. […] E Miterrand […] lançou na mensagem do Ano Novo a ideia: crie-se uma Federação Europeia. "Se não podes combatê-lo, junta-te a ele" é um sagaz ditado político. Se por ti, e na ordem actual das coisas, não pesas muito perante o colosso, abraça pois o colosso com mais todos os outros pequenos e cria uma ordem nova que, de certo modo, lhes dê a todos direitos sobre ele. […] Aqui está a raiz e razão profunda da ideia federal, agora no primeiro plano das discussões dos Doze. E que os alemães, inteligentemente, abraçaram desde o início; ganham espaço de manobra e aceitação para chegarem ao seu objectivo primordial, um Estado reunificado e com plena soberania. A ideia de Federação faz os outros não terem medo.» (Martins [Púb], 01.07.1990: 21).

Mais uma vez, a solução apresentada para o medo generalizado em relação a uma Alemanha poderosa passa pela acção e controlo por parte da Comunidade Europeia. Sublinhe-se, no entanto, que do trecho supratranscrito ressuma a imagem de uma Alemanha inteligente, que usaria a integração no seio da Europa como «manobra» para alcançar o seu objectivo primordial: a «plena soberania».

[205] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível apurar qualquer referência acerca da biografia profissional deste articulista.

No Editorial da edição de 1 de Julho, dia da União monetária alemã, o então director do *Público*, José Manuel Fernandes, é claro ao rejeitar os receios dos «pessimistas que tem[iam] sempre o renascimento do belicismo germânico» (cf. Fernandes [Púb], 1.07.1990: 3). O jornalista explica não estar provado que a «forma de ser germânica, disciplinada, severa e obediente, tão diferente da alma latina» era «mais vulnerável à tentação totalitária», acrescentando que a Alemanha unificada pouco tinha a ver com a Alemanha militar de Bismarck (cf. Fernandes [Púb], 1.07.1990: 3). José Manuel Fernandes realça que «os pesadelos que a Alemanha protagonizou» só tinham sido «possíveis porque contaram com a cumplicidade passiva das democracias ocidentais» (cf. Fernandes [Púb], 1.07.1990: 3). Cabia, então, às nações do Velho Continente aceitar a força da «rica Alemanha do Reno», garantindo simultaneamente o seu «papel de motor» da Comunidade Europeia (cf. Fernandes [Púb], 1.07.1990: 3).

★★

Não há dúvida de que nos três periódicos em estudo são sublinhados os receios de toda a Europa em relação ao ressurgimento do "gigante" alemão. Efectivamente, não são ignoradas as vozes mais pessimistas que, por não terem certezas quanto à «essência» desta nova Alemanha e por terem ainda presentes os erros do passado, temiam o ressurgimento da sua alma «agressiva, egotista e belicosa», bem como das suas «tendências malignas» e «ancestral selvajaria». A presença deste «colosso» económico e político «no meio desta Europa mole» gerava «desconfiança, medo e perigo». Interessante será sublinhar que todos os artigos analisados apresentam a integração da Alemanha unificada na Comunidade Europeia como a solução para estes receios. Era assim geral a convicção de que a unificação alemã seria tanto mais segura, quanto mais fosse definida sob o «chapéu» da União Europeia. Podemos, então identificar duas tendências distintas no modo como a perspectiva da Unificação foi abordada nos periódicos em apreço: se por um lado é evidenciada a imagem de uma Alemanha empenhada em contribuir para o bem-estar, paz, estabilidade e unidade da Europa, por outro, não deixa de ser salientada a prudência do Velho Continente em criar medidas capazes de garantir que os erros dos «tempos assassinos» não fossem repetidos.

8.2. Portugal e a Unificação alemã.

A queda do Muro de Berlim e posterior Unificação dos dois Estados alemães permitiram a redefinição das fronteiras políticas que delimitavam o mapa do Velho Continente e conduziram a uma alteração das relações entre os países europeus ocidentais e de Leste. Com este novo cenário político surgia uma nova Comunidade Económica Europeia, olhada com receio pelos países mais periféricos e desfavorecidos, como Portugal. Manuela Goucha Soares, ainda hoje redactora do *Expresso*, dá precisamente voz a estas inquietações no artigo «A nova fronteira europeia», publicado neste jornal:

> «O Governo português está a deitar foguetes pela reunificação das duas Alemanhas. Mas não apanha as canas! Cautela é a palavra de ordem que se impõe na defesa dos interesses nacionais, e do ritmo de desenvolvimento do país no contexto comunitário. O secretário de Estado da Integração Europeia, Vítor Martins, diz que é necessário evitar as "situações discriminatórias que o período de transição possa originar". E estas não são apenas fantasmas que um dia poderão surgir, para atrapalhar o crescimento de países como o nosso» (Soares [Exp], 29.09.1990: 13-R).

A articulista refere ainda o facto de, após a Unificação, os trabalhadores alemães orientais poderem circular livremente nos Estados da Comunidade, ao contrário dos trabalhadores portugueses, que estavam sujeitos a uma derrogação que limitava a sua circulação na Alemanha, Dinamarca, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Espanha, Grécia, Itália e Irlanda. Portugal teria assim que enfrentar novos desafios nos sectores pesqueiro e têxtil. A ex-RDA traria um aumento de 20% à frota pesqueira da Comunidade, contribuindo para uma situação mais desfavorável para Portugal no que respeita a atribuição de quotas. A abertura do território leste-europeu possibilitara igualmente um mais fácil acesso aos têxteis polacos, que ofereciam preços bem mais competitivos (cf. Soares [Exp], 29.09.1990: 13-R).

★

Referindo-se igualmente aos riscos que a metamorfose operada na Europa, com a queda do Muro e posterior Unificação representaria para a economia de Portugal, a jornalista do

Público, Teresa Sousa salienta as fortes probabilidades de os mercados no Leste da Europa poderem tornar-se «centro de atracção dos investimentos» (cf. Sousa [Púb], 05.03.1990: 35). Na opinião da jornalista, estes mercados tornar-se-iam de facto concorrentes de Portugal, na medida em que dispunham, «na sua maior parte, de uma mão-de-obra mais barata mas, simultaneamente, mais qualificada que a portuguesa» (cf. Sousa [Púb], 05.03.1990: 35). Acrescia a proximidade dos países leste-europeus de outros mercados de peso na Europa e o facto de a sua tecnologia intermédia ser igual ou mesmo superior à nossa (cf. Sousa [Púb], 05.03.1990: 35). Teresa de Sousa[206] retoma esta questão seis meses mais tarde num artigo curiosamente intitulado «Irmãos desiguais». A jornalista sublinha os receios dos portugueses de ficarem com menos direitos que os cidadãos da ex-RDA no espaço comunitário (cf. Sousa [Púb], 12.09.1990: 9).

O político Francisco Lucas Pires[207] vem contrariar o receio económico dos portugueses perante o desafio da abertura de Leste, referindo, no supramencionado artigo «Portugal no novo século europeu»[208], que o nosso país nada teria a temer, uma vez que podia contar com o contributo do «ouro do Reno», destinado para aqueles países mais pequenos que necessitavam de «puxões externos» para o seu desenvolvimento (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 42). Francisco Lucas Pires desvaloriza ainda os receios daqueles que olhavam a Unificação alemã como inspiração para uma futura unificação ibérica, salientando que Portugal e Espanha, contrariamente às duas Alemanhas, não partilhavam a mesma Língua, História ou Cultura: «Portugal e Espanha são dois Estados-Nações e não uma nação com dois estados…» (cf. Pires [Púb], 05.03.1990: 42).

Num outro artigo, justamente intitulado «Optimismo reunificado», João Seabra[209], colando-se à opinião do então secretário de Estado da Integração Europeia Vítor Martins, refere as oportunidades trazidas pela abertura da RDA. É assim salientado o facto de as empresas portuguesas serem competitivas no que tocava «as indústrias têxteis, do calçado, do vinho, da cortiça, do papel, da cerâmica e do vidro», precisamente os domínios que interessavam aos habitantes da ex-RDA (cf. Seabra [Púb], 2.07.1990: 15). Por este motivo,

[206] Vd. *supra* ponto 3.1.
[207] Vd. *supra* ponto 8.1.
[208] Vd. *supra* ponto 8.1 (Pires [Púb], 05.03.1990: 41-42).
[209] Vd. *supra* ponto 3.3.

Portugal, «iminentemente um exportador de bens de consumo», deveria agarrar as oportunidades que agora surgiam no mercado da RDA (cf. Seabra [Púb], 2.07.1990: 15). Luís Miguel Queirós[210] e Lina Delgado[211], enviados especiais na cidade de Berlim do jornal *Público*, reiteram a convicção de que a Unificação alemã poderia surgir como estímulo para a economia portuguesa, referindo as novas oportunidades no sector turístico, uma vez que os alemães orientais ansiavam por fazer as suas primeiras férias no Sul da Europa ocidental. Aconselham mesmo Portugal a abrir algumas agências de viagem em Berlim, procurando antecipar-se a outros países europeus como Espanha ou Grécia (Queirós/Delgado [Púb], 03.07.1990: 12).

★★

Sintomaticamente, o semanário *O Independente* não se faz eco dos receios do povo português face às consequências económicas da Unificação para Portugal, um país periférico no contexto europeu. Os jornais *Expresso* e *Público*, pelo contrário, evidenciam a apreensão dos Portugueses que procuravam acautelar os interesses nacionais. Com efeito, em ambos os jornais está patente a ideia de que a abertura de novos mercados, mais competitivos do que Portugal e com mão-de-obra mais barata e mais qualificada, constituiria um verdadeiro risco para a débil economia portuguesa. A par desta perspectiva mais apreensiva, o *Público* evidencia uma outra, mais optimista, sublinhando as oportunidades que surgiriam para o mercado português no território da ex-RDA. Ganha assim especial significado a ideia de que Portugal teria que ser capaz de saber conquistar aquele novo mercado, designadamente no domínio do turismo e dos bens de consumo, afinal os mais precários na ex-República Democrática Alemã.

[210] Apesar de todos os esforços envidados, não foi possível recolher informações acerca da biografia profissional deste articulista.
[211] Vd. *supra* ponto 3.1.

Considerações finais

Terminada a análise dos artigos, entrevistas, reportagens e editoriais dados à estampa na imprensa periódica portuguesa sobre a Unificação alemã, chegou o momento de tecer algumas considerações finais. Antes de me debruçar sobre as principais tendências que ressumaram dos documentos de recepção analisados, julgo ser inevitável salientar o facto de a união dos dois Estados alemães ter sido alvo de circunstanciada análise nas três publicações periódicas de referência que são objecto do presente estudo. Convém contudo sublinhar que, muito embora o *Expresso*, *O Independente* e o *Público* tratem de aspectos comuns no âmbito da temática em apreço no presente trabalho, estes são alvo de abordagens relativamente distintas, de algum modo consentâneas com a linha de orientação editorial e política de cada jornal.

A discussão em torno da derrocada do Socialismo real foi um dos aspectos que maior destaque mereceu nos três periódicos estudados. Os receptores portugueses - alguns dos quais, sintomaticamente, militantes ou com fortes ligações ao Partido Comunista Português - salientaram a falência da Esquerda comunista, como resultado de erros cometidos ao longo de várias décadas e de uma cegueira colectiva que se recusava a aceitar a chegada de novos tempos. Os artigos vindos a lume demonstraram, concomitantemente, uma tendência para apresentar o Capitalismo como alternativa viável ao moribundo modelo socialista. O semanário *Expresso* e o diário *Público*, no entanto, ao adoptarem uma concepção dialéctica do conceito de Comunismo, tendem a defender a tese de que o fracasso desta ideologia não significava necessariamente a sua extinção, mas apenas um passo necessário no seu processo evolutivo.

A possibilidade de os chamados países de Leste, como a República Democrática Alemã, enveredarem por uma «terceira-via», que se situaria entre o velho e ultrapassado Comunismo e o Capitalismo, foi uma questão que despertou um interesse especial entre os articulistas portugueses, não obstante as muitas incertezas quanto aos princípios orientadores e consistência dessa alternativa política. O debate em volta do futuro da Esquerda encontrava-se na ordem do dia. Sintomaticamente, alguns dos receptores mencionados neste estudo afastaram-se, mais tarde, do Partido Comunista Português, vindo a aderir principalmente ao Partido Socialista. A necessidade de renovar o PCP já tinha sido defendida em 1987, pelo

chamado Grupo dos Seis, que entregara a Álvaro Cunhal, na época Secretário-Geral do PCP, um documento que apelava às mudanças internas no Partido.

A recepção portuguesa chamou também a atenção para os marcantes contrastes entre os dois Estados alemães na hora da união. A imagem da RDA que ressuma do material coligido é a de um Estado que, como resultado de décadas de aplicação da «cartilha marxista-leninista», se encontrava em inegável situação falência económica, política e social. Penalizada pela inépcia da aplicação do ideário comunista, a RDA surge na imprensa portuguesa como sendo um país obsoleto, um país que apresentava manifestas incoerências, na medida em que, por um lado, apostava na formação dos cidadãos e assegurava o acesso a bens essenciais, mas, por outro, já não conseguia esconder a profunda degradação nos planos económico, tecnológico e ambiental. A imagem que sobreleva da Alemanha de Leste, enquanto «deserto ecológico», «amarelecido» e «podre» que «precisa[va] de tudo» e se caracterizava pelos prédios «rectos, cinzentos, sujos e tristes», vem desconstruir a imagem de um país «de lindas e coloridas paisagens», onde os cidadãos eram «felizes e saudáveis», que o Socialismo real procurava difundir. Esta imagem de total falência é, no entanto, relativamente mitigada pelo jornal *Público*, que procura sublinhar igualmente o facto de a Alemanha de Leste constituir um oásis para o investimento estrangeiro, devido às carências que evidenciava a todos os níveis. Neste contexto, foram mencionados factores diversos, como a presença de mão-de-obra bem preparada e barata, o valor imobiliário de inúmeras empresas e a existência de 100 mil quilómetros quadrados de terras por cultivar e por urbanizar.

A abordagem do tema da condição feminina no jornal *Público* enquadra-se na supramencionada tendência deste periódico para pôr em evidência os aspectos positivos que ainda permaneciam na RDA. Artigos vindos a lume no *Público* defenderam a ideia de que a Unificação representaria para as mulheres alemãs orientais uma perda considerável da sua qualidade de vida, bem como um recuo na sua auto-determinação e independência. O regime socialista surge neste jornal como defensor da condição feminina, uma vez que promovera as mulheres, ao contrário do Capitalismo que «funciona[va] perfeitamente sem elas». A abordagem deste tema, que não teve grande repercussão nos outros dois periódicos em apreço, prender-se-á com a discussão em torno de aspectos diversos sobre a condição da mulher que grassava na sociedade portuguesa da época (note-se que só em 1997 foi apresentado pelo

Governo português o I Plano Global para a Igualdade), designadamente a maternidade, a contracepção, o aborto e a sexualidade. No *Público* sublinha-se a perda de independência das mulheres da Alemanha de Leste, associando-se à Unificação o surgimento do conceito «mãe desempregada», até então desconhecido na RDA, bem como a tendência para ver o casamento como uma «saída para a crise» em que muitas mulheres se encontravam. A questão do aborto, obliterada n' O *Independente*, é apresentada no *Público* e no *Expresso* como sendo um aspecto político, que criou alguns obstáculos ao processo de Unificação. A imprensa periódica portuguesa fez-se eco do receio de que, com a Unificação, o articulado legal sobre aborto na RDA fosse «engolido» pelo da RFA, que era menos permissivo, tornando assim as mulheres mais submissas e menos independentes. À abordagem desta questão pela imprensa periódica portuguesa não terá sido alheia a discussão que já então tendia a intensificar-se sobre a possibilidade de se introduzirem alterações na lei com vista à descriminalização do aborto.

A recepção portuguesa do tema da Unificação Alemã veiculou ainda a ideia de que este processo pouco ou nada tinha a ver com a união de dois países. A Unificação ter-se-ia aproximado mais de uma «eliminação», «invalida[cão]», «absorção», ou mesmo «enterro» da falida RDA. Se n' *O Independente* a «integração de um sistema socialista e falido num modelo capitalista e milionário» surge claramente como um processo necessário, inevitável e milagroso, já no *Expresso* e no *Público* ela é retratada como uma «capitulação absoluta e incondicional», uma «anexação» «humilhante», que deixava um «sabor amargo». A imprensa periódica portuguesa faz-se assim eco de um certo sentimento ambíguo de muitos cidadãos da Alemanha de Leste que, muito embora reconhecessem a inevitabilidade da Unificação e até ansiassem por ela, eram invadidos por uma nostalgia, em grande medida resultante da constatação de que os símbolos nacionais daquele Estado, base da identidade leste-alemã, seriam definitivamente extintos. Para além de todos estes factores, o *Expresso* e o *Público* tendem ainda a sublinhar o profundo desencanto de alguns cidadãos de Leste após a Unificação. Penalizados duplamente, por terem vivido sob influência de duas ditaduras (a do Nacional-Socialismo e a do Socialismo real), os cidadãos de Leste tinham criado elevadas expectativas face ao futuro que agora se abria com a união dos dois Estados. Os cidadãos de Leste terão descoberto rápida e violentamente que a sociedade de consumo em muito diferia daquela que conheciam da publicidade na televisão. A imprensa periódica portuguesa destaca,

neste contexto, factores como o galopante desemprego na Alemanha de Leste e a consequente diminuição da auto-estima dos seus cidadãos. Surgem assim discussões mais ou menos complexas em torno de conceitos como «ossies» «wessies» e «zonies», sendo clara na recepção portuguesa a tendência para demonstrar o sentimento de superioridade dos cidadãos da Alemanha ocidental em relação os seus vizinhos irmãos, bem como, para salientar que a união de mentalidades levaria muito mais tempo a ser concretizada do que a união política.

Nos semanários *Expresso* e *O Independente* verificou-se a tendência para sublinhar a ideia de que a divisão, durante décadas, das duas Alemanhas tinha conduzido à fossilização de discursos, posições ideológicas e tendências culturais, que, mais do que um «muro interior», tinham construído um «muro nas letras». Este era, por sua vez, também prova de que a união ideológica seria bem mais morosa e complexa do que a união política.

Refira-se, contudo, que o debate literário, de natureza marcadamente ideológica, que se verificou na Alemanha aquando a Unificação, sobre temas diversos, como a índole moral, a missão social e empenhamento político dos escritores, não foi alvo de uma análise muito circunstanciada na imprensa periódica portuguesa estudada, muito embora tivesse dado uma especial atenção à discussão literária então desencadeada em torno da obra de Christa Wolf. Manifestando a tendência para valorizar a excelência da literatura alemã, *O Independente* chamou a atenção para a importância das obras não só de autores estrangeiros de língua alemã, como Franz Kafka ou Paul Celan, mas também das de outros grandes vultos alemães, como Hermann Kant, Botho Strauss, Sarah Kirsch, Monika Maron ou Volker Braun.

A excelência da produção cinematográfica alemã foi igualmente elogiada na imprensa periódica portuguesa, que destacou cineastas como Werner Herzog, Margarethe von Trotta, Volker Schlöndorff, Hans-Jürgen Syberberg e, em especial, Rainer Werner Fassbinder e Wim Wenders.

A superioridade da música erudita alemã foi também reiteradamente mencionada no âmbito da recepção portuguesa da Unificação Alemã. Este país da música [«ein kleines Musikland»] tinha contado, ao longo dos séculos com o «insuperável» e «inspirador» contributo de grandes compositores como Bach, Haendel, Beethoven, Wagner e Schoenberg. Curiosamente, à semelhança do que verificámos na abordagem da literatura e do cinema alemães, somos confrontados no âmbito da música com a dicotomia entre a excelência do passado e a

estagnação no presente. Também no domínio musical é constatada a incapacidade contemporânea alemã em conquistar o mercado internacional. Esta incapacidade é curiosamente atribuída à complexidade da língua alemã, que a impedia de se projectar a nível mundial como a língua inglesa.

De acordo com *O Independente*, o Alemão devia ser confinado às línguas mortas, não por ter caído em desuso, mas sim por só os mortos terem tempo para o estudar. Na verdade, uma outra tendência na recepção portuguesa no âmbito do tema em análise consiste numa certa valorização da língua alemã. Nos periódicos portugueses assiste-se reiteradamente ao recurso de vocábulos alemães. Desta tendência são exemplo títulos de artigos - «Stärker und stärker», «Sehr gut», «Ein kleines Musikland», «Joghurt, Volkswagen, Kartoffeln, Tomatensalat. Coisas boas», «Anschluss» -, bem como palavras e expressões no corpo dos documentos de recepção - «Jetzt zusammen», «Ich bin ein Berliner» - ou mesmo o recurso a conceitos, como o de «neue Sachlichkeit». Os quatro primeiros títulos supramencionados, sintomaticamente dados à estampa n' *O Independente*, salientam a superioridade e excelência das gentes teutónicas. Já os restantes conceitos apontam para relevantes questões de índole política e literária.

Reflexo da excelência da cultura alemã era, aos olhos do *Público*, o património cultural da cidade de Berlim, marcado pela «beleza», «arrojo», «originalidade» e «monumentalidade» de muitos dos seus edifícios, cuja arquitectura associava «os vestígios do passado e os emblemas do presente, as marcas da catástrofe e os sinais da sua superação».

Dos vários textos coligidos ressuma ainda a tendência para valorizar a excelência da ciência e da tecnologia alemãs. Neste contexto, refira-se, por exemplo, a publicação de uma lista da qual constam sessenta e oito alemães agraciados com o Prémio Nobel, evidenciando a supremacia do povo alemão em domínios tão diversos como a Física, a Química, a Medicina e a Fisiologia, a Literatura e a Paz. Expressões como «grandes cientistas», «a nata da Física», «grande tradição de ciência», «a electricidade e a química floresceram […] no solo alemão», «povo […] eficiente e robusto» e «qualidade germânica» intensificam igualmente esta tendência. Se, por um lado, é ilustrado o que de melhor os alemães tinham produzido no âmbito científico e tecnológico, por outro, não deixa de ser mencionado o facto de esta produção ter abrandado e até perdido alguma da sua notoriedade após os acontecimentos

políticos que haviam marcado as últimas décadas, designadamente e Segunda Guerra Mundial e a consequente divisão da Alemanha. Os articulistas que se pronunciaram sobre esta matéria tendem a manifestar a convicção de que a Unificação iria permitir colocar um ponto final no espectro da Guerra, restituindo à Alemanha o seu antigo esplendor.

Os receptores portugueses exploraram a metáfora da Alemanha unificada como «gigante», alertando para os receios que este despertava um pouco por toda a Europa. A perspectiva da Unificação alemã reacendeu em muitos países europeus imagens gemanofóbicas. Atente-se nas metáforas da esfera animal, associadas ao novo «gigante» europeu, constantes das referências à «memória dos tempos assassinos», à «ancestral selvajaria» alemã ou aos «caninos» que lhe tinham sido «limados» e que poderiam voltar a crescer. Os polacos eram, como facilmente se compreenderá, aqueles que mais desconfiavam do carácter pacífico da nova Alemanha. Os italianos, pelo contrário, eram, a seguir aos alemães ocidentais, os mais confiantes. Este facto devia-se, naturalmente, às conhecidas relações políticas que aqueles povos haviam mantido com a Alemanha. A imprensa periódica portuguesa fez-se eco do possível despertar de uma Alemanha prussiana, «agressiva, egotista e belicosa», com «tendências malignas», constando que a Alemanha era um Estado económica e politicamente forte, dentro de uma «Europa mole». Os receios perante o «gigante» alemão assentavam, então, simultaneamente nos «fantasmas do passado» e nas «incertezas do futuro». O «colosso» económico e político, que se erguia pujante e apresentava como «a maior potência europeia», «rica, organizada, decidida», gerava «desconfiança» e «medo». A imprensa portuguesa informa que os franceses tinham tido dificuldade em aceitar que Paris já não era o centro da Europa.

A fim de mitigar os mencionados receios dos países europeus face à grande potência em que se iria tornar a Alemanha unificada, muitos articulistas defendem nos três periódicos em apreço um enquadramento da nova Alemanha no espaço político e económico europeu. A estratégia necessária para «domesticar» o poder da Alemanha passava por «ancorá-la solidamente no Ocidente», por forma a limitar as suas «tendências malignas» e fomentar as suas «tendências benignas». A recepção portuguesa defendeu a ideia de que o «espartilho» da Comunidade Europeia era essencial para a «diluição do germanismo» e para a criação de uma ordem que desse à Europa controlo sobre o «colosso». O melhor caminho a seguir pelo Velho

Continente não deveria afinal passar pela luta contra a soberania alemã, mas antes aceitar que a Alemanha unificada seria, de facto, a «locomotiva económica e política» da Europa. De acordo com a imprensa periódica portuguesa, os Europeus estariam tanto mais seguros, quanto mais a Unificação fosse delineada sob o «chapéu» da Europa, ou seja, de acordo com os interesses e regras da Comunidade Europeia. Alguns articulistas portugueses não deixam de chamar a atenção para a responsabilidade das democracias ocidentais nas atrocidades cometidas no passado pela Alemanha, na medida em que estas tinham sido praticadas sob o silêncio e cumplicidade daquelas democracias. Uma Europa atenta teria impedido certamente o catastrofismo do passado.

A questão dos receios generalizados face ao gigante alemão - talvez o favorito no contexto da recepção portuguesa da Unificação Alemã – é dilucidada com contornos ligeiramente diferentes nos periódicos analisados. Se, por um lado, *O Independente* salienta a apreensão dos países europeus face ao agigantar da Alemanha, por outro, contrapõe uma imagem inequivocamente positiva desta nova nação, lembrando o seu empenho na construção da união, paz e estabilidade europeias. Para os articulistas deste semanário, a Alemanha seria, assim, merecedora da sua liberdade. Os jornais *Expresso* e *Público*, pelo contrário, tendem a tratar este tema de forma mais cautelosa. Embora analisem os esforços encetados pela nova Alemanha para demonstrar que não tinha veleidades territoriais sobre os seus países vizinhos, estes dois periódicos tendem a chamar a atenção para a necessidade de acautelar «entusiasmos levianos» e de assegurar que o Velho Continente estaria munido de medidas capazes de impedir o ressurgimento do belicismo alemão. Inserir a nova Alemanha no seio da Comunidade Europeia seria, para os articulistas destas duas publicações periódicas, a melhor solução para garantir a segurança dos países europeus.

A recepção portuguesa da Unificação Alemã é reveladora do cruzamento de duas imagens antagónicas da Alemanha: a de uma Alemanha possuidora de uma cultura de excelência e intelectualmente superior e a de uma Alemanha belicista e perigosa. Esta ambiguidade nas imagens da Alemanha que sobreleva dos documentos de recepção analisados entronca na da teoria das duas Alemanhas, encetada por Madame de Staël. Na sua famosa obra *De l' Allemagne*, publicada em 1810, a romancista e ensaísta francesa enalteceu o génio alemão, definindo a Alemanha como o país da poesia, da música, da arte e da metafísica, sem deixar de

falar da vertente militarista da Alemanha prussiana. Esta percepção globalmente muito positiva do povo alemão sofreu, contudo, uma intensa transformação após a guerra franco-prussiana de 1870/1871. De facto, ao lado da imagem idílica da Alemanha apresentada por Madame de Staël, que desencadeara uma verdadeira «germanolatria» [*Germanolatrie*], foi muito mais enfatizada uma segunda imagem que se centrava no espírito prussiano e marcial da Alemanha de Bismarck (cf. Leiner, 1991: 98, 155, 169).

Com efeito, os receptores portugueses fizeram-se eco não só da visão francesa da Unificação Alemã, mas também da teoria do dualismo alemão [*deutscher Dualismus*],[212] tão propagada foi em toda a Europa, principalmente desde finais do século XIX, indiciando assim a influência mais ou menos subliminar que a França continuava a exercer na forma de Portugal olhar para terras de além-Reno.

[212] Teoria apresentada em 1959 por Claude Digeon na sua obra *La crise allemande de la pensée française (1870-1914)* (cf. Digeon, 1959: 160- 164 e Leiner, 1991: 170).

Bibliografia

A. Obras historiográficas e de consulta

ANDERSON, Jeffrey (1999), *Germany Unification and the Union of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

ANZ, Thomas (1996), «Der Streit um Christa Wolf und die Intellektuellen im vereinten Deutschland», in: Peter Monteath/Reinhard Alter (Hrsg.), *Kulturstreit, Streitkultur: German literature since the wall*. Amsterdam: Rodopi, p. 1-18.

BAHRMANN, Hannes/LINKS, Christoph (Hrsg.) (1999), *Bilderchronik der Wende – Erlebnisse aus der Zeit des Umbruchs 1989/90*. Berlin: Christoph Links Verlag.

BENZ, Wolfgang (1999), *Deutsche Geschichte seit 1945. Chronik und Bilder*. München: Deutscher Taschenbuch.

BESSIÉRE, Jean/PAGEAUX, Daniel-Henri (dir.) (1999), *Perspectives Comparatistes – Séminaire de Littérature Comparée de l' Université de la Sorbone Nouvelle*. Paris: Honoré Champion Éditeur.

BEUTIN, Wolfgang *et al.* (2001), *Deutsche Literaturgeschichte: von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Stuttgart: J. B. Metzler.

BOHNENKAMP, Björn/SCHNEIDER, Irmela (2005), «Medienkulturwissenschaft», in: Claudia Liebrand, *et al*. (Hrsg.), *Einführung in die Medienkulturwissenschaft*. Münster: LIT Verlag, p. 35-48.

BOURDON, Jérôme (2006), *Introdução aos Media* (Trad. port. de Manuela Antunes). Lisboa: Campo das Letras.

BRAUN, Michael (2002), «Günter Grass' Rückkehr zu Herders „Kulturnation" im Kontrast zu Martin Walser und Günter de Bruyn. Essays und Reden zur Einheit.», in: Volker Wehdeking (Hrsg.), *Mentalitätswandel in der deutschen Literatur zur Einheit (1990-2000)*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, p. 97-110.

BREMER, Ulrike (2002), *Versionen der Wende. Eine textanalytische Untersuchung erzählerischer Prosa junger deutscher Autoren zur Wiedervereinigung*. Osnabrück: Universitätsverlag Rasch.

BREUER, Ulrich/KORHONEN, Jarmo (Hrsg.) (2001), *Mediensprache. Medienkritik*. Frankfurt am Main [u.a.]: Peter Lang.

BRUNNER, Horst/MORITZ, Rainer (Hrsg.) (1997), *Literaturwissenschaftliches Lexikon – Grundbegriffe der Germanistik*. Berlin: Erich Schmidt Verlag.

BRUYN, Günter de (1994), «So viele Länder, Ströme, Sitten. Gedanken zur deutschen Kulturnation», in: G. B., *Jubelschreie Trauergesänge: Deutsche Befindlichkeiten*. Frankfurt: Fischer, p. 16- 26.

BURGER, Harald (2005), *Mediensprache. Eine Einführung in Sprache und Kommunikationsformen der Massenmedien*. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

BUTTLAR, Cary von (2006), *Das vereinigte Deutschland in der überregionalen Presse Frankreichs 1989 bis 1994*. Berlin: Duncker & Humblot.

CÁDIMA, Rui/FIGUEIREDO, Alexandre (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*. Lisboa: Sogapal.

CASCAIS, Fernando (2001), *Dicionário de Jornalismo: As Palavras dos Media*. Lisboa: Editorial Verbo.

CORREIA, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.

CORREIA, J. M. Nobre (1996), *A Cidade dos Media*. Porto: Campo das Letras.

CORREIA, João Carlos Ferreira (2001), *Comunicação e Cidadania. Os Media e a Dinâmica das Identidades nas Sociedades Pluralistas*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

COSTABILE-HEMING, Carol Anne *et al.* (ed.) (2001), *Textual Responses to German Unification. Processing Historical and Social Change in Literature and Film*. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

DIEPGEN, Eberhard (Hrsg.) (2000), *Deutsche Einheit. Gedanken, Einsichten und Perspektiven*. Berlin: Jaron.

DIGEON, Claude (1959), *La Crise Allemande de la Pensée Française (1870-1914)*. Paris: Presses Universitaire de France.

DYSON, Kenneth/GOETZ, Klaus (2003), *Germany, Europe and the Politics of Constraint*. Oxford: Oxford University Press.

ERLER, Katja (2004), *Deutschlandbilder in der französichen Literatur nach dem Fall der Berliner Mauer*. Berlin: Erich Schmidt.

ESTEVES, João Pissarra (org.) (2002), *Comunicação e Sociedade – Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massas* (Trad. port. de Isabel Branco *et al*.). Lisboa: Livros Horizonte.

ESTEVES, João Pissarra (2005), *O Espaço Público e os Media. Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*. Lisboa: Edições Colibri.

FAULSTICH, Werner (2002), *Einführung in die Medienwissenschaft: Probleme – Methoden – Domänen*. München: Wilhelm Fink.

FEHERVARY, Helen (2003), «A literatura da República Democrática Alemã (1945-1990)», in: Helen Watanabe-O'Kellt, *História da Literatura Alemã* (Trad. port. de José António Capoulas de Avó). Lisboa: Editorial Verbo, p. 449-497.

FONTCUBERTA, Mar de (1999), *A Notícia: Pistas para Compreender o Mundo* (Trad. port. de Fernando Cascais). Lisboa: Editorial Notícias.

GEISENHANSLÜKE, Achim (2004), *Einführung in die Literaturtheorie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

GERHARDT, Rudolf (2001), *Lesebuch für Schreiber: Vom journalistischen Umgang mit der Sprache. Ein Ratgeber in Beispielen*. Frankfurt am Main: F.A.Z.-Institut für Management-, Markt- und Medieninformationen.

German Bundestag (ed.) (1998), *Questions on Germany History*. Bonn: German Bundestag.

GILLMOR, Dan (2005), *Nós, os Media* (Trad. port. de Saul Barata). Lisboa: Editorial Presença.

GORBATCHOV, Mikail (1987), *Perestroika: Novo Pensamento para o Nosso País e para o Mundo* (Trad. port. de Manuel Cordeiro *et al*.). Mem Martins: Europa-América.

GRASS, Günter (1997), «Kurze Rede eines vaterlandslosen Gesellen», in: Daniela Hermes (Hrsg.), *Essays und Reden III 1980-1997*. Vol. 16, Göttingen: Steidl, p. 230-234.

GRASS, Günter (1997), «Ein Schnäppchen namens DDR», in: Daniela Hermes (Hrsg.), *Essays und Reden III 1980-1997*. Vol. 16, Göttingen: Steidl, p. 286-298.

GRASS, Günter (1997), «Rede vom Verlust. Über den Niedergang der politischen Kultur im geeinten Deutschland», in: Daniela Hermes (Hrsg.), *Essays und Reden III 1980-1997*. Vol. 16, Göttingen: Steidl, p. 360-379.

GROSSER, Alfred (1998), *Deutschland in Europa*. Weinhein: Quadriga Verlag.

GROTH, Sibylle (2003), *Bilder vom Fremden. Zur Konstruktion kultureller Stereotype im Film*. Marburg: Tectum Verlag.

GRUB, Frank Thomas (2003), *Wende und Einheit im Spiegel der deutschsprachigen Literatur: ein Handbuch*. Band1: *Untersuchungen*. Berlin: Walter de Gruyter.

HABICHT, Werner/LANGUE, Wolf-Dieter (Hrsg.) (1995), *Der Literatur Brockhaus: in acht Bänden*. Mannheim: B.I. Taschenbuchverlag.

HALLER, Michael *et al.* (Hrsg.) (1995), *Presse Ost – Presse West. Journalismus in vereinten Deutschland*. Leipzig: Vistas.

HÄUSERMANN, Jürg (2001), «Der Text als Ort der öffentlichen Kommunikation. Zur sprachlichen Aus- und Fortbildung im Journalismus», in: Ulrich Breuer, Jarmo Korhonen (Hrsg.), *Mediensprache. Medienkritik*. Frankfurt am Main [u.a]: Peter Lang, p. 45-54.

HEPP, Andreas (2004), *Cultural Studies und Medienanalyse: Eine Einführung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

HEYDEMANN, Günter/JESSE, Eckhard (2006), *15 Jahre deutsche Einheit. Deutsch-deutscheBegegnungen, deutsch-deutsche Beziehung*. Berlin: Duncker & Humblot.

HICKETHIER, Knut (2003), *Einführung in die Medienwissenschaft*. Stuttgart: J.B. Metzler.

JARREN, Otfried/DONGES, Patrick (2002), *Politische Kommunikation in der Mediengesellschaft: Eine Einführung.* Band 1: *Verständnis, Rahmen und Strukturen*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag.

JAUSS, Hans Robert (1970), *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

JAUSS, Hans Robert (1974), *História Literária como Desafio à Ciência Literária/Literatura Medieval e Teoria dos géneros* (Trad. port. de Ferreira de Brito). Porto: Livros Zero.

JAUSS, Hans Robert (1982), *Toward an Aesthetic of Reception* (Translation by Timothy Bahti). Brighton: Harvester Press.

JAUSS, Hans Robert (1997), *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermneutik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

JACOBSON, Wolfgang *et al*. (Hrsg.) (1993), *Geschichte des deutschen Films*, Stuttgart: J. B. Metzler.

JENSEN, Klaus Bruhn (2004), *A Handbook of Media and Communication Research – Qualitative and Quantitative Methodologies*. London: Routledge.

KEMSER, Dag (2006), *Zeitstücke zur deutschen Wiedervereinigung*. Tübingen: Niemeyer.

KLOOCK, Daniela/SPAHR, Angela (2000), *Medientheorien: Eine Einführung*. München: Wilhelm Fink.

KOCH, Lennart (2001), «Konturen einer öffentlichen Ausseinandersetzung», in: L.K., *Ästhetik der Moral bei Christa Wolf und Monika Maron: der Literaturstreit von der Wende bis zum Ende der neunziger Jahre*. Frankfurt am Main [u.a.]: Lang, p. 11-26.

KOCH, Lennart (2001), «Rekonstruktion der Vergangenheit: Christa Wolf und Monika Maron», in: L.K., *Ästhetik der Moral bei Christa Wolf und Monika Maron: der Literaturstreit von der Wende bis zum Ende der neunziger Jahre*. Frankfurt am Main [u.a.]: Lang, p. 27-61.

KÜMMEL, Albert *et al.* (Hrsg.) (2004), *Einführung in die Geschichte der Medien*. Stuttgart: Wilkelm Fink.

LANDUYT, Arianne *et al.* (edited) (2003), *The contribution of Mass Media to the enlargement of the European Union* [papers of the conference]. Bruxelles; IISA.

LANGER, Roy (2003), *Die Darstellung Deutschlands in dänischen Medien. Eine Mediendiskursanalyse*. Wiesbaden: Deutscher Universitäts-Verlag.

LEHMANN, Hans Georg (1995), *Deutschland Chronik 1945-1995*. Bonn: Bouvier Verlag.

LEHMANN, Ines (1996), *Die deutsche Vereinigung von außen gesehen – Angst, Bedenken und Erwartungen in der ausländischen Presse*. Band I: *Die Presse der Vereinigten Staaten, Großbritanniens und Frankreich*. Frankfurt am Main: Peter Lang.

LEHMANN, Ines (1997), *Die deutsche Vereinigung von außen gesehen – Angst, Bedenken und Erwartungen in der ausländischen Presse*. Band II: *Die Presse Dänemarks, der Niederlande, Belgiens, Luxemburgs, Österreichs, der Schweiz, Italiens, Portugals, Spaniens und jüdische Reaktionen.* Frankfurt am Main: Peter Lang.

LEHMANN, Ines (2001), *Die deutsche Vereinigung von außen gesehen – Angst, Bedenken und Erwartungen*. Band III: *Die Politik, die Medien und die öffentliche Meinung der Sowjetunion*. Frankfurt am Main: Peter Lang.

LEHMANN, Ines (2004), *Die deutsche Vereinigung von außen gesehen – Angst, Bedenken und Erwartungen*. Band IV: *Polen und die Tschechoslowakei*. Frankfurt am Main: Peter Lang.

LEINER, Wolfgang (1991), *Das Deutschlandbild in der französischen Literatur*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

LETRIA, Joaquim (1999), *Pequeno Breviário Jornalístico: Géneros, Estilos e Técnicas*. Lisboa: Editorial Notícias.

LIEBRAND, Claudia *et al.* (Hrsg.) (2005), *Einführung in die Midienkulturwissenschaft*. Münster: LIT.

LUDES, Peter (2003), *Einführung in die Medienwissenschaft: Entwicklung und Theorien*. Berlin: Erich Schmidt.

MACHADO, Álvaro Manuel/PAGEAUX, Daniel-Henri (2001), *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Presença.

MAYER, Hans (1993), *Wendezeiten. Über Deutsche und Deutschland*. Frankfurt: Suhrkamp.

MESQUITA, Mário (2001), *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Minerva Coimbra.

MCQUAIL, Denis (2000), *McQuail's Mass Communication Theory*. London: Sage Publications.

MERTENS, Lothar (Hrsg.) (2006), *Bilanz und Perspektiven des deutschen Vereinigungsprozesses*. Berlin: Duncker & Humblot.

MICHAEL, Joachim/SCHÄFFAUER, Markus Klaus (Hrsg.) (2004), *Massenmedien und Alterität*. Frankfurt am Main: Vervuert.

MIEDER, Eckhard (2002), *Die Geschichte Deutschlands nach 1945*. Frankfurt am Main: Campus.

MONTEATH, Peter/ALTER, Reinhard (ed.) (1996), *Kulturstreit-Streitkultur. German Literature since the Wall*. Amsterdam, Atlanta: Rodopi.

MORITZ, Rainer (1997), «Innere Emigration», in: Horst Brunner/Rainer Moritz (Hrsg.), *Literaturwissenschaftliches Lexikon: Grundbegriffe der Germanistik*. Berlin: Erich Schmidt Verlag.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.) (2002), *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

NÜNNING, Ansgar (Hrsg.) (2004), *Grundbegriffe der Literaturtheorie*. Stuttgart, Weimar: J.B. Metzler.

NÜNNING, Ansgar/SOMMER, Roy (Hrsg.) (2004), *Kulturwissenschaftliche Literaturwissenschaft. Disziplinäre Ansätze – Theoretische Positionen – Transdisziplinäre Perspektiven*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

NÜNNING, Ansgar *et al*. (2006), *Literature and Memory. Theoretical Paradigms. Genres. Functions*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag.

OLIVEIRA, Leonel de (Coord.) (2003), *Portugal Século XX – Portugueses Célebres*. Rio de Mouros: Círculo de Leitores.

PAGEAUX, Daniel-Henri (1994), *La littérature générale et comparée*. Paris: Armand Colin Éditeur.

PAPENFUβ, Monika (1998), *Die Literaturkritik zu Christa Wolfs Werk im Feuilleton. Eine kritische Studie vor dem Hintergrund des Literaturstreits um den Text „Was bleibt*". Berlin: Wissenschaftlicher Verlag.

PENA, Filipe (2005), *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.

Presse- und Informationsamt der Bundesregierung (Hrsg.) (1991), *Die Vereinigung Deutschlands im Jahr 1990: eine Dokumentation*. Bonn: Presse- und Informationsamt der Bundesregierung.

Presse- und Informationsamt der Bundesregierung (Hrsg.) (1992), *Von der Spaltung zur Einheit – 1945-1990: Eine Deutsche Chronik in Texten und Bildern*. Bonn: Presse- und Informationsamt der Bundesregierung.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Coord.) (1996), *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta.

RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, «"Um fantasma antigo percorre a Europa". A Queda do Muro de Berlim e a perspectiva da (Re)unificação Alemã na imprensa periódica portuguesa» in: Actas do 1.º Encontro Internacional da Associação Portuguesa de Estudos Germanísticos /

Associação Portuguesa de Professores de Alemão, subordinado ao tema «Deutsch lernen / Deutsch studieren: Berufperspektiven im Europa der 25», Porto, 17-19 de Fevereiro de 2005 [no prelo].

RAUBOLD, Susanne (Hrsg.) (1990), *Go East! DDR- Der nahe Osten*. Berlin: Elefanten Press.

REBELO, José (2000), *O Discurso do Jornal*. Lisboa: Editorial Notícias.

REIS, António (Coord.) (1993), *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RITTER, Gerhard A. (1998), *Über Deutschland: die Bundesrepublik in der deutschen Geschichte*. München: Beck.

RUSCH, Gebhard (Hrsg.) (2002), *Einführung in die Medienwissenschaft – Konzeptionen, Theorien, Methoden, Anwendungen.* Wiesbaden: Westdeutscher Verlag.

SCHANZE, Helmut (Hrsg.) (2002), *Metzler Lexikon – Medientheorie Medienwissenschaft. Ansätze – Personen – Grundbegriffe*. Stuttgart: J.B. Metzler.

SCHÄUFER, Wolfgang/WERNSTEDT, Rolf (2002), *Zur Einheit Deutschlands*. Hannover: Hahn-Druckerei.

SCHÄUBLE, Wolfgang (2000), «Die Einheit Europas ist unser Auftrag», in: Eberhard Diepgen (Hrsg.), *Deutsche Einheit. Gedanken, Einsichten und Perspektiven*. Berlin: Jaron, p. 205-211.

SCHEIDL, Ludwig (1999), *Dez Anos Após a Queda do Muro. A Unificação Alemã no Contexto Europeu.* Lisboa: Edições Colibri.

SCHMITZ, Ulrich (2004), *Sprache in modernen Medien. Einführung in Tatsachen und Theorien, Themen und Thesen*. Berlin: Erich Schmidt.

SCHRAMM, Julia (2000), *Die deutsche Einigung 1989-1990 aus der Sicht ausgewählter Schweizer Tageszeitungen*. Münster: LIT.

SCHULZE, Hagen (1996), *Kleine deutsche Geschichte: mit Bildern aus dem Deutschen Historischen Museum*. München: C. H. Beck.

SOUSA, Jorge Pedro (2000), *As Notícias e os seus Efeitos. As «Teorias» do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísitcos*. Coimbra: Minerva Coimbra.

SOUSA, Jorge Pedro (2003), *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, Judite de (2005), «Um homem livre», in: Luísa Gueifão Ferreira, *João Amaral in Memoriam*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 107-108.

STEINBACH, Lothar (2006), *Bevor der Westen war. Ein deutsch-deutscher Geschichtsdialog*. Berlin: Wjs Verlag.

STERN, Carola/WINKLER, Heinrich August (Hrsg.) (1994), *Wendepunkte deutscher Geschichte 1848-1990*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch.

STIERSTORFER, Klaus/VOLKMANN, Laurenz (Hrsg.) (2005), *Kulturwissenschaft Interdisziplinär*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

TENGARINHA, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra.

VINCENDEAU, Ginette (Hrsg.) (1995), *Encyclopedia of European Cinema*. London: Cassell.

VOGT, Martin (2003), «Deutschland von der Bonner „Wende" zu den Problemen der Einheit (1982-1996)», in: M.V., *Deutsche Geschichte – Von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Stuttgart: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 888-941.

WALSER, Martin (1997), «Über Deutschland reden», in: M.W., *Ansichten, Einsichten. Aufsätze zur Zeitgeschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, p. 896-915.

WALSER, Martin (1997), «11. November 1989», in: M.W., *Ansichten, Einsichten. Aufsätze zur Zeitgeschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, p. 927.

WALSER, Martin (1997), «Deutsche Sorgen I», in: M.W., *Ansichten, Einsichten. Aufsätze zur Zeitgeschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, p. 928-936.

WATANABE-O'KELLY, Helen (2003), *História da Literatura Alemã*. Lisboa: Editorial Verbo.

WEBER, Stefan (Hrsg.) (2003), *Theorien der Medien*. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft.

WEHDEKING, Volker (Hrsg.) (2000), *Mentalitätswandel in der deutschen Lietratur zur Einheit (1990-2000)*. Berlin: Erich Schmidt Verlag.

WEIZSÄCKER, Richard von (2003), *Drei Mal Stunde Null? 1949 – 1969 – 1989*. Berlin: Berliner Taschenbuch.

WENDE, Waltraud (2004), *Kultur–Medien-Literatur. Literaturwissenschaft als Medienkulturwissenschaft*. Würzburg: Königshausen & Neumann.

WIERLACHER, Alois (Hrsg.) (2000), *Das Fremde und das Eigene – Prolegomena zu einer interkulturellen Germanistik*. München: Iudicium.

WIERLACHER, Alois/BOGNER, Andrea (Hrsg.) (2003), *Handbuch interkulturelle Germanistik*. Stuttgart: J.B. Metzler.

WINKLER, Heinrich August (1994), «1989/90: Die unverhoffte Einheit», in: Carola Stern/Heinrich August Winkler (Hrsg.), *Wendepunkte deutscher Geschichte 1848-1990*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 193-226.

WITTEK, Bernd (1997), *Der Literaturstreit im sich vereinigenden Deutschland. Eine Analyse des Streits um Christa Wolf und die deutsch-deutsche Gegenwartsliteratur in Zeitungen und Zeitschriften*. Marburg: Tectum Verlag.

ZELIKOW, Philip/RICE, Condoleezza (2001), *Sternstunde der Diplomatie: Die deutsche Einheit und das Ende der Spaltung Europas*. München: Ullstein Buchverlage.

ZELLER, Bernd (2002), *101 Gründe, kein Ossi zu sein*. München: Piper.

ZIEGELER, Hans-Joachim/WEGMANN, Nikolaus (2005), «Schrift-Medien: Handschrift/ Druckschrift, Buchdruck», in: Claudia Liebrand *et al*. (Hrsg.), *Einführung in die Medienkulturwissenschaft*. Münster: LIT Verlag, 159-173.

ZOLLING, Peter (2005), «Getrennte Wege: zwei Staaten auf deutschem Boden», in: Peter Zolling, *Deutsche Geschichte von 1871 bis zur Gegenwart*. München: Carl Hanser Verlag, p. 229-329.

ZOLLING, Peter (2005), «In Freiheit vereint – ein deutsches Wunder», in: Peter Zolling, *Deutsche Geschichte von 1871 bis zur Gegenwart*. München: Carl Hanser Verlag, p. 330-346.

ZOLLING, Peter (2005), «Zeitenwende – Deutschland in einer neuen Welt», in: Peter Zolling, *Deutsche Geschichte von 1871 bis zur Gegenwart*. München: Carl Hanser Verlag, p. 347-358.

ZOLLING, Peter (2005), «Rückschau und Ausblick», in: Peter Zolling, *Deutsche Geschichte von 1871 bis zur Gegenwart*. München: Carl Hanser Verlag, p. 359-363.

B. Obras de ficção literária

GRASS, Günter, *Kopfgeburten oder Die Deutschen sterben aus*, München: Dtv, 1999.

GRASS, Günter, *Beim Häuten der Zwiebel*. Göttingen: Steidl, 2006.
GRASS, Günter, *Descascando a Cebola. Uma Autobiografia 1939-1959*. (Trad. port. de Helena Topa). Lisboa: Casa das Letras, 2007.
WOLF, Christa, *Was bleibt*. Frankfurt am Main: Leuchterhand Literaturverlag, 1990.

C. Artigos em publicações periódicas portuguesas

1. O Independente

[Anónimo] (20.05.1988), «Estatuto Editorial», *O Independente*, nº 1, p.8.
[Anónimo] (28.09.1990), «1+1=1», *O Independente*, nº 124, p.32-III.
[Anónimo] (28.09.1990), «58 Alemães. Prémios Nobel», *O Independente*, nº 124, p.32-III.
[Anónimo] (01.09.2006), «Quem tem capa», *O Independente*, nº 955, p.4-7.
[Anónimo], (01.09.2006), «Prémios», *O Independente*, nº 955, p.31
AMARAL, João (30.11.1990), «A vitória cola a Kohl», *O Independente*, nº 125, p. 19.
AMARAL, João (07.12.1990), «Até amanhã, Herr Kohl», *O Independente*, nº 134, p. 18.
AMARAL, João (07.12.1990), «Berlim de vermelho e negro», *O Independente*, nº 134, p. 19.
BARBAS, Helena (28.09.1990), «Letras no Muro», *O Independente*, nº 124, p.30-III.
BELLO, Mónica (04.10.1990), «A 25ª Hora», *O Independente*, nº 125, p. 28-29.
CARDOSO, Miguel Esteves (01.09.2006), «Mal», *O Independente*, nº 955, p.32.
COUTINHO, João Pereira (01.09.2006), «O verdadeiro princípio», *O Independente*, nº 955, p.11.
ESTEVES, Pedro (9.11.1990), «De Lenine a Estaline», *O Independente*, nº 130, p. 5.
FALCÃO, Manuel (01.09.2006), «Um regime perigoso», *O Independente*, nº 955, p.10.
GUERRA, Pedro (03.08.1990), «Unir para reinar», *O Independente*, nº 116, p.14-15.
GOBERN, João (28.09.1990), «Stärker und stärker», *O Independente*, nº 124, p. 28-III.
GOBERN, João (28.09.1990), «Ein kleines Musikland», *O Independente*, nº 124, p.29-III.
JACOBETTY, Luísa (28.09.1990), «Sehr gut», *O Independente*, nº 124, p.28-30-III.

MOURA, Joaquim Pina (9.11.1990), «O que resta da Revolução», *O Independente*, nº 130, p. 6.
NOGUEIRA, Paulo (28.09.1990), «As asas do degelo», *O Independente*, nº 124, p.29-III.
PINTO, Jaime Nogueira (28.09.1990), «A liberdade pela unidade», *O Independente*, nº 124, p. 23-III.
SOARES, João Viegas (06.07.1990), «A Dieta Milagrosa», *O Independente*, nº 112, p. 27.
SOARES, João Viegas (14.09.1990), «Caiu o Pano», *O Independente*, nº 122, p. 27.

2. Expresso

[Anónimo] (18.12.1972), «Quem garante», *Expresso – Novo Semanário: Para quê? Para quem?*, nº 00, s.p.
[Anónimo] (06.01.1973), «O julgamento que nos compete», *Expresso*, nº 1, p.8.
[Anónimo] (07.07.1990), «É impossível reformar o PCUS a partir do interior», *Expresso*, nº 923, p.B2.
[Anónimo] (27.10.1990), «RDA Tudo caiu com Gorbatchov», *Expresso*, nº 939, p.B11.
AMARAL, Luís Mira (15.09.1990), «UEM: o exemplo alemão», *Expresso*, nº 933, p. C12.
BRANCO, João Maria de Freitas (21.07.1990), «O comunismo e o jogo do vivo ou morto», *Expresso*, nº 925, p.B6.
COELHO, Luís (29.09.1990), «Dois passatempos alemães», *Expresso – a revista*, nº 935, p. 12R-13R.
FIELD, Catherine (10.11.1990), «Muro de Berlim – Ódio e tensão 1 ano depois», *Expresso*, nº 941, p. B1, B3.
GUERREIRO, Maria Teresa (14.07.1990), «Ministro fustiga alemães e CEE», *Expresso*, nº 924, p. B3.
MARQUES, Luís (29.09.1990), «Mau negócio boas intenções», *Expresso*, nº 935, p. 14-R.
MARTINS, Carlos (11.08.1990), «Kohl em dificuldade com a unificação», *Expresso*, nº 928, p. B5.
MARTINS, Carlos (18.08.1990), «RFA-RDA: as desilusões do reencontro alemão», *Expresso*, nº 929, p. B3.

MARTINS, Carlos (01.09.1990), «Unidade alemã assinada em Berlim», *Expresso*, nº 931, p. B1.
MARTINS, Carlos (08.09.1990), «Alemanha: SPD tenta evitar derrota eleitoral», *Expresso*, nº 932, p. B5.
MARTINS, Carlos (29.09.1990), «Alemanha – As cidades e as terras», *Expresso – a revista*, nº 935, p. 8R-10R.
MEIRELES, Luísa (05.10.1990), «A sensibilidade dos polacos», *Expresso*, nº 936, p.B5.
MEIRELES, Luísa *et al*. (05.10.1990), «Leste: a cruzada anti-aborto», *Expresso*, nº 936, p. B9.
PALMA, Pedro (28.07.1990), [cartoon], *Expresso*, nº 926, p.B6.
PALMA, Pedro (22.09.1990), [cartoon], *Expresso*, nº 934, p.B10.
QUERIDO, Paulo, TADEIA, António (29.09.1990), «Começar de novo», *Expresso*, nº 935, p. 18-R.
RIBEIRO, Daniel (05.10.1990), «Os fantasmas dos franceses», *Expresso*, nº 936, p. B5.
SARAIVA, José António, (05.10.1990), «Anschluss» – Editorial, *Expresso*, nº 936, p. A10.
SARAIVA, José António *et al.* (01.12.1990), «O desejo da igualdade continua a ser actual», *Expresso*, nº 944, p. 11-R - 24-R.
SILVA, Ângela (19.12.1998), «Assumi um desvio social-democrata», *Expresso*, nº 1364, 1, 6.
SOARES, Manuela Goucha (29.09.1990), «A nova fronteira europeia», *Expresso*, nº 935, p. 13-R.

3. Público

[Anónimo] (05.03.1990), «Estatuto Editorial», *Público*, nº 1, p.16.
[Anónimo] (05.03.1990), «Europeus apoiam Alemanha unida», *Público*, nº 1, 36.
[Anónimo/AFP] (30.11.1990), «O "doping" sistemático da RDA», *Público*, nº 271, p. 38.
CABRAL, Manuel Villaverde (01.11.1990), «A sombra do comunismo», *Público*, nº 242, p. 17.
COELHO, Eduardo Prado (12.11.1990), «Por uma esquerda sem sombra», *Público*, nº 253, p. 17.

CUNHA, Isabel Arriaga e (03.10.1990), «Bruxelas: apoio com apreensão», *Público*, nº 213, p. 4.

DELGADO, Lina de Lonet (5.07.1990), «A RDA: o deserto ecológico», *Público – Hoje e Amanhã*, nº 123, p. 8-10.

DELGADO, Lina de Lonet (29.07.1990), «Agricultores invadem Berlim», *Público*, nº 147, p. 10.

DELGADO, Lina de Lonet (19.11.1990), «Mulheres da ex-RDA: menos submissas, mais independentes», *Público*, nº 252, p. 22.

Direcção do *Público*, (05.03.1990), «Nasceu um jornal», *Público*, nº 1, 17.

Direcção do *Público*, (01.10.1990), «Público: o diário mais lido pelos quadros médios e superiores», *Público*, nº 211, 18.

ESPADA, João Carlos (05.03.1990), «E depois do comunismo», *Público – Suplemento Especial*, nº 1, p. 19-20.

ESPADA, João Carlos (03.07.1990), «Nós, a Alemanha e a Europa», *Público*, nº 121, p. 15.

ESPADA, João Carlos (02.10.1990), «A segunda «chance» da Alemanha», *Público*, nº 212, p. 19.

FELNER, Maria João [Tradução de] (08.08.1990), «A reunificação também passa pelo sexo», exclusivo *Tiempo* in *Público*, nº 157, p. 15.

FELNER, Ricardo Dias (01.09.2006), «*Generation Mec* O novo jornalismo», *Público*, nº 6001, p.43.

FERNANDES, Jorge Almeida (16.07.1990), «A Alemanha em todas as frentes», *Público*, nº 134, p. 8.

FERNANDES, José Manuel (01.07.1990), «A Europa e a Alemanha» - Editorial, *Público*, nº 119, p. 3.

FERREIRA, Lurdes (01.07.1990), «Falta de liquidez assusta», *Público*, nº 119, p. 8.

FERREIRA, Nuno (14.10.1990), «A incrível história da família Martins na Alemanha», *Público*, nº 224, p. 26-28.

FIOLHAIS, Carlos (13.09.1990), «Ciência alemã: entre o ontem e o hoje», *Público*, nº 193, p.12-13.

FRANCISCO, Luís (11.11.1990), «Dúvidas na euforia alemã», *Público*, nº 252, p. 39.

JARDIM, João Bosco, MILHAZES, José (15.07.1990), «Gorbatchov aceita convite da NATO», *Público*, nº 133, p. 16.

LEFORESTIER, Yacine (27.12.1990), «RDA: O «doping» como política», *Público*, nº 297, p. 38.

LOPES, Margarida Santos (07.07.1990), «União política antes do Natal», *Público*, nº 125, p. 14.

LOPES, Maria (31.08.2006), «Venda falhada por um euro provoca fecho de *O Independente*», *Público*, nº 6000, p.39.

LOURO, Regina (12.08.1990), «Berlim – até a luz está a mudar», *Público Magazine*, nº 161, p. 26-32.

MARTINS, Rogério (01.07.1990), «A nova era da Europa», *Público*, nº 119, p. 21.

MOITA, Luís (03.08.1990), «A jaula ou a selva», *Público*, nº 152, p. 15.

MORGADO, Jorge Afonso (01.09.2006), «Insubstituível *Indy*», *Público*, nº 6001, p.43.

MORIM, Martins (04.12.1990), «COI indiferente ao «doping» alemão», *Público*, nº 275, p. 37.

NEGREIROS, Joaquim Trigo de (03.07.1990), «As duas vias da extrema-direita portuguesa», *Público*, nº 121, p.4-5.

OLIVEIRA, Veiga de (04.11.1990), «A derrocada do modelo leninista», *Público*, nº 245, p. 11.

PEDRO, Ana Navarro, PEREIRA, Santos (05.03.1990), «Não receiem a reunificação», *Público*, nº 1, p. 14.

PEDROSA, Maria Ermelinda (15.07.1990), «Aborto desune RFA e RDA», *Público*, nº 133, p. 25.

PEDROSA, Maria Ermelinda (30.08.1990), «Aborto dificulta acordo alemão», *Público*, nº 179, p. 16.

PEDROSA, Maria Ermelinda (02.10.1990), «Os previsíveis custos da unificação», *Público*, nº 212, p. 10-11.

PEREIRA, Carlos Santos (03.10.1990), «Berlim-Leste: crónica de uma morte sem glória», *Público*, nº 213, p. 2-3.

PEREIRA, Carlos Santos (06.10.1990), «Alegria e apreensão no reencontro de uma nação», *Público*, nº 216, p. 18-20.

PIRES, Francisco Lucas (05.03.1990), «Portugal no novo século europeu», *Público – Suplemento Especial*, nº 1, p. 40-45.
QUEIRÓS, Luís Miguel, DELGADO, Lina Lonet (03.07.1990), «Depois da união a corrida às lojas», *Público*, nº 121, p. 12.
SÁ, Constança Cunha (01.09.2006), «O triunfo do regime», *Público*, nº 6001, p.9.
SEABRA, João (02.07.1990), «Optimismo reunificado», *Público*, nº 120, p. 14-15.
SOUSA, Fernando (01.07.1990), «Todas as cautelas são poucas», *Público*, nº 119, p. 9.
SOUSA, Teresa de (05.03.1990), «De Bruxelas a Berlim, a nova fronteira», *Público – Suplemento Especial*, nº 1, p. 31-32.
SOUSA, Teresa de (05.03.1990), «De Lisboa a Bruxelas entre o Leste e o Sul», *Público – Suplemento Especial*, nº 1, p. 34-35.
SOUSA, Teresa de (01.07.1990), «A RDA já se rendeu ao "deutsch mark"», *Público*, nº 119, p. 2-3.
SOUSA, Teresa de (01.07.1990), «Berlim de novo a capital», *Público*, nº 119, p. 4.
SOUSA, Teresa de (02.07.1990), «Berlim já não está a Leste», *Público*, nº 120, p. 12-13.
SOUSA, Teresa de (12.09.1990), «Irmãos desiguais», *Público*, nº 192, p. 9.
STEIN, Wolfgang (30.08.1990), «Moçambicanos fogem de xenofobia na RDA», *Público*, nº 179, p. 16.
VILELA, Isabel, MOURA, Paulo (01.07.1990), «Quatro histórias alemãs», *Público*, nº 119, p. 7.

4. Diário de Notícias

PAGO, Ana (31.08.2006), «'O Independente' sai à rua amanhã pela última vez», *Diário de Notícias*, nº 50192, p.33.
PAGO, Ana, SANTOS, Sónia Correia dos (01.09.2006), «Memória de irreverência acompanha 'Indy' no fim», *Diário de Notícias*, nº 50193, p.33.

D. Internet

1. Textos da internet citados

Hendrik Berth (2006) «Die Literaturdatenbank zur deutschen Wiedervereinigung», http://www.wiedervereinigung.de/pageID_1869767.html [em 26.06.2007]

Martin Jander (2005), «Dokumentation: Die deutsche Vereinigung von aussen gesehen», http://buecher.hagalil.com/lang/lehmann.htm [em 26.06.2007]

Bezirksleitung Dresden der SED (29.11.1989), «Für unser Land», *Sächsiche Zeitung*, nº 281, http://www.ddr89.de/ddr89/texte/land.html [em 11.08.2007]

2. Portais consultados na internet

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%C3%A3o_de_1988 [01.05.2006].

http://pt.wikipedia.org/wiki/ Thomas_Hobbes [em 04.05.2006]

http://pt.wikipedia.org/wiki/Milo% C5%A1_Forman [em 27.06.2006]

http://www.contracampo.com.br/49/forman.htm [em 27.06.2006]

http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/interviews/episode-14/forman1.html [em 27.06.2006]

http://www.gwu.edu/~nsarchiv/ coldwar/interviews/episode-14/forman2.html [em 27.06.2006]

http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/interviews/episode-14/forman3.html [em 27.06.2006]

http://www.titanic-magazin.de/postcard/images/ 377670833.jpg [em 28.12.2006]

http://en.wikipedia.org/wiki/ Titanic_(magazine) [em 28.12.2006]

http://de.wikipedia.org/wiki/Zoni [em 28.12.2006]

http://de.wikipedia.org/wiki/Wessi [em 28.12.2006]

http://de.wikipedia.org/wiki/Ossi [em 28.12.2006]

http://de.wikipedia.org/wiki/Besserwessi [em 28.12.2006]

http://de.wikipedia.org/wiki/Wossi [em 28.12.2006]

http://www.spautores.pt/revista.aspx?idContent=592&idCat=147 [em 03.01.2007]

http://www.oxfordstudent.com/ht2002wk7/Features/man_on_the_moon [em 03.01.2007]

http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?div_id=626123&id=619406 [03.01.2007].

http://www.news-of-russia.info/russia/history02printer.htm [em 05.01.2007]

http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28272.pdf [em 05.01.2007]

http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=253219&visual=26 [em 07.01.2007]
http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?div_id=626123&id=619406 [em 07.01.2007]
http://fr.wikipedia.org/wiki/Jean_Daniel [em 08.01.2007]
http://fr.wikipedia.org/wiki/Pierre_Hassner [em 08.01.2007]
http://en.wikipedia.org/wiki/Adam_Michnik [em 08.01.2007]
http://en.wikipedia.org/wiki/Bernard-Henri_L%C3%A9vy [em 08.01.2007]
http://en.wikipedia.org/wiki/Cornelius_Castoriadis [em 08.01.2007]
http://fr.wikipedia.org/wiki/K.S._Karol [em 08.01.2007]
http://www.campo-letras.pt/autores/eduardo_p_coelho.html [em 09.01.2007]
http://en.wikipedia.org/wiki/John_Kenneth_Galbraith [em 09.01.2007]
http://economics.about.com/cs/nobelwinners/p/galbraith.htm [em 09.01.2007]
http://dossiers.publico.pt/shownews.asp?id=141774&idCanal=659 [em 12.01.2007].
http://podium.publico.pt/shownews.asp?id=1261417 [em 15.01.2007]
http://podium.publico.pt/shownews.asp?id=1279956&idCanal=35 [em 15.01.2007]
http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2358373,00.html [em 27.02.2007]
http://www.dw-world.de/dw/article/ 0,2144,2359650,00.html [em 27.02.2007]
http://www.dra.de/online/hinweisdienste/spezial/2006/dra-spezial_10-2006_entscheidung.pdf [em 27.03.2007]
http://industrias-culturais.blogspot.com/2004_05_01_archive.html [em 02.04.2007]
http://aulajornalismo.blogspot.com/2005_05_01_archive.html [em 02.04.2007]
http://old.bpb.uminho.pt/eventos/2003/0116/iraque.htm [em 02.04.2007]
http://www.portugaldiario.iol.pt/especial_artigo.php?id=587846&main_id=586807 [em 09.04.2007].
http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Lucas_Pires [em 09.04.2007]
http://pt.wikipedia.org/wiki/ Manuel_Falc%C3%A3o [em 01.02.2008]
http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?idCanal=19&id=144597 [em 01.02.2008]
http://www.impresa.pt [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Rebelo_de_Sousa [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_Saraiva [em 01.02.2008]

http://www.fcee.lisboa.ucp.pt/custom/template/fceetplgenpg.asp?sspageid=128&lang=1&docente=513 [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Portas [em 01.02.2008]
https://www.ics.ul.pt/rd/person/ppgeral.do?idpessoa=68 [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Prado_Coelho [em 01.02.2008]
http://en.wikipedia.org/wiki/Michel_Rocard [em 01.02.2008]
http://www.europarl.europa.eu/members/expert/committees/view.do;jsessionid=3317B949DDD4 AB19BB845857D9E7F78F.node1?language=PT&id=1977 [em 01.02.2008]
http://www.adbissau.org/guiledje/oradores/luis-moita [em 01.02.2008]
http://www.webboom.pt/autordestaque.asp?ent_id=1117030&area=01 [em 01.02.2008]
http://www.gulbenkian.org/microsite_FCG_v1_0_2/oradores/teresa_sousa.htm [em 01.02.2008]
http://wiki.pauloquerido.net/paulo-querido [em 01.02.2008]
http://dn.sapo.pt/2005/10/13/media/ criticar_ainda_direito_a_premios.html [em 01.02.2008]
http://www.ordemengenheiros.pt/Default.aspx?tabid=1874 [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu% C3%ADs_Mira_Amaral [em 01.02.2008]
http://www.gesventure.pt/vcit2005/curr/m_amaral.htm [01.02.2008]
http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1315026 [em 01.02.2008]
http://www.fcsh.unl.pt/docentes/hbarbas/cv_pt_out_007_hbarbas.pdf [em 01.02.2008]
http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/atelier/a/www/view.asp?edicao=10&artigo=433 [em 01.02.2008]
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Gobern [em 01.02.2008]
http://motg.blogs.sapo.pt/arquivo/1066811.html [em 01.02.2008]
http://nautilus.fis.uc.pt/personal/cfiolhais/ [em 01.02.2008]
http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=414 &idCanal=406 [em 01.02.2008]
http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/fichaTecnica.aspx [em 01.02.2008]
http://www.esferadoslivros.pt/autores.php?id=12 [em 01.02.2008]
http://blogs.publico.pt/darussia/Milhazes.html [em 01.02.2008]
http://eurotalkiac.blogspot.com/ [em 01.02.1990]

Índice de Figuras

Fig. 1 - Resultados das eleições para a *Volkskammer* realizadas a 18 de Março de 1990 (*apud* Lehmann, 1995: 390). 21

Fig. 2 - Manifestação realizada a 5 de Abril de 1990 em Berlim Leste, contra a troca do Marco da RDA pelo *Deutsche Mark* numa proporção de 2:1 (Lehmann, 1995: 395. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]). 22

Fig. 3 - Primeira Conferência 2+4, realizada em Bona. Da esquerda para a direita: Markus Meckel (RDA), Hans-Dietrich Genscher (RFA), Eduard Schewardnadse (União Soviética), James A. Baker (EUA), Roland Dumas (França) e Douglas Hurd (Grã-Bretanha) (Lehmann, 1995: 427. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).....23

Fig. 4 - Subscrição do Tratado da União Monetária, Económica e Social, por Theo Waigel, à direita, e Walter Romberg, à esquerda (Lehmann, 1995: 400. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]). 23

Fig. 5 - Troca do Marco da RDA, pela *Deutsche Mark*, a 1 de Julho de 1990 (Lehmann, 1995: 405. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]). 25

Fig. 6 – Espenhaim, uma estação de carvão. Um dos legados do regime da SED foi a poluição ambiental em grande escala (Presse- und Informationsamt der Bundesregierung [Hrsg.], 1992: 117. Sem indicação de fotógrafo). 26

Fig. 7 – Helmut Kohl (esquerda) e Michael Gorbatschow (direita) em Stawropol, a 16 de Julho de 1990 (Lehmann, 1995: 429. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).....27

Fig. 8 – A *Volkskammer* define a data de 3 de Outubro de 1990 para a entrada da RDA na RFA (Lehmann, 1995: 410. Sem indicação de fotógrafo [Deutsche Presse-Agentur]). 28

Fig. 9 – Conferência concedida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, a 12 de Setembro de 1990, no Hotel Oktjabrskaja em Moscovo, após a conclusão das conversações 2+4 (Lehmann, 1995: 410. Sem indicação de fotógrafo [Bundesbildstelle]).....29

Fig. 10 – Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Helmut Kohl, George Herbert Walker Bush, Margaret Thatcher, Lothar de Maizière, François Miterrand e Michail Gorbatschow (PALMA [Exp], 22.09.1990: B10). 31

Fig. 11 – Celebrações em frente ao *Reichstag* para marcar a adesão da República Democrática à República Federal (German Bundestag [Hrsg.], 1998: 433. Sem indicação de fotógrafo [Ullstein Bilderdienst]). 31
Fig. 12 – Capas publicadas por *O Independente*. ([Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 4) 61
Fig. 13 - Capas publicadas por *O Independente*. ([Anónimo] [Ind], 01.09.2006: 4-7) 62
Fig. 14 - «Público: o diário mais lido pelos quadros médios e superiores» (Direcção do Público [Púb], 1.10.1990: 18) 73
Fig. 15 – «1+1 =1» Os números como prova. De primeira potência económica europeia, no terceiro lugar do mundo. As Alemanhas Zusammen.» ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III). 96
Fig. 16 - «Berlim já não está a Leste» (Sousa [Púb], 02.07.1990: 12). 101
Fig. 17 - Capa do suplemento *A Revista*, publicada no jornal *Expresso* de 29 de Setembro de 1990. 103
Fig. 18 – Cidadão da RDA que atravessa com o seu Trabant a fronteira para a Alemanha Ocidental (Bahrmann/Links [Hrsg.], 1999: 41. Fotografia de Ludwig/Zentralbild). .104
Fig. 19 – Caricatura que ilustra o artigo «Aborto desune RFA e RDA» (Pedrosa [Púb], 15.07.1990: 25). 112
Fig. 20 – Lei referente à Interrupção Voluntária da Gravidez na RDA, homologada a 15 de Março de 1972 (Cf. http://www.dra.de/online/hinweisdienste/spezial/2006/dra-spezial_10-2006_entscheidung.pdf [em 27.03.2007]). 115
Fig. 21 - Manifestação em Berlim Leste. A expressão «Wir sind das Volk» deu lugar a outra, «Wir sind ein Volk» (Bahrmann/Links, 1999: 160. Fotografia de Thomas Raupach). 123
Fig. 22 - «58 Alemães. Prémios Nobel» ([Anónimo] [Ind], 28.09.1990: 32-III). 152
Fig. 23 - Capa da revista «Vida» ([Ind], 28.09.1990). [No canto superior esquerdo lê-se «Joghurt, Volkswagen, Kartoffeln, Tomatensalat. Coisas boas.», «Jetzt zusammen.», «Dos Suevos à Siemens.» e «Ich bin ein Berliner.»] 153
Fig. 24- A Alemanha unida (Palma [Exp], 28.07.1990: B6). 168
Fig. 25 - «Europeus apoiam Alemanha unida» ([Anónimo] [Púb], 05.03.1990:36). 175